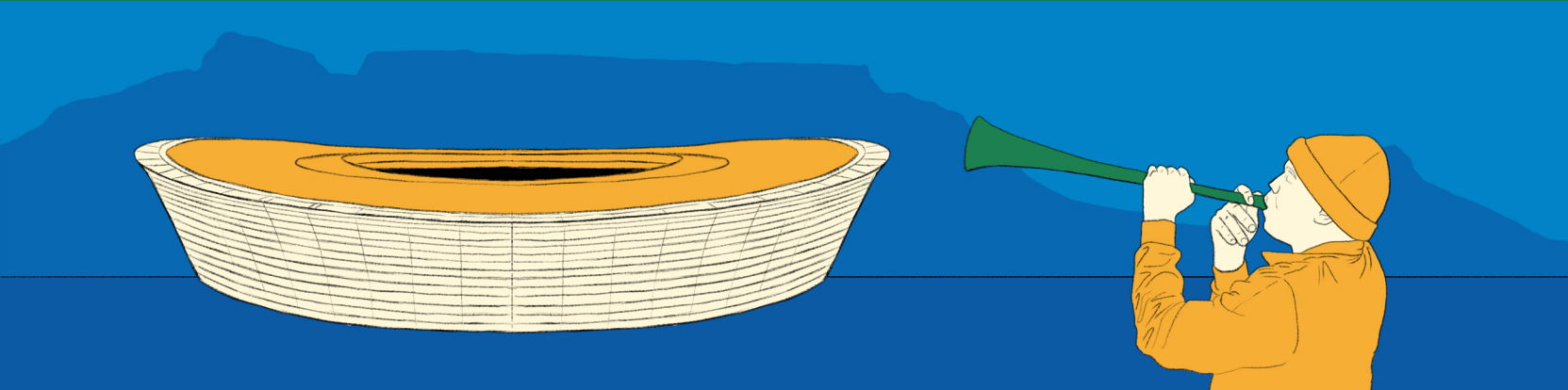
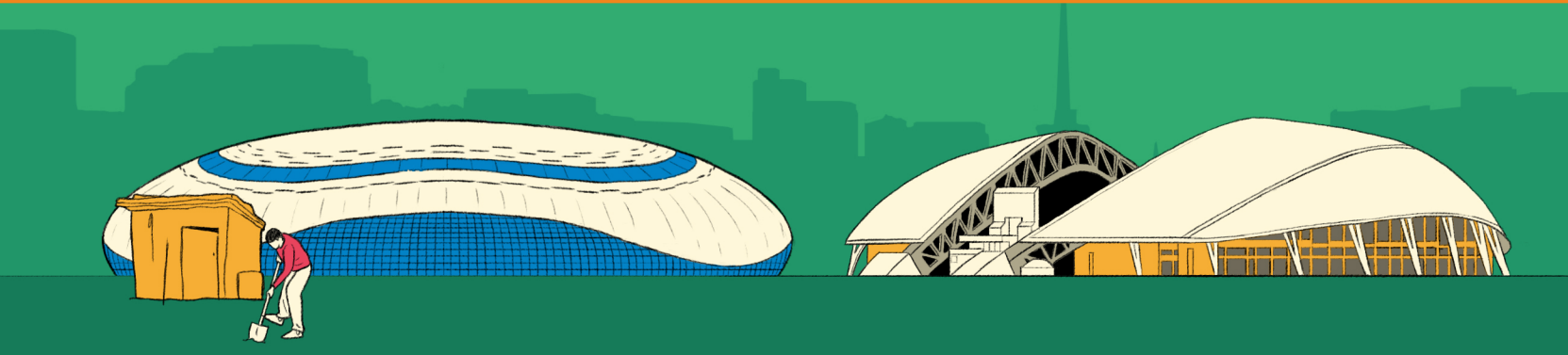
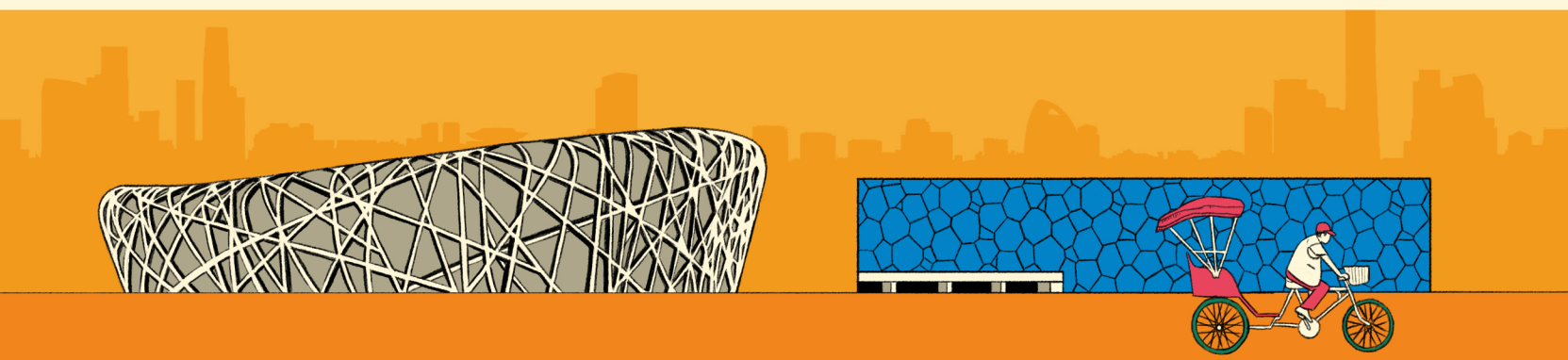


# A reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS: espetáculo e exceção

Matheus Teixeira Barreto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

Matheus Teixeira Barreto

**A REPRODUÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NOS BRCS:  
espetáculo e exceção**

Belo Horizonte

2022

Matheus Teixeira Barreto

**A REPRODUÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NOS BRCS:  
espetáculo e exceção**

**Versão final**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Organização do espaço

Linha de pesquisa: Produção do espaço, ecologia, política, cultura e educação em Geografia

Orientador: Weber Soares

Belo Horizonte

2022

B273r  
2022

Barreto, Matheus Teixeira.

A reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS [manuscrito] : espetáculo e exceção / Matheus Teixeira Barreto. – 2022.

227 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Weber Soares.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2022.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura, Educação em Geografia.

Bibliografia: f. 211-227.

1. Eventos esportivos – Teses. 2. Países do BRICS – Teses. 3. Planejamento urbano – Teses. I. Soares, Weber. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 711.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

"A REPRODUÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NOS BRCS: ESPETÁCULO E EXCEÇÃO"

**MATHEUS TEIXEIRA BARRETO**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 12 de julho de 2022, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

**Weber Soares**

IGC/UFMG

**Heloísa Soares de Moura Costa**

IGC/UFMG

**Daniel Medeiros de Freitas**

EA/UFMG

Belo Horizonte, 12 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Weber Soares, Professor do Magistério Superior**, em 12/07/2022, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Medeiros de Freitas, Servidor(a)**, em 13/07/2022, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa, Professora do Magistério Superior**, em 13/07/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1567069** e o código CRC **091610D0**.

---

Referência: Processo nº 23072.236628/2022-17

SEI nº 1567069

*Porque eu não vou de cadeira numerada,  
Vou ficar de arquibancada pra sentir mais emoção!*



Geraldinos no Maracanã – Final da Taça Guanabara 1979 – Flamengo 4 x 2 Vasco.

Acervo de Custódio Coimbra.

Às minhas avós pelo exemplo de força e de garra.  
À minha mãe pelo carinho e pelo apoio e ao meu pai pelo amor.



## **Agradecimentos**

Agradeço à minha mãe, Cristina, por sempre ter me apoiado nas mais diversas decisões que tomei e ter me oferecido uma série de condições imateriais para a realização deste trabalho.

Ao meu pai, Dionísio, por acreditar em mim e se orgulhar do que venho me tornando.

À minha avó, Elenice, por ter me ensinado os diversos aprendizados da vida e ter me amado incondicionalmente.

À minha avó, Zoraide, por tudo que ela fez e continua fazendo por mim, pelos ensinamentos que ela me dá cotidianamente e pelo cuidado que ela tem comigo.

À minha companheira, Luísa, que sempre esteve ao meu lado, nos momentos mais difíceis e nas maiores alegrias, e que acalma a minha mente e o meu coração com seu sorriso e seu cuidado.

Aos amigos, Pedro, Nicolas e Victor, que trilham os sinuosos caminhos da vida ao meu lado com muita parceria e alegria.

Ao amigo, Moreira, que pela escuta e pela fala faz com que eu me reencontre nas minhas fantasias.

Aos amigos da IP, especialmente Gomes, Fernandes, Lovisi, Digo e Tonucci, por me lembrarem da importância da amizade e de onde eu vim e para onde posso ir.

À tantos outros amigos e amigas que não consigo mencionar aqui e que me lembram o porquê da Geografia e da amizade.

Aos companheiros do Grupo de Estudos, Thaís e João, por ampliarem a minha visão de mundo e me fazerem questionar tudo em que estamos envolvidos.

Ao meu orientador, Weber Soares, pelas leituras atentas, pela compreensão dos desafios e pela parceria ao longo da produção deste trabalho.

À banca, Heloísa e Daniel, pelos questionamentos, pelos comentários e pela inquietação que gerou em mim.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro através da bolsa de mestrado durante todo o processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, por viabilizar a realização da pesquisa.

À Geografia, por abrir a minha mente e o meu coração.

Aos sujeitos que foram afetados pelos megaeventos de alguma maneira.

Aos que são obrigados a vender a sua força de trabalho.

À utopia de um outro mundo possível.

## Resumo

Em 2001 Jim O'Neill cunhou o termo que causaria muitas mudanças no início do século XXI, os BRIC, um conjunto de países composto por Brasil, Rússia, Índia e China, respectivamente, cada letra do acrônimo. A iniciativa de criar o termo se dava perante o potencial crescimento econômico que eles poderiam obter ao longo do início do século. Com o desenrolar dos anos as previsões acabariam se confirmando e eles se consolidariam enquanto importantes players globais e, nesse meio tempo, BRIC havia se tornado algo muito maior do que poderia prever O'Neill, saindo de um conceito econômico para um símbolo para os países emergentes, além de se transformar em BRICS, a partir da entrada da África do Sul ao grupo. Para mais disso, outros processos fizeram com que eles tivessem destaque internacional: todos eles (exceto a Índia) foram sede de megaeventos esportivos, seja a Copa do Mundo FIFA, seja as Olimpíadas de Verão ou Inverno. Ser sede de megaevento é o ponto de partida para o trabalho a seguir. Argumentaremos que há uma série de semelhanças nas práticas socioespaciais neles perante a reprodução dos megaeventos esportivos. Processo de reprodução que está diretamente ligado ao regime de acumulação hegemônico na contemporaneidade, o neoliberalismo. A partir de uma melhor compreensão dele, observaremos que, nele, as cidades são vistas como sujeito e colocadas a empreender, de modo a atrair investidores internacionais num contexto de competição interurbana. Isso em meio à crise em suas receitas, tendo em vista o regime de austeridade fiscal que muitas delas se encontram. Para nós, a consolidação do neoliberalismo diante dos megaeventos, se constitui e se reproduz por meio de dois mecanismos: o espetáculo, ampliando a dominação da forma-mercadoria no espaço e na vida cotidiana, e a exceção, dilacerando a participação popular e catalisando regimes de governança urbana e estatal autoritários e anômos. Acreditamos que tal processo se constitui por meio de uma relação de conflitos e de tensões socioespaciais, que se desenvolvem de maneira transescalar. Cabendo a esse trabalho destrinchar e lançar luz sobre o desenvolvimento desses processos nos países e nas cidades-sede, mais especificamente nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Sochi, Pequim e Cidade do Cabo, cada uma delas respectiva a um dos países do BRICS. Com isso dito, buscar-se-á avançar na compreensão sobre os BRICS, o desenvolvimento dos processos neoliberais no Sul Global, o papel das cidades no empreendedorismo urbano, a relação entre espetáculo e exceção com a reprodução dos megaeventos e, por fim, as semelhanças nas práticas socioespaciais na reprodução dos megaeventos esportivos nos BRICS.

**Palavras-chave:** Megaeventos esportivos. BRICS. Espetáculo. Exceção. Práticas socioespaciais.

## Abstract

In 2001 Jim O'Neill coined the term that would cause a lot of changes at the beginning of the 21st century, the BRIC, a group of countries composed of Brazil, Russia, India, and China, respectively, each letter of the acronym. The initiative to create it was based on the economic potential that they could obtain throughout the beginning of the century. With the unrolling of the years, the predictions would end up being confirmed and they will consolidate as global players and, in the meantime, BRIC had become something much bigger than O'Neill should have thought, moving from an economic concept to a symbol of the emerging countries, in addition to transforming itself into BRICS, because of the entry of South Africa to the group. Furthermore, other processes will highlight them internationally, all of them (except India) were host of sporting mega-events, like the FIFA World Cup or the Summer or Winter Olympics. Hosting a mega-event is the starting point for the work to come. We will argue that there are several similarities in socio-spatial practices regarding the reproduction of sporting mega-events in these countries. Reproduction process which is directly linked with the regime that is hegemonic in contemporaneity, neoliberalism. From our understanding, we can observe that, in neoliberalism, cities are understood as individuals acting like entrepreneurs, in a context of interurban competition. This is happening during the crisis in their revenues, in view of the austerity regime they often find themselves in. For us, the consolidation of neoliberalism in relation to sporting mega-events is constituted and reproduced by two mechanisms: the spectacle, expanding the domination of the market-form in space and in everyday life, and the exception, tearing apart the popular participation and catalyzing authoritarian and violent urban and state regimes. We will argue that this process is constituted by a relationship of conflicts and socio-spatial tensions, which are developed in a trans-scalar manner. It is up to this work to carve and shed light on the development of these processes in the countries and in the host cities, more specifically in the cities of Rio de Janeiro and Belo Horizonte, Sochi, Beijing, and Cape Town, each one of them respectively to one of the countries of the BRICS. With this, we will seek to study here our understanding of the BRICS, the development of neoliberal processes in the Global South, the role of cities in entrepreneurship, the relationship between spectacle and exception with the reproduction of mega-events and, finally, the similarities in socio-spatial practices in the reproduction of sporting mega-events in the BRICS.

**Keywords:** Sporting mega-events. BRICS. Spectacle. Exception. Socio-spatial practices.

## Lista de Gráficos, Tabelas e Figuras

Gráfico 1 – Crescimento anual do PIB dos BRICS entre 1990-2019.....	29
Tabela 1 – Ano dos Jogos Olímpicos de Verão com país e cidades-sede classificados enquanto Norte ou Não-Norte. ....	53
Tabela 2 – Ano dos Jogos Olímpicos de Inverno com país e cidades-sede classificados enquanto Norte ou Não-Norte.....	54
Tabela 3 - Ano das Copas do Mundo com país sede classificado enquanto Norte ou Não-Norte.....	55
Figura 1 – Linha do tempo da eleição (à esquerda) e da realização (à direita) dos megaeventos nos BRCS.....	56
Figura 2 – Estádio Mineirão antes, durante e após a reforma para a Copa de 2014.....	126
Figura 3 - Esplanada do Mineirão, região próxima ao portão Amarelo.....	127
Figura 4 – Barraca em frente ao Portão 9 do Estádio Mineirão anteriormente a reforma.....	133
Figura 5 – Estádio Maracanã pós-reforma para o mundial de clubes em setembro de 2002....	134
Figura 6 – Estádio Maracanã pós-reforma para os Panamericanos em junho de 2009.....	135
Figura 7 – Estádio Maracanã pós-reforma para a Copa em janeiro de 2020.....	136
Figura 8 – Glebas de terras da incorporadora Carvalho Hoskem.....	139
Figura 9 – Região do Parque Olímpico anteriormente a reforma com o Autódromo de Jacarepaguá – agosto de 2009.....	140
Figura 10 - Região do Parque Olímpico no período das Olimpíadas de 2016 em junho de 2016.....	141
Figura 11 - Região do Parque Olímpico pós-Olimpíadas de 2016 em março de 2021.....	142
Figura 12 – Área destinada à construção do campo de golfe na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, janeiro de 2010.....	144
Figura 13 – Campo de Golfe Olímpico e condomínio Reserva Golf na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, março de 2021.....	147
Figura 14 – Arena do Futuro vista por fora.....	148
Figura 15 – Portões Arena do Futuro.....	149
Figura 16 - Arena Carioca 3 vista de dentro.....	150
Figura 17 – Complexo de Tênis (à esquerda) e Velódromo e Arenas Carioca (à direita) e Rua Olímpica (ao centro) .....	151
Figura 18 – Estádio Aquático Olímpico.....	151
Figura 19 – Espaço para shows (à esquerda) e Centro Olímpico de Tênis (à direita).....	152
Figura 20 – Espaço do show da cantora Anitta.....	154
Figura 21 – Saída do espaço do show da cantora Anitta com a Estádio Aquático ao fundo.....	158

Figura 22 – Distritos centrais de Pequim – Parque Olímpico circulado em Vermelho.....	160
Figura 23 –Parque Olímpico de Pequim pré-construção (à esquerda no ano de 2002) e pós-construção (à direita no ano de 2010).....	161
Figura 24 – Morador ensacando terras da Imeretinskay Bay.....	165
Figura 25 – Região de Imeretinskaya Bay em Sochi – 11 de abril de 2005.....	166
Figura 26 - Região de Imeretinskaya Bay em Sochi – 18 de abril de 2020.....	166
Figura 27 – Cerva viva ao redor do cemitério em Imerenstjaya Bay.....	168
Figura 28 – Localização dos estádios propostos para a Cidade do Cabo na Copa de 2010.....	170
Figura 29 – Região do Estádio Green Point.....	171
Figura 30 – <i>Nailhouse</i> em Qianmen, Pequim.....	181
Figura 31 – Riquixá em frente ao Ninho de Pássaro.....	186
Figura 32 – Localização da antiga Vila Recanto UFMG em relação a região ao entorno.....	191
Figura 33 – Vila Recanto UFMG pré-remoção em junho de 2009 (à esquerda) e Viadutos e vias onde previamente se encontrava a Vila em março de 2021 (à direita).....	191
Figura 35 – Favelas com remoções e empreendimentos Minha Casa, Minha vida que receberam moradores.....	193
Figura 36 – Barreira acústica entre a Linha Vermelha e o Complexo da Maré.....	195
Figura 37 – Região do Porto Maravilha com o Museu do Amanhã ao fundo.....	198
Figura 38 – Museu de Arte do Rio (MAR).....	198
Figura 39 – Edifício Vista Guanabara à direita e Sede da L’Oreal Brasil à esquerda.....	200
Figura 40 – Edifício Aqwa.....	201

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABAEM - Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão

ACR – Arranjo Contingente de Reservas

ADEMG - Administração de Estádios de Minas Gerais

AGLO – Autoridade de Governança do Legado Olímpico

APA – Área de Preservação Ambiental

APO – Autoridade Pública Olímpica

APP – Área de Preservação Permanente

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRCS/BR(I)CS - Brasil, Rússia, China e África do Sul

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEPACS – Certificados de Potencial Adicional de Construção

COHRE – Centro de Direitos à Habitação e Despejos

COI – Comitê Olímpico Internacional

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DAE – Documento de Arrecadação Estadual

EGLO - Escritório de Governança do Legado Olímpico

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FMI – Fundo Monetário Internacional

G20 – Grupo dos Vinte: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia

G7 - Grupo dos Sete: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido

GPU – Grandes Projetos Urbanos

IBAS – Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISL – International Sport and Leisure

LCM – Lei Complementar Municipal

LMI – Licença Municipal de Instalação

MAR – Museu de Arte do Rio

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUC – Operação Urbana Consorciada

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PGS – Plano de Gestão e Sustentabilidade

PIB – Produto Interno Bruto

PIGS – Portugal, Itália, Grécia e Espanha

PPP – Parceria Público Privada

RDC – Regime Diferenciado de Contratações

RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Tecnologia da Informação

TM – Trademarks

TOP – The Olympic Partner Programm

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>14</b>
<b>PRÉ-CANDIDATURA</b> .....	<b>24</b>
<b>1. BRICS: do Goldman Sachs ao espaço vivido, as trajetórias do acrônimo</b> .....	<b>25</b>
<i>BRIC enquanto conceito econômico</i> .....	<b>25</b>
<i>BRICS enquanto conceito institucional</i> .....	<b>30</b>
<i>BRICS enquanto conceito símbolo</i> .....	<b>35</b>
<i>BRICS enquanto conceito vivido</i> .....	<b>39</b>
<i>BRCS: sedes de megaeventos esportivos</i> .....	<b>48</b>
<b>2. Megaeventos: reflexões e discussões sobre o conceito</b> .....	<b>57</b>
<b>CANDIDATURA</b> .....	<b>71</b>
<b>3. A produção neoliberal do espaço: “a cidade empreende” por meio do espetáculo e da exceção</b> .....	<b>72</b>
<i>A consolidação do neoliberalismo enquanto prática impositiva híbrida na contemporaneidade</i> .....	<b>72</b>
<i>A cidade empreende?</i> .....	<b>84</b>
<i>O espetáculo enquanto mecanismo de reprodução dos megaeventos</i> .....	<b>94</b>
<i>A exceção enquanto mecanismo de reprodução dos megaeventos</i> .....	<b>107</b>
<b>SEDE</b> .....	<b>122</b>
<b>4. As semelhanças transescalares nas práticas socioespaciais perante a reprodução dos megaeventos nos BRCS</b> .....	<b>123</b>
<i>Dialogando caminhos para a transescalaridade</i> .....	<b>123</b>
<i>Megaeventos: a consolidação do espetáculo por meio da exceção</i> .....	<b>128</b>
<b>Considerações finais: por teorias do Sul Global</b> .....	<b>203</b>
<b>Referências</b> .....	<b>211</b>



## Introdução

Quando o Brasil ganhou a disputa para ser a casa da Copa do Mundo FIFA de 2014, na sede da entidade em Zurique na Suíça em outubro de 2007, a comoção nacional foi geral. O país do futebol teria uma nova chance de mostrar a sua cara para o mundo após o intervalo de 64 anos quando foi sede da Copa de 1950. Copa que marcou a identidade brasileira devido ao triste Maracanço na final daquela Copa contra o Uruguai no icônico estádio Maracanã no Rio de Janeiro, na qual o Brasil perdeu por 2 a 1. O fatídico placar que fez o Brasil perder a final da Copa em casa nos faz pensar sobre como os megaeventos esportivos trazem uma série de emoções e comoções. Comemorar a sua seleção ser campeã do mundo ou chorar quando ela perde por um placar elástico e é eliminada. Vibrar com o seu ídolo no esporte batendo o recorde mundial e ganhando o ouro ou se entristecer quando ele sofre uma lesão e sai da competição, entre tantas outras situações dramáticas e eletrizantes que poderíamos citar ao longo dessas páginas.

Embora isso já traga sentimentos e pensamentos mil, não cabe a este trabalho analisar o que o coração diz sobre o futebol, as Olimpíadas ou qualquer outro esporte, ainda que tal ponto seja essencial na discussão, mas, sim, cabe buscar compreender os megaeventos esportivos para além da sua faceta mais óbvia, o esporte, indo para outras que tem grande importância, tendo em vista as diversas possibilidades e potencialidades de pesquisa que eles apresentam. Desse modo, compete a esta dissertação ir além do cristalino quando se vê os megaeventos e adentrar na reprodução deles na contemporaneidade, sabendo da complexidade do objeto e das próprias limitações impostas aqui.

Para além da situação brasileira perante a Copa do Mundo, essa dissertação trabalhará alguns dos países que compõem o que se chama de BRICS (conjunto de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Inicialmente BRIC (sem a África do Sul) e desde 2011 BRICS devido a entrada do país africano. O termo é um acrônimo cunhado em 2001 pelo economista Jim O'Neill, da empresa de consultoria financeira e econômica estadunidense Goldman Sachs, para designar países que possuíam grandes e rápidas taxas de crescimento econômico, potencial para se tornarem destaques econômicos internacionalmente e capacidade de obter maiores fatias no PIB (Produto Interno Bruto) mundial na primeira metade do século XXI (O'NEILL, 2001). O acrônimo se tornou extremamente popular, sendo utilizado amplamente pela mídia e pelos investidores, que viam ótimas oportunidades nesses países (ROBINSON, 2015).

Apesar da formação inicial do grupo se pautar preponderantemente na economia e ser caracterizada como uma linha de estratégia de investimento, a partir de 2006, ela transforma-se e ganha complexidade. Daquele ano adiante, visualiza-se uma maior integração entre os países por meio de reuniões regulares e com a criação de fóruns e cúpulas próprios, o que os fez ir além da criação do economista inglês para se institucionalizar e formar um novo conceito na geografia política e econômica mundial (TUDOROIU, 2012). Para além do conceito econômico e do conceito institucional, devemos entendê-los como um grande símbolo, ademais, uma grande metáfora (BOCAYUVA, 2015) sobre o vivido do particular do que é, pode ser ou será dos países membros no mundo contemporâneo. Lembrando-se das diversas peculiaridades que possuem, ainda assim aglutinando-se em determinados pontos, que seria aquilo que nos interessa mais.

A justificativa de se realizar esse recorte dos BRICS está no fato de que todos esses países, exceto a Índia<sup>1</sup>, foram sedes de megaeventos esportivos. Assim, o trabalho tomará em conta o Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul. Isto é, ao invés de BRICS, os termos BR(I)CS ou BRCS. Essa escolha escalar é feita, pois, a partir de 2001<sup>2</sup> percebe-se uma mudança nas sedes dos megaeventos esportivos para esses países, que podem ser considerados pertencentes ao Sul Global.

A questão de ser sede se ancora no fato de que ao pensarmos nas Olimpíadas de Verão, entre 2008 e 2016 duas das três ocorreram em países dos BRCS, na China e no Brasil, respectivamente, os Jogos Olímpicos de Pequim de 2008 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. Toma-se em conta que das trinta e uma Olimpíadas de Verão realizadas no período coberto pela pesquisa somente quatro foram nos países subdesenvolvidos, sendo duas delas neste curto período. O que nos salta aos olhos. Ao pensarmos os Jogos de Inverno também vemos uma mudança. De 2014 a 2022, dois dos três Jogos foram realizados por países dos BRCS, Rússia e China, com os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi de 2014 e os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim de 2022, respectivamente. Importante observar desde já a China se destacando por Pequim ser a primeira, e até agora única, cidade da história que irá sediar ambas as Olimpíadas<sup>3</sup>, de inverno e de verão.

---

<sup>1</sup> Detalharemos mais adiante os motivos de não trabalhar a Índia nessa dissertação, ainda que o país tenha sido sede dos Jogos da Commonwealth em 2010 na cidade Nova Délhi.

<sup>2</sup> Colocamos a data de 2001, pois, é nesse ano que Pequim é eleita sede das Olimpíadas de Verão, que irá ocorrer somente em 2008.

<sup>3</sup> Já houve casos de cidades que sediaram/sediarão duas ou mais Olimpíadas de Verão, como Los Angeles (1932, 1984 e 2028), Londres (1908, 1948 e 2012) e Paris (1900, 1924 e 2024). Embora, se note que elas não foram sedes

Já sobre a Copa do Mundo, nota-se certo equilíbrio entre os países europeus e latino-americanos para receber tal evento, devido à popularidade do futebol a escala mundial, embora, por duas décadas, desde 1990, todas elas foram disputadas em países do Norte Global. Esse período em que as sedes são em países desenvolvidos se rompe em 2010. Isso, pois, a partir de 2010 até 2018, todas as Copas ocorreram em países do BR(I)CS. A Copa do Mundo FIFA da África do Sul em 2010, a Copa do Mundo FIFA do Brasil em 2014 e a Copa do Mundo FIFA da Rússia em 2018<sup>4</sup>. Também há de se destacar o Brasil e a Rússia como sede de dois megaeventos esportivos distintos, as Olimpíadas e a Copa. Baseando-se nisso, constata-se uma perceptível mudança no cenário de anfitriões de megaeventos esportivos para os países emergentes no início do século XXI. Processo iniciado pela China, passando pela África do Sul, posteriormente Brasil, Rússia e encerrando na China. O que demonstra uma necessidade de compreender mais e melhor tais fenômenos, o processo de produção deles e o ciclo que os envolveu.

A partir dessa constatação, da mudança nos países e cidades sede, diversos autores na literatura comentam sobre essa tendência de deslocamento naquele período histórico para os países não-ocidentais (CORNELISSEN, 2010; GRIX; LEE, 2013; ZIMBALIST, 2016; GRUNEAU; HORNE, 2016; TRUBINA, 2019), por vezes focando na questão da *coming-out party*<sup>5</sup> (GRIX; BRANNAGAN; LEE, 2019), outras, nos simbolismos (MÜLLER, 2012) e até nas visibilidades geradas (HOLLANDA; MEDEIROS, 2019). No entanto, percebemos que carecem investigações que vão além dessas constatações de que há essa mudança real em relação aos países e cidades sede e visualizamos que a maioria ainda está limitada a uma visão dentro das relações internacionais. Então, emerge a necessidade de se trazer, analisar e trabalhar outros aspectos e paradigmas para além desses supracitados, tendo-se em vista que o trabalho se encontra dentro do campo da Geografia o espaço será nevrálgico, ponto que por muitas vezes falta em outras pesquisas. A perspectiva espacial fará com que se tenha uma abordagem amplificada sobre tudo aquilo que os megaeventos trazem, o que é importante para entendermos as interconexões, as inter-relações, as semelhanças e as diferenças em ser sede e reproduzir

---

em período tão curto como foi Pequim, apenas 14 anos, e que elas sempre foram sedes dos Jogos de uma estação, verão, não das duas “estações”, inverno e verão como foi Pequim.

<sup>4</sup>Não colocamos aqui a Copa das Confederações da FIFA, justamente por ela fazer parte da preparação para o megaevento Copa do Mundo, sendo o primeiro considerado um evento teste para o segundo.

<sup>5</sup>*Coming-out party* numa tradução mais literal seria uma “festa de debutante”, no qual a moça seria apresentada e introduzida a sociedade, o termo acaba sendo utilizado para o momento em que os países, anteriormente de econômica atrasada, fazem a sua demonstração de presença política e econômica, agora dotados de uma economia moderna, (ZIMBALIST, 2016, p. 35), para o grupo das nações poderosas (GRIX; KRAMAREVA, 2017, p. 465). Os megaeventos encaixando nessa lógica de apresentação e de demonstração de poder e de prestígio internacional.

megaeventos, e como se produz um megaevento esportivo nesses países. De modo que, urge a necessidade de explorar o desenvolvimento desses processos no espaço.

Partindo de tais observações trazemos a nossa hipótese de que os países do BR(I)CS possuem uma série de semelhanças nas práticas socioespaciais relativas à reprodução dos megaeventos esportivos. Sendo ela guiada pela questão central da pesquisa: há semelhanças nas práticas socioespaciais nos BRCS em relação a reprodução dos megaeventos esportivos? Com uma segunda questão atrelada a ela: quais são as semelhanças entre os BRCS no que tange a reprodução dos megaeventos esportivos? Acreditamos que seja de extrema relevância responder a essa e a outras questões postas adiante devido à ausência de explicações aprofundadas sobre a importância do ajuste espacial em relação à mudança das sedes dos megaeventos esportivos para os países emergentes e a centralidade dessas mudanças na reprodução e acumulação capitalista mundial contemporânea, em que, num contexto de crise, pauta-se na busca por soluções que ultrapassam os países centrais e adentram nos semiperiféricos, trazendo novas perspectivas na dinâmica capitalista de solução de crise e sobreacumulação. Ademais, ser central conectar as práticas socioespaciais adotadas nos países, demonstrando como se dá a reprodução dos megaeventos neles e o que pode haver de proximidade. Além das duas questões centrais, outras perguntas nos estimulam: Como ocorre a reprodução dos megaeventos em cada um deles? Como podemos conectá-las? O que mais se assemelha e o que mais se distancia entre os países? Onde ela mais se assemelha e onde ela mais se distancia? Portanto, objetiva-se esclarecer tais questões, compreender a reprodução dos megaeventos nos BRCS, identificando os pontos relevantes e discutindo as suas problemáticas e as suas nuances, de modo a dialogar e trazer uma bibliografia diversa que passa pelas leituras e pelas pesquisas realizadas em pelo menos quatro países em três continentes.

Infelizmente um ponto que não conseguiremos trabalhar aqui é o relativo as relações internacionais, principalmente quando notamos o conceito de *soft power*. “Soft power é a habilidade de obter resultados preferenciais por meio da atração” (NYE, 2009, p. 160), objetivando ganhar “coração e mentes do *mainstream*” (NYE, 2009, p. 163). As relações internacionais utilizam muito esse conceito para traçar que os megaeventos se tornam estratégias utilizadas pelos Estados para aprimorar o seu *soft power* (GRIX; LEE, 2013), pois, são espaços-tempo de grande cobertura midiática e atenção internacional que expõem esses países e cidades sede ao escrutínio mundial. Ainda que tenhamos fatos novos a adicionar a essa perspectiva acreditamos que aqui não seja o momento, pois, notamos que o nosso enfoque tem

a questão espacial no centro, portanto, as relações internacionais, nesse momento, podem mais nos desviar que nos alinhar aos nossos objetivos aqui. Porém, recomendamos fortemente os trabalhos de Jonathan Grix, autor que trabalha a relação entre *soft power* e megaeventos de maneira muito desenvolvida, mais especificamente o livro de Grix, Brannagan e Lee (2019) que realizam uma análise ampla do *soft power* dos megaeventos nos BRCS e dizem muito sobre processos que gostaríamos, mas não conseguiremos analisar.

Apesar de já termos utilizado *megaeventos esportivos* algumas vezes até agora, ressaltamos que há um debate interessante sobre esse conceito. Uma das mais importantes conceituações seria a de Roche (2000) que traz que megaeventos são “eventos culturais de grande escala (incluindo comerciais e esportivos), que têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional.”<sup>6</sup> (p. 1). A dramaticidade do megaevento se relaciona ao fato dele gerar interesse em um grande público por comover e emocionar, constituindo-se de modo surpreendente e teatral. Ao largo da discussão outras características foram sendo adicionadas, como o caráter temporal de limitada duração, o grande número de visitantes, a ampla cobertura midiática, os grandes custos e os impactos no espaço e nas populações (MÜLLER, 2015a; OLIVEIRA, 2012).

Os pontos trazidos são muito importantes, todavia, falta entender o processo de reprodução dos megaeventos esportivos a partir de uma perspectiva mais crítica. Entendemos e analisaremos esse processo como algo que se encaixa dentro dos Grandes Projetos Urbanos (GPU's), que seriam intervenções na cidade que instauram rupturas das mais diversas tipologias, de institucionais a simbólicas, e que interconectam variadas escalas (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012) e que está inserido no modo de produção capitalista, mais especificamente, intrínseco a produção neoliberal do espaço. Ou seja, o ponto central é entender o megaevento enquanto algo espacial e espacializado.

Na atualidade, ambos GPU's e megaeventos, vêm sendo produzidos dentro de um regime de acumulação hegemônico, o neoliberalismo. Neoliberalismo que busca estender o mercado, a competição e a mercantilização a todos os setores da sociedade e da vida, excluindo e apagando as conquistas sociais e acreditando que “mercados abertos, competitivos e não regulamentados, livres de todas as formas de interferência do Estado, representam o mecanismo

---

<sup>6</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “large-scale cultural (including commercial and sporting) events, which have a dramatic character, mass popular appeal and international significance” (ROCHE, 2000, p. 1).

ideal para o desenvolvimento econômico.”<sup>7</sup> (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 350). O neoliberalismo sendo mais que uma corrente teórica ou um modelo de relação entre Estado e economia que governos podem ou não adotar, mas, sim, uma imposição e uma autoridade política disciplinar que compele a regra do mercado sobre todas as relações sociais, políticas e econômicas, moldando-as e transformando-as (BRENNER; THEODORE, 2002).

Ao estarem intimamente ligados ao neoliberalismo, vemos que os megaeventos esportivos atuam como aceleradores desse processo, sendo vistos como uma “oportunidade catalisadora do desenvolvimento urbano, no bojo da difusão da ideologia neoliberal e da afirmação do empresariamento da gestão urbana” (SÁNCHEZ *et al*, 2012, p. 234). O que solidifica a transformação cada vez mais desigual e excludente da cidade como bem público e popular para cidade-empresa (VAINER, 2000), segregada e elitizada. Assim, os megaeventos se tornam essenciais para consolidar as estratégias de competitividade interurbana e para reafirmar a hegemonia do empreendedorismo urbano dentro do pensamento sobre a governança urbana contemporânea (HALL, 2006; HARVEY, 2006), na incessante busca por acelerar e aumentar a acumulação capitalista (MÜLLER, 2017). Destarte, aprofundar no entendimento do neoliberalismo, os movimentos relativos a ele e a sua relação com os megaeventos se torna mister para compreender todo o processo de reprodução dos megaeventos.

Ainda no bojo das cidades, percebe-se uma valorização e um crescimento da cidade voltada para o espetáculo urbano que marca a “sua paisagem como lugar de maravilha, excitação e deslumbramento” (BROUDEHOUX, 2016, p. 450), no qual a produção de imagens é extremamente relevante (SÁNCHEZ, 1999). Desse modo, autores importantes, como Guy Debord, que teorizam sobre a emergência do espetáculo, visto como uma manipulação dos processos para a produção de poder econômico e político numa relação social entre pessoas mediada por imagens (SÁNCHEZ *et al*, 2019), serão importantes nesse trabalho. Entender o espetáculo enquanto um mecanismo para a produção do megaevento torna-se essencial para compreender as intervenções realizadas em prol da Copa e das Olimpíadas. Isso, pois, dentro da sociedade do espetáculo, a arquitetura e o design urbano que são produzidos para e, mas não apenas, nos megaeventos convertem-se em peças importantes nessa produção do espaço (BROUDEHOUX, 2017), produção imposta que faz com que as cidades busquem se encaixar

---

<sup>7</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “open, competitive, and unregulated markets, liberated from all forms of state interference, represent the optimal mechanism for economic development.” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 350).

nos ideais da modernidade ocidental global (BROUDEHOUX, 2016), em que o consumo é tanto no quanto do espaço (LEFEBVRE, 2001 [1968]).

Conjuntamente ao que tratamos acima, entendemos que outro mecanismo na dinâmica capitalista também ganha força com a reprodução dos megaeventos, a cidade de exceção (VAINER, 2011). Aqui, entendemos exceção enquanto a quebra da ordem vigente do Estado Democrático de Direito para que medidas possam ser realizadas de maneira mais ágil (OLIVEIRA; VAINER, 2014), o que “leva à aceleração dos processos de tomada de decisão pela administração pública e torna os processos de discussão mais curtos e menos abertos à participação da população” (OLIVEIRA, 2012, p. 72). Logo, uma série de leis, decretos e medidas provisórias são aprovadas sem seguir a rigidez habitual que o processo exige, em que o processo legal é acelerado e modificado naquele momento, mas não só nele, no qual o executivo guia e atua como legislativo, eliminando e impossibilitando a distinção entre os limites das esferas (JESSOP, 2009; OLIVEIRA; VAINER, 2014). De modo que “a lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra” (VAINER, 2011, p. 7).

Entende-se que essa agilidade na aprovação de decretos e leis *ad hoc* teria como justificativa o prazo limite para a entrega e a realização do evento (BROUDEHOUX, 2017), tendo em vista a impossibilidade de alteração das datas (OLIVEIRA, 2012). No entanto, tal ponto é utilizado como desculpa para que os agentes hegemônicos possam atuar mais livremente na cidade e no país. Agentes melhor entendidos enquanto os capitais transescalares, que agem como ditadores na cidade, impondo a todos a sua democracia, a democracia direta do capital (VAINER, 2016). Capital que por vezes se diz ou está em conflito com o Estado, mas que necessita e se utiliza dele para garantir a sua reprodução, seja por meio do direito à propriedade privada, seja pelo monopólio da violência (MAGALHÃES, 2016), nesse caso, seja pela aprovação de leis que lhe beneficiem. Então, compreende-se que a cidade de exceção se aproveita e se utiliza dos megaeventos esportivos para catalisar-se (OLIVEIRA; VAINER, 2014).

A partir da breve discussão que fizemos nessa introdução sobre alguns dos temas pertinentes ao trabalho, trataremos da divisão dele ao longo dessa dissertação e onde cada um dos assuntos será tratado. Nisso, o trabalho será desenvolvido em três grandes partes. Essa divisão faz um paralelo com o processo de transformação de uma cidade ou um país em futura sede de megaevento e não tem nenhuma relação ou rigor cronológico, apenas sendo uma

metáfora para o desenvolvimento do trabalho. Nesse processo há três grandes momentos. O primeiro deles é a pré-candidatura. Se tomarmos em conta o processo de se tornar sede, temos que nele se faz uma análise da cidade para visualizar se ela deve ou não se candidatar, constrói-se um grande projeto, vê-se quais cidades se interessam, o que elas podem oferecer, dialogam-se com os diferentes níveis do governo, na linguagem futebolística, faz-se o reconhecimento do gramado. O segundo momento é a candidatura. Aqui a cidade se preparou para se candidatar e já se lançou mundialmente para ser sede, tendo toda a documentação necessária já enviada ao órgão responsável, a FIFA ou o COI, neste instante disputando com outras cidades para ver quem se tornará a sede do megaevento. Novamente, fazendo o paralelo com o futebol, aqui, ela vê quem são seus adversários e visualiza quais são as suas chances de ser sede ou não. Por conseguinte, o último momento, sede de megaevento esportivo. Quando a cidade ganha o direito de sediar o megaevento esportivo a que havia se candidatado e todos os projetos passam a ser realizados. Grandes obras, construção de estádios, desenvolvimento de logo e marketing, entre outros processos. Agora, ela já está em campo, o jogo começou, e o apito final é a data marcada para o início do megaevento. Então, as três partes seriam: *pré-candidatura*, *candidatura* e *sede*.

Na *primeira parte*, *pré-candidatura*, discutiremos o que entendemos enquanto BR(I)CS/BRCS, fazendo uma análise crítica do conceito que surge do *mainstream* financeiro mundial, comentando o desenvolvimento da institucionalidade criada por meio das cúpulas, o símbolo que a institucionalidade busca criar até chegarmos à ideia de analisar os BRCS a partir do vivido, ainda que não tenhamos desenvolvidos entrevistas e o que faz com que a pesquisa seja mais sobre o vivido do que o vivido *per se*, vivido que seria nossa compreensão do que são os BRCS. A discussão sobre os BRCS sendo o nosso **primeiro capítulo**. Após uma melhor compreensão sobre o que queremos dizer com BRCS, passaremos ao conceito de megaeventos esportivos, no **segundo capítulo**. Indo além das questões tecnocráticas e trazendo como ele seria intrínseco à dinâmica capitalista de reprodução contemporânea e aos mecanismos que ele traz em seu âmago. Além de discutir melhor a decisão de retirar a Índia da pesquisa. Ressaltamos que a nossa ideia não seria fechar o conceito de megaeventos esportivos, apenas discutir e refletir sobre o seu desenvolvimento e os aspectos que acreditamos que merecem destaque. Denominamos essa parte de *pré-candidatura* por ser a parte da dissertação em que entendemos mais e melhor o nosso recorte escalar e a definimos o nosso objeto, os megaeventos esportivos.



Na *segunda parte, candidatura*, caberá trazer uma reflexão crítica sobre o referencial teórico necessário para a discussão dos megaeventos esportivos. Tendo o interesse de trazer as bases necessárias e esclarecer a perspectiva que será adotada. Candidatura, pois, ainda não trabalharemos o megaevento e a sua produção *per se*, embora, já o tenhamos definido e disponhamos da base teórica para compreendê-lo mais e melhor.

Nela, teremos o **terceiro capítulo**. Esse capítulo discutirá o regime de acumulação hegemônico na contemporaneidade, o neoliberalismo. Entendendo-o mais e melhor, conceituando-o e trazendo uma breve história até a sua hegemonia, além dos seus movimentos. Ademais entender como ele se constitui no meio urbano, enfocando-nos no empreendedorismo urbano e no planejamento estratégico. Processo possível de se realizar devido a dois grandes mecanismos: o espetáculo e a exceção. Conceituando-os e trazendo a relação e a importância deles no tocante aos megaeventos.

Já na *terceira parte, sede*, focaremos em visualizar as semelhanças nas práticas socioespaciais nas quais nos referimos em nossa hipótese. Aqui, buscar-se-á adotar uma abordagem transescalar tendo em vista que “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002, p. 25). Portanto, adentraremos na escala internacional, nacional, regional e global, para que os projetos, as expectativas, os conflitos, as tensões e as resistências possam ficar mais manifestos. Na escala local, trabalharemos mais especificamente com algumas cidades. Pensando no Brasil o nosso foco será em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. A primeira pelo fato de ser local de vida e residência do autor e por ter passado por processos notáveis e a segunda por ter sido o grande centro urbano brasileiro no que tange os megaeventos, além de local da final da Copa do Mundo de 2014, foi sede da Olimpíada de Verão de 2016. Na Rússia, a cidade escolhida é Sochi, por ter sido tanto sede olímpica de inverno quanto sede da Copa. Na China, escolhemos Pequim, por ser a única cidade sede de megaevento, tanto das Olimpíadas de Verão quanto das de Inverno. Já na África do Sul, trabalharemos com Cidade do Cabo. Essa escolha se dá devido ao fato de ela ter sido sede da Copa, além de ser aquela na qual, em pesquisa prévia, foi a que mais nos forneceu informações interessantes<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Há de se entender que não será possível a realização de trabalho de campo em na maioria das cidades. Isso, pois, a dissertação está sendo realizada no contexto da pandemia mundial da Covid-19 que já deixou mais de 650 mil mortos somente no Brasil. Sair para trabalhos de campo nesse contexto colocaria a vida do autor e de várias outras pessoas em risco. Ainda que a não-realização do trabalho de campo possa soar problemática, devido a

Essa terceira parte terá um capítulo, o **quarto capítulo**. Nele, discutiremos as práticas socioespaciais empregadas pelos diversos agentes envolvidos na reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS. Trazendo as ações e as reações proporcionadas pelo fenômeno, tendo em vista aspectos importantes como a produção da infraestrutura, os despejos e as remoções para que essa pudesse ser construída, as diversas alterações e a implementação dos dispositivos legais nos países em prol do megaevento, mas não apenas por ele, os impactos socioambientais gerados, o que carregam de simbologia as transformações urbanas e os tipos de financiamento, por exemplo.

Para dar evidências e embasar o nosso trabalho nos utilizaremos de pesquisas de outros pesquisadores que discutem os megaeventos e trazem as suas experiências e vivências perante eles, autores que estão espalhados pelos quatro países e que debatem muito ricamente os processos nos quais estavam envolvidos. Além de trabalhar com esses autores, realizaremos pesquisas em blogs e sites dos movimentos locais, estas sendo uma fonte rica sobre o que as populações locais vivenciaram ao largo da reprodução dos megaeventos e o que elas dizem e discutem sobre eles. Os meios de comunicação tanto brasileiros quanto dos outros países serão importantes nesse trabalho, de modo que reportagens e notícias que debatem os megaeventos serão muito bem-vindas. Vale dizer, meios de comunicação num sentido amplo, não sendo apenas os tradicionais, mas, também, alternativos, o que nos possibilitará a ampliação da visão sobre o objeto. Ademais, nos serviremos de documentários, que trazem, em sua maioria, *in loco* o que se passou nessas cidades. Ressaltamos, novamente, que a pesquisa não trará o vivido por meio de entrevistas, tampouco por meio de uma etnografia. O trabalho tomará como base discussões sobre o vivido através dos meios que citamos acima.

Destacamos que além dessas três partes com os seus respectivos capítulos, haverá a *Introdução* na qual nos encontramos neste momento e as *Considerações Finais* para buscar uma linha de conclusão sobre o tema.

---

contingências das mais diversas variáveis não realizamos tais trabalhos de campo. Nisso, acreditamos que existam outros meios que podemos utilizar para construir o nosso argumento. Nesse contexto, portanto, para tentar diminuir esse impacto, ao longo do trabalho utilizaremos de relatos de vários blogs e movimentos de resistência, imagens de satélite, e documentários. O último sendo o mais interessante ao nosso ver, pois, traz imagens e relatos com maior precisão e, por vezes, tem a temporalização quando estavam ocorrendo os megaeventos.

**PRÉ-CANDIDATURA**

## 1. BRICS: do Goldman Sachs ao espaço vivido, as trajetórias do acrônimo.

Para poder construir a nossa argumentação, partimos de algumas categorizações trabalhadas por Ribeiro e Moraes (2015) e por Fourcade (2013). Os primeiros autores trazem que os BRICS se encaixam na ideia de um conceito econômico, fundado pela Goldman Sachs, que aos poucos se transforma em uma institucionalidade, a partir das Cúpulas BRICS, sendo que ambos carregam uma simbologia muito forte (RIBEIRO; MORAES, 2015). Já Fourcade (2013) traz que os BRICS são uma inovação no sistema classificatório, servindo de metáfora política e de estratégia narrativa. O ponto da estratégia, para nós, se assemelha muito a ideia de símbolo proposta por Ribeiro e Moraes (2015). Logo, a questão da simbologia se ligando a estratégia narrativa, e o primeiro ponto, da metáfora, sendo aquilo abriu caminho para que pensássemos os BRICS por um outro ângulo.

A partir disso, iremos realizar a nossa análise do grupo a partir de quatro dimensões, sendo que as três primeiras dialogam com o texto de Ribeiro e Moraes (2015) e a última sobre o que Fourcade (2013) lançou luz. Assim sendo, trabalharemos os BRICS enquanto conceito econômico, conceito institucional, conceito símbolo e conceito vivido. O que fará com o capítulo seja dividido em quatro seções relativas a cada uma das categorias supracitadas, além da seção final onde constataremos a mudança nas sedes dos megaeventos esportivos para quatro dos cinco países do grupo, neste momento já utilizando da terminologia BR(I)CS/BRCS.

### *BRIC enquanto conceito econômico*

Tudo o que será dito adiante neste capítulo e nesta dissertação talvez não pudesse ser debatido se não fosse o relatório de novembro de 2001 de Jim O’Neill, economista-chefe do grupo financeiro estadunidense Goldman Sachs, intitulado ‘*Building better global economic BRICs*’<sup>9</sup>. Ali, foi cunhado o termo tão dito no início do século XXI, primeiramente BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e depois BRICS<sup>10</sup> (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

O economista inglês parece ter criado um dos mais famosos conceitos no mundo do mercado financeiro atual, que se expandiu para muito além dele, ao identificar os países com

---

<sup>9</sup> “Construindo melhores economias globais BRICs” em tradução literal, mas se considerarmos que o autor faz uma brincadeira entre o termo BRIC e tijolo (brick, tijolo em inglês), poderíamos traduzir para “Construindo melhores tijolos/fundações/bases para a economia global”.

<sup>10</sup> Após a entrada da África do Sul em 2011, que trataremos na sessão seguinte.

mercado consumidor crescente e pulsante e com altas taxas de crescimento econômico que poderiam mudar a trajetória da economia mundial (BRUHWILER, 2015). Naquele momento, O’Neill (2001) discutia as relações que os BRIC poderiam ou não desenvolver com o G7<sup>11</sup> e vice-versa, trazendo questões como a necessidade da atualização do G7, a possibilidade e/ou o interesse dos grupos se juntarem e uma possível reforma do G7 para G9. Discussão que pouco se aprofundou, tendo em vista a futura união entre os, posteriormente, membros do BRIC.

Tudo isso, pois, as projeções de O’Neill (2001) indicavam que o grupo poderia atingir em 10 anos parcelas do PIB mundial segundo os cenários propostos de A, B e C de 12%, 9,1% ou 14,2%, respectivamente, ou no extraordinário cenário proposto de D em que a participação seria de 27%. Nota-se que nenhum dos cenários se confirmou exatamente, contudo, é surpreendente que em 2011 o grupo tenha atingido 19,11%<sup>12</sup> do PIB mundial, já superando o cenário C, e em 2019, 23,64%<sup>13</sup> (BM, 2021), quase alcançando o cenário D, o que demonstra como o crescimento econômico do grupo é expressivo. Ainda mais quando observamos a grande crise econômica global de 2008, em que talvez se não fosse por ela os BRIC poderiam ter ultrapassado o cenário D.

Há de se lembrar que inicialmente o conceito não teve muito eco, pois, naquele momento, o mundo ocidental se encontrava um tanto quanto turbulento devido aos ataques as Torres Gêmeas no 11 de setembro de 2001 (MÜLLER; PERNET, 2015). No entanto, o grupo financeiro continuou persistindo no conceito ao apresentar o seu segundo relatório sobre os BRIC em 2003, intitulado ‘*Dreaming with BRICs: the path to 2050*<sup>14</sup>’, de autoria de Dominic Wilson e Roopa Purushothaman (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003), e, agora, obtendo maior impacto na grande mídia internacional (MÜLLER; PERNET, 2015). Os autores e o grupo financeiro continuavam acreditando na potencialidade dos BRIC de abalar a economia mundial, para mais em relação aos baixos níveis de crescimento que as economias dos países desenvolvidos apresentavam, assim, os países, considerados, emergentes, sendo um novo motor de crescimento e de poder de compra (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003). Com o segundo relatório, o mundo financeiro lançou mais seus olhos a esses países, que tinham uma

---

<sup>11</sup> Grupo dos Sete que seriam os países mais industrializados e com maior força econômica, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

<sup>12</sup> Participação no PIB mundial de Brasil, Rússia, Índia e China. Aqueles que formaram inicialmente os BRIC.

<sup>13</sup> Participação no PIB mundial de Brasil, Rússia, Índia e China. Aqueles que formaram inicialmente os BRIC.

<sup>14</sup> “Sonhando com os BRICs: o caminho para 2050”, em tradução literal.

série de características interessantes, vendo-os como perfeitas oportunidades de investimento (ARMIJO, 2007), no qual o potencial de se obter grandes lucros ao investir seria bastante alto.

Neste momento, cabe comparar alguns dados<sup>15</sup> para que possamos elucidar a relevância e o papel que eles tiveram na economia e no pensamento econômico mundial. Primeiramente, notamos que os BRICS respondem por 41% da população mundial em 2019, dado que pouca se altera em relação aos anos anteriores, lembrando-nos que eles dominam em termos demográficos as suas respectivas regiões (TUDOROIU, 2012) e tem como membros os dois países mais populosos do mundo, China e Índia, ademais ao fato de que os seus territórios englobam 30% da área terrestre (BM, 2021). Em suma, potências populacionais e territoriais. O grande êxito da ideia do Goldman Sachs talvez residisse nisso, pois, os grandes mercados domésticos, as grandes dimensões territoriais e as maiores interconexões comerciais dos BRIC fizessem com que os riscos para os investidores e os choques econômicos exógenos poderiam ser mais baixos ali, no qual o tamanho importaria sim, e muito (ARMIJO, 2007). Fatos que até se confirmaram em relação a crise de 2008, por exemplo, na qual esses países, pelo menos inicialmente, sofreram muito menos danos em comparação aos países desenvolvidos com economia avançada. Além disso, quando observamos que em 2000, ano anterior a publicação do relatório de O'Neill (2001), as economias dos BRICS respondiam por apenas 8,12% do PIB mundial, cifra que mais que dobrou chegando aos 17,95% em 2010 e que quase triplicou ao estar nos 24,04% em 2019 (BM, 2021). Demonstrando o crescimento econômico estrondoso daqueles países.

Diante disso, o crescimento econômico anual do PIB deles é algo a se destacar. O primeiro ponto se encontra na década de 1990, em que os países dos BRIC obtiverem uma taxa de crescimento médio de 3,4%, 0,6 pontos percentuais a mais em comparação aos 2,8% globais, ou seja, já demonstrando o seu avanço em relação ao crescimento econômico que muitos dos países já vinham apresentando. A década seguinte seria, então, a mais surpreendente, pois, o grupo teve um crescimento do PIB médio de 5,9%, mais que o dobro da média mundial de 2,9%. O que consolidou a sua força enquanto grupo de países com altas taxas de crescimento econômico. Ainda que sofrendo com a crise de 2008, na década de 2010 o grupo continuou surpreendendo ao ter a taxa média de 3,5%, 0,7 pontos percentuais a mais quando comparada aos 2,8% mundial (BM, 2021). Em suma, esses países se sobressaíram internacionalmente por

---

<sup>15</sup> Os dados a seguir seriam a compilação do que se tem sobre os cinco países, incluindo tanto a África do Sul quanto a Índia. Para buscar dados mais detalhados recomenda-se <https://databank.worldbank.org/>.

até esse momento obterem médias decenais de crescimento do PIB superiores as mundiais, o que faz com que o destaque dado a eles em relação a economia seja válido.

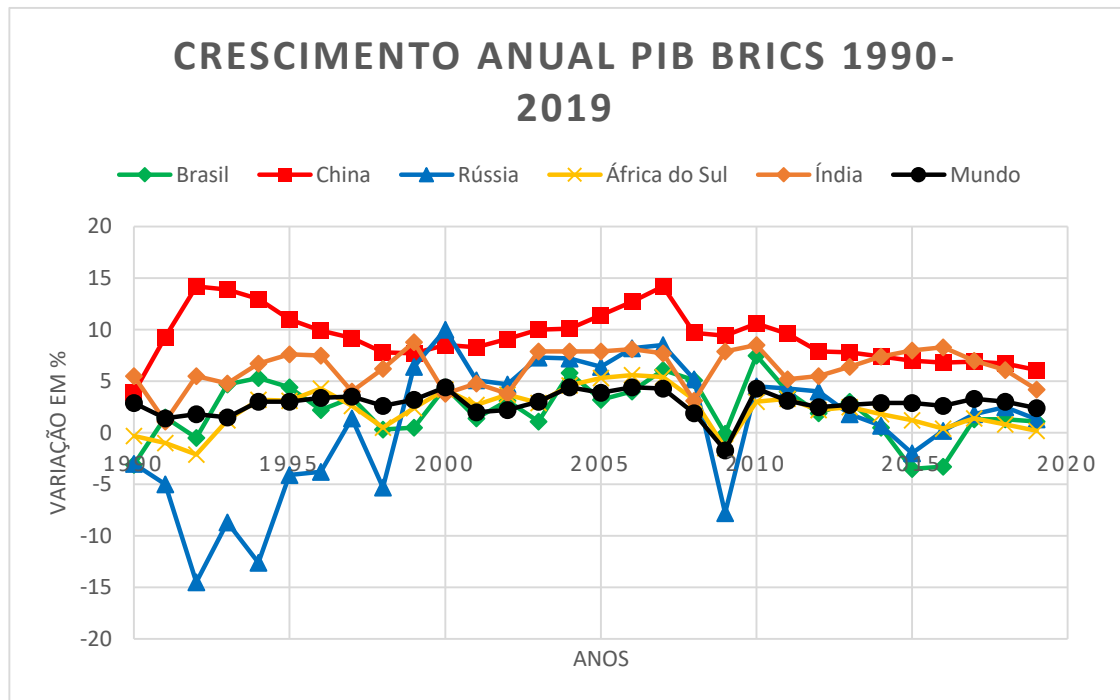
Para entender as previsões feitas por O'Neill (2001) e Wilson e Purushothaman (2003), o Gráfico 1 é muito claro. Isso, pois, ainda na década de 1990 podemos observar que a taxa de crescimento da maioria dos países já se encontrava acima da mundial (exceto a da Rússia). Na década de 2000, período em que o conceito ganhou tanto destaque, praticamente em todos os anos todos do grupo obtiveram taxas individuais de crescimento superiores a taxa mundial, e mesmo em relação a crise global de 2008, no qual podemos ver uma queda, eles ainda continuaram com taxas superiores. Situação bem diferente se observamos a década seguinte<sup>16</sup>. Também notamos como a China tem uma posição de destaque ao liderar em quase todos os anos do período analisado as taxas de crescimento do grupo, estando sempre perto dos dois dígitos e obtendo o resultado estrondoso de 14,2% em 2007, além de somente ela e a Índia conseguirem manter suas taxas acima da global a partir de 2013 (BM, 2021). De modo que a previsão feita aqui: “Se a perspectiva de 2001/2002 fosse repetida pelos próximos 10 anos, então, em 2011, a China será realmente tão grande quanto a Alemanha na base do PIB atual, e o Brasil e a Índia não muito atrás da Itália.”<sup>17</sup> (O'NEILL, 2001, p. 6), acabaria por se confirmar.

---

<sup>16</sup> Não cabe neste trabalho uma análise completa e complexa das múltiplas razões desse crescimento ou decréscimo. Aqui, somente destacamos as taxas em relação ao que foi dito pelos economistas do Goldman Sachs.

<sup>17</sup> Tradução nossa. Fragmento original: If the 2001/2002 outlook were to be repeated for the next 10 years, then by 2011 China will actually be as big as Germany on a current GDP basis, and Brazil and India not far behind Italy. (O'NEILL, 2001, p. 6),

Gráfico 1 – Crescimento anual do PIB dos BRICS entre 1990-2019



Fonte: Banco Mundial (2021). Elaborado pelo autor.

Outros pontos também merecem destaque, como o fato de os países possuírem as maiores economias fora da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), exceto a África do Sul, não possuírem grandes ligações políticas e militares, como fazer parte da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), terem uma história complexa, mas sólida, de contestação a hegemonia ocidental e buscarem ser reconhecidos enquanto potências regionais e/ou mundiais (TUDOROIU, 2012). Aliás, cada um deles se destaca por ter uma determinada base econômica, seja a China pela indústria manufatureira, a Índia pelos serviços, principalmente em relação aos de TI, e pelo óleo bruto, a Rússia pela questão energética devido às jazidas de gás e óleo, a África do Sul pela mineração, tendo o ouro, a platina e os diamantes como principais bens de exportação, e o Brasil pelo mercado de *commodities* que vai da agropecuária a mineração. Também considerando as multinacionais como a Gazprom russa, o Tata Group indiano, a Lenovo e a Huawei chinesas e a Vale brasileira (ROBINSON, 2015; GRIX; BRANNAGAN; LEE, 2019). É interessante pensar a base produtiva desses países por ela ser diversa, embora, observa-se que quatro desses países apoiam-se majoritariamente no setor primário, fato que pode explicar os motivos pelos quais, a partir de determinado momento, principalmente a partir de 2010, eles tivessem uma diminuição drástica na sua taxa de crescimento anual do PIB. Queda relacionada à baixa nos preços das



*commodities*, ainda que o país com uma matriz mais ampla, a China, ser o único que consiga continuar com esse crescimento vertiginoso.

Portanto, o conceito econômico BRICS aqui apresentado tem como base o mercado financeiro mundial, sendo aquilo que o Goldman Sachs uniu, previu e que se confirmou, e que constitui enquanto seu único grande objetivo e guia, o crescimento econômico (MÜLLER; PERNET, 2015), ainda que eles existam de maneira muito diversa, devido às diferenças em relação as taxas de crescimento, as populações, os territórios e as bases econômicas. No conceito econômico BRICS, destaca-se que as oportunidades de investimento seriam o guia e a lógica, tendo como base o mercado financeiro. Contudo, é pouco provável que os banqueiros que cunharam e difundiram o conceito econômico BRICS pudessem prever que os países iriam se reunir e construir um grupo formal, de modo a criar cúpulas, fóruns de discussão e até um banco de desenvolvimento.

### ***BRICS enquanto conceito institucional***

Quando o Goldman Sachs lançou os relatórios sobre as oportunidades de investimento que os BRIC ofereciam, talvez ele não tivesse em mente as proporções que a sua ideia tomaria e o que ela acarretaria. No mundo contemporâneo, para além do conceito econômico BRICS ligado ao mundo financeiro e ao crescimento econômico, o conceito institucional BRICS ganha muita importância. Assim, cabe entendê-lo um pouco mais e melhor.

A partir do momento no qual o conceito econômico BRIC ficou ainda mais falado, ainda não havia algo formal que interligasse os países, mas, aproveitando a quantidade de comentários gerados, os governos viram que o acrônimo poderia se tornar algo bem maior, utilizando-o como instrumento para alcançar os seus objetivos (RIBEIRO; MORAES, 2015). Observa-se que entre 2001 e 2005, o grupo continuava sendo uma estratégia de investimento, somente iniciando os diálogos, em vista de desenvolver uma relação mais formal, em setembro de 2006 quando os quatro ministros das relações exteriores se reuniram em paralelo a 61ª Assembleia Geral da ONU<sup>18</sup>, encontro que se repetiu no ano seguinte (TUDOROIU, 2012).

A comunicação entre os ministros continuou ao longo dos anos, tendo sido realizados mais cinco eventos em 2008, porém, somente oito anos depois daquele primeiro relatório e três

---

<sup>18</sup> ONU – Organização das Nações Unidas e Assembleia Geral sendo o momento em que todos os países-membros se reúnem.

anos após aquela reunião paralela, que a cooperação institucional se consolidou, agora em nível de chefes de Estado e governo, com a I Cúpula BRIC na cidade de Ecaterimburgo na Rússia, em 2009 (TUDOROIU, 2012). Nessa cúpula defendeu-se e se debateu a ideia de reforçar uma maior coordenação entre os países, principalmente em relação ao que havia sido debatido na última cúpula do G20, apontando para uma maior cooperação na próxima cúpula do grupo (ITAMARATY, 2021), a necessidade de haver um pensamento comum entre os membros sobre a possibilidade de reformas em prol da maior representatividade das economias emergentes nas instituições financeiras internacionais, a demanda pela consolidação do princípio da multilateralidade e a importância da primazia do Estado de Direito (DUGGAN; AZALIA, 2020). Ao passo do desencadear das cúpulas, encontros mensais entre os chanceleres ocorriam em Washington D.C., EUA, com o objetivo de coordenar uma estratégia política comum dos BRIC (TUDOROIU, 2012). Com o pontapé inicial dado, cúpulas anuais se desencadearam.

Em 2010 houve a primeira cúpula no Brasil, II Cúpula BRIC em Brasília, na qual se destacam questões relativas à reforma da ONU e às possíveis soluções para a crise de legitimidade nas organizações internacionais (RAMOS *et al*, 2018). Nisso, reforçando o papel que o G20 tinha em combater a crise econômica por ser mais “amplo, mais inclusivo, diverso, representativo e eficaz” (BRICS..., 2021). Ademais, desde já se nota que o grupo buscava se distanciar da política internacional ditada pelos países centrais, de modo a criar uma própria e, que por vezes se dizia, contra hegemônica e em favor do Sul Global.

Um ano marcante para o BRIC foi 2011, na III Cúpula BRIC na ilha de Sanya na China, afora ser a primeira vez que na sua declaração final houve uma menção clara em relação a reforma da ONU, com grande destaque para a reforma dos membros permanentes do Conselho de Segurança<sup>19</sup> (ITAMARATY, 2021), tem-se a entrada da África do Sul no grupo, agora, adicionando um S e se transformando em BRICS (RAMOS *et al*, 2018). Aqui, vale ser feita uma breve análise em relação ao ingresso do país africano.

A África do Sul possui os piores indicadores econômicos dentro do grupo, além de ter uma população e um território relativamente pequenos em comparação aos outros países,

---

<sup>19</sup> O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é o único órgão mandatário da ONU. Ele é composto por 15 membros, sendo cinco deles permanentes e com poder de veto (Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China) e outros dez não-permanentes que são eleitos pela Assembleia Geral da ONU para mandatos de dois anos. A ideia inicial dos BRICS, principalmente defendida pelo Brasil, seria a de aumentar ou reformular os membros permanentes, tendo em vista a conjuntura global atual e a importância dos países emergentes num contexto considerado de multipolaridade.

todavia, preferiu-se ela em relação a economias emergentes mais fortes como o México, a Indonésia e a Turquia, por exemplo (RIBEIRO; MORAES, 2015). As razões da sua escolha são várias, dentre elas, ser o único país africano no G20 (TUDOROIU, 2012), além do legado político de um território que saiu do regime de *apartheid* para a democracia liberal sem guerra civil, da reputação no sistema internacional em prol dos países emergentes e do Sul Global e da ótima relação que ele tem com quase todos os países BRIC (MOTHIANE, 2015), essa podendo ser vista, por exemplo, pelo fórum de diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) criado em 2003 (RAMOS *et al*, 2018). Além de o país servir como boa porta de entrada para os BRIC no continente africano (RIBEIRO; MORAES, 2015).

Contudo, acreditamos que o motivo principal vá um pouco além do que já foi dito e se encontre no símbolo que a entrada representa, pois, como já foi visto, desde a I Cúpula BRIC o grupo pretende se colocar contra a ordem estabelecida no sistema internacional, querendo ser a voz dos emergentes e dos subdesenvolvidos nesses espaços (RIBEIRO; MORAES, 2015). Logo, criar um bloco que se diz pelos emergentes e subdesenvolvidos, mas que não possui nenhum membro do continente africano soaria contraditório e exploratório e reproduziria a mesma lógica (neo)imperialista dos países do Norte Global, de modo que a presença de um país do continente africano seria essencial para que a simbologia dita seja mais verossímil, sendo que até o ingresso da Nigéria foi sugerido (PINHEIRO; BARCELLOS, 2015). Assim, a admissão vem para trazer ao grupo uma representação africana, que se soma a outras regiões do mundo subdesenvolvido, como a América Latina (Brasil), a Ásia (China e Índia) e a Eurásia (Rússia) (RIBEIRO; MORAES, 2015). Ainda que, para isso, seja necessário a confirmação da capacidade econômica sul-africana e a garantia de que os outros países africanos o aceitarão como o porta-voz e o representante legítimo do continente (RIBEIRO; MORAES, 2015).

Pensando no tema desta dissertação, os megaeventos esportivos, talvez seja interessante questionar qual foi o papel da Copa do Mundo FIFA da África do Sul de 2010, que ocorreu no ano anterior a sua entrada, em pesar para o seu ingresso. Tendo em vista que o grupo já pensasse no ingresso de um país africano, cabe entender que possivelmente a Copa tenha impactado na decisão, pois, a África do Sul já estava no holofote da mídia e do público internacional naquele momento, o que poderia facilitar o seu ingresso e impulsionar o BRIC cada vez mais para territórios e audiências ainda não alcançados. Ressaltamos esse último ponto quando observamos a não-entrada da Nigéria, pois, o país possui uma das maiores economias da África, porém, não foi escolhido para entrar no grupo. Essa não-escolha pode ser justificada pelos

graves problemas que o país tem com o terrorismo, por exemplo, mas, não seria descartável o fato de que a Nigéria não foi sede de megaeventos.

Posterior a entrada sul-africana as cúpulas anuais seguiram. Na IV Cúpula em Nova Délhi, Índia, em 2012, defendeu-se a candidatura de representantes do Sul Global por meio de um processo aberto e transparente em organizações internacionais como o Banco Mundial (BM) e se iniciou o processo de avaliação para a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), um banco multilateral de desenvolvimento apoiado no grupo (ITAMARATY, 2021).

Já na V Cúpula, em 2013, em Durban, na África do Sul, o enfoque foi as relações dos BRICS com os países africanos, indicando a abertura do grupo em relação a eles e ampliando o seu processo de *outreach*<sup>20</sup> (ITAMARATY, 2021). Ademais, ela serviu como um passo importante para encerrar o primeiro ciclo de cúpulas, tendo cada um dos cinco países recebido uma, para marcar e projetar eles internacionalmente e para fazer pressão na eleição do diretor geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), que findou elegendo um brasileiro, Roberto Azevedo (RAMOS *et al*, 2018). Talvez o ponto mais interessante desta cúpula tenha sido a confirmação da futura criação do Novo Banco de Desenvolvimento debatido anteriormente. O banco objetivaria evitar as pressões de liquidez e mobilizaria “recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços já existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento.” (MRE, 2015), tendo como possibilidade o aporte inicial de um Arranjo Contingente de Reservas (ACR) autogerido de US\$ 100 bilhões (MRE, 2015). A partir desse momento, os BRICS demonstram a vontade de serem mais do que um conceito econômico fundado pelo mercado financeiro, apesar de o ter como guia, buscando se consolidar ainda mais institucionalmente e se transformar em agentes importantes ou *global players* na ordem mundial, por vezes a rivalizar com instituições como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 2014, na VI Cúpula em Fortaleza, iniciou-se um novo ciclo de encontros e se consolidou o adensamento institucional, marcado pela “assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento” (MRE, 2014) e pela confirmação do Arranjo Contingente

---

<sup>20</sup>*Outreach* pode ser entendido enquanto o processo de divulgação, de expansão e de construção de relações entre países. No nosso caso, a divulgação, a expansão e a construção de relações entre os membros BRICS e outros Estados, além de empresas (RAMOS *et al*, 2018).

de Reservas previsto anteriormente (MRE, 2014). A cúpula seguinte, VII em Ufá, Rússia, 2015, foi marcada pela entrada em vigor dos acordos assinados no ano anterior em relação ao NBD e ao ACR (DUGGAN; AZALIA, 2020), pela continuidade na ideia da multipolaridade e da não confrontação (RAMOS *et al*, 2018) e pela ideia de maior cooperação entre os Bancos de Desenvolvimento dos países BRICS (ITAMARATY, 2021). Naquele momento com os países já vivenciando um contexto de maior estagnação econômica, como pode ser visto no Gráfico 1, em que Brasil, África do Sul e Rússia tinham crescimento inferior ao mundial, tendo como consequência, desde ali, uma breve queda no esforço dos países em alimentar as ideias propostas.

Na cúpula seguinte, VIII em Goa, Índia, em 2016, seguiu-se o debate com as pautas sobre o desenvolvimento do NBD e as ações para o crescimento econômico (ITAMARATY, 2021). Vale pontuar que a partir desse ano o NBD, com sede em Shanghai, entrou em operação, provendo empréstimos de mais de US\$ 3,4 bilhões para projetos sobre energia renovável, irrigação, saneamento, entre outros, e se consolidando como um banco de desenvolvimento gerido por países emergentes (DUGGAN; AZALIA, 2020). Ademais, é necessário entender o papel central que a China tem no financiamento do ACR, pois, dos quase 100 bilhões de dólares totais, o país contribui com 41 bilhões (GRIX; BRANNAGAN; LEE, 2019), ou seja, quase metade da reserva está diretamente ligada ao país asiático.

A Cúpula IX, em Xiamen, China, em 2017, foi marcada pela continuidade dos planos relativos ao NBD e o enfoque maior foi dado à questão da segurança (RAMOS *et al*, 2018). Nessas duas últimas cúpulas, observa-se um afastamento e uma diminuição do esforço realizado pelo governo brasileiro dentro dos BRICS (RAMOS *et al*, 2018), pois, além da crise econômica e política que Brasil, Rússia e África do Sul vem enfrentando, mais intensa em terras brasileiras, nota-se um afastamento dele em relação as ideias de multilateralidade e de fortalecimento das relações com os países emergentes, de modo que o Brasil passa a adotar uma visão mais subserviente ao imperialismo estadunidense. Deve-se notar que a partir desta cúpula a posição política dos BRICS também mudou. Se até aquele momento o posicionamento comum do grupo era em favor de uma maior representação das economias emergentes e em desenvolvimento na governança global e se orientava em prol do fortalecimento do G20 enquanto a melhor ferramenta, após 2016, abandonou-se o G20, e o descontentamento de certos países do grupo com a pouca eficácia e eficiência dos BRICS em liderar as reformas na governança global

(DUGGAN; AZALIA, 2020) fez com que o grupo perdesse um pouco a importância institucional que adquiriu no início da década.

Perante essa descrença que assolou o grupo, salientamos o papel da China. Aqui, cabe uma pequena digressão sobre o país asiático. Entendemos que ele se utilizou dos BRICS para expandir a sua economia ao importar, principalmente, *commodities* minerárias, e ao exportar bens industrializados, fazendo crescer as suas relações internacionais e a sua economia, de modo a se tornar um dos *players* globais mais importantes. Contudo, cada vez mais clama por uma posição única enquanto agente na política internacional, na vontade de ter maior função e papel na comunidade financeira internacional e nas instituições financeiras internacionais, sem ter que lidar com o grupo (DUGGAN; AZALIA, 2020). Assim, conclui-se que há uma assimetria nos BRICS quando observamos a China, mormente perante o aspecto econômico, um dos mais relevantes para eles, pois, ela é a maior economia disparada dentro dos BRICS e possui o segundo maior PIB mundial. Desse modo, podemos concluir que a China não necessita apoiar o grupo em todas as suas decisões, pois, não precisa mais dele para obter destaque mundial e tal processo fez com que ela buscasse ser hegemônica no cenário global, fazendo com que as cúpulas posteriores, a X em Joanesburgo, África do Sul, em 2018 e a XI em Brasília em 2019, fossem esvaziadas de significado político e caíssem no aspecto burocrático.

No entanto, é inegável o abalo que a institucionalidade BRICS teve internacionalmente. Poucos poderiam imaginar lá no início do século que cinco países emergentes e do Sul Global em quatro continentes se tornariam algumas das maiores economias do mundo, se juntariam em fóruns de discussão, pressionaram as instituições internacionais em favor de reformas, criaram um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e se ampliaram com o ingresso de um país africano. Como bem salientamos em relação à entrada da África do Sul, tudo isso se envolveu com muito simbolismo, logo, cabe entender melhor essa simbologia.

### ***BRICS enquanto conceito símbolo***

Nas sessões anteriores analisamos como surgiu o conceito econômico BRICS e como ele se tornou o conceito institucional BRICS e no que a institucionalidade se pauta. Podemos observar que desde a criação da institucionalidade BRICS ela vem carregada com certa quantidade de símbolos, o que nos leva a ideia de conceito símbolo BRICS. Dentre os símbolos, destacamos dois pontos: a visão econômica e a ideia de mudança na ordem mundial (RIBEIRO; MORAES, 2015).

O primeiro ponto se estrutura nos ganhos econômicos que esses países tiveram. Fazendo com que quando se pense em crescimento econômico, oportunidade de investimento e lucratividade (FOURCADE, 2013), logo venha à cabeça o grupo. Isso é interessante pensar quando comparamos com a simbologia por detrás do acrônimo PIGS (Portugal, Itália, Grécia e Espanha) que trata de países que sofreram muito com a crise de 2008 e tiveram um grande declínio econômico, se tornando um conceito derogatório, no qual para os investidores ficaria até fácil escolher onde investir, num acrônimo que significa material resiste ou noutra que traz um animal considerado sujo<sup>21</sup> (FOURCADE, 2013). Aqui, vemos que esse símbolo se aproxima muito ao conceito econômico BRICS cunhado pelo Goldman Sachs.

Já o segundo ponto se estrutura no vínculo simbólico que o grupo busca construir em relação a ser a voz e a representação que os países emergentes e subdesenvolvidos podem ter nas instituições internacionais, conferindo-lhe mais poder e legitimidade (RIBEIRO; MORAES, 2015). Simbologia ligada a institucionalidade, em que podemos ver melhor a partir do que trazem Bond e Garcia (2014). Os autores discutem três perspectivas para analisar as simbologias do grupo, sendo elas: “BRICS from above”, “BRICS from the middle” e “BRICS from below”<sup>22</sup> (BOND; GARCIA, 2014). Perante o ponto institucional, vê-se como ele se aproxima muito do símbolo pensado pelo “BRICS from above”, tendo em vista que este se relaciona diretamente com o posicionamento de chefes de Estados, chanceleres e aliados das elites corporativas (BOND; GARCIA, 2014). Nele encontramos o símbolo a ser construído que coloca os BRICS como anti-imperialistas, ao se posicionar contra algumas medidas das instituições internacionais, como subimperialistas<sup>23</sup>, ao legitimar a dominação e a exploração

---

<sup>21</sup> Essa analogia é feita, pois, tijolo em inglês é brick, muito próximo de BRICS, e porco em inglês em pig, muito próximo de PIGS.

<sup>22</sup> A tradução mais adequada cremos que seja BRICS pelos de cima, BRICS pelos do meio e BRICS pelos de baixo, respectivamente. Na sessão seguinte detalharemos a importância dos BRICS from below enquanto grupo que está diretamente ligado a vida cotidiana desses países, e como eles trazem esperança para a construção de outro BRICS possível.

<sup>23</sup> A teoria do subimperialismo vem dos escritos de Ruy Mauro Marini e está fundada nos marcos da Teoria Marxista da Dependência na década de 1960 e 1970. O autor brasileiro defendia que o subimperialismo seria “a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1974, p. 31). Ou seja, um processo que se desenvolve conjuntamente ao desenvolvimento do capitalismo mundial na periferia. No sentido de que a busca incessante dos países e suas empresas por novos locais de acumulação em que as taxas de mais-valor sejam ampliadas, faz com que eles busquem ingressar em espaços que anteriormente não participavam de modo tão intenso dos processos de reprodução de capital, integrando-os e dominando-os diante a lógica de acumulação e reprodução capitalista. A diferença do subimperialismo diante do imperialismo seria que o subimperialismo é um processo realizado por potências capitalistas médias (MARINI, 1977), vulgo, países que não podem ser enquadrados nem como centro nem como periferia, de modo que complexifica o modelo centro-periferia, em que há um rearranjo de forças em forma piramidal. Logo, o subimperialismo sendo simultaneamente um nível hierárquico e uma etapa do capitalismo dependente por classificar o país em um nível diferente que estava anteriormente e trazer que se um país segue a lógica do capitalismo global, em algum momento, ele será obrigado a ser subimperialista, pois, terá a obrigação de fazer o seu mercado crescer para poder

que tais países fazem regionalmente, como interimperialistas, ao buscar projetos sem o uso do dólar, por exemplo (BOND; GARCIA, 2014). Vale entender que as duas últimas visões podem até ser mais críticas em relação ao grupo. Podem, pois, alguns não veem a perversidade de adotar tais posturas que findam por continuar e aprofundar a exploração e a dominação intrínseca ao capitalismo.

A partir desse ponto podemos ver como que essa simbologia está diretamente atrelada a que se busca constituir na institucionalidade, com os BRICS se posicionando em prol de uma maior justiça e democratização na nova ordem mundial, ao sempre ter em suas declarações pontos em favor da reforma das organizações internacionais e ao criar instituições financeiras fora das economias dos países centrais, como o NBD. Logo, sob essa ótica, os BRICS se encontrariam como um grupo de países emergentes que desafiam a hegemonia global, ao se utilizar de discursos radicais, progressistas, populistas e anti-sistêmicos, em que os Estados BRICS lutam por mais status e poder internacionalmente (ROBINSON, 2015), sendo uma “indicação positiva para um sistema de governança global mais amplo e forte, responsivo e responsável para um mundo mudado.”<sup>24</sup> (LI; CAREY, 2014, p. 16) e que “as cúpulas do BRICS estão claramente desafiando a ordem mundial existente e suas instituições”<sup>25</sup> (LI; CAREY, 2014, p. 4), apresentando um novo projeto de Sul Global (ROBINSON, 2015). Aqui é interessante notar a importância do ingresso da África do Sul, como trouxemos anteriormente, no que tange o ponto de que para se poder dizer e ser esse representante do mundo subdesenvolvido seria necessária a presença de um país africano e não de qualquer país africano, mas um que já tenha certa relevância internacional.

---

continuar o processo de reprodução capitalista local. Assim, o subimperialismo pode ocorrer em qualquer país que chegue à etapa de monopólios e capital financeiro, o que chegou a acontecer com o Brasil na década de 1960 com a ditadura militar (MARINI, 1974) e na época dos governos petistas (BARRETO, 2020) e com a África do Sul recentemente (BOND, 2013). Valendo ser lembrado que o subimperialismo tem como base a superexploração do trabalho e a transferência de valor (LUCE, 2011), ou seja, não deixando de ter características claras da dependência existente nos países subimperialistas. Para alguns essa discussão pode parecer muito com a aquela proposta por Immanuel Wallerstein de semiperiferia, todavia, a teoria da semiperiferia tende a focar, demasiadamente, nas relações interestatais, numa visão monolítica de Estado, que desconsidera as relações de poder e de classe internas de cada país e externas em relação a outras potências, desconsiderando o imperialismo como um fenômeno externo e interno as sociedades dependentes (BUENO; SEABRA, 2012) e pelo fato de Wallerstein não penetrar e desconsiderar as condições de produção e realização do valor. De modo que, a semiperiferia não iria além da defesa de um mundo simplesmente multipolar (LUCE, 2011), ainda que alguns autores como Francisco López Segrega e Theotônio do Santos afirmem que subimperialismo e semiperiferia, sejam categorias equivalentes. Outros argumentos interessantes perante a questão do subimperialismo podem ser encontrados em Barreto (2020), Luce (2014), Bond (2013).

<sup>24</sup> Tradução nossa. Fragmento original: positive indication for a broader and stronger, responsive and responsible global governance system for a changed world. (LI; CAREY, 2014, p. 16)

<sup>25</sup> Tradução nossa. Fragmento original: the BRICS Summits are clearly challenging the existing world order and its institutions. (LI; CAREY, 2014, p. 4)



No entanto, cabe entender que essa posição é muito Estado-centrada (ROBINSON, 2015), na ideia de que os Estados poderiam garantir maior justiça e democracia no mundo, servindo como exemplos de que seria possível haver um maior diálogo, identificação e aproximação entre eles e outros países do Sul Global, os BRICS reconhecendo-se e se afirmando como representantes dignos dos emergentes e subdesenvolvidos nesse espaço contra hegemônico e de contestação ao ocidente, no qual eles possuem o papel de ser a nova elite do mundo (MEENA, 2013). Fato que levou autores como Tudoroiu (2012) fizessem comparações entre os BRICS e o Movimento de Não-Alinhamento<sup>26</sup>.

Desde já, compreendemos que esse símbolo é conservador, pois, trata de mudanças que estão inseridas dentro do sistema internacional (BOCAYUVA, 2015), apoiadas em processos e estruturas marcadamente excludentes, na medida em que se não fossem os ganhos econômicos extraordinários que obtiveram, esses países dificilmente estariam ali. O que posiciona o grupo como uma alternativa dentro do capitalismo, galgando uma maior integração nele e garantindo a sua expansão (ROBINSON, 2015). De modo que, a adoção desse símbolo internacionalmente finda por legitimar a globalização e o neoliberalismo como projetos possíveis para a ascensão dos países na divisão internacional do trabalho (BOCAYUVA, 2015). Assim, imitando o ocidente em sua trajetória (MEENA, 2013) e caindo, novamente, na ideia etapista de desenvolvimento econômico.

Visão que se relaciona diretamente com os megaeventos, pois, ao seguir essa lógica, visualiza-se que para chegar aonde os centrais chegaram, os países subdesenvolvidos (ou emergentes) devem adotar as mesmas posturas e caminhos que os primeiros adotaram, e uma dessas atitudes é ser sede de megaevento, reproduzindo a festa da modernidade capitalista contemporânea como meio para alavancar sua posição na hierarquia mundial. Portanto, a colonialidade se fazendo extremamente presente.

Porém, não podemos pensar que esse símbolo hegemônico se construiu unicamente com os de cima, pois, ele só se concretiza devido às formulações dos “BRICS from the middle”, que seriam fóruns acadêmicos, intelectuais, sindicatos, ONG’s etc. que legitimariam e defenderiam

---

<sup>26</sup> O Movimento de Não-Alinhamento ou Movimento dos Países Não Alinhados foi um movimento que surgiu na década de 1960 e que defendia o não alinhamento, neutralidade e/ou não associação dos países pobres com qualquer potência, seja os EUA ou a URSS, durante a Guerra Fria. A comparação se dá pelo fato de que ambos os grupos teriam desafiado a hegemonia presente (TUDOROIU, 2012). A crítica que pode ser feita para ambos os processos seria de que os dois grupos ainda se constituem dentro das lógicas capitalistas de reprodução, ou seja, apesar de se considerarem fora de algo, estão ativamente participando e ampliando esse algo, ainda que politicamente possa parecer revolucionário, a sua ampliação significa a ampliação do capitalismo.

ou não as atitudes tomadas pelos de cima (BOND; GARCIA, 2014). Sendo que dentro dos legitimadores encontramos os “pro-BRICS advocates” e “wait-and-see about BRICS”<sup>27</sup>, que seriam grupos que trazem pesquisas e argumentos em defesa dos BRICS como um grupo que pode transformar a nova ordem mundial, desafiando as injustiças globais ou defendendo a ideia “anti-imperialista” divulgada institucionalmente (BOND; GARCIA, 2014). Exemplo que está nos seguintes trechos que trouxemos anteriormente de Li e Carey (2014): “indicação positiva para um sistema de governança global mais amplo e forte, responsivo e responsável para um mundo mudado.”<sup>28</sup> (LI; CAREY, 2014, p. 16) e “as cúpulas do BRICS estão claramente desafiando a ordem mundial existente e suas instituições”<sup>29</sup> (LI; CAREY, 2014, p. 4).

A partir do que foi tratado podemos observar como o conceito símbolo BRICS se constitui por meio de uma positividade e de uma exclusão, respectivamente, por ele representar crescimento econômico extraordinário e oportunidade de investimento, algo extremamente positivo dentro do modo de produção capitalista, e por ser um grupo formado por países que anteriormente estavam rebaixados dentro do sistema internacional, se utilizando da primeira para ganhar notoriedade e poder (FOURCADE, 2013). Isso faz com que o conceito símbolo BRICS seja duplo e que a sua construção dependa de uma série de fatores, passando pelas taxas de crescimento, pelas ações na ONU, pelo *outreach* e pelo financiamento de obras de infraestrutura nos países subdesenvolvidos, todavia, acreditamos que eles são muito mais do que um símbolo conservador que reproduz o capitalismo globalmente e que divulga se constituir em favor dos subdesenvolvidos, pois, essas simbologias pouco tratam sobre a vida cotidiana das suas populações e o espaço, como trabalharemos e defenderemos na sessão a seguir.

### ***BRICS enquanto conceito vivido***

Para chegarmos ao ponto de entendimento de que os BRICS seriam um conceito vivido faremos uma digressão sobre teoria do conhecimento a partir dos textos *A Verdade e a mentira num sentido extra-moral* (1992) e *A Genealogia da Moral* (2007) de Friedrich Nietzsche, passando pela sua relação com a questão espacial, até chegarmos ao ponto de entendimento de que é possível compreender os BRICS como algo que vai muito além do conceito econômico,

<sup>27</sup> Tradução: “defensores pro-BRICS” e “esperar e ver sobre os BRICS”, respectivamente.

<sup>28</sup> Tradução nossa. Fragmento original: positive indication for a broader and stronger, responsive and responsible global governance system for a changed world. (LI; CAREY, 2014, p. 16)

<sup>29</sup> Tradução nossa. Fragmento original: the BRICS Summits are clearly challenging the existing world order and its institutions. (LI; CAREY, 2014, p. 4)

institucional e símbolo. A ideia dessa sessão não é debater sobre teoria do conhecimento, tampouco sobre Nietzsche, mas, sim, utilizar do trabalho do autor alemão para confrontar a prevalência e a primazia do discurso hegemônico sobre o que são e serão os BRICS e demonstrar que outros conceitos BRICS são possíveis e necessários. Não discutindo que um conceito é melhor ou pior, apenas abrindo caminhos para pensarmos os BRICS sobre outra ótica.

Nos textos supracitados de Nietzsche, o autor discute a recepção de estímulos, estímulos que irão ajudar e servir de guia no processo de formação dos conceitos. Assim, para a produção de qualquer conceito deve haver, num primeiro momento, algum estímulo. Estímulo que será recebido pelos sentidos humanos, aguçados e afetados por ele, sendo que a ligação entre estímulo e sentido somente se faz possível no mundo sensível, tendo em vista que é nele em que o ser humano se faz presente por meio do seu corpo. A partir dos estímulos, o indivíduo construirá uma forma para entender esse estímulo. Esse processo de construir uma forma para um estímulo seria, então, a primeira metáfora, a transposição de um estímulo para uma determinada forma. Metáfora, pois, não é possível compreendermos por completo ou o todo do estímulo em si, somente pode-se interpretar o que toca o indivíduo perante tal estímulo e que “precisamos organizar a experiência e selecionar o que será representado e o que será ocultado, essa imagem representa uma relação metafórica com o mundo que apreendemos através dos sentidos.” (FERNANDES, 2021, p. 89). Processo metafórico que é arbitrário, pois, seleciona o que lhe parece importante e exclui o que não parece. Além de ser criativo, ao organizar de maneira própria a experiência na Terra (FERNANDES, 2021).

Após a primeira metáfora, em que o indivíduo dá forma ao estímulo recebido, partimos para a segunda metáfora. Nela o indivíduo transpõe a forma que ele criou a partir daquele estímulo para outra forma, a linguagem. Metaforizando em um som aquilo que ele metaforizou num primeiro momento como uma forma em relação ao primeiro estímulo. Metaforizando pela segunda vez, agora diante da forma criada, e indo além da forma criada para compreender o estímulo, criando um som (palavra ou conceito) para ele. Cristalizando, agora na linguagem, aquele estímulo recebido.

Posteriormente a segunda metáfora deve-se compreender que toda e qualquer transposição será metafórica, pois, já não há um contato com o estímulo original (impossível de ser compreendido em sua total realidade), apenas há o contato com metáforas criadas a partir dele. Havendo uma sobreposição de metáfora sobre metáfora sobre metáfora *ad infinitum*. Ou

seja, “uma representação das relações que já aparecem como representações em um momento anterior.” (FERNANDES, 2021, p. 90). Portanto, o que nos possuímos na linguagem nada mais são que “metáforas para coisas-metáforas que não possuem correspondência alguma com as entidades originais”<sup>30</sup> (NIETZSCHE, 1992, p. 83).

A comprovação de que a linguagem nada mais é que a metáfora da metáfora pode ser mais bem visualizada a partir da variedade tão gigantesca de línguas que existem, existiram e existirão no mundo. Cada língua criando as suas próprias metáforas dos estímulos que recebe. Por vezes, havendo palavras diferentes para descrever processos tão semelhantes. Para o português isso fica muito claro quando observamos o conceito de “saudade”, que traz a metaforização na língua portuguesa perante um sentimento, não existindo em outras línguas, ou, quando existindo, não sendo exatamente “saudade”. Isso, pois, não há uma representação perfeita nem há uma verdade-em-si de uma coisa-em-si, pura, intocada e sem interpretação, há apenas a metáfora daquela coisa. Considerando que se cada estímulo fosse *ipsis litteris* metaforizado nas linguagens, não haveria tantos idiomas, dialetos e regionalismos, por exemplo. Desse modo, o que temos é a relação das coisas com a humanidade, a metáfora sendo a expressão e o apoderamento dessas relações (NIETZSCHE, 1992, p. 81-82). Vale salientar, relações que são socialmente construídas, aceitas ou impostas, em que a linguagem carrega uma relação moral da sociedade (FERNANDES, 2021).

Para além da metaforização outro processo também é digno de ser notado, o da metonimização. Na metonimização as formas ditas inúmeras vezes acabam se tornando um conceito, justamente por serem ditas uma infinidade de vezes. Agrupando uma amplitude de processos e de situações que carregam uma possível semelhança entre si, ainda que se constituam de maneira completamente distinta e única. Logo, “todo conceito emerge a partir da igualdade entre não iguais”<sup>31</sup> (NIETZSCHE, 1992, p. 83) e na identificação do não idêntico, em que o conteúdo já não importa, somente a interpretação dele que sim. De modo que, a metonímia “cristaliza as impressões inicialmente apreendidas pela atividade instintiva e passa a constituir o universo do mundo conhecido.” (p. 91) e “passa a substituir e descrever os estímulos” (FERNANDES, 2021, p. 157).

---

<sup>30</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “metaphors for things-metaphors which correspond in no way to the original entities.” (NIETZSCHE, 1992, p. 83)

<sup>31</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Every concept arises from the equation of unequal things. (NIETZSCHE, 1992, p. 83)

A substituição cada vez maior dos estímulos por uma metonímia faz com que se cristalize determinada relação social no que tange aquele estímulo originário, estímulo que em um grau ainda maior se desvencilha e se separa totalmente do conceito consolidado sobre ele, em que “a sua repetição infundável apaga a origem do processo, os encadeamentos necessários para sua formação e o fazem aparecer como origem e fim em si mesmo.” (FERNANDES, 2021, p. 92). Então, na realidade, há uma substituição das sensações para a classificação e o arranjo delas segundo os conceitos estabelecidos socialmente, em que os estímulos recebidos são classificados segundo as classificações já postas, o conceito vindo *a priori* da sensação e adquirindo mais “realidade do que as práticas concretas que a deu origem.” (FERNANDES, 2021, p. 164-165).

De maneira que, há uma primazia da razão em detrimento da relação corporal com o mundo, no qual o conceito petrifica, substitui e abstrai as possíveis transformações inerentes ao processo relacional entre corpo e espaço (FERNANDES, 2021, p. 240), retirando a criatividade humana (NIETZSCHE, 1992, p. 86), colocando-a em quadrados fixos e fechados e estabelecendo uma ordem piramidal devido a sua perda de contato com aquilo que o nutre, a relação entre as diversas práticas corpóreas socioespaciais (FERNANDES, 2021, p. 164). Desse modo, “as verdades são ilusões que esquecemos que são ilusões, metáforas que se esgotaram e perderam a sua força sensual, moedas que perderam o relevo e agora são consideradas metais, não mais moedas”<sup>32</sup> (NIETZSCHE, 1992, p. 84)

Portanto, metaforização e metonomização não devem ser entendidos enquanto figuras de linguagem, todavia, enquanto atos (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 139-140). Atos que decodificam e maquiagem as relações sociais, trazendo aquilo que pode ser dito e escondendo o que há na produção de qualquer conceito, arbitrariedade e exclusão. Processos que criam uma estrutura racionalizada segundo determinados interesses sobre a espontaneidade e a vivacidade do corpo no espaço e do espaço no corpo (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 140).

Ademais, ressalta-se que o conceito se constitui por meio de relações sociais, logo, impossível ele ser algo neutro ou apolítico, pois, sim, é algo arbitrário e socialmente construído ou imposto. A partir disso Nietzsche (2007) discute como que a construção dos conceitos de “bom” e “mau” são construtos sociais onde aqueles que detinham poder conseguiram classificar

---

<sup>32</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Truths are illusions which we have forgotten are illusions; they are metaphors that have become worn out and have been drained of sensuous force, coins which have lost their embossing and are now considered as metal and no longer as coins. (NIETZSCHE, 1992, p. 84)

os seus próprios atos, julgando e fixando o seu agir segundo o conceito de “bom”, de modo a criar e forjar valores segundo a sua posição hierárquica dentro da sociedade, em contrapartida a aquilo que seria “mau”, “baixo, mesquinho, comum e plebeu.” (NIETZSCHE, 2007, p. 25), em níveis hierárquicos mais baixos em comparação aos “bons” e “nobres”. O que choca a alguns, pois, demonstra que nem os conceitos mais cotidianos, como “bom” e “mau”, estão livres das relações de poder. Desse modo, os detentores de poder acabaram por se apoderar e se autorizar como aqueles que detinham o direito de criar valores e de dar nomes, visto que eles seriam superiores e dominadores (NIETZSCHE, 2007).

Assim sendo, observa-se que a constituição de qualquer conceito se dá por meio de relações de poder que carregam e manifestam uma perspectiva dominante (FERNANDES, 2021), transpondo essas relações de poder hierárquicas para a linguagem. A linguagem não sendo algo neutro que simplesmente diz sobre aquilo que se é vivido, todavia, sendo um processo de apropriação de determinados estímulos e sensações segundo a hierarquia de poder presente na sociedade. Estímulos e sensações que serão racionalizados para poderem se encaixar dentro dos conceitos socialmente aceitos e/ou impostos, negando por completo a sua relação com a corpo. Destarte, “o conceito carrega e reflete uma perspectiva dominante que se impõe sob determinada comunidade como um sistema de equivalências.” (FERNANDES, 2021, p. 95). De modo que, é necessário dar uma maior atenção a genealogia dos conceitos, pois, eles não são algo que se constituem de maneira suprassensível, sim, sensível, ou seja, não deveriam ser pensados de maneira fechada.

A partir do fato de que o conceito abstrai as relações sensíveis em prol das definições dos grupos dominantes sobre os estímulos e as sensações, podemos relacionar tal movimento com as discussões de Lefebvre sobre o espaço. Primeiramente, podemos traçar uma relação direta com o que Nietzsche discute sobre o conceito e a ideia de espaço abstrato. Espaço abstrato seria o reflexo do capital no espaço (LEFEBVRE *et al*, 2009, p. 187), uma tentativa de imposição unilateral e homogeneizadora dos ideais capitalistas no espaço, sem possibilitar maiores discussões. De maneira que, ele “manifesta uma perspectiva específica, a das classes dominantes, e como essa perspectiva engendra, de forma concreta e real, um efeito prático-sensível sobre a vida cotidiana.” (FERNANDES, 2021, p. 197). Ou seja, o espaço abstrato é algo independente do corpo e da relação do corpo com o espaço (FERNANDES, 2021, p. 256) por ser concebido e tentar ser produzido sem considerar as diversas práticas socioespaciais

presentes no espaço, no qual a importância do corpo é negada e a reprodução capitalista é tomada como único objetivo e guia possível.

Assim como o conceito, o espaço abstrato abandona a força criativa do encontro entre corpo e espaço e se eleva ao trazer uma representação que nada representa, no qual ele “capta, sujeita e retém a presença do objeto, ‘sua essência’” (FERNANDES, 2021, p. 220). Espaço abstrato sendo a maneira pela qual o conceito de espaço para as classes hegemônicas se constituirá enquanto realidade e algo possivelmente concreto no espaço, independentemente das relações de poder ali desenvolvidas e reforçando determinadas relações de poder, aparecendo “como essa entidade dotada de uma suposta realidade superior aos sujeitos que produzem efetivamente o espaço na vida cotidiana.” (FERNANDES, 2021, p. 191).

Todavia, não devemos nos ater apenas a essa compreensão estanque de espaço. Deve-se entender o espaço enquanto um objeto científico, político e ideológico, um produto social modelado e formado por elementos históricos e naturais (LEFEBVRE, 2016 [1970]), produzido dentro do desenvolvimento capitalista, majoritariamente (LEFEBVRE *et al*, 2009). Portanto, não se constituindo como algo vazio, uma folha em branco, um recipiente das relações de produção e da produção de mercadorias, porém, socialmente produzido por meio das diversas práticas corpóreas socioespaciais, dinâmico e transformativo, em que se desenvolvem relações “entre espaço e sujeito ou entre espaço e objeto. Nesse sentido, um tratamento abstrato do espaço não fornece qualquer tipo de explicação sobre a forma efetiva com a qual este é ocupado ou sobre sua relação com aquilo que o ocupa.” (FERNANDES, 2021, p. 196). Logo, o espaço somente podendo ser produzido por meio dos corpos.

A partir da discussão acima sobre conceito e espaço, destacamos como que trazer essa dimensão corpórea ao espaço é muito importante para podermos desenvolver a ideia de conceito vivido BRICS, pois, quando observamos os conceitos econômico, institucional e simbólico BRICS visualizamos que eles se constituem enquanto conceitos desligados das relações corpóreas e cotidianas nos quais os sujeitos desses países vivenciam rotineiramente e que eles foram forjados arbitrariamente segundo a visão de mundo dos detentores de poder, devido ao fato de que eles foram pensados e desenvolvidos sem que houvesse a participação e a inclusão de sujeitos para além da alta burocracia e do alto empresariado. Ou, quando havendo a participação na construção dos conceitos a partir dos “do meio” ou “de baixo”, como trazem Bond e Garcia (2014), ela sendo ligada diretamente ao que os detentores de poder já instituíram sobre o que seriam e poderiam ser os BRICS, um conceito econômico, institucional ou símbolo.

Tomando em conta que os corpos dos sujeitos dos BRICS por muitas vezes não vivenciam o crescimento econômico que é tratado no conceito econômico, pois, seguem em situação de vulnerabilidade social, nem veem mudanças reais a partir das reuniões institucionais que fazem seus presidentes, como no conceito institucional, pois, estão longe das questões que vivenciam todos os dias, tampouco enxergam outros horizontes a partir do símbolo que o grupo busca criar, como no conceito símbolo, pois, isso não traz consequências para a sua segurança alimentar, por exemplo. Isso, pois, os conceitos discutidos nas sessões anteriores não trazem as relações socioespaciais que esses sujeitos vivem cotidianamente.

Fazemos essa tentativa de encontro com esses sujeitos diversos BRICS a partir do que Monte-Mór e Ray (1995) colocam sobre o que seria o terceiro-mundo: “terceiro-mundo significa aqueles grupos culturalmente, regionalmente, racialmente ou sexualmente excluídos como sujeitos (portanto, objetificados ou colonizados) do projeto ocidental burguês de modernidade”<sup>33</sup> (p. 177). Ou seja, quando trazemos que os sujeitos populares não participaram do processo de construção dos conceitos previamente trabalhados buscamos trabalhar, justamente, com esses sujeitos que participam da construção cotidiana dos BRICS localmente, ainda que lhe fossem negados os direitos de serem sujeitos, continuando sendo objetificados, colonizados e excluídos dos processos políticos e econômicos. Usualmente explorados para que ocorresse o crescimento econômico estrondoso que fez com que esses países ganhassem notoriedade internacional. Compreendendo que os conceitos BRICS prévios não emergiram do local para o global, mas, do global ao local, impostos pelos detentores de poder sobre o que seriam essas populações, tendo em vista que o econômico foi concebido pela Goldman Sachs, grande empresa do mercado financeiro internacional, o institucional por presidentes e ministros e o símbolo pelas altas burocracias e pela mídia hegemônica. Logo, fazer o caminho do local para o global é de extrema importância para trazer uma nova visão sobre os conceitos que trouxemos anteriormente, fazendo com que eles não sejam uma origem com um fim em si mesmo, sim, possibilitem a emergência de novos conceitos sobre os BRICS e proporcionem que outros estímulos emergjam e ofereçam saídas reais a imposição da forma-mercadoria a vida.

Desse modo, cabe extrapolar os BRICS para além da questão geopolítica, dos arranjos institucionais que cristalizam posições contraditórias e presas ao sistema internacional,

---

<sup>33</sup> Tradução nossa. Fragmento original: third world means those cultural groups, regionally, racially or sexually defined, who were excluded as subjects (thus, objectified or colonized) from the Western bourgeois project of modernity. (MONTE-MÓR; RAY, 1995, p. 177)



marcadamente excludente, da ideia de crescimento econômico que evoca o capitalismo enquanto caminho único (MEENA, 2013), da competitividade enquanto *modus operandi*, da criação imagética mercantilizada que foi formada no ocidente sobre o que seria o novo Sul Global e sobre o que seria o grupo (HORNE, 2014) e da miragem do que se pode ser ou se é (ARMIJO, 2007). De modo a trazer as emoções, os sentimentos, as identidades e aquilo é dito para além das palavras (FOURCADE, 2013) e buscar ir além dos conceitos diretos, ditos, primários e literais sobre os BRICS.

Por conseguinte, compreendendo que a linguagem econômica toma de assalto as linguagens coletivas corpóreas e faz com que os conceitos propagados e consolidados sejam aqueles em que a economia é colocada como central, mandando sobre as vidas, obrigando outrem a se encaixar dentro da sua lógica e explorando as potencialidades e as possibilidades que apenas o corpo no espaço pode possibilitar. Conceitos que buscam consolidar o campo econômico e dominar o campo social, repetindo classificações já existentes, vide os Tigres Asiáticos que posteriormente levaram aos Novos Tigres e aos Novíssimos Tigres e *ad infinitum*, ou até mesmo o Movimento do Não-Alinhamento e sua comparação com os BRICS, como já mencionamos anteriormente.

Portanto, evoca-se uma volta aos conceitos econômico, institucional e simbólico para podermos superá-los, de modo a retirar o véu que traz os BRICS como algo dos detentores de poder e demonstrar as possibilidades existentes no espaço vivido e nas diversas práticas socioespaciais oriundas dele. Ou seja, trazendo outros conhecimentos e outras conexões que se distanciam do econômico e focam nas práticas e no agir conjuntamente (STENGERS, 2015). De modo que, a ideia é fazer o caminho inverso, sair do local BRICS para o global BRICS, interligando e gerando articulações para pensarmos em outras práticas, economias, ontologias, possibilidades, encontros e conexões. Ademais, para fazer emergir e poder consolidar outros poderes.

Ao trazer esse conceito vivido BRICS pretende-se religar as funções, os elementos e os movimentos (BASTOS *et al*, 2017, p. 254-255) que são próprios do espaço. Assim, não podemos pensar os BRICS apenas enquanto conceito ligado ao espaço abstrato (e ao econômico, ao institucional e ao simbólico), mas, sim, um conceito que se liga ao espaço vivido e que pretende ir ao espaço diferencial. Espaço diferencial que seria a reinvenção da vida humana no espaço a partir das vivências e das práticas, apropriado pela luta da vida cotidiana. Desse modo, uma flecha que mostra uma saída entre o mundo fechado pelo capital e o mundo

aberto a outras potencialidades, em que “o espaço diferencial requer a organização, a disposição dos elementos essenciais que compõem um corpo de outra maneira, tanto quanto necessita de outras estéticas.” (BASTOS *et al*, 2017, p. 255). Ou seja, uma volta e um maior protagonismo ao corpo. Espaço e corpo que são produtos e agentes do processo de destruição criativa, sem fim, cíclico e contínuo (BRENNER; THEODORE, 2002), estando em constante transformação, com mudanças desiguais, multiescalares e multidirecionais (BRENNER; THEODORE, 2002).

Vivido que poderá ser ainda mais evocado a partir do cotidiano. Cotidiano enquanto o concreto individual que traz a vida humana em sua concretude, sendo a matéria humana crua (LEFEBVRE, 2014). Cotidiano que é corpóreo, tendo em vista que se sente e apreende o que se passa na vida cotidiana por meio do corpo.

O conceito vivido BRICS demonstra a potencialidade de coletividades e de sujeitos coletivos que estão fisicamente longes, porém, que sofrem no seu corpo com os processos de ampliação da forma-mercadoria globalmente. Nisso, exaltamos o vivido enquanto a resistência a imposição do espaço abstrato, possibilitando a criatividade e abrindo-se a uma totalidade aberta que se constitui enquanto uma virtualidade. Remetaforizando, remettonimizando e reconceitualizando aquilo criado no capitalismo e indo além do crescimento econômico, do apoio institucional e dos símbolos formais, focando-se na pluralidade, no corpo e na diferença. Basicamente, trazendo outras escolhas e outras interpretações possíveis para a compreensão do que são os BRICS para além dos detentores de poder e demonstrando as outras e diversas relações socioespaciais que existem dentro, no e a partir do BRICS, indo além daqueles que caracterizam os conceitos das sessões anteriores.

O que nos aproxima do que Bond e Garcia (2014) trouxeram enquanto “BRICS from below”<sup>34</sup>, pois, eles seriam organizações e ativistas de base cuja visão parte do local para o global. Ou seja, dialogar com esses grupos é essencial para que o corpo tenha destaque quando formos analisar as práticas socioespaciais desenvolvidas pelos BRICS na reprodução dos megaeventos esportivos, pois, são esses os sujeitos que vivenciam as ações e os resultados do que é feito pelos agentes hegemônicos em sua vida cotidiana. Trazer os “de baixo” é essencial para sairmos de uma perspectiva que objetifica sujeitos que se constituem no Sul Global, que discute os BRICS como algo externo ao que acontece na sua vida cotidiana e que exclui as resistências e as alternativas que emergem nas lutas. Ressaltando a necessidade de buscar

---

<sup>34</sup> Tradução: BRICS dos de baixo ou BRICS pelos de baixo.

articulações que não necessariamente existiam e de trazer as pessoas e seus corpos para o centro no desenvolvimento de qualquer processo espacial.

### ***BRCS: sedes de megaeventos esportivos***

Após discutirmos o que compreendemos ser os BRCS e as outras possibilidades que emergem deles, a partir dessa sessão enfocaremos o nosso estudo nos megaeventos esportivos que aconteceram e vão acontecer nesses países, de modo a fazer o nosso recorte espacial. Como trouxemos na *Introdução*, não trataremos sobre a Índia, ainda que seja muito interessante e importante o que se passa ali, pois, o país não foi sede de nenhum megaevento esportivo, apenas dos Jogos da Commonwealth em 2010 na cidade de Nova Délhi, para nós, não sendo considerado um megaevento por não ter aspectos essenciais como a ampla cobertura midiática internacional e ser uma grande marca<sup>35</sup>. Devido a isso, só consideraremos as sedes de Copa do Mundo e Jogos Olímpicos de Verão e Inverno<sup>36</sup> como passíveis de análise nesse trabalho. A partir disso, é importante notar que daqui em diante não adotaremos mais a terminologia BRICS, mas, sim, BR(I)CS ou BRCS para nos adequarmos ao recorte proposto.

Isso dito, no início do século XXI é notável uma mudança em relação às sedes de megaeventos esportivos que anteriormente ocorriam nos países centrais e que até o presente momento, se encontram deslocadas desses para os países que são considerados do Sul Global ou da periferia emergente do sistema mundial, destes, majoritariamente os BRCS (TRUBINA, 2019; WOLFE, 2019; GRIX; KRAMAREVA, 2017; GRUNEAU; HORNE, 2016; ZIMBALIST, 2016; MASCARENHAS, 2016; HORNE, 2015; GRIX, LEE, 2013; MÜLLER, 2012; CORNELISSEN, 2010).

Os motivos para essa alteração perpassam dois pontos, do lado da seleção, a busca da FIFA, do COI e de outros capitais transescalares por outros mercados consumidores e por países onde seus mandos e desmandos sofressem menor resistência (MASCARENHAS, 2016; MÜLLER, 2012), e do lado das candidaturas, a crise nos países centrais que já não viam como vantajoso (ou lucrativo)<sup>37</sup> investir tanto nesses eventos (MÜLLER, 2012). Em mente essa situação, o crescimento econômico que os BRCS obtiveram possibilitou com que houvesse uma

---

<sup>35</sup> Tal ponto será mais bem debatido no capítulo seguinte.

<sup>36</sup> Ambos são considerados jogos de primeira-ordem. Destacamos que um debate mais aprofundado sobre isso será feito no capítulo seguinte.

<sup>37</sup> O vantajoso ou lucrativo pode ser visto tanto sob a ótica econômica, ao pensarmos nos retornos financeiros possíveis, quanto sob a ótica política, ao tomarmos em conta o desgaste político gerado ao ser sede de megaevento.

ascensão deles dentro da hierarquia do capitalismo global (HORNE, 2015; MÜLLER, 2012), o que lhes deu a chance de demonstrar o seu status e poder internacionalmente (WOLFE, 2019; CORNELISSEN, 2010), sendo os megaeventos entendidos enquanto *coming-out party* (ZIMBALIST, 2016) dentro do capitalismo global e oportunidades perfeitas para eles aumentarem seu *soft power* (WOLFE, 2019; CORNELISSEN, 2010).

Ao analisar mais de perto essa festa, visualizamos como a transferência dos megaeventos para os BRCS tem como nexos a possibilidade de os capitais hegemônicos conseguirem obter taxas de mais-valor, lucro e renda cada vez maiores ali em comparação aos megaeventos nos países centrais, pois, as taxas de retorno sobre o capital ao investir seriam mais baixas neles em proporção às dos países periféricos. Isso, pois, a política (e a polícia) é ainda mais repressora e violenta na periferia, ou seja, a contestação a qualquer mando e desmando seria reprimida ao ponto de que pouco alteraria a continuidade da reprodução capitalista relativa ao megaevento e as taxas de mais-valor serem maiores devido à maior quantidade de capital variável sobre capital fixo nesses países. Ou seja, os megaeventos nos BRCS enquanto espacialidades para superação de crises e sobreacumulações do modo de produção capitalista mundial.

A ascensão dos BRICS na hierarquia mundial também merece destaque no que tange os megaeventos. Nota-se que alguns países e cidades não conseguem aspirar a ser sede devido à sua pouca relevância no cenário internacional, como Birmingham e Manchester que por sucessivas vezes se candidataram a ser sede das Olimpíadas na década de 1990, porém, fracassaram em ganhar tal disputa (HORNE, 2017). A situação das cidades inglesas demonstra a necessidade de já possuir certa relevância internacional para ser sede de megaevento e a desigualdade intrínseca ao processo que seleciona os jogadores antes mesmo da preleção. Desse modo, quando observamos que quatro países dos BRICS se tornaram sede, podemos afirmar que esse processo não foi aleatório ou por acaso. O destaque internacional que eles obtiveram a partir dos relatórios do Goldman Sachs, a união institucional que promoveram ao longo dos anos e a simbologia de crescimento econômico e contestação fez com que as suas candidaturas fossem potencializadas, justamente, por eles não serem “desconhecidos” ou “pouco importantes” no cenário global. Ou seja, a questão econômica, institucional e simbólica fez com que eles ficassem em posições mais altas nos rankings mundiais e os impulsionasse ainda mais para que se tornassem sede de megaevento. Fato interessante ao pensarmos as Olimpíadas de Inverno de 2022. A disputa para os Jogos ficou entre duas cidades: Pequim e Almaty,

Cazaquistão. A segunda só chegando à “final” da disputa devido a desistência de candidaturas fortes como a de Oslo, Noruega<sup>38</sup>. A escolha do COI acabou sendo Pequim, e não podemos deixar de especular que talvez a decisão pela capital chinesa passasse pela sua relevância internacional adquirida nos últimos anos, diferentemente de Almaty, pouco relevante globalmente. Além da capital chinesa já ter sido sede, portanto, tendo o *know-how* em como ser sede.

Tendo em vista esse processo de mudança, visualiza-se que ele se inicia com a China, quando ela foi eleita a sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2008 (WOLFE, 2019; CORNELISSEN, 2010). Diferentemente dos autores anteriores, acreditamos que a mudança das sedes se inicia em 2001<sup>39</sup>, ao invés de 2008, quando ocorrem as Olimpíadas, porque aquela data seria a de quando Pequim foi eleita sede dos Jogos que iriam ocorrer somente sete anos depois, em 2008. Datar essa mudança em 2001 é essencial. Isso, pois, observando a Figura 1, podemos visualizar que até o ano da realização daquela Olimpíada, em 2008, o restante dos países BRCS que foram eleitos sedes, África do Sul, Brasil e Rússia, tiveram a sua eleição em 2004 e 2007, tomando em conta as Copas do Mundo que aconteceriam em 2010, 2014 e os Jogos Olímpicos de Sochi em 2014, respectivamente. Ou seja, os quatro países sendo eleitos sedes de megaeventos antes mesmo de 2008. Sendo os anos seguintes uma reafirmação desse poder em se tornar sede, notadamente para Brasil, Rússia e China, com as Olimpíadas Rio 2016, a Copa do Mundo de 2018 e as Olimpíadas de Inverno de 2022, respectivamente, com eleição nos anos de 2009, 2010 e 2015<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> A desistência de Oslo na Noruega se relaciona diretamente ao desgaste político e econômico nos países centrais, pois, após consulta à sociedade civil norueguesa houve um forte rechaço que levou a desistência da candidatura pela capital norueguesa. Outras cidades como Cracóvia na Polônia, Estocolmo na Suécia, Lviv na Ucrânia e Munique na Alemanha também acabaram desistindo das candidaturas (MATHESON; SCHWAB; KOVAL, 2018, p. 274), o que pode levar a certa crise no movimento olímpico devido a diminuição no número de candidatos, demonstrando que ser sede não parece ser tão interessante como foi em momentos anteriores. Ademais, notar que os que continuam se candidatando são países considerados autoritários.

<sup>39</sup> Esse ponto é até curioso. Justamente no ano que O'Neill (2001) cunha o termo BRIC, a China é eleita sede de megaevento.

<sup>40</sup> Aqui, talvez caiba algumas especulações. A primeira delas é notar que esse ajuste espacial ocorre, majoritariamente, antes da crise global de 2008, de modo que, ele poderia ser uma resposta ou uma previsão daquilo que estava por vir. Ainda mais quando sabemos que o capital, após ver diminuir as suas chances de reprodução a taxas de retorno de capital mais altas no circuito primário, passa ao secundário para poder encontrar soluções as suas sobreacumulações, dando um predicativo da crise. No contexto analisado, a produção espacial começa a ser deslocada mundialmente, pois, sai dos países centrais e vem em direção aos emergentes, mormente os BRCS. A segunda, quando observamos uma volta dos megaeventos para os países centrais, a partir de 2010, o que demonstra um interesse deles em ser sede e solucionar suas questões de acumulação em sua exclusividade regional. A terceira, o fato da China ter sido eleita sede das Olimpíadas de Inverno em 2015, cinco anos após a Rússia ter sido eleita sede da Copa, de maneira a continuar a adotar os megaeventos enquanto prática socioespacial, podendo demonstrar tanto o seu distanciamento em relação aos BRCS quanto a sua aproximação aos centrais, ou

Para entender melhor essa mudança cabe analisar quais foram as sedes ao longo da história de cada um dos megaeventos analisados. Quanto às s Olimpíadas de Verão<sup>41</sup>, observamos que das 31 edições que ocorreram até a data presente, 27 foram em países do Norte Global, como pode ser visto na Tabela 1, o que representaria 87,1% de todos os Jogos, tendo somente quatro que se deram em países não-Norte, seriam eles os jogos da Cidade do México em 1968, de Moscou em 1980, de Pequim em 2008 e do Rio de Janeiro em 2016. A partir disso podemos observar como os países do Sul pouco receberam esse megaevento, embora, das três últimas edições duas delas ocorreram em países BRCS, China e Brasil, com as Olimpíadas de Pequim em 2008 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. O que demonstra a importância deles em ser sede no início deste século.

Já ao pensarmos os Jogos de Inverno também vemos uma mudança. Na Tabela 2 visualizamos que até 2014 nenhuma Olimpíada de Inverno havia sido realizada em algum país não-Norte. Fato que mudou somente com os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi em 2014. É interessante notar que após as Olimpíadas na Rússia, outro país BRCS também receberá tal evento, a China com os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim de 2022. Novamente podemos observar essa mudança e como ela se deu num curto período, com a diferença de apenas oito anos dois países BR(I)CS iriam receber tais jogos. Desde já é importante observar a China se destacando por Pequim ser a primeira, e até agora única, cidade da história que sediou ambas as Olimpíadas<sup>42</sup>, de inverno e de verão.

Agora sobre a Copa do Mundo, nota-se certo equilíbrio entre os países do Norte e não-Norte para receber tal evento, devido à popularidade do futebol a escala mundial, ainda que as sedes das economias avançadas representam 56% de todas as sedes, contra os 44% do Sul Global. A partir da Tabela 3 podemos observar isso e trazer que por duas décadas, desde 1990, todas as Copas foram disputadas em países centrais. Caminho que mudou drasticamente a partir de 2004 com a Copa do Mundo FIFA da África do Sul que ocorreu 2010, seguida pela Copa do

---

até a sua futura hegemonia enquanto maior economia do mundo, além das possíveis questões de acumulação que o país enfrenta.

<sup>41</sup> Para o leitor mais atento ou fã de esporte pode ter soado estranho não comentarmos a Coreia do Sul como sede de Olimpíada e Copa, contudo, o país “não aparece nessa comparação por já ter alcançado tal grau de desenvolvimento econômico e social que não seria difícil incluí-la entre as economias desenvolvidas, como faz o Fundo Monetário Internacional (FMI).” (RIBEIRO; MORAES, 2015, p. 277).

<sup>42</sup> Já houve casos de cidades que sediaram/sediarão duas ou mais Olimpíadas de Verão, como Los Angeles (1932, 1984 e 2028), Londres (1908, 1948 e 2012) e Paris (1900, 1924 e 2024). Embora, se note que elas não foram sedes em período tão curto como foi Pequim, apenas 14 anos, e que elas sempre foram sedes dos Jogos de uma estação, verão, não das duas “estações”, inverno e verão como foi Pequim.

Mundo FIFA do Brasil em 2014 e pela Copa do Mundo FIFA da Rússia em 2018<sup>43</sup>. Em suma, as três últimas Copas aconteceram em países BRCS, o que demonstra esse claro deslocamento. Ademais, há de se destacar o Brasil e a Rússia como sede de dois megaeventos esportivos distintos, as Olimpíadas e a Copa.

Por último, fica claro que a mudança ocorre num período muito curto de tempo, pois, num período de 14 anos (seja se contarmos a eleição, seja se contarmos a realização), tivemos quase a mesma quantidade de megaeventos em países do Sul Global (sete nos BRCS) que em todo o período anterior (oito em outros países não-Norte antes da era-BRCS). Portanto, constatamos essa mudança na sede dos megaeventos esportivos para os BRCS. Esse sendo o ponto inicial para o desenvolvimento deste trabalho que defenderá como argumento central que há semelhanças nas práticas socioespaciais dos BRCS ao reproduzir megaeventos esportivos.

---

<sup>43</sup> Não colocamos aqui a Copa das Confederações da FIFA, justamente por ela fazer parte do conjunto de eventos relativos à Copa do Mundo, sendo considerada um evento teste para a segunda.

Tabela 1 – Ano dos Jogos Olímpicos de Verão com país e cidades-sede classificados enquanto Norte ou Não-Norte

<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Cidade</b>	<b>Norte/Nã o-Norte</b>
1896	Grécia	Atenas	Norte
1900	França	Paris	Norte
1904	EUA	Saint Louis	Norte
1908	Inglaterra	Londres	Norte
1912	Suécia	Estocolmo	Norte
1920	Bélgica	Antuérpia	Norte
1924	França	Paris	Norte
1928	Países Baixos	Amsterdã	Norte
1932	EUA	Los Angeles	Norte
1936	Alemanha	Berlin	Norte
1948	Inglaterra	Londres	Norte
1952	Finlândia	Helsinki	Norte
1956	Austrália/Suécia	Melbourne/Helsinki	Norte
1960	Itália	Roma	Norte
1964	Japão	Tóquio	Norte
<b>1968</b>	<b>México</b>	<b>Cidade do México</b>	<b>Não- Norte</b>
1972	Alemanha	Munique	Norte
1976	Canadá	Montreal	Norte
<b>1980</b>	<b>Rússia</b>	<b>Moscú</b>	<b>Não- Norte</b>
1984	EUA	Los Angeles	Norte
1988	Coreia do Sul	Seul	Norte
1992	Espanha	Barcelona	Norte
1996	EUA	Atlanta	Norte
2000	Austrália	Sydney	Norte
2004	Grécia	Atenas	Norte
<b>2008</b>	<b>China</b>	<b>Pequim</b>	<b>Não- Norte</b>
2012	Inglaterra	Londres	Norte
<b>2016</b>	<b>Brasil</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Não- Norte</b>
2020 (ocorrendo em 2021)	Japão	Tóquio	Norte
2024	França	Paris	Norte
2028	EUA	Los Angeles	Norte

Fonte: Oliveira (2012), Wolfe (2019) e COI (2021)



Tabela 2 – Ano dos Jogos Olímpicos de Inverno com país e cidades-sede classificados enquanto Norte ou Não-Norte

<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Cidade</b>	<b>Norte/Não-Norte</b>
1924	França	Chamonix	Norte
1928	Suíça	St. Moritz	Norte
1932	EUA	Lake Placid	Norte
1936	Alemanha	Garmisch-Partenkirchen	Norte
1948	França	St. Moritz	Norte
1952	Oslo	Noruega	Norte
1956	Itália	Cortina d'Ampezzo	Norte
1960	EUA	Squaw Valley	Norte
1964	Áustria	Innsbruck	Norte
1968	França	Grenoble	Norte
1972	Japão	Sapporo	Norte
1976	Áustria	Innsbruck	Norte
1980	EUA	Lake Placid	Norte
1984	Bósnia-Herzegovina	Sarajevo	Norte
1988	Canadá	Calgary	Norte
1992	França	Albertville	Norte
1994	Noruega	Lillehammer	Norte
1998	Japão	Nagano	Norte
2002	EUA	Salt Lake City	Norte
2006	Itália	Turin	Norte
2010	Canadá	Vancouver	Norte
<b>2014</b>	<b>Rússia</b>	<b>Sochi</b>	<b>Não-Norte</b>
2018	Coreia do Sul	PyeongChang	Norte
<b>2022</b>	<b>China</b>	<b>Pequim</b>	<b>Não-Norte</b>
2026	Itália	Milão	Norte

Fonte: Oliveira (2012), Wolfe (2019) e COI (2021)

Tabela 3 - Ano das Copas do Mundo com país sede classificado enquanto Norte ou Não-Norte

<b>Ano</b>	<b>País sede</b>	<b>Norte/Não-Norte</b>
<b>1930</b>	<b>Uruguai</b>	<b>Não-Norte</b>
1934	Itália	Norte
1938	França	Norte
<b>1950</b>	<b>Brasil</b>	<b>Não-Norte</b>
1954	Suíça	Norte
1958	Suécia	Norte
<b>1962</b>	<b>Chile</b>	<b>Não-Norte</b>
1966	Inglaterra	Norte
<b>1970</b>	<b>México</b>	<b>Não-Norte</b>
1974	Alemanha	Norte
<b>1978</b>	<b>Argentina</b>	<b>Não-Norte</b>
1982	Espanha	Norte
<b>1986</b>	<b>México</b>	<b>Não-Norte</b>
1990	Itália	Norte
1994	EUA	Norte
1998	França	Norte
2002	Japão/Coreia do Sul	Norte
2006	Alemanha	Norte
<b>2010</b>	<b>África do Sul</b>	<b>Não-Norte</b>
<b>2014</b>	<b>Brasil</b>	<b>Não-Norte</b>
<b>2018</b>	<b>Rússia</b>	<b>Não-Norte</b>
<b>2022</b>	<b>Qatar</b>	<b>Não-Norte</b>
2026	EUA/Canadá/México	Norte

Fonte: Oliveira (2012), Wolfe (2019) e COI (2021)

Figura 1 – Linha do tempo da eleição (à esquerda) e da realização (à direita) dos megaeventos nos BRCS



Elaborado pelo autor

## 2. Megaeventos: reflexões e discussões sobre o conceito

Ao longo das páginas já escritas e das que seguem desse trabalho nos desdobraremos sobre os megaeventos esportivos, todavia, ainda não realizamos um debate aprofundado sobre o conceito de megaevento esportivo. Acreditamos ser necessário esse debate para que aqueles venham a trabalhar com os megaeventos tenham uma guia de como tal conceito foi desenvolvido pela literatura. Logo, nesse capítulo traremos, resumidamente, o histórico e as discussões envolvendo o conceito de megaevento esportivo, além de trazer um conceito nosso. Conceito que apenas serve de guia para a argumentação que realizaremos ao longo desse trabalho, não sendo imposta a outrem, apenas focalizando num ponto basilar deste trabalho, a relação dos megaeventos com a produção neoliberal do espaço e os mecanismos relativos a ela: o espetáculo e a exceção. Argumentaremos a seguir que os megaeventos esportivos são uma das faces práticas da produção neoliberal do espaço. De modo que, urge interconectá-lo melhor com a questão espacial, por isso, todo esse processo de tentativa de conceituação<sup>44</sup>.

Assim, para nós, megaevento é megaevento esportivo, e megaevento é uma (1) grande marca que (2) carrega as mais diversas emoções e sentimentos humanos numa (3) duração limitada no tempo e no espaço, ampliado pela (4) ampla cobertura midiática internacional, com a (5) atração de um grande número de visitantes que irão usufruir de uma (6) grande quantidade de novas instalações e outros pontos de infraestrutura (7) de caráter espetacular que tiveram (8) elevados custos e foram produzidos especialmente para aquele momento, enquadrados dentro das (9) lógicas neoliberais de produção do espaço urbano, no qual uma (10) série de conflitos e rupturas foram instaurados. Destacamos que para ser considerado mega, o evento, majoritariamente, deve ser esportivo, pois, é somente pelo esporte que podemos ter essa dimensionalidade tão tremenda que quase nenhum outro processo de produção do espaço urbano conseguiria trazer.

O debate perante o conceito de megaevento, desde já, nos remete a literatura anglófona, pois, nela, grande parte dos autores considera os megaeventos esportivos e os grandes projetos urbanos (GPU's) como mesmo fenômeno. Discordamos, tendo em vista que apesar de ambos

---

<sup>44</sup> Vale dizer que esse processo parte dos estímulos que ao autor recebeu ao longo das leituras e das suas vivências sobre aquilo que acredita ser importante no debate perante os megaeventos. E trazer o histórico é importante para que quando os megaeventos sejam estudados em outros trabalhos, os sujeitos possam ser tocados de várias maneiras a partir do que seguirá neste capítulo, além de encontrar um bom arcabouço teórico para poder se debruçar e fazer as suas escolhas teórico-metodológicas.

estarem intimamente conectados e, mormente, dentro do segundo existirem muitas produções que se caracterizam como o primeiro, eles seriam coisas distintas.

Assim sendo, devemos entender como que dentro da produção neoliberal do espaço encontramos os grandes projetos urbanos (GPU's) (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012). Os GPU's se encaixam dentro das intervenções propostas pelo empreendedorismo urbano como um dos meios necessários para atrair os escassos investimentos e os poucos consumidores interessantes à cidade, impondo a ela o tipo de intervenção a ser realizada, ou seja, sendo “um receituário global de intervenção sobre o espaço urbano.” (FREITAS, 2016, p. 24). Eles ilustram as novas articulações produzidas pelo neoliberalismo, assim, expressando e dando forma na cidade as transformações político-econômicas contemporâneas (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002). De modo a catalisar e a materializar as mudanças transescalares relativas ao regime de acumulação hegemônico atual. Atuando como instrumentos estratégicos que buscam remodelar a cidade, através de alternativas que combinam flexibilidade e ações diretas com grande potencial simbólico (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002), com o objetivo de trazer crescimento econômico e desenvolvimento urbano (SÁNCHEZ, 1999). Ou seja, os GPU's como uma das faces práticas do neoliberalismo na produção contemporânea do espaço urbano.

Há de se entender o caráter relacional que eles adquirem, pois, a sua produção não é possível se não levarmos em conta as diversas relações de poder locais, então, eles são híbridos por se constituírem por meio da síntese das forças de variadas escalas. A sua presença não sendo somente nos países desenvolvidos, mas, também nos centros urbanos periféricos, devido a capacidade de mobilidade de capital que encontramos na contemporaneidade (MAJOOR, 2008 apud FREITAS, 2016) e a imposição de processos empreendedores globalmente. Por isso, eles não podem se encaixar dentro de um resultado, uma resposta ou uma consequência direta das ações impostas pelos agentes externos, sim, como processos complexos que se dão em uma variedade de escalas com múltiplos agentes em diferentes contextos (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002). Portanto, para que eles deixem de ser uma ideia e se tornem uma prática, as elites locais devem estar interessadas na sua produção, respondendo não apenas aos interesses internacionais, mas, aos interesses transescalares nacionais, regionais e locais.

E nesse processo de reprodução uma série de rupturas acontecerão, pois, para que isso ocorra, necessita-se de uma reconfiguração em uma série de campos. Como o institucional ao estabelecer novos arranjos administrativos como a parceria público-privada (PPP), urbanístico ao trazer discontinuidades à paisagem urbana e ao criar espaços cada vez mais espetacularizados, legal ao impulsionar exceções legais, político ao reconfigurar as coalizações políticas, dentre uma série de outros (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2019). Interessante notar a indispensabilidade do consenso nesse processo. Se não houver um consenso na cidade em relação a importância da adoção dos GPU's como único meio para a saída da crise urbana, pouca será possível a sua produção.

Vale entender que, em sua grande maioria, os GPU's respondem a certa forma urbana, ademais se observamos que na atualidade as intervenções são realizadas por meio de projetos, não por um plano ou pelo planejamento compreensivo, saindo de uma abordagem mais generalista para uma mais particularista e pontual (FREITAS, 2016). Onde a arquitetura se faz muito presente, por meio do “uso de arquétipos e ícones de desenho urbano, engenharia e arquitetura contemporânea, quanto o sombreamento de clichês conceituais de diferentes vertentes críticas.” (FREITAS, 2016, p. 52). Isto é, eles estão de mãos dadas com a arquitetura de espetáculo onde a forma, o design e a estética são pilares, no qual fragmentos e pedaços do urbano têm como objetivo trazer altos graus de monumentalidade e possibilitar maiores retornos econômicos e aumentos na renda da terra perante a sua revalorização (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002). Portanto, observamos que há “uma ênfase na forma mais que na função, uma ênfase nos projetos urbanos pontuais mais que nos planos gerais, buscando melhorar a imagem urbana mediante a criação de novos espaços ou pela revitalização de espaços antigos.” (SÁNCHEZ, 1999, p. 123). Onde a imagem acaba sendo mais importante do que a substância do grande projeto e o que ele pode ter causado, no qual o grande apelo se encontra no marketing urbano (SÁNCHEZ, 1999). A forma não sendo apenas um resultado, mas, um meio de acelerar o domínio fetichista da mercadoria a níveis nunca antes vistos. Ela não estando separada do econômico, todavia, intimamente ligada a ele, pois, a sua reprodução se faz conjuntamente a reprodução da forma-mercadoria e do capitalismo tardio.

Assim, uma série de intervenções serão tomadas na cidade, tendo em vista o caráter central dela na acumulação capitalista atual. Dentre os exemplos que temos de grandes projetos urbanos destacamos os *waterfronts* (intervenções nas zonas portuárias como o Puerto Madero em Buenos Aires e o Porto Maravilha no Rio de Janeiro), os projetos de renovação de áreas

centrais (como em Detroit), os distritos empresariais (como na tentativa da OUC Nova BH), dentre uma série de outros (SÁNCHEZ *et al*, 2004).

A partir de tudo isso, acreditamos que “GPUs são rupturas na produção do tecido urbano, concebidas como formas fechadas, em escala superior à tradicionalmente praticada no local, gerando, através de hegemonia do projeto em detrimento do plano de longo prazo, objetos icônicos que abrigam atividades restritas e homogêneas.” (FREITAS, 2016, p. 59). Dessa forma, na produção neoliberal do espaço, os GPU’s acabam sendo essenciais, mas, para nós o megaevento ganha em escala, seja em importância, seja em tamanho, sendo central na discussão.

Primeiramente, devemos trazer que o termo ‘megaevento’ surgiu pela primeira vez no 37º Congresso da Associação Internacional de Especialistas Científicos do Turismo em 1987 em Calgary, com o tema “O papel e o impacto dos megaeventos no desenvolvimento do turismo regional e nacional”, sendo que naquele momento já se discutia o que faria de um evento, megaevento, e, ali, seriam megaeventos aqueles que teriam uma grande atração de visitantes, além de acontecer em um período de tempo determinado, geralmente pequeno (MÜLLER, 2015b). Ainda que muito simplória tal definição já traz um aspecto muito importante para pensarmos os megaeventos, o deslocamento de uma grande quantidade de pessoas de uma região para outra. Esse deslocamento está diretamente relacionado ao consumo do espaço, ou seja, à ideia de que o ambiente construído deve ser tratado enquanto mercadoria a ser vendida aos consumidores internacionais. A sua venda não é totalmente potencializada se os visitantes não se fizerem espacialmente presentes. Ademais ao consumo do espaço, é vital o consumo no espaço relacionado aos capitais locais que buscam obter lucro por meio dos hotéis, dos restaurantes e de toda a infraestrutura construída para o megaevento e para as acumulações futuras, por exemplo. Novamente, a necessidade da presença física dos visitantes<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Uma discussão interessante, que não será desenvolvida aqui, seria dos megaeventos que aconteceram sem a presença de público. Precisamente, as Olimpíadas de Verão de Tóquio que deveriam acontecer em 2020 e aconteceram em 2021 e as Olimpíadas de Inverno de Pequim que aconteceram em 2022, ambas que não tiveram público devido à pandemia do novo coronavírus. Há de se imaginar o impacto que isso pode trazer aos processos de acumulação ligados a presença de público, que naquele momento podem ser muito menores que as se houve público, e a ampliação do espetáculo, pois, os atletas, por meio de suas redes sociais, se tornam grandes divulgadores da cidade, podendo fazer com que os processos de acumulação não ocorram no momento previsto, todavia, em um posterior. Último ponto que nos faz refletir sobre o tempo de circulação do capital em relação a reprodução dos megaeventos.

Outro ponto importante reside no fato de que a definição do Congresso em Calgary ainda estava muito enraizada na questão do turismo e do lazer (MÜLLER, 2015b), sendo que outros aspectos interessantes foram adicionados.

Para além dessa definição, Roche (2000) busca elaborá-la um pouco mais e melhor trazendo que megaeventos são “eventos culturais de grande escala (incluindo comerciais e esportivos), que têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional”<sup>46</sup> (p. 1). Aqui um ponto se destaca, o caráter dramático.

Partindo desse ponto no conceito elaborado por Roche (2000) e nos baseando no debate realizado por Wolfe (2019), trazemos que os megaeventos só podem ser megaeventos se forem esportivos, pois, o esporte é aquilo que traz dimensões que não encontramos tão claramente na maioria dos processos de produção do espaço urbano, como nos GPU’s.

A dimensão nevrálgica sendo os sentimentos que o esporte mobiliza. Isso, pois, o esporte é um dos poucos fenômenos que possibilita agitar emoções como apego, drama, raiva, compaixão, medo alegria e pertencimento<sup>47</sup>. Qualquer sujeito que pratique ou que acompanhe qualquer esporte, por mais crítico que seja, sabe dos sentimentos envolvidos. Quem nunca chorou de alegria com o título de campeão? Chorou de raiva com uma derrota? Vibrou com uma medalha olímpica? Assistiu ao jogo do rival torcendo pela derrota? Discutiu com alguém? Poderíamos escrever várias perguntas relacionadas ao esporte aqui e uma, ao menos uma, temos a segurança de que tocaria o leitor (nem que seja pelo total desgosto aos esportes). O esporte é um dos poucos capazes de mobilizar afetos que se constituem individualmente, mas que se ligam coletivamente e servem como algo que sustenta a adesão social a determinado processo, no nosso caso, o megaevento, em que indivíduos desamparados encontram no esporte a possibilidade de apoio ao medo (SAFATLE, 2020). Sentimentos sendo extremamente importantes por gerar interesse de um público bastante amplo, de modo a comover e a emocionar uma vasta amplitude de sujeitos que ao se verem envolvidos com a surpresa e o inesperado que o esporte traz em sua essência aumentam a audiência e a importância de

---

<sup>46</sup> Tradução nossa. Fragmento original: large-scale cultural (including commercial and sporting) events, which have a dramatic character, mass popular appeal and international significance. (ROCHE, 2000, p. 1)

<sup>47</sup> Cabe entender que o esporte muitas vezes é utilizado como maneira de fuga da realidade para uma grande parcela da população. Acompanhar algum esporte faz os sujeitos esquecerem da amargura e das perversidades que constituem a reprodução da vida cotidiana. Um subterfúgio das mazelas sociais e um ponto de alívio e alegria dentro do tipo de sistema no qual nos encontramos. Processo que acontece em grandes parcelas do mundo, e o Brasil não deixa de ser um belo exemplo, tendo em vista os níveis que a “paixão” ao futebol chega em nossas terras.



qualquer evento em que o esporte se faça presente. Se não fosse o esporte e se ele não gerasse emoções, o megaevento não seria megaevento. Mega por ter amplitude e ganho de escala global, devido ao esporte. Sendo esse um dos pontos mais importantes para dar o consenso necessário entre as classes para a aprovação da sua candidatura, para a consolidação enquanto sede e para a constituição de mecanismos importantes, como a exceção.

Horne (2012) complexifica o conceito de megaevento ao trazer que “Duas características definidoras dos megaeventos esportivos contemporâneos, primeiro, são considerados como tendo consequências sociais, políticas, econômicas e ideológicas altamente significativas para a cidade, região ou nação sede em que ocorrem e, segundo, atrairão consideráveis cobertura da mídia”<sup>48</sup> (p. 33). A partir do que trouxe Horne (2012), na atualidade, é pouco possível pensar um megaevento que não tenha ampla cobertura midiática internacional. Cobertura diretamente atrelada ao esporte, pois, a ligação entre esporte e emoção (que provoca essa gana em acompanhar o evento) que faz com que os esportes sejam vistos como uma programação especial que atrai grandes públicos, logo, uma programação altamente televisionada. O que acaba sendo uma situação de retroalimentação entre a mídia e os megaeventos, tendo em vista que ela usará dos sentimentos presentes ali para impulsionar e ampliar a potência emocional e dramática para uma enormidade de lugares de modo imediato. Novamente, a questão emocional e dramática proporcionada pelo esporte é essencial. Assim sendo, será o apelo emocional que diferenciará as Copas do Mundo e as Olimpíadas das Feiras e Exposições Mundiais, pois, as primeiras atraem atenção incomparável de mídia em relação.

Para compreender melhor essa discussão vale trazer um breve histórico das Feiras e Exposições Mundiais. Basicamente, a primeira Expo Mundial ocorreu em Londres, Inglaterra, em 1851, trazendo os grandes trabalhos da indústria, com o intuito de demonstrar o que havia de mais evoluído e tecnológico a época (ROCHE, 2000), vendendo a ideia do que seria moderno e do que seria a modernidade (HALL, 2006). A relação entre Expos e Olimpíadas sendo íntima, pois, as primeiras Olimpíadas ocorreram em cidades que estavam sediando, simultaneamente, as Expos, como as Olimpíadas de Paris em 1900, St. Louis, 1904, e Londres, 1908 (ROCHE, 2000). Todavia, ao longo dos anos a diferenciação foi ampliada, tendo em vista o crescimento das Olimpíadas. Ademais, quando notamos que as Expos acabaram se tornando um grande

---

<sup>48</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Two defining features of contemporary sports mega-events are, first, that they are deemed to have highly significant social, political, economic and ideological consequences for the host city, region or nation in which they occur, and second, that they will attract considerable media coverage. (HORNE, 2012, p. 33)

parque temático, que apesar de trazer emoções carrega certo grau de previsibilidade (ROCHE, 2000). Previsibilidade que não ocorre nas Olimpíadas, que sempre pode ter um azarão. Parque temático que dá uma sensação de que pode ser visitado em outro momento oportuno, diferentemente dos megaeventos esportivos, que não podem ser experienciados em outro momento. Ademais, a questão do tempo de duração sendo essencial, pois, as Expos têm duração média de seis meses, diferentemente das Copas do Mundo e das Olimpíadas com uma média de trinta dias. Os megaeventos internalizando o sentimento de urgência no qual faz o sujeito pensar que se ele não for naquele momento para a cidade ver os jogos, jamais irá. Portanto, a questão emocional relacionada a cobertura midiática que diferenciará as Expos dos megaeventos esportivos, a primeira não sendo mega, para nós.

Tal argumento fica muito claro quando visualizamos que os megaeventos se encontram nas posições mais altas dos rankings de audiência televisiva<sup>49</sup>. O que podemos ver pelos Jogos de Pequim em 2008, que alcançaram mais de 4 bilhões de pessoas em audiência total (GRIX; BRANNAGAN; LEE, 2019). De modo que, eles acabam se tornando “ocasiões cívicas vitais; celebrações de identidade, nação e comunidade e boas oportunidades para distração (...) como características aparentemente naturais dos ritmos da vida moderna, um horizonte de festivais de modernidade antecipados como as mudanças das estações.”<sup>50</sup> (GRUNEAU; HORNE, 2016, p. 1)<sup>51</sup>. Ou seja, uma grande festa do capitalismo contemporâneo, festa que para alguns países pode ser a sua festa de apresentação, *coming-out party*.

---

<sup>49</sup>Ao buscarmos por rankings das maiores audiências televisivas globais da história não encontramos nenhuma fonte que fosse plenamente confiável, justamente por esse dado poder variar muito segundo a maneira pela qual se mede a audiência global de um evento televisivo. Porém, ao realizar essa pesquisa, notamos que a maioria das fontes sempre coloca no seu Top 3 algum megaevento, seja a abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim de 2008, ou de Londres 2012, ou alguma final de Copa do Mundo, mormente 2002 e 2006. Ou seja, ainda que usando dados diversos, acabamos encontrando, de um jeito ou de outro, os megaeventos. Ressaltamos algumas das fontes, disponíveis em <https://www.history101.com/27-of-the-most-watched-events-in-history/><https://www.megacurioso.com.br/artes-cultura/109952-10-dos-maiores-eventos-televisivos-de-todos-os-tempos.htm>[https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_most-watched\\_television\\_broadcasts#List](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_most-watched_television_broadcasts#List) Todos acessados em 13 de maio de 2021.

<sup>50</sup> Tradução nossa. Fragmento original: vital civic occasions; celebrations of identity, nation and community and welcome opportunities for distraction (...) as seemingly natural features of the rhythms of modern life, an unfolding horizon of festivals of modernity anticipated like the changes of the seasons.” (GRUNEAU; HORNE, 2016, p. 1)

<sup>51</sup>Esse ponto da celebração da vida moderna merece um adendo, pois, devemos entender que aquela a ser celebrada é a que se enquadra dentro dos padrões ocidentais de vida e de consumo. Nisso, alguns pontos do esporte acabam sendo demasiadamente exaltados, como a competitividade e a meritocracia. Aspectos que se relacionam diretamente aos ideais neoliberais. Portanto, a reprodução do megaevento sendo extremamente interessante para o neoliberalismo ao glorificar a competição, buscando atrelar aquilo se passa no esporte a vida cotidiana. Onde a busca pelo emprego não se torna uma questão da reprodução da vida, mas uma competição entre os sujeitos para ver quem ganha a vaga. A meritocracia atrelada a liberdade individual de sujeito “dar o seu melhor em prol do time”. Time sendo um termo amplamente utilizado nos grupos de trabalho das empresas. O sujeito não fazendo

Ainda que o esporte seja essencial para um evento se tornar megaevento, nem todo evento que tem esporte será megaevento. Isso fica mais claro quando observamos os Jogos da Commonwealth e os Jogos Panamericanos. Apesar de ambos serem eventos que tem como eixo principal o esporte, não os consideramos mega, pois, eles não têm o alcance global necessário para se tornar mega. Ou seja, não possuem a escala necessária para se tornar megaevento. Além de eles serem considerados jogos de “segunda-ordem”.

Para nós, esse alcance global está atrelado à qualidade e a quantidade dos países participantes e a relação deles com a amplitude de cobertura midiática possível. Se observarmos os Jogos da Commonwealth, desde 1998, eles têm uma média constante de 71 países participantes, a maioria deles, ex-colônias britânicas e ilhas. Já os Panamericanos, desde 1995, a sua média é de 42 países participantes, obviamente, a grande maioria sendo países do continente americano. Logo, qualitativamente esses países não representam uma audiência global por excluir zonas importantes, como as Américas ou a Ásia, respectivamente. Tampouco quantitativamente, pois, esses números têm poucas chances de serem alterados ao longo do tempo devido ao recorte espacial que eles obrigatoriamente têm: os países participantes da Commonwealth<sup>52</sup> e os países do continente americano. Ambos os números podendo parecer altos, porém, quando analisamos as Olimpíadas de Verão, eles se fazem muito pequenos, tendo em vista que ela recebeu em média cerca de 200 países desde 1996. Até as Olimpíadas de Inverno (que podem parecer pouco importantes para os países tropicais como o Brasil) também tendo números interessantes com uma média de 86 países participantes desde 1998, chegando a 102 países na edição de Pyeongchang, Coreia do Sul, em 2018, e 91 em Pequim, China, 2022. Ou seja, as Olimpíadas possuindo um alcance global ampliado em relação aos dois primeiros, quantitativamente e qualitativamente, que tem apenas um alcance regional (MASCARENHAS, 2014).<sup>53</sup>

---

parte mais de um ramo da empresa, mas do time X. De modo que esporte e vida cotidiana acabam se atrelando cada vez mais. O que facilita a gamificação da vida. Não basta o sujeito trabalhar, ele tem que ser o “funcionário do mês”. Também atrelado ao período espetacular que vivemos hoje, em que a cobertura midiática ampliou em graus nunca antes vistos a competição e a disputa, em que tudo relacionado aos esportes acaba sendo utilizado como estratégia de marketing. De modo que, aquelas vidas que não se encaixam dentro dos padrões de competição e individualidade acabam sendo rejeitadas e excluídas do processo. Destacamos o processo civilizatório que ocorreu em Pequim para os Jogos de 2008, no qual o governo realizou campanhas para “conscientizar” e “disciplinar” a população sobre como se comportar durante o megaevento (BROUDEHOUX, 2017).

<sup>52</sup> Commonwealth seria o nome do grupo de nações que anteriormente era conhecido como a Comunidade Britânica de Nações, que é uma organização governamental com 53 países membros, sendo eles, basicamente, enclaves, colônias e ex-colônias britânicas.

<sup>53</sup> Alguns devem estar se questionando por que a Copa do Mundo de Futebol ingressa nos megaeventos. Ela é um megaevento pelo simples fato de que o futebol é esporte mais popular do mundo. Não importando que apenas atualmente 32 países participem, pois, públicos para muito além dos participantes acompanham o megaevento.

Ademais devemos entender que os Jogos Panamericanos e os Jogos da Commonwealth são considerados jogos de “segunda-ordem”, enquanto as Olimpíadas e a Copa são de “primeira-ordem”. Essa diferenciação é importante, pois, usualmente, os eventos de segunda-ordem são utilizados como propulsores e impulsionadores dos países e cidades sede para serem futuras sedes de megaeventos (de primeira-ordem) (BLACK, 2007). Isso, pois, a possibilidade e a potencialidade de se criar e impulsionar uma imagem global a partir dos de segunda-ordem é muito baixa em comparação aos de primeira (BLACK, 2007), para nós, relação direta com a diferença na quantidade e na qualidade dos países participantes (se são realmente globais ou não). Ademais, entende-se que os de segunda tem o papel de servir como teste para comprovar a capacidade logística e organizacional das sedes, ela sendo comprovada, para que eles possam sediar eventos de maior magnitude (BLACK, 2007). Tendo em vista que se um país tiver muitos problemas e dificuldades em sediar um evento de segunda-ordem, provavelmente, ele não terá a competência para sediar os de primeira. Dois países dos BRCS utilizaram de eventos de segunda-ordem como teste, Brasil e África do Sul. De modo que

Esta estratégia foi implementada de forma eficaz pelos organizadores na África do Sul com uma série de eventos de segunda-ordem (incluindo as Copas do Mundo de Críquete e Rúgbi) em seu caminho para ganhar os direitos para a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2010. Os organizadores brasileiros também empregaram essa estratégia, hospedando os Jogos Panamericanos antes de conquistar os direitos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.<sup>54</sup> (WOLFE, 2019, p. 81)

Esses argumentos fizeram com que esse trabalho não trate sobre a Índia no contexto dos megaeventos, mudando o acrônimo BRICS para BRCS/BR(D)CS. Justamente pelo fato de o país ter sediado os Jogos da Commonwealth de 2010 na cidade de Nova Delhi, um evento esportivo, para nós, não um megaevento. Enfim, não cabendo ao escopo dessa dissertação

Pelos megaeventos terem essa característica de conectar e inter-relacionar globalmente milhares de milhões de pessoas, eles acabam se tornando lugares perfeitos para o desenvolvimento de uma série de negócios (GRUNEAU; HORNE, 2016). Essa grande possibilidade de realizar negócios acabou transformando-os em um negócio, o que fica mais claro quando notamos que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos se tornaram marcas registradas, *trade marks*™, da FIFA e do COI, respectivamente (VELOSO, 2016). Sendo um

---

<sup>54</sup> Tradução nossa. Fragmento original: This strategy had been deployed effectively by organizers in South Africa with a string of second-order events (including the Cricket and Rugby World Cups) on their path to winning rights for the 2010 Men’s Football World Cup. Brazilian organizers employed this strategy as well, hosting the Pan American Games before winning rights for the 2014 World Cup and the 2016 Summer Olympics. (Wolfe, 2019, p. 81)

dos retratos do processo de mercantilização atual. Ambas as organizações possuindo estratégias de marketing muito fortes que ligam diferentes ideais do esporte a elas, além de trazerem os patrocinadores como os verdadeiros patrões e mandantes do processo, fazendo exercer na cidade a sua vontade, de modo a “ditar as regras do jogo em assuntos que vão desde o horário de realização das competições até a localização das instalações esportivas e o padrão estético de seu entorno” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 91). Tal ponto demonstra a transformação da celebração e da emoção que existem dentro do esporte em mercadoria, colocando o capital com o papel principal no comando do megaevento. Mercantilização e centralidade do capital sendo pontos importantes do neoliberalismo. Ademais, é importante notar que os megaeventos são centrais para que uma gama de agentes hegemônicos tenha margens gigantescas de lucro, sendo a fonte de receita principal para os agentes transnacionais como a FIFA e o COI, principalmente as advindas da televisão (OLIVEIRA, 2012).

Assim, podemos perceber como que o megaevento ingressa no neoliberalismo, que cada vez mais amplia a sua escala de reprodução no espaço. Argumento que nos leva a conceituação de Müller (2015b) de que “megaeventos são ocasiões itinerantes de duração fixa que atraem (1) um grande número de visitantes, (2) têm um grande alcance midiático, (3) vêm com grandes custos e (4) têm grandes impactos no ambiente construído e na população.”<sup>55</sup> (p. 634). Tendo o autor adicionado os custos e ressaltando a questão do ambiente construído<sup>56</sup> como um dos elementos principais na constituição do megaevento.

Perante os custos em relação aos megaeventos nos BRCS, cabe observar o seu ganho de escala. Primeiramente, com os Jogos de Sochi 2014, sendo o megaevento mais custoso da história, chegando aos 51 bilhões de dólares, atrás de Pequim 2008 que ficou em 40 bilhões de dólares (ZIMBALIST, 2016, p. 86). Ainda em relação às Olimpíadas, com custo muito abaixo dos dois primeiros, mas, também, gigantesco, temos Rio 2016 em 13,2 bilhões de dólares (REUTERS, 2017). Perante as Copas, a Rússia lidera novamente com a Copa de 2018 custando 14 bilhões de dólares (THE MOSCOW TIMES, 2018), ademais, tendo a Copa de 2010 na

---

<sup>55</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Mega-events are ambulatory occasions of a fixed duration that attract (1) a large number of visitors, (2) have a large mediated reach, (3) come with large costs, and (4) have large impacts on the built environment and the population. (MÜLLER, 2015b, p. 634)

<sup>56</sup> Perante o ambiente construído cabe ressaltar que ele é produzido tem como motivação quase que exclusivamente o megaevento, o que faz com que ele se diferencie, por exemplo, de grandes aglomerações como o Super Bowl de futebol americano estadunidense, a World Series de beisebol estadunidense ou a Haje, peregrinação muçulmana para Meca (WOLFE, 2019), pelo fato deles terem a sua produção momentânea e não criarem uma nova grande quantidade de infraestrutura a cada vez que acontecem como nos megaeventos.

África do Sul e a Copa de 2014 no Brasil custo aproximados em 4,3 bilhões de dólares (BALLONG, 2010) e em 11,3 bilhões de dólares (RAPOZA, 2014), respectivamente.

Ademais, perante o ambiente construído diferenciaremos melhor os GPU's dos megaeventos. A diferença residindo no fato de que o megaevento evoca ainda mais aspectos importantes na sua reprodução em comparação aos GPU's. Dos dez pontos que trouxemos para conceituar os megaeventos, os GPU's se encaixam em apenas quatro deles, resumidamente, o ambiente construído, o espetáculo, o neoliberalismo e as rupturas<sup>57</sup>. Estes compartilhados com o conceito de megaevento. Já os megaeventos se constituem com este quatro e adicionam seis pontos em relação a ele, como os visitantes, o tempo de duração, as emoções, a cobertura midiática, a marca e os custos ampliados<sup>58</sup>. Ou seja, o segundo sendo ainda mais complexo do que o primeiro.

Ademais a esse argumento, é ainda mais central para nós o fato de que os megaeventos proporcionam a produção de grandes projetos urbanos dentro deles. De maneira que, dentro da produção do megaevento realizam-se vários GPU's. O exemplo mais claro dessa inserção do segundo no primeiro encontramos nas Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016. Nela, além das mega construções inerentes ao projeto olímpico, como as instalações esportivas, tivemos a produção do Porto Maravilha, grande projeto de revitalização da região portuária carioca com a construção de museus e outras instalações endereçadas ao turismo. Ele era um projeto que vinha sendo arquitetado desde a década de 1980 pelo governo do Rio de Janeiro, mas, a sua produção vinha em passos lentos, sendo acelerada devido à cidade ter se tornado sede olímpica (OLIVEIRA, 2012). Ou seja, vemos a importância da Olimpíada em alavancar o Porto Maravilha, que seria um GPU por si só, todavia, devido a associação feita entre ele e as Olimpíadas, acabou que o Porto ingressou dentro dos projetos essenciais para o megaevento e teve a sua produção apressada. Freitas (2016) ao trabalhar sobre os GPU's em Belo Horizonte demonstra como que a vinculação de certos GPU's com o megaevento fez com que a produção deles fosse acelerada, como podemos ver na citação a seguir:

a associação ao megaevento garante maiores recursos e maior agilidade a processos de desapropriação, contratação de empresas e licenciamento ambiental. Por outro lado, a associação ao megaevento esportivo confere maior visibilidade na mídia, e também maior acesso a informações relacionadas ao projeto através de portais de transparência. (FREITAS, 2016, p. 108)

<sup>57</sup> Pontos em ordem cronológica em relação ao desenvolvimento do argumento no texto.

<sup>58</sup> Pontos em ordem cronológica em relação ao desenvolvimento do argumento no texto.

Esses pontos confirmam o nosso argumento que os GPU's se inserem no megaevento, porém, são menores e tem a capacidade de aglutinação de recursos e realização, também, menor. Isso, pois, somente o megaevento carrega aspectos, como a emoção humana e o prazo de entrega (que seria a sua data de realização), que aceleram a produção de tudo o que ele envolve.

Vale destacar um ponto do conceito dos megaeventos que potencializa os conflitos e as rupturas que emergem no processo: a cobertura midiática. Ela age pelos dois lados, tanto em possibilitar a celeridade na produção do megaevento quanto em dar evidências e voz às resistências a esse projeto. Resistências que emergem pela transparência dos megaeventos, como dito na citação anterior, e que fizeram com que o movimento olímpico<sup>59</sup> ingressasse em certa crise devido a diminuição no número de candidatos a sede. Ou seja, a cobertura midiática amplia situações que existem nos GPU's, porém, que ganham maior destaque e escala ao se realizarem nos megaeventos.

Não podemos deixar de mencionar a forma pela qual ambos têm uma íntima relação com a produção neoliberal do espaço, de maneira que, nesse processo de produzir novas infraestruturas, tanto de instalações olímpicas quanto de novos meios de transporte e atrações turísticas, observamos a potencialização da mercantilização cada vez maior do espaço. Assim, gerando novos valores de troca em prol dos valores antigos, num processo de destruição criativa ou até mesmo recreativa do espaço. Ademais, entendendo os megaeventos como oportunidades perfeitas para solucionar as crises de sobreacumulação existentes, fazendo do espaço olímpico ou da Copa do Mundo um bom local para solucionar essas contradições. Sendo os BRCS uma das melhores espacialidades para solucionar essas crises na contemporaneidade por fazer um ajuste espacial possivelmente mais lucrativo das possibilidades de resposta.

Isso posto, o ambiente construído se torna essencial, pois, ele é o mecanismo de comunicação utilizado pelos agentes locais que garantiria capital simbólico e iconográfico e demonstraria determinados valores culturais e cívicos aos investidores internacionais (BROUDEHOUX, 2017, 2010), além de garantir a acumulação e a reprodução capitalista.

---

<sup>59</sup> Movimento olímpico seria composto por todas as entidades e organizações envolvidas na produção dos Jogos Olímpicos, nisso, incluso até a FIFA (Federação Internacional de Futebol). Movimento que teve suas regras estabelecidas a partir da Carta Olímpica de 1908 (e suas outras edições posteriores) e que tem como agente central o Comitê Olímpico Internacional (OLIVEIRA, 2012).

Cabe mencionar que a ampla divulgação midiática do megaevento faz com que a imagem a ser veiculada internacionalmente tenda a ser meticulosamente pensada, assim, sendo ela construída dentro do espetáculo e para vender espetáculo (WOLFE, 2019). Fazendo com que a produção das instalações e outras infraestruturas estejam diretamente ligadas à imagem que a cidade quer ter internacionalmente, exaltando os locais onde há imóveis modernizados que se encaixam na cultura sofisticada e na eficiência internacional e escondendo ou omitindo espaços que sugerem atraso ou declínio, pois, eles podem manchar a paisagem minuciosamente construída (BROUDEHOUX, 2016; SÁNCHEZ, 1999). Devido a essa seleção do que pode e o que não pode ser visto perante o escrutínio internacional observa-se a criação de enclaves de consumo, onde se exhibe e se consome as partes mais higienizadas e controladas da cidade no qual o bem-estar do turista é prioritário (MASCARENHAS, 2014). Isso recria a ideia das duas cidades, uma bela e segura feita “para inglês ver”<sup>60</sup> numa simbiose entre imagem e produto (ARANTES, 2000) e uma real, marcada pelos conflitos intrínsecos ao capitalismo e à sociedade urbana contemporânea.

A partir disso, visualizamos que a produção neoliberal do espaço acaba por aumentar os conflitos, as rupturas e a segregação socioespacial e aprofundar a desigualdade nos investimentos dentro da cidade ao (re)valorizar e ao exaltar determinadas áreas em relação a outras, somente porque certos locais se adequam mais ao que se diz que o público internacional busca.

A questão da produção do espaço nesse contexto clarifica o fato de os megaeventos serem extremamente políticos, pois, desde a sua concepção, passando pelo seu desenvolvimento até os momentos posteriores visualizamos as aspirações e os interesses de uma diversidade de agentes, onde podemos destacar os imobiliários, as empresas transnacionais, o Estado e os grupos de resistência popular, entre outros, que se encontram numa diversidade de escalas, onde conflitos, tensões e disputas se desenvolvem (WOLFE, 2019). Lembrando o papel do Estado em bancar a candidatura da cidade ou do país e, posteriormente, fazer com que o megaevento ocorra segundo as normas estabelecidas, além de garantir que patrocinadores e agentes transnacionais tenham os seus desejos satisfeitos. Sendo

---

<sup>60</sup> Aqui, utilizamos a expressão popular brasileira “para inglês ver” como algo que é feito somente para determinado público, mas que não tem grandes consequências no real. Um outro termo que é muito utilizado na literatura é “Potemkinismo”, remetendo-se a Grigory Potemkin que usou cenários de cidades para demonstrar ao Czar russo um maior desenvolvimento das cidades russas, ao invés de trazer do que se passava na realidade. Para mais sobre o Potemkinismo ver Broudehox (2017) e Wolfe (2019).



mister entendermos que o que está em jogo é o futuro do país ou da cidade sede, no qual o resultado e as narrativas serão a síntese de todo o processo (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002).

**CANDIDATURA**

### **3. A produção neoliberal do espaço: “a cidade empreende” por meio do espetáculo e da exceção**

acumulação que tem como objetivo a ampliação da lógica de mercado para todos os aspectos da vida, sendo ele, o neoliberalismo. O espaço não estando livre dele e sendo essencial para o seu crescimento e desenvolvimento, de modo que, a produção do espaço na atualidade seria a produção neoliberal do espaço, devido a sua hegemonia. Esse processo perpassando todas as escalas, logo, sendo transescalar e sendo na cidade que ele se aprofunda, ao transformá-la em sujeito que busca as soluções para as suas questões no mercado, se vendendo e empreendendo para conseguir sair da crise em que se encontra. Assim, a cidade sendo o lócus para o desenvolvimento do neoliberalismo. Desse modo, dois mecanismos serão muito utilizados para que o mercado alcance níveis cada vez mais profundo, o espetáculo (ao ampliar a forma-mercadoria a escalas nunca vistas) e a exceção (ao catalisar formas de governo e Estado cada vez mais autoritárias). Os megaeventos nos BRCS sendo um ótimo fenômeno para podermos analisar com maior grau de profundidade todos esses processos citados acima. Nas sessões adiante trabalharemos esses processos e a sua relação com os megaeventos.

#### ***A consolidação do neoliberalismo enquanto prática impositiva híbrida na contemporaneidade***

Anteriormente ao neoliberalismo, destacamos a época do Estado de bem-estar social, também entendido na qualidade de pacto keynesiano-fordista. Tal período teve o seu auge entre os anos de 1930 até cerca de 1970, claro, variando em grau e em temporalidade nos diversos espaços-tempo. Previamente a ele tínhamos como regime de acumulação hegemônico o liberalismo clássico que tinha como pauta a intervenção estatal nula ou muito baixa e o mercado como detentor do poder, tomando grande parte das decisões e das ações. Ele caiu em derrocada após a crise de 1929, vista como consequência da sua adoção, e fez com que uma série de medidas fossem adotadas em prol de um novo regime de acumulação. Ele seria o keynesianismo-fordista, no qual se desenvolveu uma série de políticas de bem-estar social que se baseavam na indústria de produção em grande escala e na adoção de políticas públicas sociais. Isso lastreado pelo contrato social estabelecido entre capital e trabalho, em que havia um grande Estado interventor que, neste momento, cumpria com uma série de demandas de ambos os lados, de modo a assegurar que conjuntamente aos ganhos da produtividade industrial haveria um aumento proporcional dos salários dos trabalhadores (MAGALHÃES, 2015).

A garantia de um sistema de proteção social ao trabalho por meio do Estado, ademais às questões relativas à crise do liberalismo clássico, também respondia aos conflitos referentes à Guerra Fria, pois, salvaguardar as conquistas do trabalho servia como meio de legitimar o capitalismo em relação ao socialismo proposto pelo Leste (MAGALHÃES, 2015). Isso, pois, havia a necessidade de demonstrar que o sistema capitalista poderia proporcionar uma boa qualidade de vida aos seus cidadãos e de fazer com que o ar revolucionário que pairava no ar, amedrontando a classe dominante perante a ideia de uma possível revolução caso a desigualdade aumentasse e as condições gerais de reprodução decaíssem, pudesse ser menos intensa.

A adoção deste sistema findou por aglutinar o capital em benefício de um grande projeto modernizador que tinha como causa e consequência a ampliação e a extensão das relações de produção capitalistas ao largo do território, majoritariamente nacional (MAGALHÃES, 2015). Para isso, o Estado deveria agir como agente capitalista ampliador do capitalismo, ainda que apaziguando a luta de classes. Aqui, o Estado tendo um papel central ao investir em atividades produtivas e em infraestrutura, de modo a estimular a formação de um mercado de trabalho (XAVIER, 2018) formal e garantir a sobrevivência e a continuidade do trabalho.

Logo, durante esse período tínhamos uma produção do espaço (ainda que passível de muitas críticas que não conseguiremos realizar aqui) que era dirigida, guiada e realizada, majoritariamente, pelo Estado com o objetivo de garantir o básico para o bem-estar dos seus cidadãos. O planejamento urbano, pautado no modernismo, idealizava a cidade enquanto um lugar salubre e eficaz, instrumentalizada e reordenada pela produção, segundo a sua racionalidade, focando-se no pensamento técnico e se concentrando na centralização das decisões, funcionalizando o espaço a partir da burocracia estatal que demandava tais tipos de projetos (NOVAIS, 2016). Já neste período uma série de críticas começam a aparecer. Muitas delas consideravam que o Estado, no keynesianismo-fordista, seria demasiadamente grande, forte e interventor, por vezes muito democrático segundo as visões neoliberais (MAGALHÃES, 2016).

As críticas ficaram ainda mais fortes e ampliadas quando, a partir de 1970, o pacto keynesiano-fordista entra em uma grande crise. Crise essa que emerge devido aos duplos aspectos apontados por Lipietz e Leborgne (1988): a queda da lucratividade por parte do capital industrial que elevou a internacionalização da cadeia produtiva e a instabilidade em relação ao

emprego que colocou em xeque o Estado providência. Processos que fizeram com que a inflação e o desemprego se tornassem reais, vale dizer, situações que não condiziam com a teoria keynesiana (MAGALHÃES, 2015). Tendo em vista a crise, inicia-se o rompimento do contrato social entre capital e trabalho, de modo a não garantir ao segundo as suas conquistas, como o aumento dos salários em relação a produtividade, e ampliar o comprometimento do Estado com o primeiro, quando ele busca assegurar o crescente aumento da lucratividade. Perante esse contexto de crise do Estado de bem-estar social, alternativas emergem, dentre elas, o neoliberalismo, sendo visto enquanto uma das únicas saídas possíveis a crise (MAGALHÃES, 2015) e uma das mais interessantes sob a ótica do capital.

O termo “neoliberalismo” foi primeiramente proposto pelo economista Alexander Rustow, no Colóquio Walter Lippmann em 1938 em Paris, França. Sendo o primeiro grande encontro dos teóricos e apoiadores do neoliberalismo, momento no qual se buscava uma renovação do pensamento liberal diante do intervencionismo keynesiano. O economista alemão propunha esse novo termo, justamente, para distanciar as novas propostas do Colóquio e dos seus teóricos do liberalismo clássico, aquele mesmo culpado e condenado como causador da crise de 1929 (MAGALHÃES, 2015). Outro momento, também muito importante, foi a criação da Sociedade Mont Pèlerin em 1947 na Suíça por Friedrich Hayek, autor pilar do pensamento neoliberal (MAGALHÃES, 2015).

Para se diferenciar do liberalismo clássico, no qual era negada qualquer intervenção por parte do Estado, e para se diferenciar do keynesianismo-fordista, no qual a ação do Estado era focada em garantias tanto para o trabalho quanto para o capital, o neoliberalismo defendia que o Estado deveria ter uma ação proativa e incisiva, interventor no sentido de garantir as condições necessárias para o pleno funcionamento do livre mercado (MAGALHÃES, 2016). Ou seja, agora, o Estado deve intervir, porém, apenas na garantia da reprodução e da acumulação capitalista, pouco se importando as condições de produção e reprodução social do trabalho.

Nesse movimento de dupla crítica e diferenciação, os neoliberais acabam por defender dois princípios primordiais, o da liberdade e o da competição (MAGALHÃES, 2016). Perante o primeiro, destacamos que a noção de liberdade defendida por eles é a da liberdade individual. Não se trata da liberdade num sentido coletivo, sim, a liberdade de cada um dos sujeitos. Liberdade que segue a lógica de que todas as ações tomadas pelos sujeitos partem de uma

vontade própria e sem intermédio alheio, “decorrente das atribuições subjetivas de utilidade individual a opções distintas disponíveis no mercado.” (MAGALHÃES, 2016, p. 44). Nessa lógica, o sujeito escolhe o que fazer, por que fazer e de que modo fazer simplesmente pelos seus pensamentos, sem qualquer influência seja ela qual for. Assim, possuindo total capacidade de determinação e de escolha. Embora, há de se entender que existe uma redução da subjetividade do sujeito, encaixotando-o apenas como ser econômico, no qual as suas decisões são unicamente tomadas pela questão econômica, o *homo economicus*, deixando de lado outros sentimentos e emoções que o constituem. Além de negar as diversas influências que recebem, por exemplo, as estratégias de marketing. Partir da liberdade individual faz com que se presuma que as pessoas sempre devam buscar solucionar as suas questões e os seus problemas individualmente, não cabendo ao Estado intervir. Já que o sujeito sabe o que é melhor para si. Logo, o indivíduo teria a livre-escolha plena e não haveria melhor local para solucionar e resolver as suas questões que no mercado, pois, ele é quem dá as melhores e mais justas opções. Jamais o Estado sob essa ótica. Consolida-se a individualidade, cada vez menos importando as decisões coletivas, somente sendo relevantes as individuais. Tendo em vista que é individualmente que os sujeitos solucionam as suas questões, o acesso ao dinheiro seria o melhor meio para isso, não cabendo ao Estado ser “paternalista” e prover soluções coletivas as questões dos seus cidadãos (MAGALHÃES, 2016). Cada um teria a liberdade de escolher uma solução disponível no mercado.

O segundo princípio, a competição, se constitui dialeticamente com o primeiro, pois, partindo-se do pressuposto de que todos somos livres e agimos perante as nossas próprias vontades, caberia aos indivíduos competir pelas melhores soluções. Desse modo, os indivíduos livres postos a competir no mercado pela solução dos seus problemas fariam com que a competição não ficasse somente entre eles, mas, também, em relação aos ofertantes, ampliando o leque de escolhas (MAGALHÃES, 2015). Isso, tendo em mente que todos agem apenas segundo os cálculos econômicos de utilidade, no qual outros aspectos da vida não se fazem presente. Então, a competição se torna uma grande linha guia neoliberal (MAGALHÃES, 2015), acreditando-se que “a competição entre indivíduos sirva ao suposto interesse coletivo” (MAGALHÃES, 2016, p. 39). O imperativo da competição no mercado servindo para a ampliação dele, pois, ele seria o único solucionador e apaziguador dos problemas (MAGALHÃES, 2015).

Esses dois princípios serão a guia da mudança neoliberal em relação ao Estado, pois, ele tem o papel principal de garantir que ambos os pilares sejam plenos. Por conseguinte, ele só teria poder de agir se for para servir aos interesses do mercado, criando as condições necessárias para que os capitais privados possam atuar em domínios cada vez maiores, por exemplo, aqueles em que o Estado atuava (MAGALHÃES, 2015). O que nos permite visualizar a neoliberalização enquanto um projeto utópico de ampliação da lógica de mercado para toda a vida cotidiana e um programa de mudanças institucionais que visem o domínio do mercado no Estado (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 363). Portanto, a intervenção é bem-vista quando garante a ampliação do mercado, de modo que

prioriza respostas baseadas no mercado, orientadas para o mercado ou disciplinadas pelo mercado para problemas regulatórios; esforça-se para intensificar a commodificação<sup>61</sup> em todos os domínios da vida social; e, frequentemente, mobiliza instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para a realização capitalista de lucros. (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012, p. 18)

Aqui ressaltamos a grande diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Se o primeiro era contra qualquer intervenção estatal, o segundo prega pela necessidade de que o Estado seja forte e interventor fazendo movimentações necessárias para a ampliação e a dominação da lógica de mercado, sendo “sempre previsível para os agentes econômicos.” (MAGALHÃES, 2016, p. 45). Propositivo no sentido de propor medidas que agradem e elevem o status do mercado dentro da administração pública, mas não apenas isso. Compreendemos que o Estado não deve ser somente um facilitador, sim, se constituir enquanto neoliberal. Ou seja, não apenas apoiar ou possibilitar que o mercado avance, sim, ser aquele que fará com que o mercado avance. Saindo de uma posição permissiva, para uma posição constitutiva. Fazendo um paralelo com o que Magalhães (2016) traz perante a discussão de Lefebvre sobre o Estado, não teríamos o Estado no neoliberalismo, mas, sim, a busca pelo Estado-neoliberal.

A centralidade que o Estado ganha na discussão se faz por meio da sua posição privilegiada enquanto ente e autoridade hegemônica do poder, somente ele sendo capaz de garantir as condições de produção e a extração de mais-valor e renda necessários para o mercado (MAGALHÃES, 2016). Tomando em conta que, “o capital não se realiza sem a existência de diversos pré-requisitos providos pela autoridade violenta do aparato estatal: direito de propriedade privada, garantia de contratos, leis, polícia e prisões, moeda única, infraestrutura

---

<sup>61</sup> Commodificação aqui tem o sentido de mercadificação, ampliação do mercado, não de ampliação das *commodities* enquanto produtos primários de baixo valor agregado cujo preço é tabelado no mercado internacional, como a soja, o café e o minério de ferro.

física e institucional, fronteiras etc.” (MAGALHÃES, 2016, p. 49). Por isso o giro que o neoliberalismo traz, pois, sem o aparato repressor do Estado (MAGALHÃES, 2016), é impossível que o mercado atue, cresça, domine e aprofunde nas esferas que ele pretende atuar, ou seja, todas. Enfim,

o neoliberalismo não como um processo que esvazia o Estado a favor da promoção do mercado, mas como um fortalecimento do Estado a partir de uma forma reestruturada de sua atuação. Não se trata, assim, de Estado frágil, mas de um Estado forte neoliberal, cujas consequências geográficas abrangem processos socioespaciais de grande envergadura e profundidade. (MAGALHÃES, 2016, p. 36)

Nisso, há de se entender que a conversa sobre o “Estado mínimo” que muitas vezes se diz sobre o neoliberalismo, na realidade, se constitui a partir de uma concepção de Estado ainda intimamente ligada ao que se considerava Estado no pacto keynesiano-fordista. No neoliberalismo teríamos o fim desse tipo de Estado, no qual havia um contrato social entre Estado-capital-trabalho, de modo a emergir um novo contrato social entre Estado-capital-capital..., numa “nova rodada de reorganização desta ciranda de poder” (MAGALHÃES, 2015, p. 75). De jeito que, o neoliberalismo transforma a forma de ação do Estado de ausência para presença (MAGALHÃES, 2016), no qual se tem “a economia de mercado determinando as decisões políticas e jurídicas” (BERCOVICI, 2014, p. 748).

Apesar de termos trazido essa breve história da crise fordista para o neoliberalismo, o segundo não pode ser entendido apenas como um sucessor, um resultado ou um efeito colateral da crise do primeiro (PECK; TICKELL, 2002; THEODORE; PECK; BRENNER, 2011). Isso, pois, ele não surge das cinzas de forma espontânea e autônoma enquanto prática política, econômica, social e cultural a partir da retirada abrupta do Estado providência, simplesmente se apoderando de todo um sistema sem nenhum conflito ou tensão, mas, sim, parte-se de um processo em que há um realinhamento macropolítico internacional (PECK; TICKELL, 2002) visando a reestruturação institucional e a solução das questões que advirão após a sua implementação (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011), claramente, de modo muito complexo, contraditório, não-linear e dialético.

E qual é o seu objetivo principal? Esse novo modelo busca estender o mercado, a competição e a mercantilização a todos os setores da sociedade e da vida, aqui, nos megaeventos, solapando outros interesses que não sejam intimamente atrelados a reprodução e a acumulação capitalista e excluindo e apagando as conquistas do movimento anterior, de modo a propagar e a afirmar que “mercados abertos, competitivos e não regulamentados, livres de



todas as formas de interferência estatal, representam o mecanismo ideal para o desenvolvimento econômico.” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 350)<sup>62</sup>. Restaurando e ampliando enormemente o poder das classes dominantes, com o intuito de que os seus capitais possam se reproduzir cada vez mais e ampliar ainda mais o seu alcance (MAGALHÃES, 2015). Ao realizar tal reorientação, ele se torna quase instantaneamente um discurso forte e hegemônico, pois, o seu alinhamento favorece, justamente, os poderosos do poder político-econômico (PECK; TICKELL, 2002), os dominantes.

Vale dizer, o neoliberalismo não sendo apenas uma corrente teórica ou um modelo de relação entre Estado e economia que governos podem ou não adotar, mas, sim, uma imposição e uma autoridade política disciplinar que compele a regra do mercado sobre todas as relações sociais, políticas e econômicas, moldando-as e transformando-as (BRENNER; THEODORE, 2002). Então, o neoliberalismo se constituindo na qualidade de regime de acumulação hegemônico na contemporaneidade. Regime que se constrói por meio das pressões e das relações transescalares entre os diversos capitais interessados na ampliação da lógica de mercado. Buscando tomar de assalto campos onde outros tipos de relação socioespacial se constituem<sup>63</sup> e reconfigurá-las segundo a liberdade e a competição no/do/para o mercado. Sendo os meios necessários para a ampliação dessa lógica dois movimentos essenciais, seriam eles o “*roll-back*” e o “*roll-out*” neoliberal propostos por Peck e Tickell (2002).

O movimento de “*roll-back*” se iniciou em meados de 1970, período em que o mundo vivenciava a crise keynesiana-fordista. O movimento carrega alguns dos fundamentos básicos neoliberais como a desregulamentação do mercado, as privatizações, a redução de impostos e o desmantelamento de programas sociais. Tais fundamentos ancoram-se na ideia preliminar de que o Estado estava muito forte ou inchado e, assim, caberiam ações que tivessem como objetivo diminuí-lo e retroceder as ações por ele praticadas, sendo “a redução governamental a condição *sine qua non* para o revigoramento das empresas privadas, do livre mercado e da liberdade individual” (PECK, 2012, p. 629)<sup>64</sup>. Ou seja, um claro processo de destruição e desmantelamento das institucionalidades e das conquistas do trabalho para novas formas de

<sup>62</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “open, competitive, and unregulated markets, liberated from all forms of state interference, represent the optimal mechanism for economic development.” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 350),

<sup>63</sup> Assalto a outras formas de vida para incluí-las dentro do mercado. Podendo ser entendido por Harvey (2004) enquanto “acumulação por espoliação” ou “acumulação por despossessão”, a prática contínua e constante da acumulação primitiva que Marx discutiu n’O Capital.

<sup>64</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “governmental downsizing as the *sine qua non* for the reinvigoration of private enterprise, free markets and individual liberty.” (PECK, 2012, p. 629)

vida que se encaixem nesse novo regime. Atitude propagandeada fortemente pelo mundo e que acabou, e ainda segue, sendo adotada por uma vasta gama de Estados. O que a levou a ser muito conhecida, principalmente, a partir das políticas anti-estatistas adotadas por duas figuras emblemáticas da política mundial: Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher no Reino Unido<sup>65</sup> (BRENNER; THEODORE, 2002).

Esse movimento sendo conhecido popularmente enquanto austeridade. Austeridade que acaba se tornando o sinônimo de destruição, seja ela regulatória, fiscal ou social, sendo “o meio pelo qual os custos da má gestão macroeconômica, da especulação financeira e corporativa são colocados aos despossuídos, aos destituídos de direitos e de poder” (PECK, 2012, p. 632)<sup>66</sup>. Logo, trazendo consequências nefastas para a classe que vende a sua força de trabalho. O “*roll-back*” possibilitando que os investimentos públicos em uma série de campos acabassem por diminuir drasticamente e o resultado sendo o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Para buscar solucionar essas questões de falta de investimento e ampliação das diversas desigualdades, a face propositiva do neoliberalismo se expande. Para isso, o “*roll-out*” neoliberal será adotado, já perto de 1990. Ele seria o propulsor do Estado-neoliberal, por meio de uma reconstituição e uma metamorfose do neoliberalismo para um caráter mais intervencionista e aprimorado a partir da proposição de novos modelos de políticas sociais, penais e urbanas (PECK; TICKELL, 2002). Aqui o foco deixa de ser a destruição do Estado keynesiano para ser a reconstrução do Estado, obviamente, sob os moldes neoliberais. Construção ativa, passando não apenas pela austeridade, mas, pelo seu novo *modus operandi* que incorpora as lógicas de mercado para dentro da esfera pública (PECK; TICKELL, 2002).

Vale ressaltar que esse movimento seria a resposta as supostas falhas que o “*roll-back*” teve tanto em solucionar as questões que ele se propunha a solucionar quanto em aprofundar os efeitos conturbados e as contradições e crises que ele mesmo criou. Em suma, o “*roll-out*” demonstra, simultaneamente, a fragilidade e o aprofundamento neoliberal (PECK; TICKELL, 2002; BRENNER; THEODORE, 2002; THEODORE; PECK; BRENNER, 2011). Ou seja, para resolver as questões do neoliberalismo, mais neoliberalismo. Nesse sentido, cabe entender que o projeto neoliberal é impossível de ser realizado plenamente, pois, para os seus divulgadores,

<sup>65</sup>O presidente estadunidense e a primeira-ministra britânica se tornaram grandes exemplos para o ideário neoliberal, tornando-se ícones tanto para a crítica quanto para a adoração.

<sup>66</sup> Tradução nossa. Fragmento original: is the means by which the costs of macroeconomic mismanagement, financial speculation and corporate profiteering are visited on the dispossessed, the disenfranchised and the disempowered.” (PECK, 2012, p. 632)

a agenda a ser cumprida não tem fim tendo em vista ao que pode ser realizado, sendo em si um projeto sempre incompleto (MAGALHÃES, 2015). Numa visão onde os governos sempre foram neoliberais “de menos”.

Além disso, há de se comentar o momento em que o movimento de “*roll-out*” ganha força. Se anteriormente tratamos o Estado de bem-estar social enquanto uma resposta ao contexto da Guerra Fria, o fim dela e do socialismo real serão importantes como sinais das mudanças do tempo. O “*roll-out*” ganha forma e força, justamente, num contexto em que já não havia horizonte de expectativas crescentes no campo do socialismo e em que se vivia o “fim da história” com a vitória hegemônica do sistema capitalista. Assim, havia pouca voz e força as propostas que dialogassem com maior intervenção do Estado em prol de políticas públicas sociais. A solução, agora, só seria possível pelo capital, e o Estado deveria procurar e proporcionar políticas dentro do modo de produção capitalista, ampliando-o. Naquele momento, para muitos, já não havia mais a necessidade de um contrato social entre capital, trabalho. Se o Estado assegurasse a hegemonia do capital, por que se preocupar com o trabalho? Qual era a força dele em ameaçar o capitalismo? O ar revolucionário já quase não pairava...

Cabe esclarecer mais um ponto. Entendemos o “*roll-out*” e o “*roll-back*” como movimentos não momentos, como alguns podem trazer. Compreendê-los enquanto movimentos faz com que se amplie a visão de que eles podem ocorrer numa vastidão de espaços-tempo, não se contingenciado na década de 1970 ou 1990. Isto é, neste exato momento podemos estar presenciando movimentos de “*roll-out*” e/ou “*roll-back*”. Tomando em conta que apesar da divisão proposta, devemos entender que eles não se excluem e podem se dar ao mesmo tempo dialeticamente. Por exemplo, simultaneamente a desregulamentação há uma re-regulamentação pró-mercado. Em suma, não há uma primazia de um sobre o outro, eles se juntam, se complementam e se retroalimentam.

Todo esse desenvolvimento sendo mais bem entendido como um processo de destruição criativa. Não possuindo um movimento linear do keynesianismo-fordista para o neoliberalismo em que o velho é rapidamente extinto e o novo já é formado em sua totalidade (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011), mas, sim, um movimento truncado, contestado, conflituoso e contraditório, no qual pode haver mais força para a sua aplicação em determinados momentos ou maior resistência em outros. Destruição criativa enquanto processo “apresentado para descrever as trajetórias geograficamente desiguais, socialmente regressivas e politicamente

voláteis das mudanças institucionais/espaciais que têm se cristalizado sob essas condições.”<sup>67</sup> (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 351). Destruição que se liga não apenas ao “*roll-back*” em relação ao Estado de bem-estar, mas, também, ao “*roll-back*” de destruir padrões neoliberais que já não são mais propícios para o momento, propondo outros ainda mais neoliberais. Criação ligada a essa proposição, de cada vez mais neoliberalismo para solucionar as crises feitas e sentidas dentro do neoliberalismo. Cada vez mais criação de situações neoliberalizantes, como os megaeventos. Em suma, observamos

a destruição (parcial) de arranjos institucionais existentes e compromissos políticos por meio de iniciativas de reforma orientadas para o mercado; e a criação (tendencial) de uma nova infraestrutura orientada pelo mercado para o crescimento econômico, a mercantilização e o domínio do capital.<sup>68</sup> (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 362).

Apesar de termos trazido o neoliberalismo dentro de uma lógica macro, ele não se constitui apenas dessa forma, mas, também, na microescala. O que dá destaque ao aspecto transescalar que ele tem.

Visão transescalar que nos remete a importância que as cidades têm no processo. Porque é no espaço que os movimentos do capital se constituem. É nele que os processos de acumulação e reprodução capitalista são produzidos e como nós centrais e principais desses processos temos as cidades. Nesse sentido, elas acabam sendo mobilizadas enquanto forças produtivas capazes de estabelecer novos padrões para a acumulação (BRENNER; THEODORE, 2002). Por conseguinte, “o lugar central das cidades nos sistemas fordistas-keynesianos de produção e de reprodução as define como arenas-chave (senão alvos) para estratégias de *roll-back* neoliberais, tendo em vista a sua importância estratégica como loci para inovação e crescimento”<sup>69</sup> (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011, p. 21). Não obstante, a centralidade não se dá somente no “*roll-back*”, sim, também, no “*roll-out*”, o que lhes dá a vanguarda do processo (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011). Isso, pois, as são cidades o grande lócus, as principais incubadoras (BRENNER; THEODORE, 2002) e os pontos generativos para as

---

<sup>67</sup> Tradução nossa. Fragmento original: presented to describe the geographically uneven, socially regressive, and politically volatile trajectories of institutional/spatial change that have been crystallizing under these conditions. (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 351)

<sup>68</sup> Tradução nossa. Fragmento original: the (partial) destruction of extant institutional arrangements and political compromises through market-oriented reform initiatives; and the (tendencial) creation of a new infrastructure for market-oriented economic growth, commodification, and the rule of capital. (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 362)

<sup>69</sup> Tradução nossa. Fragmento original: The central place of cities in Fordist - Keynesian systems of production and reproduction defines them as key arenas (if not targets) for neoliberal rollback strategies, while their strategic significance as loci for innovation and growth. (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011, p. 21)

transformações neoliberais de destruição criativa (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011), seja para “crescimento econômico orientando pelo mercado ou para as práticas de consumo da elite”<sup>70</sup> (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 368).

Logo, é a partir das e com as cidades que o neoliberalismo se constitui enquanto regime de acumulação que altera as relações do e no espaço e produz espaço a sua lógica. A cidade sendo a agenciadora e a mediadora da lógica neoliberal que se reproduz de modo transescalar deixando de se constituir apenas de modo abstrato, ou no espaço abstrato, para se (re)produzir no vivido, ou no espaço vivido (MAGALHÃES, 2015). Sem deixar de mencionar que todos esses processos têm resistências e sofrem com as diversas lutas das classes dominadas, então, essa imposição macro em direção ao micro não se constitui diretamente e linearmente, todavia, conflituosamente, o que pode servir de esperança ao demonstrar os limites que o neoliberalismo encontra ao buscar se reproduzir (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011).

Assim sendo, devemos entender como que o processo de destruição criativa a partir do neoliberalismo traz em seu bojo uma complexidade nevrálgica, devido ao fato de que as resistências ou as acelerações são variáveis em cada contexto e escala no qual ele se insere. Ademais, quando constatamos que cada um dos contextos em que ele se insere também será muito diferente, ou seja, é impossível pensar o neoliberalismo de modo monolítico e universal, seja na sua forma, ou seja, no seu efeito (PECK; TICKELL, 2002, p. 384), porque cada local sofre de forças e de configurações distintas e únicas.

Portanto, devemos ir além dessa visão unilateral do neoliberalismo enquanto uma macro ação única e homogênea que esconde as suas nuances múltiplas, para entendê-lo enquanto prática político-ideológica não-linear multifacetada que se dá nas diversas interações pré-existentes segundo as variações histórico-geográficas e as interações com a sociedade (MAGALHÃES, 2016), o que nos leva a "uma conceituação dos processos contemporâneos de neoliberalização como catalisadores e expressões de uma destruição criativa contínua do espaço político-econômico em múltiplas escalas geográficas"<sup>71</sup> (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 351).

---

<sup>70</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Market-oriented economic growth and for elite consumption practices (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 368)

<sup>71</sup> Tradução nossa. Fragmento original: a conceptualization of contemporary neoliberalization processes as catalysts and expressions of an ongoing creative destruction of political-economic space at multiple geographical scales." (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 351).

Nos levando ao conceito de “neoliberalismo realmente existente” (BRENNER; THEODORE, 2002). Demonstrando que devemos entendê-lo não como algo concreto, dado, duro e/ou puro, embora, enquanto um processo transescalar contraditório, ou seja, “o desenvolvimento desigual da neoliberalização não é, portanto, uma condição temporária, um produto de sua institucionalização ‘incompleta’, mas uma de suas características constitutivas.” (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012, p. 20). Compreensão que é muitas vezes mascarada pela ideologia neoliberal que divulga que qualquer medida neoliberal a ser adotada em qualquer lugar do mundo vai ter o resultado idêntico a mesma que foi adotada em qualquer outro lugar (BRENNER; THEODORE, 2002), sendo um discurso ideológico daqueles que tratam o neoliberalismo como uma totalidade (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011, p. 17).

Então, a efetivação ou não das medidas neoliberais depende da trajetória de cada local em relação aos arranjos institucionais pré-existentes e às resistências, por exemplo. Assim, a neoliberalização deve ser entendida enquanto um processo híbrido, no qual ele sempre há de ser refeito, retrabalhado, rearticulado, remobilizado, retransformado, de modo “especialmente desiguais, temporalmente descontínuos e permeados por tendências experimentais, híbridas e frequentemente auto enfraquecedoras.” (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012, p. 24). O que ressalta a capacidade transformativa que ele carrega em sua constituição (PECK; TICKELL, 2002, p. 400). Esse fato fica claro quando observamos a diversidade de contextos analisados aqui, tendo em vista o regime pós-apartheid que se consolidou na África do Sul e o socialismo de mercado que a China adota, pois, mesmo sendo extremamente diferentes, ambos acabam por ampliar a lógica de mercado.

A partir disso, compreende-se que a neoliberalização atua de modo parasítico em relação a qualquer forma de Estado (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011), pois, se utiliza dela para se constituir. Assim, sendo uma mescla de uma série de fenômenos que podem soar contraditórios, ainda que operem conjuntamente e se retroalimentem (MAGALHÃES, 2015).

O hibridismo neoliberal sendo crucial para o desenvolvimento do nosso trabalho, pois, trabalharemos com uma série de contextos muito diferentes, tendo em vista a multiplicidade e a diversidade institucional, política, social e econômica que se constituem os BRCS. Porém, buscando demonstrar que, ainda que se utilizando caminhos que possam parecer demasiadamente distintos, por exemplo, o neodesenvolvimentismo brasileiro e o socialismo de mercado chinês, as práticas socioespaciais terão alguma similaridade e as consequências

podendo ser as mesmas. Perante os megaeventos, visualizando os projetos da FIFA, do COI e dos capitais transescalares e como eles dialogam com as diversas localidades. Sem nos esquecer de outro ponto essencial, o caráter periférico dos BR(I)CS e como ele pode afetar tal processo. Salientado que apesar das formações distintas e variáveis que dão o tom da hibridez neoliberal, o processo está interconectado mundialmente (THEODORE; PECK; BRENNER, 2011), ou seja, devemos entender qual é fio condutor por onde ele passa. Por conseguinte, buscar essa linha guia neoliberal que constitui as práticas socioespaciais na reprodução dos megaeventos.

### *A cidade empreende?*

Como ressaltamos na sessão anterior, as cidades têm lugar de destaque perante a produção neoliberal do espaço e a adoção de posturas que buscam ampliar a lógica de mercado fica mais evidente nelas. Para nós, essas posturas sendo entendidas enquanto empreendedoras, por reconfigurar a maneira pela qual as cidades se constituem na contemporaneidade e por colocá-las a disputar oportunidades de investimento no mercado, principalmente, devido à falta de investimentos públicos.

Destacamos que a adoção do empreendedorismo urbano não deve ser compreendida apenas como um produto neoliberal, sim, enquanto processo que dialoga com o seu desenvolvimento, de modo que, a sua ascensão é essencial para que o neoliberalismo continue dominando ainda mais arenas e normalizando ainda mais a lógica de mercado (PECK; TICKELL, 2002, p. 394). Para que isso se desenvolva, necessita-se que o planejamento urbano seja reconfigurado. Nessa reconfiguração destacamos um novo tipo que emerge, o planejamento estratégico.

Assim, os primeiros passos para a ampliação de práticas empreendedoras aconteceram ainda na década de 1970 quando autoridades britânicas se envolviam cada vez mais com entes privados no desenvolvimento econômico urbano, na mesma época em que os Estados Unidos também já desenvolviam políticas parecidas. Momento da crise keynesiana-fordista, conjunta a crise do seu modelo de planejamento, o planejamento modernista. O modernismo enquanto lógica e política que tratava a cidade como uma fábrica, ou seja, haveria de se produzir a cidade segundo a produção fabril, funcionalizando os espaços (NOVAIS, 2016). Processo intimamente ligado a associação entre capital e trabalho da época. Embora, com a mudança do regime de acumulação internacional, o modernismo perde muita força por estar pautado demasiadamente

nas ações do Estado enquanto ente principal na produção do espaço, voltado para tentar garantir certos direitos sociais que já não cabiam no novo contrato social.

Em seguida, em um seminário em 1985 na cidade de Nova Orleans nos Estados Unidos, houve um dos primeiros grandes encontros para analisar as possíveis linhas de ação dos governos locais para maior atração de investimentos (HARVEY, 2006), e no ano seguinte, em Roterdã nos Países Baixos, numa Conferência de Cidades Europeias, a discussão se alicerça no continente europeu, pois, ali se definiu as cidades como grandes motores do desenvolvimento econômico, criando o movimento das Eurocidades (CASTELLS; BORJA, 1996). Apesar dessa discussão prévia, foi somente na década de 1990 que o planejamento estratégico ganha maior força política, econômica e ideológica, mudando significativamente o planejamento urbano ao redefinir as prioridades e ao subverter as lógicas anteriores (NOVAIS, 2012).

Vale destacar a concomitância da sua emergência com o “*roll-out*” e a sua relação com o fim da Guerra Fria, que fazia com que não se pensasse em propostas voltadas ao trabalho e as únicas possíveis se enquadrando na ampliação do capitalismo. O que aprofunda a reconfiguração estatal, que não se fecha apenas no Estado e se encontra em múltiplas escalas, uma delas sendo a escala das cidades. Nessa reconfiguração teríamos a cidade-neoliberal (outro modo do Estado-neoliberal), ingressando no empreendedorismo urbano e compreendida enquanto mercadoria a ser vendida em um mercado internacional de cidades, competindo pelos investimentos internacionais (HARVEY, 2006).

Nesse momento um dos pilares neoliberais se destaca, a competição. A competitividade urbana sendo um movimento coercitivo, pois, o único caminho que se visualiza é a adoção da postura empreendedora. Entendendo que o mercado é quem possui as melhores soluções para os problemas urbanos, as cidades deverão competir para que ele lhe ofereça as melhores oportunidades, rivalizando com outras cidades para a atração de investimentos, elas sendo “repensadas e relidas pela lógica da forma-mercadoria [...] pensadas e produzidas com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização, notadamente através da adequação de suas formas de gestão e produção de seus espaços.” (SÁNCHEZ *et al*, 2004, p. 41). A cidade ganhando o status de sujeito, posta a competir no mercado mundial de cidades. O que nos remete a outro pilar neoliberal: a liberdade. Já que a cidade se tornou sujeito, nada melhor que ela agir como um sujeito. Se para o neoliberalismo, o sujeito está atrelado diretamente com a sua liberdade individual em buscar soluções no mercado, a cidade deveria



fazer o mesmo. Isso, pois, já que as cidades são livres e no mercado que a liberdade se constitui plenamente, elas devem buscar suas soluções no mercado, não cabendo ao Estado intervir e ser “paternalista” em prol de uma cidade mais justa e igualitária. Logo, por serem sujeitos livres, que compitam no mercado para se resolver. Desse modo, a cidade deve ser ativa na sua busca, com o intuito de elevar seu grau na hierarquia urbana e de conseguir atrair recursos (PECK; TICKELL, 2002).

Competitividade que se relaciona com os novos movimentos do capital na atualidade, cada vez mais móvel. Mobilidade que faz com que o capital busque investir naqueles locais que lhe ofereçam as melhores condições, fazendo com que os atrativos locais sejam imprescindíveis (SÁNCHEZ, 1999). Por conseguinte, as cidades e os países irão competir para oferecer isso, aproveitando as vocações locais ou criando as vantagens perfeitas, por meio da oferta de subsídios e/ou de infraestrutura necessária (HARVEY, 2006; OLIVEIRA, 2011). Esse processo demonstra a ampliação das relações sociais de produção capitalista em escalas cada vez maiores (HARVEY, 2006), já que se impõe a adoção das medidas neoliberais como único meio garantidor da reprodução social, de modo que, as cidades não podem deixar de participar do jogo, pois, significaria a sua total derrocada, e a sua entrada facilitando ainda mais a mobilidade do capital que lhe colocou em crise (PECK; TICKELL, 2002). O que transforma as relações entre as cidades em relações gamificadas<sup>72</sup>, no qual as ações a serem tomadas objetivem que a cidade seja a grande vencedora e esteja no pódio da hierarquia urbana mundial. Processo ainda mais interessante se observarmos como isso se relaciona diretamente com os megaeventos, na ideia de que a sede é a “vencedora da competição com outras candidatas a serem sedes”. De maneira que,

a lógica da competição interurbana, então, torna as cidades cúmplices de sua própria subordinação, um processo dirigido - e legitimado - por ficções de mudança municipal e renascimento urbano, por pequenas vitórias e realizações fugazes e, em última análise, também pela aparente escassez de alternativas locais ‘realistas’.<sup>73</sup> (PECK; TICKELL, 2002, p. 393)

Por conseguinte, vemos que a competição entre as cidades mascara a verdadeira competição, a competição entre as empresas, que querem mais segurança e rentabilidade,

---

<sup>72</sup> De game, jogo em inglês.

<sup>73</sup> Tradução nossa. Fragmento original: The logic of interurban competition, then, turns cities into accomplices in their own subordination, a process driven—and legitimated—by tales of municipal turnaround and urban renaissance, by little victories and fleeting accomplishments, and ultimately also by the apparent paucity of “realistic” local alternatives. (PECK; TICKELL, 2002, p. 393)

buscando consolidar cada vez mais a sua produção e acumulação (SÁNCHEZ, 1999), aumentando a sua flexibilidade geográfica, desfrutando do que cada cidade lhe oferece de melhor e segmentando a sua produção (HARVEY, 2006), num aprofundamento da divisão internacional e regional do trabalho.

Numa lógica voltada completamente para o capital, pois, não é o capital que deve oferecer algo ao trabalho e ao Estado, é o Estado e o trabalho que devem oferecer algo para o capital, como incentivos e flexibilidade fiscal, mão de obra domesticada e barata, infraestrutura de energia e transporte, dentre outros elementos. Vale entender que esses subsídios são muito interessantes ao capital, pois, com eles, as suas taxas de mais-valor, lucro e rentabilidade podem ser cada vez maiores. Não obstante, para poder garanti-las, o Estado deve ser forte, não “mínimo”, tomando em conta que essas garantias, como a mão de obra domesticada, só são possíveis quando o aparato repressor estatal é atuante, por exemplo, ao impossibilitar a constituição de sindicatos ou a feitura de greves. Ao mesmo tempo, cortando os investimentos em programas sociais (HARVEY, 2006), ou seja, forte para reprimir e fraco para garantir as mínimas condições de reprodução do trabalho.

Devemos lembrar que a competição entre as cidades não é somente realizada com o objetivo de atrair a produção, ela também tem o papel de atrair o consumo, logo, competir não somente pela atração de empresas, mas, também, pela atração de consumidores (SÁNCHEZ, 1999). Usualmente esses consumidores não sendo apenas aqueles viajantes conhecidos como “mochileiros” ou até mesmo os imigrantes mal remunerados, mas, sim, viajantes com grande poder aquisitivo, viajantes de luxo, grandes empresários ou indivíduos ligados as novas tecnologias, os “yuppies”<sup>74</sup> ou a “classe criativa”<sup>75</sup>. Isto posto, vemos a abertura total da cidade e a competição feroz entre elas para atrair empresas e consumidores, rasgando o tecido urbano para novos padrões de desenvolvimento (HARVEY, 2006).

Portanto, enquanto empreendedoras, elas devem oferecer algum “produto” que possibilite a geração de investimentos para o capital ou mais opções de lazer para os consumidores internacionais. Segundo o ideário empreendedor, as oportunidades de investimentos só surgirão se houverem zonas atrativas para tais públicos. Para isso, elas devem explorar os seus benefícios locais (OLIVEIRA, 2011), porém, isso não é tão fácil quanto se

---

<sup>74</sup> Yuppie é uma expressão anglófona para designar os “Young urban professional”, ou seja, o jovem trabalhador urbano.

<sup>75</sup> Conceito atrelado ao livro de Richard Florida “A ascensão da classe criativa” de 2002.

imagina, pois, nem toda cidade oferece as oportunidades perfeitas, vulgo, aquelas que agradam o capital e os consumidores. Então, o que fazer? As cidades devem criar e/ou inventar algo para que elas sejam escolhidas. Assim sendo, para se adequarem ao contexto, elas se repaginam e se transformam de modo a exaltar as características já existentes ou criam formas e tipologias, com o objetivo de vencer na competitividade interurbana. Isso, pois, “a venda de uma cidade como local para determinada atividade depende muito da criação de uma imagem urbana atraente” (HARVEY, 2006, p. 184).

Dentre essas possibilidades de criação de oportunidades, uma das que mais se destacam é ser sede de megaeventos (HALL, 2006). Tendo o nosso destaque por serem a oportunidade criada perfeita, colocando em campo não apenas os interesses capitalistas locais, mas, também os regionais, nacionais e internacionais num grande negócio transescalar que dialoga com esses interesses, que acelera a reprodução e a acumulação capitalista e que transforma a celebração do esporte em uma mercadoria espetacularizada. Neoliberalizando espaços que ainda “faltavam” neoliberalismo. Ademais, eles sendo um dos catalisadores desse tipo de governança urbana (SÁNCHEZ *et al*, 2012, p. 234) e se tornando uma grande estratégia empreendedora, “exemplo do modo como a produção de políticas públicas estatais e urbanas tem se tornado menos preocupadas com a avaliação delas em seus próprios termos de referência do que com o contexto macropolítico e os problemas das políticas neoliberais de competitividade”<sup>76</sup> (HALL, 2006, p. 67).

Nesse contexto, há um movimento para organizar essas posturas no planejamento urbano, que seria, então, o planejamento estratégico, como trouxemos anteriormente em contrapartida ao planejamento compressivo. Planejamento estratégico que é difundido pelo globo, mormente por consultores catalães que o divulgam a partir do maior exemplo (quicá único) de possível êxito (altamente questionável), o caso de Barcelona, Espanha (VAINER, 2000), famoso pela reestruturação urbana atrelada ao fato dela ter sido sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 1992.

Castells e Borja (1996)<sup>77</sup> reproduzem a ideia de que as cidades, na contemporaneidade, adquiriram um protagonismo importante perante a vida política, econômica, social e cultural

---

<sup>76</sup> Tradução nossa. Fragmento original: example of the way the production of state and urban public policy has become less concerned with the evaluation of public policies within their own terms of reference than with the macro-policy context and the neoliberal policy problems of competitiveness (Hall, 2006, p. 67)

<sup>77</sup> Além de pesquisadores, consultores para as cidades que queiram adotar o planejamento estratégico.

no mundo, vistas como atores sociais complexos e multidimensionais, complementares aos governos e aos agentes econômicos voltados para o mercado externo. Destarte, as cidades acabam sendo o resultado de três dinâmicas importantes, a globalização, a concentração e a comunicação (BORJA; CASTELLS, 1997), guiadas pela competitividade (VAINER, 2000).

Na visão dos catalães para elevar a sua hierarquia no mercado mundial de cidades, se necessita visualizar e se produzir alguns elementos diferenciados, dentre eles, a sensação de crise vivida no meio urbano (CASTELLS; BORJA, 1996). Vale entender que a crise aqui deriva de uma grande variedade de aspectos, se olharmos pela ótica dos países centrais vemos a questão da mudança da indústria e da degeneração urbana, pela dos países periféricos, a questão da violência urbana, do desemprego e da falta de infraestrutura, por exemplo. Crise urbana<sup>78</sup> que tem relação direta com a crise keynesiana-fordista e, principalmente, com os movimentos de “*roll-back*”. Ou seja, a crise criada pelo neoliberalismo cujo objetivo acaba sendo a adoção de mais medidas mais neoliberais.

Em vista disso, a crise é colocada enquanto possibilidade e potencialidade para promover a cidade internamente, fazendo com que os seus habitantes adquiram cada vez mais a noção de pertencimento e de crença no futuro da cidade, unindo-se em benefício do planejamento estratégico, processo que traria um maior “patriotismo cívico” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 160), ele sendo resultado e condição deste projeto (VAINER, 2000). Na ideia de, como superar a crise? Com a união dos cidadãos. Não obstante, essa união não seja pela melhoria das condições do trabalho, porém, pela melhoria dos ganhos do capital.

Além do sentimento de crise, outros elementos são importantes. Seriam eles, a colaboração entre agentes públicos e privados e a necessidade de se modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e a que projeta no exterior (CASTELLS; BORJA, 1996). Perante o primeiro elemento, fica latente a importância que os agentes privados têm, sendo “a participação dos agentes públicos e privados uma condição indispensável do planejamento estratégico” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 213), no qual “a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de

---

<sup>78</sup> Crise urbana denota o sentido de um momento de tensão e declínio das cidades, devido ao aumento da violência, do desemprego e da piora na qualidade de vida urbana. Não necessariamente a crise urbana se faz momentaneamente, pois, se pensarmos que no terceiro-mundo tais pontos são intrínsecos as suas cidades, elas estariam em crise constantemente, porém, para os catalães o ponto principal seria a sensação de que essa crise está ampliada, ou seja, as questões supracitadas são sentidas como piores do que em outros momentos, por vezes, realmente estando piores ou não.

financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego.” (HARVEY, 2006, p. 172). Sem embargo, devemos entender que a colaboração entre entes públicos e privados, na realidade, põe em primeiro plano os interesses privados, os interesses do capital (VAINER, 2000).

A questão mais clássica perante essa situação podendo ser encontrada nas Parcerias Público-Privada. As conhecidas “PPP’s” são atividades altamente empreendedoras, tendo em vista o caráter especulativo, que busca alavancar determinadas partes da cidade para a obtenção de maiores rendas fundiárias em detrimento de uma melhoria geral das condições de vida na cidade, sendo a consequência mais nefasta o fato de que o setor público assume os riscos e o setor privado os benefícios (HARVEY, 2006), onde os lucros são privados e os gastos e os prejuízos são compartilhados. Sendo que “a parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão” (VAINER, 2000, p. 87), centralizando tudo nas mãos do capital e aumentando as desigualdades, por exemplo, na construção política. Nisso, podemos visualizar a tentativa da predominância do valor de troca sobre o valor de uso coletivo nas cidades, não cabendo a ela possuir espaços de uso coletivos e comunitários voltados para a reprodução social, mas, sim, espaços onde o valor de troca seja predominante, encorajando cada vez mais o consumo do e no espaço e a acumulação capitalista.

Processo que só será possível perante o segundo elemento, a modificação da imagem. Uma nova imagem urbana que objetiva criar zonas atrativas para o terciário internacional, construir monumentos que reforcem a identidade simbólica local (BORJA; CASTELLS, 1997) e produzir espaços que ampliem a hegemonia do capital. A produção dessas zonas que está intimamente atrelada à ideia de espetáculo, enquanto imagens espetaculares que intermediam as relações sociais.

A superação da crise por meio da união de entes públicos e privados que modificarão a imagem da cidade só será possível, segundo Castells e Borja (1996), se houver a geração de uma liderança local que aglutinará toda a população no entorno de um consenso público perante a nova política e economia da cidade. Nesse rearranjo uma figura ganha ainda mais destaque, o prefeito. O prefeito tem esse papel decisivo, pois, a resposta positiva está atrelada diretamente as ações que ele toma enquanto líder local, personificando a política local e alimentando o

consenso social sobre os rumos que a cidade deve tomar, expandindo o patriotismo cívico (BORJA; CASTELLS, 1997) e apaziguando as diferenças em prol do desenvolvimento.

O que nos leva a destacar a questão da individualidade. A solução para a crise não passa pela coletividade e pela democracia, mas por um sujeito que seria capaz de tudo. Individualizando quem pensa, age e encontra a solução, premissa que está intimamente ligada a ideia de que não há divergências políticas e ideológicas, pois, todos são patriotas da sua cidade e estão focados no crescimento econômico dela dentro da competitividade urbana (VAINER, 2016). Premissa totalmente antidemocrática e desconectada à crítica do modo de produção em que vivemos, pois, se temos uma sociedade de classes é impossível que todas elas tenham os mesmos interesses, já que uma explora e outra é explorada, uma compra e a outra vende a força de trabalho.

Sendo a construção de uma liderança extremamente mitificada. O líder deixando de ser considerado como político, para ser exaltado enquanto uma liderança técnica (SÁNCHEZ, 2001), alguém que apenas possui o conhecimento técnico do problema e com isso conseguiria apaziguar as diferenças políticas e ideológicas existentes, alavanca a promoção da cidade internacionalmente de modo eficiente e eficaz e garante uma boa condução nessa guerra por investimentos (VAINER, 2016).

Há de se destacar a forma pela qual a questão da técnica reduz enormemente o debate político, de modo que a burocracia estatal acaba por ser “formada por atores técnico-burocráticos sem responsabilidade política e fora do controle democrático, cujo objetivo é excluir as decisões econômicas do debate político. Afinal, a ingovernabilidade, para os neoliberais, é gerada pelo excesso de democracia” (BERCOVICI, 2014, p. 745). Para o pensamento estratégico, somente assim, individualizando no prefeito “técnico”, que a superação da crise acontecerá, através da junção entre atores públicos e privados unidos por uma liderança carismática em busca de avanços político-econômicos numa cidade que deve se concentrar na definição do planejamento estratégico (CASTELLS; BORJA, 1996).

Colocar as rédeas do processo num líder entendido como técnico provoca que não haja mais espaço na cidade para o debate público e político, pois, os representantes têm que ser rápidos, eficientes e eficazes para aproveitar as “janelas de oportunidade” que surgirem. Nisso, tem-se a

aceleração dos processos de tomada de decisão pela administração pública e torna os processos de discussão mais curtos e menos abertos à participação da população. Tanto a regulação urbanística como as definições das prioridades de investimento público passam a ser elementos de negociação direta entre o poder público e investidores/beneficiários privados envolvidos na implantação de projetos considerados estratégicos para a ampliação da competitividade urbana. Quanto mais ‘estratégico’ e mais ‘essencial’, menor a participação e o controle social. (OLIVEIRA, 2012, p. 72)

Portanto, há uma total desqualificação da política, pois, “o que conta é a produtividade e a competitividade, e onde o que vale são os resultados.” (VAINER, 2000, p. 90), não o debate e a discussão democrática. Além disso, devemos observar que os meios pelos quais tais atitudes serão tomadas perpassam a ideia de exceção. Nesse jogo, não há respeito a democracia e tudo que seja necessário para a dominação do capital será feito, até mesmo a adoção de medidas excepcionais.

Cabe entender que os propulsores dessa maneira de se realizar planejamento urbano argumentam que o objetivo final do planejamento estratégico não seria os resultados provenientes dele, todavia, a difusão do seu processo que não é uma norma, nem contrato, todavia, um “acordo global” flexível entre partes (BORJA; CASTELLS, 1997). O que demonstra a intenção deste em se tornar uma ideologia dominante perante o planejamento urbano. O foco no processo do planejamento estratégico é um ponto que se semelhança com a questão da incompletude neoliberal que trabalhamos anteriormente, eles não sendo um fim em si mesmo, sim, um processo contínuo e cíclico de ampliação da lógica de mercado.

Destaca-se que para alcançar os mais altos níveis de investimento internacional e galgar posições ainda mais altas na hierarquia mundial de cidades, o governo deve ser promotor da cidade, não somente um administrador, mas, sim, um vendedor do seu espaço urbano. Indo além da dicotomia entre executivo e legislativo e da separação entre público e privado, garantindo a agilidade, a eficácia e a eficiência das suas ações (CASTELLS; BORJA, 1996), estimulando e orientando as energias da população não para embates políticos sobre a complexidade do planejamento, porém, para garantir o bem-estar coletivo e a convivência cívica (BORJA; CASTELLS, 1997).

Nesse processo uma figura muito importante na cidade também tem o seu papel alterado, o planejador. Isso, pois, “a figura do planejador, que até há pouco tempo era, ao menos explicitamente, a do regulador da ação da iniciativa privada deixa de ter o perfil do vigilante em prol do bem público, desempenhando agora um novo papel: o de promotor do crescimento.”

(SÁNCHEZ, 1999, p. 119). O planejamento deixando de se ocupar com o pensamento sobre o futuro da cidade, em pensar como trazer maior justiça socioespacial ou em trabalhar em quais as consequências dos projetos, agora, voltado exclusivamente para as soluções momentâneas, *ad hoc*, um planejamento para o presente. O planejador se tornando um grande vendedor da cidade.

Assim, concretiza-se uma mudança no discurso da administração pública, aproximando-o cada vez mais do que antes só veríamos na administração privada, tendo a utilização de termos dessa naquela, como orientação para a demanda, ações de marketing e produção de imagens (SÁNCHEZ, 1999). Da mesma maneira que o empreendedor privado vê oportunidades ou as cria, as cidades devem atuar igual, aproveitando ou inventando as chances de crescimento (BORJA; CASTELLS, 1997).

Desse modo, compreende-se que as cidades devem funcionar e ser conduzidas como verdadeiras empresas, sendo assim, quem deve administrá-las são aqueles que entendem do assunto, os empresários (VAINER, 2016). Perante esse novo tipo de empresa que emerge no contexto mundial (SÁNCHEZ, 2001), a cidade-empresa (VAINER, 2000), vemos que as vocações e as vantagens comparativas são exaltadas (OLIVEIRA, 2011), as regras rígidas e os grandes debates devem ser deixados de lado, pois, não há espaço para isso perante as oportunidades oferecidas pelo capital, fazendo com que a flexibilidade e a análise do caso a caso se consolidem enquanto *modus operandi* (VAINER, 2016). Então, podemos perceber qual é o papel do Estado nessa nova fase, redimensionando o seu poder que anteriormente lidava com o bem-estar geral para, na contemporaneidade, visar o bem-estar dos agentes privados e do capital (VAINER, 2016).

A partir do que já foi argumentado, duas citações são importantes de serem salientadas. Elas sendo:

mesmo o governo urbano mais progressista é incapaz de resistir a tais consequências quando encaixadas na lógica do desenvolvimento espacial capitalista, no qual a competição parece funcionar não como uma mão oculta benéfica, mas sim como uma lei coercitiva externa, impingindo o menor denominador comum relativo à responsabilidade social e à oferta de bem-estar num sistema urbano organizado de modo competitivo. (HARVEY, 2006, p. 182)

Regimes ‘empreendedores’ de governança urbana são, portanto, não simplesmente manifestações locais do neoliberalismo; eles ascendem simultaneamente em uma ampla gama de contextos nacionais, políticos e institucionais, o que sugere uma conexão sistêmica com a neoliberalização como um macroprocesso. Em outras palavras, a reformulação das regras de competição



interlocal e alocação extra local de recursos - ou a profunda neoliberalização das relações espaciais e escalares - reflete fundamentalmente o realinhamento macropolítico de longo alcance que ocorreu desde os anos 1970.<sup>79</sup> (PECK; TICKELL, 2002, p. 396)

Demos um maior destaque a elas devido a sua interligação com o nosso argumento final sobre o neoliberalismo. Novamente, ao trabalharmos com os BRCS observaremos uma variedade de regimes de governança urbana, pois, cada país tem a sua singularidade, mas, assim como os autores trouxeram, a adoção de certas posturas desses e nesses regimes pode se interconectar globalmente com os processos de neoliberalização e mesmo que tais países ou cidades possam parecer ter governos mais progressistas ou à esquerda, ainda assim, suas ações serão coercitivamente e impositivamente pautadas pelo empreendedorismo urbano e pelo neoliberalismo. Sendo o nosso objeto, os megaeventos, um ótimo exemplo dessas relações conflituosas transescalares entre capitais e resistências que se constituem no espaço das cidades e que consolidam estratégias de empreendedorismo urbano em prol da competitividade.

### ***O espetáculo enquanto mecanismo de reprodução dos megaeventos***

Os megaeventos se reproduzem por meio de alguns mecanismos. Na atualidade, um dos que mais se destaca seria o do espetáculo (BROUDEHOUX, 2017). Antes de tratarmos sobre essa relação entre espetáculo e megaevento, trabalharemos o que entendemos enquanto espetáculo, a sua relação com a contemporaneidade e outros elementos que cremos ser importantes para o entendimento amplo do que estudamos.

Guy Debord foi um escritor francês que trabalhou intensamente a questão do espetáculo, tendo no seu livro *A Sociedade do Espetáculo* de 1967 uma maior clarificação do processo. Ainda que muito se diga sobre o espetáculo, um erro continua sendo cometido, pois, muitos consideram o espetáculo enquanto uma mera imagem ou uma representação. O espetáculo não é isso, Debord (2005 [1967]) traz que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens.” (p. 8). Ou seja, trabalhar o espetáculo apenas como imagem diminui o que ele realmente é, já que a sociedade do espetáculo seria

---

<sup>79</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “Entrepreneurial” regimes of urban governance are, therefore, not simply local manifestations of neoliberalism; their simultaneous rise across a wide range of national, political, and institutional contexts suggests a systemic connection with neoliberalization as a macro process. In other words, the remaking of the rules of interlocal competition and extralocal resource allocation—or the deep neoliberalization of spatial and scalar relations— fundamentally reflects the far-reaching macropolitical realignment that has taken place since the 1970s. (PECK; TICKELL, 2002, p. 396)

aquela em que as relações sociais se desenvolvem por meio das imagens, das representações, não somente utilizando-as, mas, metabolizando-as enquanto meios para o seu desenvolvimento e transformando-as numa visão de mundo. Aqui, compreende-se que as imagens se convertem em mundo real, não sendo somente imagens.

Sendo o princípio fundamental dessa sociedade o fetichismo da mercadoria. Primeiramente, compreende-se que a forma-mercadoria não é uma relação entre coisas ou materiais, uma relação física. Na realidade, a mercadoria é uma relação social entre os seres humanos, na qual ela não tem vida própria, não é independente nem objetiva ou natural, mas, sim, é socialmente produzida (MARX, 2011). Ela é o produto do trabalho colocado nela, e somente possuirá valor de troca ao ser colocada no mercado para ser trocada, somente tendo valor de uso se não ir para esse espaço (MARX, 2011). De modo que, o fetichismo se encontra nessa ideia de que os produtos produzidos socialmente têm valor e vida próprios, apesar do seu valor ser produzido socialmente. Portanto, entende-se que fetiche não é ilusão, todavia, é o mascaramento, é o encobrimento, é o discurso feito pelas classes que compram a força de trabalho para que as vendem a sua força de trabalho não visualizem a perversidade que a forma-mercadoria tem no seu âmago, a exploração e a dominação que objetivam maiores taxas de mais-valor e que são essenciais para a existência do modo de produção capitalista, que só pode existir enquanto a forma-mercadoria existir.

Nisso, as imagens que podem ser vistas enquanto naturais, na realidade, são mercadorias, pois, possuem em si o caráter fetichista de ocultação das relações sociais que a produzem. Nessa confusão proposital de enganar e elevar a imagem para um campo exterior, mesmo que ela se encontre no interior das relações sociais capitalistas.

No contexto em que há relações sociais mediadas por imagens, acabamos por mascarar a diversidade e os contrastes delas, em que as imagens se tornam aparências de realidade, o que acaba por tornar a vida opaca, pois, ela é mediada por meio de aparências criadas (DEBORD, 2005 [1967]). Aparências criadas pelo e para o aumento da acumulação capitalista, por meio da venda de determinados estilos de roupa, automóvel, eletroeletrônico, dentre outros. Também pela absorção da classe dominada sobre o estilo de vida a ser seguido e sonhado, ou seja, uma aparência de um estilo de vida que segue os padrões colocados pela classe dominante. O que torna o espetáculo mais um dos meios, no qual capital se utiliza para controlar a classe

dominada, inserindo a racionalidade espetacular na vida cotidiana, de modo a iludir e a intoxicar os sujeitos com a cultura mercantil espetacularizada (BROUDEHOUX, 2017).

Portanto, o espetáculo só se constitui no modo de produção capitalista, pois, é nele que a forma-mercadoria é existente. De maneira que, o espetáculo é, simultaneamente, o seu resultado e o seu projeto, assim, tornando-se intrínseco a ele e, a partir da sua continuidade como modo hegemônico, afirmando-se enquanto modelo de vida na contemporaneidade (DEBORD, 2005 [1967]). Devido a essa inerência, aqueles mais interessados na continuidade desse sistema buscarão se utilizar do espetáculo, o que provoca a consolidação da unilateralidade de quem tem o controle sobre ele, “de modo que a sua concentração se traduz no acumular nas mãos da administração do sistema existente os meios que lhe permitem prosseguir esta administração determinada.” (DEBORD, 2005 [1967], p. 16). O que o torna o discurso e o instrumento da classe dominante para esconder e aprofundar as relações de dominação e de exploração entre classes e garantir a continuidade da sua reprodução e acumulação (DEBORD, 2005 [1967]).

Logo, com as transformações perpetradas para a permanência do capitalismo, observa-se que a mercadoria acaba por dominar tudo aquilo que é vivido e se independentiza, trazendo em si o caráter fetichista (DEBORD, 2005 [1967]). Então, “o espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social. Não só a relação com a mercadoria é visível, como nada mais se vê senão ela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente.” (DEBORD, 2005 [1967], p. 25). Momento em que a economia toma de assalto todas as relações sociais, culturais e políticas e as transforma em relações econômicas. Fazendo com que tenhamos a prevalência e a hegemonia do valor de troca sobre o valor de uso, que é reduzido ao máximo (LEFEBVRE, 1999 [1970]). Ademais, o espetáculo se relacionando diretamente ao neoliberalismo por esse propor a maior extensão possível da lógica de mercado.

Para que todo esse processo ocorra sem grandes conflitos, notamos que, progressivamente, a sociedade do espetáculo fica ainda mais alienada, no sentido da incompreensão do papel enquanto sujeito na produção de riqueza para o capital e da negação das suas potencialidades que se voltam à reprodução capitalista, tendo como consequência a separação cada vez maior entre o ser humano, o mundo real e a sua própria vida, pois, ele mais contempla que vive, mais se reconhece nas imagens dominantes que no seu próprio desejo e

existência, pouco ou nada cria, tomando em conta que tudo que é criado é externo à ele, em que “os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta.” (DEBORD, 2005 [1967], p. 19). Situação que fantasia o mundo não como um lugar de atividade, de ação, mas, sim, de representação (SÁNCHEZ, 2010) e de passividade.

O que faz com que o sujeito busque cada vez mais se adequar às aparências que lhe são divulgadas e absorver a visão de que o crescimento da economia, através do agigantamento do espetáculo, é o único horizonte de expectativa, de modo a consolidar tal ideia ainda mais. Processo que salienta o isolamento e a atomização do sujeito perante a coletividade, porém, sendo a reintegração necessária e possível, apenas se ela ocorrer segundo as necessidades da produção e do consumo, em outras palavras, as necessidades da acumulação (SHIN, 2012). Isto é, tem-se a criação de vínculos por meio das imagens dominantes que só se realizam perante o isolamento, o que possibilita um controle ainda maior e faz com que indivíduos isolados ingressem em um conjunto controlado, gerando uma pseudocoletividade (DEBORD, 2005 [1967]), em que sujeitos transformam-se em espetáculo uns para os outros (LEFEBVRE, 1999 [1970]), e não visualizam a possibilidade de compartilhamento, de intercâmbio ou de amizade, mas, sim, de consumo (visual ou literal)<sup>80</sup>.

Há de se compreender que para que tudo isso ocorra é essencial a desqualificação da política (VAINER, 2016), sendo entendida enquanto entrave para o desenvolvimento e crescimento econômico. Não cabendo ao cidadão ser ativo politicamente, fazendo seus direitos valer e buscando uma maior participação popular. No espetáculo, almeja-se que ele seja um simples figurante perante o cenário da vida cotidiana, no qual as atitudes e as atividades que podem e devem ser realizadas por ele tenham o caráter de serem complacentes, reverenciadoras e passivas, processo que ficciona a sociabilidade e estetiza as relações sociais (SÁNCHEZ, 2010, p. 488).

Debord (2005 [1967]) debate isso a partir da problemática do tempo, que também é visto como algo a ser consumido, no qual os sujeitos são postos a consumir imagens. Podendo ser visualizado mais claramente quando observamos que o ócio se tornou algo a ser consumido, principalmente por meio do turismo e das férias, em que há a distração de ver aquilo que já se tornou banal, pois, ele se encontra na garantia da ordem econômica global. Ainda que haja o

---

<sup>80</sup> Esse ponto se torna interessante ao notarmos a explosão das redes sociais, especialmente o *Instagram*, em que se consome uma enormidade de imagens espetacularizadas cotidianamente. Até mesmo tendo atletas influencers que se utilizam dos megaeventos para vendê-lo, vender-se e demonstrar a sua atuação.

deslocamento do local de reprodução da vida cotidiana regular para outro qualquer, a reprodução em outro local se fará, também, de modo espetacular, tornando a primeira para mais espetacular. Consumo espetacular que não se dá no vazio, mas, no espaço e do espaço.

Como bem traz Lefebvre (2001 [1968]), o espaço acaba por cumprir um duplo papel, ser o lugar do consumo, mas, também, o lugar a ser consumido, ou seja, para além do local onde os sujeitos compram e vendem mercadorias, o próprio espaço deve ser comprado e vendido, de modo a se tornar mercadoria e adquirir valor de troca em si. Sendo que, para fazer com que o espaço seja cada vez mais consumido, uma série de estratégias serão tomadas, dentre elas, a de transformá-lo cada vez mais em um local espetacularizado. Principalmente as cidades, por elas serem ponto central para a acumulação (BRENNER; THEODORE, 2002).

Espetacularização intimamente ligada ideia de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006), no qual um dos seus *modus operandi* se constitui diretamente pela produção e mediação da vida pelas imagens. Ou seja, busca-se converter o espaço para dentro daquilo que seria a forma preferencial de relação a se constituir nessa sociedade.

Assim, as cidades tentam produzir marcas de maravilha, de excitação e de deslumbramento (BROUDEHOUX, 2016), tendo em vista que a mercadoria no espetáculo busca ser ainda mais provocante e atraente (LEFEBVRE, 1999 [1970]). Espetacularizando a paisagem urbana imbricada a uma visão de mundo dominante e modeladora que coloca em jogo os seus interesses, desejos e aspirações do que seria uma cidade adequada ao consumo internacional (BROUDEHOUX, 2016). Visão que acaba moldando a cidade segundo os poderosos e aquilo que eles acreditam ser desejável, respeitável e atrativo, baseada numa construção imagética elitista e classista que se faz por meio da destruição criativa e recreativa do espaço segundo os moldes hegemônicos e que se pretende única e atraente aos consumidores internacionais, regulada através da segurança, da ordem e do sucesso econômico, carregada pelos ideais de ser vibrante, excitante e segura e pautada pela ânsia por mais status, qualidade de vida e oportunidades de investimento (BROUDEHOUX, 2016). Onde imagem e símbolo acabam sendo mais importantes que a racionalidade econômica (BROUDEHOUX, 2007), o que fará com que os governos se voltem cada vez mais para a reprodução do capital simbólico, que pode lhe proporcionar uma elevação hierárquica internacional, do que para as condições de reprodução social.

Esse processo se desenrola por meio da construção de monumentos e edifícios que tragam essa visão. Lefebvre (1999 [1970]) já havia argumentado como que a natureza do monumento é repressiva, colonizando e oprimindo o espaço ao seu redor por se oferecer através da contemplação passiva, tendo como objetivo homenagear e enaltecer, majoritariamente, os poderosos. Os monumentos podendo ser vistos como mecanismos comunicativos das ideologias do Estado (BROUDEHOUX, 2017), servindo para comunicar e para consolidar as ideologias hegemônicas, manipulando objetos e símbolos, envolvendo emocionalmente seus seguidores para legitimar seu poder e servindo de propaganda para uma gama ampla de regimes (BROUDEHOUX, 2010). Regimes que se utilizaram de eventos espetaculares para garantir o seu poder e para apaziguar e controlar as massas, por meio do entretenimento, da arte e do festival (BROUDEHOUX, 2010).

Contudo, talvez aqui haja uma inflexão. Na sociedade do espetáculo, o monumento deixa de ser utilizado somente como imagem que deseja controlar as massas, demonstrar o poder da classe dominante e consolidar determinadas ideologias. Aqui, ele se converte em relação social que fetichiza as outras relações e que tem como objetivo garantir a reprodução e a ampliação do capitalismo. O monumento se metamorfoseia para a forma preferencial do capitalismo tardio, a mercadoria. Forma que amplia e estende a economia de mercado para relações sociais que anteriormente não se construía apenas por meio dessa visão de mundo. O intuito da sua produção não sendo somente a imortalização de algum líder ou a eternização da vitória em uma batalha, sim, a expansão da forma-mercadoria para todos os aspectos da vida cotidiana. Sendo a sua transformação em mercadoria essencial para garantir que a cidade obtenha uma determinada posição hierárquica na economia mundial, no qual os ganhos dentro da competitividade urbana estão diretamente atrelados a produção desse tipo de paisagem, obrigando a cidade a se comercializar e a se anunciar globalmente (BROUDEHOUX, 2010).

Perante esse contexto, as imagens criadas são escolhidas e produzidas cuidadosamente para transmitir sensações positivas sobre a cidade, como a unicidade e a personalidade, de modo a ganhar as mentes e os corações dos consumidores globais, usualmente, por meio de imagens universalistas e sem grandes controvérsias (BROUDEHOUX, 2017). Assim, são construídos uma série de edifícios e locais emblemáticos (SÁNCHEZ, 2010), como museus, marinas, centros comerciais, até praças e parques. Processo que fica mais evidente a partir do “efeito Bilbao”. A cidade espanhola ficou mundialmente conhecida a partir da construção de um novo

museu de arte, o Museu Guggenheim, projetado pelo *starchitect*<sup>81</sup> Frank Gehry em 1997. Ela seria um dos motivos que fizeram com que as cidades disputassem por serem aquelas com o prédio mais alto, mais tecnológico, dentre uma série de “qualidades” e “rankings” a serem mensurados (BROUDEHOUX, 2017). O efeito se constituindo por meio da contratação desses *starchitects* que fariam os projetos cada vez mais espetaculares para as cidades. Tendo a assinatura desses renomados profissionais aqueles edifícios que contenham maior significado simbólico para a construção imagética (BROUDEHOUX, 2017).

Aqui, é interessante notar a necessidade da aprovação do que se faz localmente no estrangeiro, seja por meio da contratação desse tipo de arquiteto, seja por meio da construção de projetos que tenham esse “caráter global”. Vale dizer que por muitas vezes renegando os traços particulares da arquitetura local, em benefício de uma tipologia arquitetônica que siga o padrão internacional e que acaba reproduzindo a colonialidade, no que pode ficar mais claro a partir da metonímia do “prédio espelhado”. De modo que, a forma tem maior importância e ênfase que a função (SÁNCHEZ, 2010), em que pouco ou nada importa a curadoria do museu ou a lotação dos escritórios, sim, a forma em que eles se adequam a relação social imagética a ser desenvolvida. Não obstante, nem sempre a construção de algo totalmente novo seja o objetivo, nesse processo, a preservação também é algo cobijado, mormente, por meio da patrimonialização de certos edifícios que se tornariam símbolos emblemáticos daquela cidade (SÁNCHEZ, 2010).

Esse movimento faz com que se amplie a criação de “espaços-síntese” (SÁNCHEZ, 2010, p. 476) do que seria a cidade, embora, esquecendo-se, propositalmente, da sua diversidade. Há de se notar que o grande esforço realizado pelos agentes dominantes seria pela produção de imagens visíveis (SÁNCHEZ, 1999), ou seja, não há o mesmo empenho em realizar projetos que busquem diminuir as desigualdades socioespaciais, como os infraestruturais, e proporcionar um maior direito à cidade, pois, como eles não podem ser transformados em imagens de ampla divulgação que atraiam os consumidores e o capital internacional e elevem a posição da cidade mundialmente, acabam sendo negligenciados e não realizados.

Processo que acaba por simular a imagem da cidade segundo os critérios que se acredite que o consumidor internacional queira usufruir e presenciar, o que provoca a criação uma série

---

<sup>81</sup> Em tradução literal seriam os “arquitetos estrela”.

de simulacros, que não representam a realidade (MASCARENHAS, 2014). Logo, pasteurizando, disneyficando e parque-tematizando a cidade, de modo que a simulação substitui a realidade (SÁNCHEZ, 2010) e se criam aparências aparentemente autênticas, por meio do *imagineering*<sup>82</sup> (BROUDEHOUX, 2017). Isso, pois, na realidade, o que acontece nesses espaços não traz e nem busca trazer a diversidade das relações socioespaciais presentes na vida cotidiana. Muito menos a segregação e a desigualdade intrínsecas ao capitalismo. Lembrando-nos do caráter parcelar que tais projetos demonstram. Vendidos enquanto imagens-síntese da cidade, trazendo ali, tudo aquilo que seria a suposta totalidade da cidade. Embora, na realidade, o que está sendo tratado seja de uma totalidade não existente, pois, aquilo que é demonstrado são apenas parcelas fragmentárias, lugares recortados e espetacularizados (SÁNCHEZ *et al*, 2019) de um contexto muito mais amplo, diverso e complexo. Por conseguinte, abstraído a cultura local e destacando aquelas parcelas que possam ter algum significado comercial (SILK, 2014).

Maneira de se produzir cidade promulgada internacionalmente pelos agentes hegemônicos. O que ressalta a importância do *city marketing* (SÁNCHEZ, 2001). Ainda mais quando observamos a decadência da importância da indústria e a emergência dos serviços, particularmente a questão do turismo, como essenciais ao desenvolvimento econômico da cidade, o que promove a reinvenção dela de ser centro de produção para centro de consumo (BROUDEHOUX, 2007). Nesse processo, a cidade se constitui como mais uma mercadoria a ser mostrada na vitrine (SÁNCHEZ *et al*, 2019), na qual o capital e o consumidor internacional pretendem escolher aquela seja a mais bonita, a mais cheirosa, a mais glamourosa, a mais qualquer adjetivo que transmita riqueza e poder.

Ademais, quando notamos a importância da mídia enquanto instrumento para a divulgação das cidades internacionalmente, em que há a construção de projetos concebidos pela arquitetura globalizada, cujo principal foco seria o melhor enquadramento do edifício para ser filmado por helicópteros ou drones a ser transmitido nas grandes telas de televisão (BROUDEHOUX, 2007). Constituindo-se por meio da união entre a linguagem fotográfica e a linguagem escrita (SÁNCHEZ *et al*, 2019), por exemplo, dizendo aquilo que os agentes dominantes da cidade querem que seja dito e que seja escutado sobre ela. Processo aumentado

---

<sup>82</sup> Junção das palavras *imagination* e *engineering* (imaginação e engenharia). Nela combina-se a imaginação criativa com conhecimento técnico, tematizando o espaço e produzindo espaços que remetam a memória afetiva padronizada (BROUDEHOUX, 2017).



devido ao amplo uso das redes sociais que ajudam a propagar tais imagens, em que o enquadramento pensando para ser o melhor nas fotos dos *smartphones* ou nas imagens da televisão. Obviamente encontrando barreiras, pois, a disseminação das redes sociais pode tanto servir como meio para maior divulgação de certa paisagem espetacular quanto para demonstrar a diferença entre aquilo que é vendido e o que é vivido.

Ressaltamos que devido à hegemonia da mídia, todo processo (ou produto) gerado pela coalizão espetacular necessita ser vendido por meio de “campanhas promocionais, desenhadas para iluminar e destacar valores associados a determinados projetos” (SÁNCHEZ, 2010, p. 465), em que não basta realizar tais mudanças, elas têm que ser amplamente divulgadas, as imagens devem rodar o mundo e chegar ao seu público-alvo. Agora, as cidades não devem apenas fazer, devem transmitir o que foi feito, segundo a linguagem dos negócios, ou seja, devem empreender, serem grandes empresas. Portanto, essa comunicação nada mais é do que a linguagem sintética a ser adotada, que expressa convincentemente aspectos selecionados a dedo do que seria a vida urbana naquela localidade (SÁNCHEZ, 2010).

A mídia também tem um papel decisivo no espetáculo e, mormente, nos megaeventos, principalmente a televisiva, pois, além de mediadora das relações espetacularizadas, ela representa mais de 50% das receitas do COI e da FIFA, ou seja, ela é quem garante a quantidade monetária suficiente para a existência desses órgãos. Portanto, ela tem grande capital político para definir as regras do jogo, ditando desde o horário de transmissão até a localização das instalações (OLIVEIRA, 2012). Constatando o seu poder em moldar a cidade segundo os seus interesses. Nesse contexto, o grande objetivo da FIFA e do COI se tornou “manter a grandiosidade do espetáculo que produzem e satisfazer os clientes que as sustenta, os patrocinadores e as redes transmissão.” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 94), fazendo com que eles exijam cada vez mais das cidades-sede posturas empreendedoras e espetaculares, controlando-as e manipulando-as em prol daqueles que a sustentam, no qual o valor de troca esmaga e predomina em relação ao valor de uso.

Contudo, nem sempre os megaeventos foram espetacularizados. Na atualidade, eles se configuram assim, porém, para chegarmos a isso, um longo processo ocorreu. Processo que atravessa duas grandes fases até chegarmos a atual<sup>83</sup>, seriam elas: “o amadorismo, a

---

<sup>83</sup>Destacamos que a periodização é uma ferramenta para melhor compreender a realidade, aglomerando certas características em comum dos fenômenos que aconteceram naquele tempo, ainda que cada megaevento tenha

profissionalização e a espetacularização” (OLIVEIRA, 2012, p. 41). Apesar das diferenças entre as políticas adotadas pela FIFA e pelo COI, acreditamos que eles compartilham de um mesmo *modus operandi*.

Desse modo, temos a primeira fase, o amadorismo, entre os anos de 1896 e 1932. Nela havia certa hegemonia dentro dos órgãos em prol do desinteresse econômico e da não-necessidade de uma maior comercialização, focando, majoritariamente, no aspecto lúdico do esporte, visto pelo lema olímpico de “*citius, altius e fortius*” (mais rápido, mais alto e mais forte) (OLIVEIRA, 2012). Embora focado na questão amadora, já podíamos perceber que ela seguia um modelo que tinha como objetivo o sucesso e o progresso, demonstrando os princípios da sociedade industrial daquela época, exemplificado no fato de que três Olimpíadas aconteceram simultaneamente a Exposições Mundiais, Paris, 1900, St. Louis, 1904 e Londres, 1908. Ao longo desse período pode-se observar o fortalecimento e a afirmação da marca e o aumento da autonomia dos organismos organizadores, principalmente o COI, com cada vez maior envolvimento com os países e as cidades anfitriãs que deveriam garantir certos pacotes colocados pelos órgãos, como a vila olímpica.

Na segunda fase, a profissionalização, que ocorreu entre os anos de 1936 e 1980, encontramos certas mudanças paradigmáticas. Ao longo dela se disputou continuar com amadorismo ou seguir para a profissionalização, a segunda tendo ganhado. Vale entender que a profissionalização não passava somente pelos atletas que poderiam ser “atletas profissionais”, todavia, pela própria produção dos megaeventos, pois, se exigia maior comprometimento estatal com o megaevento por meio de uma maior exigência imposta pelos órgãos aos países e às cidades sede que deveriam garantir os recursos necessários para a produção e realização dele e para a construção de instalações cada vez maiores e mais complexas. A partir daqui os órgãos internacionais promotores aumentam o seu capital no campo da produção do megaevento, tendo em suas mãos o enorme poder de escolher as sedes, o que fomenta a disputa entre os candidatos a serem sede, a exigência das infraestruturas a serem construídas e a decisão sobre quais esportes a serem disputados.

Nesse momento, as sedes tanto olímpicas quanto de Copas, em sua maioria, se encontram em países do Norte Global. Destacando que essa fase ocorre no pós Segunda Guerra

---

particularidades e existem certas situações que se encontram em mais de um período. Aqui, periodizamos os megaeventos como uma totalidade para melhor compreensão do que estamos trabalhando.

Mundial, desse modo, a produção dos megaeventos serve como mais uma justificativa para a reconstrução do pós Guerra. Além disso, os megaeventos ganham um forte teor político e nacionalista, no qual os Estados passam a investir cada vez mais. Investimento ligado às políticas keynesianas, no qual se preocupava com um legado que trouxesse maiores benefícios para a vida cotidiana comunitária, principalmente no que tange a habitação popular, e havendo certa negação a maior mercadificação. Deve-se lembrar que tal período é marcado pela Guerra Fria, o que fez com que várias vezes houvesse boicotes que limitavam a sua divulgação. Não obstante, a espetacularização começa a se concretizar nesse período. O ponto central sendo a transmissão televisada, com contratos cada vez mais suntuosos.

A terceira fase, a espetacularização, ocorre a partir de 1984 até os dias atuais. Nesse momento três atores essenciais aparecem para a consolidação do espetáculo esportivo, Juan Antonio Samaranch<sup>84</sup>, eleito para presidência do COI em 1980, presidindo o órgão até 2001, e João Havelange<sup>85</sup>, eleito para presidência da FIFA em 1974, ocupando o cargo até 1998. Ambos foram responsáveis pela adoção de estratégias de marketing que mudariam os rumos de ambas as organizações. Estratégias pensadas e difundidas pelo terceiro ator, Horst Dassler<sup>86</sup>, um dos

---

<sup>84</sup> Don Juan Antonio Samaranch Torelló ou Primeira Marquês de Samaranch, nasceu em Barcelona na Espanha em 1920 e faleceu na mesma cidade em 2010. Juan Samaranch iniciou sua carreira política-esportiva assumindo vários cargos públicos durante a ditadura franquista na Espanha, chegando a ser embaixador espanhol para União Soviética e Mongólia em 1977. Foi eleito membro do Comitê Olímpico Espanhol em 1956 e 10 anos depois membro do COI. Na entidade internacional chegou a ser vice-presidente (1974-1978) e presidente em 1980, até 2001, sucedido por Jacques Rogge, tornando-se presidente honorário vitalício. O espanhol foi responsável pela maior profissionalização olímpica e fez com que as Olimpíadas de Verão e Inverno fossem disputadas em datas separadas. Além de ser um dos idealizadores, junto com Horst Dassler do programa TOP (The Olympic Partner Programme), que fez com que as receitas do COI aumentassem estrondosamente (OLIVEIRA, 2012; COI, 2021; HORNE; MANZENREITER, 2006).

<sup>85</sup> Jean Marie Faustin Godefroid Havelange, ou João Havelange como é comumente conhecido, nasceu em 1916 no Rio de Janeiro, capital, e falecendo no mesmo local de nascimento em 2016, foi um importante dirigente esportivo brasileiro e mundial. Filho de casal belga radicado no Brasil, o que lhe possibilitou participar da elite carioca. Em relação as Olimpíadas, foi nadador (na Olimpíada de Berlim em 1936), jogador de polo aquático (na Olimpíada de Helsinque em 1952) e dirigente da delegação brasileira em Melbourne em 1956. Comandou a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) que se dissipou para o que hoje seria a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) de 1958 à 1974 (estando a frente de três títulos de Copa do Mundo), ano que chegou à presidência da FIFA, que presidiu até 1998, além de ser membro do COI a partir de 1963. Sua eleição para FIFA envolvia a garantia da ampliação dos participantes na Copa, fazendo com que os países periféricos votassem nele. Havelange foi um dos principais nomes na profissionalização do futebol e na adoção da estratégia de marketing tão feroz, contudo, não sem se envolver em polêmicas. Polêmicas que perpassam a sua grande proximidade com o regime ditatorial brasileiro (e outros regimes autoritários) e, mais recentemente, o caso de corrupção envolvendo a ISL (International Sports and Leisure – companhia criada por Horst Dassler), agência esportiva que detinha os direitos de transmissão da Copa a época de sua presidência, o que o fez renunciar a presidência de honra FIFA e o seu cargo no COI (OLIVEIRA, 2012; MARINHO; CORNELSEN, 2020). Sobre o caso de corrupção mais informações em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/08/1787981-escandalo-isl-foi-responsavel-por-derrubar-havelange.shtml> Acesso em 02/03/2021.

<sup>86</sup> Horst Dassler (1936-1987) é filho de um dos fundadores da Adidas, herdando a empresa de seu pai, Adolf Dassler. A sua ligação com a empresa lhe rendeu uma série de conexões no mundo esportivo. Elas possibilitaram sua maior conexão com Samaranch, por exemplo, que lhe convidou para construir o programa TOP. Horst também

herdeiros de uma das marcas esportivas mais conhecidas mundialmente, a Adidas. Talvez esse ponto seja mais uma coincidência, entretanto, nota-se que a eleição deles para presidir tais órgãos foi na época em que o neoliberalismo começa a se consolidar mundialmente de maneira hegemônica.

Ambos os presidentes partilhavam de uma visão empresarial das entidades e do esporte (MASCARENHAS, 2014), fazendo com que estratégias de marketing mais pesadas fossem adotadas, articulando as sedes, os patrocinadores, a mídia e todos aqueles que pudessem assegurar e estender um uso econômico maior do megaevento (OLIVEIRA, 2011).

Na FIFA, a estratégia de marketing adotada a partir da gestão Havelange com a participação de Dassler, baseava-se fortemente na questão televisiva. Ela foi adotada em 1980, cravando a parceria entre FIFA e ISL (International Sports and Leisure) (HORNE, 2012), confirmando a transmissão mundial das Copas para uma maior variedade países. Vale comentar que essa virada para a espetacularização somente foi possível devido à possibilidade da participação cada vez maior de atletas profissionais, que ampliava o conjunto de patrocinadores (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008) e de pessoas interessadas em assistir as competições na televisão. Ademais a isso, há de se observar que ao longo do tempo o número de seleções participantes também aumentou. A primeira edição da Copa em 1930 contava com 13 seleções, a partir de 1954 contando com 16, até a entrada de Havelange que em 1982 aumentou a participação para 24, número que seguiu até 1998 quando houve um novo aumento para 32, número que irá se repetir até 2026, ano em que serão 46 seleções (LANCER!, 2017). Portanto, uma estratégia de ampliação de mercado com o aumento no número de seleções que se inicia com o período de espetacularização que estamos trabalhando. Além de fazer com que mais cidades-sede da Copa emergjam, tendo em vista que com o aumento de seleções mais estádios acabam sendo requeridos para a realização do megaevento, ampliando a competição até nacionalmente<sup>87</sup>.

Para as Olimpíadas, Dassler e Samaranch desenvolveram as seguintes ideias. A primeira foi negociar os direitos de transmissão televisa, tendo em vista o aumento expressivo de pessoas que assistiam aos Jogos e que tais direitos se tornaram, com o tempo, cada vez mais caros. A

---

fundou a ISL, empresa responsável pelo marketing e transmissão de uma série de eventos esportivos (OLIVEIRA, 2012).

<sup>87</sup> Um exemplo disso encontramos no Brasil, no qual houve uma disputa intensa entre quais seriam as cidades-sede. Ademais, quando o país adotou um número maior ao que a FIFA recomendava, tendo 12 cidades-sede ao invés das 10 pedidas.

segunda foi a transformação dos símbolos olímpicos em propriedade do COI, logo, para se atrelar a eles, adotou-se o programa TOP (The Olympic Partner Programme) em 1982, no qual algumas poucas empresas podiam se associar a marca olímpica e se divulgar enquanto parceiras exclusivas do movimento (HORNE; MANZENREITER, 2006), obviamente pagando um preço bem caro. Essa movimentação tinha como objetivo garantir o caixa do órgão e reforçar a sua imagem (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008). Para que essa estratégia fosse bem-sucedida e se consolidasse um exemplo de sucesso deveria acontecer. Assim, em 1984, ocorre a “virada olímpica” com a Olimpíada de Los Angeles<sup>88</sup>, pois, ela foi um grande sucesso financeiro, no qual os lucros atingiram cerca de 215 milhões de dólares (ZIMBALIST, 2016), sendo o exemplo perfeito para que cada vez mais países e cidades se candidatassem a ser sede, todos buscando lucros maiores, além de marcar o início da fase espetacular.

O período de espetacularização fez com que a imagem tanto olímpica quanto da Copa fosse disseminada amplamente e os megaeventos ganhassem uma importância ainda maior no cenário internacional. Logo, tomando em conta a ampla cobertura midiática, a divulgação e a visibilidade global que possuem, facilitando que a imagem da cidade seja divulgada, promovida e melhorada (BROUDEHOUX, 2017), o megaevento tornou um dos melhores meios para se alcançar posições mais altas na hierarquia interurbana. Portanto, sediar um megaevento torna-se o principal prêmio dentro da sociedade do espetáculo (BROUDEHOUX, 2007), o que lhe garante um peso simbólico gigantesco (BROUDEHOUX, 2016). Ademais, é curioso observar que o período de espetacularização conjuga, quase que simultaneamente, com a emergência do neoliberalismo a escala global. O que esclarece ainda mais sobre a transformação do esporte em espetáculo-esportivo, na qual a forma-mercadoria domina até as mais profundas paixões. Consolidando os megaeventos em ocasiões cada vez mais monumentais e espetaculares. Desse

---

<sup>88</sup>Em Los Angeles 1984 o movimento olímpico vivia uma crise profunda, sendo a cidade californiana a única a se candidatar a sede dos Jogos. Naquele momento o COI não teve alternativa senão aceitar as condições propostas pela cidade. Condições que fizeram com ela fosse tão lucrativa. Porém, com tais lucros e o mundo observando o seu sucesso, o número de cidades candidatas a sede aumentou bastante, chegando a 6 para os jogos de 1992 e incríveis 11 para os de 2004. Isso fez com que o poder do COI voltasse a crescer, pois, agora, todos queriam ser sede novamente. Assim, com o aumento de candidaturas e elas competindo com mais e mais cidades, acabou sendo imposto que elas tinham que mostrar “diferenciais” que impressionassem o COI de ela deveria ser a sede, não qualquer outra. Tal processo fez com que, além da corrupção, as candidatas propusessem projetos cada vez maiores e mais espetaculares, o que pode ter provocado em um aumento da arquitetura espetacular e dos custos (BAADE; MATHESON, 2016). Entendendo também que já neste momento podemos presenciar a emergência da competitividade interurbana, com as cidades não apenas mirando os lucros, mas, as oportunidades de investimentos que poderiam surgir a partir do momento que elas se tornassem sedes olímpicas.

modo, “espetáculo encenado para os turistas, que culminava com os próprios Jogos Olímpicos, como o espetáculo dos espetáculos.” (STAVRIDES, 2016, p. 133).

Esse ponto de vista nos faz entender que os megaeventos acabam sendo construídos no espetáculo e para vender espetáculo (WOLFE, 2019), criando simulacros espetaculares de uma totalidade urbana que se esquece das suas próprias contradições, focando em experiências sempre positivas (COMPTON, 2016). O que anula as críticas e despolitiza o processo de decisão e participação, facilitando a garantia de consenso popular, as manipulações operadas pelo Estado e pelo capital e a distração e o silenciamento sobre as questões políticas (BROUDEHOUX, 2017), pontos essenciais para a constituição do espetáculo. O que potencializa os megaeventos enquanto mercadorias espetaculares para o consumo em massa, para a atração de capitais internacionais e para que as cidades ganhem posições na hierarquia urbana (MAKARYCHEV; YATSYK, 2015; HALL, 2006; SHIN, 2012). Seguindo os interesses das elites transescalares que buscam consolidar o seu poder (BROUDEHOUX, 2017).

Não obstante, argumenta-se que há uma crise vivida, principalmente no movimento olímpico, no que tange a espetacularização. Essa crise se apresenta devido ao aumento exorbitante dos custos, que não condiz com a situação vivida pela maioria dos países pós crise de 2008 (MASCARENHAS, 2016) e faz com que se pregue por uma redução de gastos das sedes (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018), aos protestos massivos contra as políticas da FIFA e do COI, mormente no Brasil, e às desistências e às contestações das populações de cidades que haviam se candidato, mas que se retiraram, pois, se posicionam contra o atual discurso olímpico (MASCARENHAS, 2016). Desse modo, questionando o espetáculo-esportivo (OLIVEIRA, 2016), ainda que ele permaneça de um modo de outro, sendo os Jogos de Tóquio de 2021 e os de Pequim de 2022 uma demonstração que não necessariamente se necessite de público para o megaevento ocorra e obtenha determinado êxito.

### *A exceção enquanto mecanismo de reprodução dos megaeventos*

Para além do mecanismo do espetáculo, os megaeventos se reproduzem por meio de um segundo, seria ele o da exceção (BROUDEHOUX, 2017). Primeiramente, devemos entender a exceção enquanto uma série de intervenções no ordenamento jurídico e político do Estado, que estão focadas em assegurar os interesses da classe que detém os meios de produção. Ações que se constituem de maneira autoritária e visam garantir a proteção e a segurança jurídica para o

desenvolvimento do capitalismo e da economia de mercado. Enfim, “o estado de exceção redefine as formas através das quais os interesses dominantes se fazem presentes no estado.” (VAINER, 2011, p. 9), nesse caso, por meios não (anti) democráticos.

Para compreendermos melhor a exceção deve-se delinear o que seria o “normal”. Logo, “os traços definitivos da forma normal do tipo capitalista de Estado são as instituições democráticas e a liderança hegemônica de classe. Os estados normais correspondem a conjunturas em que a hegemonia burguesa é estável e segura” (JESSOP, 2009, p. 136). Isto é, mantendo-se determinada ordem e regularidade jurídica e política (BERCOVICI, 2014, p. 738). Ordem ligada ao pleno funcionamento do capitalismo segundo a institucionalidade prevista em seus centros de poder, a democracia burguesa, sem que seja necessário a adoção de posturas muito autoritárias e/ou repressoras. Portanto, quando há uma quebra nessa suposta relação de normalidade da ordem burguesa emerge a existência do Estado de exceção.

Para seguirmos no tema, necessita-se uma melhor compreensão sobre o Estado. A partir de Jessop (2009) sobre a extensa obra de Poulantzas, compreendemos o Estado enquanto um instrumento fundamental para a continuidade da hegemonia da classe dominante e da acumulação capitalista, lembrando-nos que ele não é algo monolítico, uma coisa concreta, uma entidade de direito próprio ou um sujeito racional, mas, sim, “uma relação social entre sujeitos mediada pela sua relação com as capacidades do Estado.” (JESSOP, 2009, p. 133).

Nisso, a constituição do Estado não é única nem pré-dada, no entanto, é o resultado das configurações geo-históricas do passado e do presente, o que lança luz ao fato de que ele pode ser tanto reproduzido quanto transformado ao se considerar a presença dos conflitos entre as frações da classe dominante dentro do bloco no poder e das diversas lutas e resistências das classes dominadas, que podem se encontrar mais próximas e/ou mais distantes do sistema estatal, de modo que nada é fixo e tudo pode ser alterado (JESSOP, 2009). Contudo, não se pode ser ingênuo, pois, ainda que exista uma possível reconfiguração estatal em benefício das classes populares, o Estado continua servindo ao princípio de organizar as classes dominantes e desorganizar as dominadas (JESSOP, 2009).

Esse caráter relacional do Estado fará com que para Poulantzas o estabelecimento da exceção esteja ligado a dificuldade da classe dominante de resolver as suas contradições no bloco no poder. Processo que causaria uma crise de hegemonia e uma interrogação se a classe dominante conseguiria manter para si as rédeas do poder, proporcionando que ela escolha um

“Bonaparte” ou um grupo específico da sociedade – como os militares - para dirigir o Estado naquele momento (VAINER, 2016; JESSOP, 2009). Demonstrando a não concretude estatal.

Contudo, não apenas as crises de hegemonia podem levar a adoção de medidas excepcionais, ela se constituindo em situações de guerra e conflito armado, mas, não só. Também em qualquer situação que possa ser considerada análoga a guerra, o que incluiria crises econômicas e políticas, situações que, para aqueles que detém maior quantidade de capital no campo econômico, jurídico e político, serviriam como justificativa para modificar a ordem “normal” (VAINER, 2016). Portanto, por se justificar em uma amplitude de crises, a exceção não seria algo totalmente fugaz, mas, quiçá, habitual, pois, qualquer crise que ganhe legitimidade e força em certos espaços-tempo pode gerar exceção.

No contexto desse trabalho uma crise que nos salta aos olhos é a crise urbana. Se entendermos que ela tem a potência suficiente para que certos grupos reclamem por medidas excepcionais, no intuito de solucioná-la, por que o Estado não deveria adotá-las para superá-la? Situação mais drástica quando observamos que a grande maioria das cidades se encontra em crise devido aos regimes de austeridade. Por conseguinte, esse entendimento faz com que a exceção se transforme em regra, pois, a grande maioria das cidades está constantemente vivenciando tais questões por elas serem inerentes ao modelo de funcionamento segregacionista e excludente da cidade capitalista, logo, esse tipo de agir por meio da exceção torna-se técnica de governo, o que possibilita a criação de “um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo.” (AGAMBEN, 2004 [2003], p. 13).

Não obstante, a exceção não surge sem haver algo ou alguém que exerça o seu poder para que ela ocorra, vulgo, o soberano que irá decidir sobre a exceção. Assim, a soberania seria “a narrativa sobre a fonte e a legitimidade do poder do Estado-nação.” (PIRES, 2021, p. 59) e significaria o poder supremo e absoluto diante do Estado, em que o soberano seria aquele que decidiria a exceção, dentro da exceção, servindo como poder de dominação, de modo a definir a forma do mundo perante a definição do que seria ou não excepcional (SANÍN-RESTREPO; ARAÚJO, 2020). Desse modo, “A decisão suprema sobre a exceção continua sendo o núcleo da máquina de poder como dominação.” (SANÍN-RESTREPO; ARAÚJO, 2020, p. 8).

Portanto, o soberano, devido ao seu poder, atinge uma posição transcendental, cabendo-lhe decidir perante a suspensão e/ou o cumprimento da lei, articulando de que modo e quando ela será suspensa, e garantir a si o poder de dispor sobre a vida e a morte (MORALEIDA,



2018; BERCOVICI, 2014; TELLES, 2010), se encontrando fora do ordenamento jurídico e, ao mesmo tempo, dentro, pois, pertence a norma jurídica validada (AGAMBEN, 2004 [2003]) e se utiliza do “seu poder de suspender a validade do direito, [de modo que] coloca-se legalmente fora da lei.” (BERCOVICI, 2006, p. 96). O que ressalta o seu caráter anômico por, simultaneamente, se libertar da subordinação do direito e se aproveitar dele para confirmar o seu poder (AGAMBEN, 2004 [2003]), no qual, tem-se “o exercício do direito definitivo de uma autoridade: o direito de suspender direitos.” (STAVRIDES, 2016, p. 137).

Na contemporaneidade, encontramos aquele que seria o soberano, o mercado. Mercado que está diretamente associado e endeusado no regime de acumulação hegemônico, o neoliberalismo, demonstrando uma relação direta entre exceção e neoliberalismo.

Magalhães (2016) trata sobre como os neoliberais veem a democracia enquanto algo problemático, sendo a melhor atitude a centralização do poder nas mãos dos cidadãos capazes de entender a situação, assim sendo, apenas aos “técnicos conhecedores sobre o mercado” que teriam o poder e a capacidade de planejar a economia e a cidade. Técnicos, que quando observados de perto, sendo os detentores dos meios de produção ou aqueles complacentes, teóricos e divulgadores dos seus discursos, ideias e ideais, tomando em conta que “o problema da democracia para esse grupo seria justamente este, como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias.” (MAGALHÃES, 2016, p. 40). Portanto, segundo o pensamento neoliberal, não caberia ao processo democrático tomar decisões e clamar por direitos, nele não há a racionalidade adequada para compreender quais seriam as possíveis soluções da crise, tampouco o conhecimento sobre os melhores modos de se governar. Subalternizando e silenciando os diversos conhecimentos e saberes produzidos pela classe trabalhadora e pela política.

Processo agravado quando notamos a solidificação do consenso neoliberal (SWYNGEDOUW, 2010) enquanto único caminho a ser adotado pelos Estados e pelas cidades na atualidade. De modo que, ele “anula a democracia, esvazia o político, ou seja, o cultivo do desacordo por meio de espaços materiais e simbólicos adequadamente construídos para o dissenso público do encontro e da troca, e, em última análise, perverte e solapa o próprio fundamento de uma polis democrática.”<sup>89</sup> (SWYNGEDOUW, 2010, p. 3), em que aqueles

---

<sup>89</sup> Tradução nossa. Fragmento original: annuls democracy, evacuates the political proper – i.e. the nurturing of disagreement through properly constructed material and symbolic spaces for dissensual public encounter and

grupos que se posicionam fora e contra o consenso neoliberal teriam os seus direitos suspensos (SWYNGEDOUW, 2010), ou seja, a exceção decretada e praticada. Entretanto, discordamos do autor, pois, não somente aqueles contrários ao consenso que viverão a exceção, também aqueles que são a favor, aqueles que não tem opinião formada ou aqueles em que a encriptação seja tão grande que nem compreendem as mudanças relativas à sua vida cotidiana no neoliberalismo. Tomando em conta que a exceção não opera apenas para determinados grupos (ainda que, sim, a sua intensidade varie), mas, em toda a sociedade. O dano causado pela promulgação da exceção sendo muito maior do que apenas uma questão técnica ou jurídica.

Assim, o neoliberalismo traz em seu conjunto a lógica da intervenção autoritária por meio da exceção, no qual se fragiliza os órgãos de participação (SANTOS JÚNIOR; SANTOS, 2012; OLIVEIRA, 2012), de maneira que, a exceção torna-se fundamental (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002), pois, quanto menor a participação popular e maior a ampliação dos ganhos de capital, por meio de medidas excepcionais, melhor. Com o uso dessa postura, as decisões são tomadas com as portas fechadas onde a liderança municipal, a tecnocracia estatal e os agentes da classe dominante são as únicas vozes a falarem e a serem ouvidas (MACHADO, 2017). Excluindo aqueles que podem ser resistência a essas medidas.

Então, a ascensão e a hegemonia do neoliberalismo e a imposição do empreendedorismo urbano internacionalmente tem em seu núcleo de reprodução a exceção. Logo, se olharmos atentamente, “a cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano.” (VAINER, 2016, p. 40), o regime neoliberal.

Como bem trouxemos, os megaeventos são as oportunidades criadas perfeitas para que a produção neoliberal do espaço ocorra. Além dessa conexão, que já possibilita que eles tenham em seu desenvolvimento a exceção, devemos ressaltar que eles também são vistos como oportunidades para solucionar a crise urbana. Assim, com a importância do neoliberalismo e já instaurado o sentimento generalizado de crise (VAINER, 2000), as atitudes tomadas pela administração local perante os megaeventos terão um lastro ainda maior em relação a ocorrência da exceção. Momento em que mora a perversidade, porque utilizando-se desses discursos, catalisar-se-á e se exigirá medidas cada vez mais excepcionais (VAINER, 2016).

---

exchange – and ultimately perverts and undermines the very foundation of a democratic polis. (Swyngedouw, 2010, p. 3)

Se isso já não bastasse, eles carregam outros dois pontos que amplificam a exceção: os prazos muito específicos que devem ser cumpridos (SHIN, 2009a; BROUDEHOUX, 2016) e os poderes coercitivos de agentes transnacionais orientados ao lucro, no nosso caso a FIFA e o COI (CORRARINO, 2014).

Perante o primeiro ponto, a existência de uma data específica para a realização do megaevento faz com que se crie uma sensação de urgência (SHIN, 2009a) para que tudo esteja pronto e funcionando no prazo dado. Isto é, se uma cidade é eleita sede, ela sabe que no dia  $x$  do ano  $y$  o megaevento irá ocorrer, não importa o que aconteça. Partindo-se daí, o Estado, em conjunto com as classes dominantes e os órgãos internacionais, carrega o peso de não poder “estragar” ou “manchar” a perfeita oportunidade criada em um contexto de ampla competitividade, no qual o seu fracasso representa a perda de uma série de investimentos. Para isso, se for preciso (e o discurso dos agentes hegemônicos é de que sempre é preciso), ele forçará a proposição de uma série de medidas excepcionais que tem como justificativa essa ideia, de que nada pode atrasar.

Já no segundo, as organizações transnacionais impõem um determinado padrão de práticas socioespaciais a serem seguidas pelas cidades, como o tipo, a qualidade e a quantidade de infraestruturas e a legislação necessária para que os seus membros possam trabalhar no país, devido ao poder que elas possuem em relação aos procedimentos dos jogos.

A cidade que busca aumentar a sua hierarquia, a sua visibilidade no mercado mundial de cidades e a sua promoção internacionalmente (OLIVEIRA, 2012), tendo os megaeventos enquanto a face prática para a política *market oriented* e *market friendly* (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012), fará o que for preciso para agradar as instituições mundiais promotoras e os patrocinadores (OLIVEIRA, 2016). Assim, pela FIFA e o COI serem quem “deram”, “presentearam”, “confiaram” a oportunidade para que aquela cidade/país pudesse ser sede e quem tem o controle sobre a marca Copa do Mundo ou Olimpíada, faz com que as sedes fiquem de mãos atadas em não aceitar as suas regras. Em suma, as organizações criaram o jogo e são elas que ditam as regras do jogo (OLIVEIRA; VAINER, 2014). Simultaneamente, juiz e jogador.

Não obstante, para que isso seja possível, necessita-se uma coesão transescalar do bloco no poder no entorno de tal projeto de cidade, o que demonstra uma ruptura política, por reconfigurar as coalizações político-partidárias e de classe em busca de maior legitimidade

(VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012). Assim sendo, as frações dominantes devem agir em conjunto no bloco no poder para garantir que tudo aquilo que seja necessário para que o megaevento ocorra seja feito, de modo a alavancar a exceção em prol dessa escolha.

Portanto, perante essa situação, há um remodelamento do espaço legal pré-existente segundo as lógicas hegemônicas (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012). O que gera uma nítida descontinuidade e uma irregularidade regular no campo legal e jurídico “normal” da cidade e do país e uma desproporcionalidade entre o poder local e o estrangeiro em benefício do segundo (BROUDEHOUX, 2017), que possibilita um aumento ainda maior no desequilíbrio de poder entre as classes dominadas e as dominantes, com ainda mais vantagens para a segunda, e um estímulo ao caráter anômico do direito e do Estado. Rupturas entendidas enquanto potencialização do Estado de exceção. Ademais, quando observamos que por detrás delas têm-se a garantia dos lucros privados pelo Estado, a proteção a marca que gera prejuízos públicos e o maior controle sobre o trabalho, o que amplia e assegura a reprodução neoliberal capitalista. O Estado tendo destaque, pois, é ele quem financia e produz as exceções (des)necessárias para cumprir o papel que lhe foi imposto (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012).

Fato que demonstra a perversidade e o cinismo que estão por trás dessas instituições internacionais que dizem valorizar uma série de conceitos como a justiça, a igualdade e a sustentabilidade, mas que, na realidade, são se constituem como prática. O que pode ser muito bem resumido com o que escrevem Horne e Manzenreiter (2006)

Megaeventos esportivos foram desenvolvidos majoritariamente por *organizações não democráticas*, muitas vezes com tomadas de decisão anárquicas e com falta de transparência, e frequentemente com os seus *interesses voltados para os fluxos globais ao invés das comunidades locais*. Neste contexto, eles representam *uma mudança dos bens públicos para interesses privados*. (p. 18; grifo nosso)<sup>90</sup>

Tudo isso, para que o princípio fundamental seja realizado: de que os jogos devem ocorrer a qualquer custo (VASCONCELLOS; POLLI; VARGAS DE FARIA, 2014) e segundo o “padrão FIFA”.

Os megaeventos sendo utilizados para uma série de transformações urbanas, que passam pela infraestrutura esportiva, pela mobilidade urbana, pela infraestrutura de aeroportos e pelos

---

<sup>90</sup> Tradução nossa. Original: Sports mega-events have been largely developed by undemocratic organizations, often with anarchic decision-making and a lack of transparency, and more often in the interests of global flows rather than local communities. In this respect they represent a shift of public funds to private interests. (HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 18)

empreendimentos voltados ao turismo. Mudanças que remodelam a cidade em prol não somente dos interesses ligados a realização dos megaeventos, mas, também aqueles relacionados às expectativas que as elites locais e internacionais têm em relação ao aprofundamento do neoliberalismo e à hegemonia do paradigma empreendedor, com o intuito de melhorar a posição da cidade no mercado internacional. De modo a aproveitar-se dele para remodelar a cidade por meio das transformações urbanas segundo os seus interesses, o que acaba sendo perfeito para que os agentes imobiliários locais realizem obras superfaturadas e que não prestam contas devidamente (BROUDEHOUX, 2017). Em busca de aumentar a renda da terra urbana local e criar os elementos necessários para que a cidade seja revalorizada aos olhos do mercado internacional, em que uma série de enclaves são criados, tornando-se embaixadas privadas das instituições transnacionais (BROUDEHOUX, 2017). O que também se adequa a ideia de rupturas urbanísticas (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012).

Vale entender que a potencialização da exceção por meio dos megaeventos somente se torna possível através do apoio popular. Talvez a exceção não aumentasse em grau e tamanho tão facilmente se as classes dominadas não estivessem minimamente de acordo com as intervenções feitas pelo Estado diante do megaevento. Ser um megaevento é nevrálgico para tal potencialização, pois, esse apoio surge perante os afetos mobilizados em seu entorno, de modo que “afetos são articulados para agigantar vontades políticas muito além dos limites que o Direito permitiria.” (PIRES, 2021, p. 124), ou, até mesmo, que a ideia de crise urbana permitiria. Processo que traz um aspecto essencial para esse trabalho, o do corpo, pois, como bem traz Safatle (2020):

Há de se insistir que não há política sem incorporação, pois só um corpo pode afetar outro corpo. Habitam o campo político como sujeitos corporificados e, por isso, como sujeitos em regime sensível de afecção. Esquecer isso é tomar a política por aquilo que ela não é, nunca foi, nem nunca será. Principalmente, é ignorar a racionalidade de seus fenômenos e a importância de suas relações verticais. Inexistir política sem incorporação não significa, no entanto, que tal incorporação deva-se dar necessariamente através de um líder personalizado. Pode haver incorporação em um grupo, em uma estrutura de organização política, até mesmo em uma linha de fuga. Basta que haja circuito de afetos para que haja corpos em relação, mas o que não pode existir é política sem corpos. (p. 95)

Ou seja, será apenas pelos corpos mobilizados em seus afetos perante o megaevento que ele ocorrerá, afetos que servem “como base de sustentação geral para a adesão social.” (SAFATLE, 2020, p. 37). Adesão aos megaeventos, por exemplo. Entendendo que não é possível compreendermos somente pelo viés legal ou econômico a adoção das medidas

excepcionais, tendo em vista que é impossível julgar as condutas pela racionalidade, mas, sim, pelos afetos na política.

Processo que podemos visualizar pelo entusiasmo das classes em serem o ponto principal e de destaque internacional naquele período, onde estar na posição de centralidade com o mundo olhando para o seu país, para a sua cidade, até para o seu bairro, cria a sensação de reconhecimento, de valor, de importância, que por muitas vezes é negada na vida cotidiana. O poder de representar o seu país internacionalmente, demonstrando a cultura, a alegria e um pouco de si e da sua comunidade para o mundo, e o poder do esporte, na medida em que somente o esporte proporciona uma série de emoções e comoções únicas. Ademais, se olharmos para o Brasil, o poder do futebol em aglutinar sujeitos diversos em prol do seu time e da tão reconhecida e aclamada seleção brasileira. Entusiasmos diretamente ligados a ideia de esperança, pois, a esperança seria uma alegria sobre uma instabilidade que poderá ou não ocorrer num futuro, na potência do possível êxito diante da comunidade internacional e da possível melhora das condições de vida, na qual a “esperança é expectativa de iminência de um acontecimento que nos colocaria no tempo da imanência potencialmente desprovida de antagonismos insuperáveis.” (SAFATLE, 2020, p. 99). Esperança que amplia o horizonte de expectativa para uma amplitude de dimensões dos sujeitos. Tal discussão sendo de impossível compreensão para o ideário neoliberal utilitarista, ainda que sirva muito para a propagação e a ampliação da lógica de mercado perante o medo e o desamparo que se vê aumentado na contemporaneidade devido aos regimes de austeridade, por exemplo. Medo que seria “a expectativa de um dano futuro que nos coloca em risco” (SAFATLE, 2020, p. 99) que faz com que os sujeitos se aglutinem e impeçam determinados desejos seus para que no futuro algo lhes possa beneficiar ou possa não lhes prejudicar.

No entanto, não podemos esquecer que a ideia de um sonho olímpico ou da Copa, em que todos os cidadãos sonham juntos com a realização desse “sonho”, é extremamente neoliberal e excepcional, pois, transforma em mercadoria aquilo que está ligado às angústias, às redes e às emoções do sujeito. Capturando formas de vida que não necessariamente eram mercantilizadas, mercantilizando-as, no qual o sonho, na realidade, se transforma em uma série de medidas excepcionais, padrões de acumulação e reorganizações político-jurídicas, fatores que acabam sendo impostos pelas organizações transnacionais como único meio e única saída a ser seguida para resolver a sensação de crise criada pela falta de investimento, decorrente da

imposição do modelo neoliberal à sociedade e à cidade. De modo que, para se solucionar as questões do neoliberalismo, impõe-se mais neoliberalismo.

Nesse contexto, os megaeventos são essenciais e têm o poder de “unificar as elites e conquistar o consentimento das classes subalternas de todo o país.” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 98), sendo o espaço-tempo em que “decisões, medidas e procedimentos urgentes eram justificados porque tal fracasso destruiria o ‘sonho’”. (STAVRIDES, 2016, p. 138). Como bem trabalha Stavrides (2016)

O sonho olímpico tem o poder de apagar o que está contra ele, mesmo que esses obstáculos que causam o atraso estejam conectados a direitos importantes, a leis e mecanismos de controle estabelecidos ou a bens públicos protegidos. O sonho olímpico assim se transforma em uma poderosa força de legitimação em apoio de um ‘estado de exceção’ imposto. (p. 136)

E aproveitando desse momento de euforia, as classes dominantes não aprovam somente projetos e medidas excepcionais diretamente relacionados aos jogos, mas, também, projetos que não tinham sido viabilizados e, agora, com a exceção potencializada pelos megaeventos, podem ocorrer (OLIVEIRA; VAINER, 2014). No entanto, somente sendo possível perante as condições políticas, econômicas e legais que as cidades vivenciam perante a hegemonia neoliberal na contemporaneidade (OLIVEIRA; VAINER, 2014). Processo que faz com que “a cidade de exceção se conforma também como democracia direta do capital” (VAINER, 2016, p. 43), justamente por se curvar aos interesses do capital, que manda e desmanda na cidade, implementando a exceção enquanto *modus operandi* para garantir a sua reprodução e acumulação ampliada.

Processo no qual “o megaevento opera como catalisador, que acelera, aprofunda e universaliza o novo regime urbano que se funda na combinação cidade de exceção-democracia direta do capital” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 110) e presta um favor à exceção ao normalizá-la e ao transformá-la em um modelo que pode/deve ser adotado (STAVRIDES, 2016), tomando em conta que “É a cidade de exceção que instaura a cidade do megaevento, e não o contrário” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 110). Isso, pois, previamente ao megaevento já havia práticas excepcionais, que se ampliam devido ao megaevento. Isto é, processos que se retroalimentam e se potencializam, não obstante a primazia do Estado de exceção. Toda uma situação que esclarece, “se precisarmos escolher entre controle democrático e desenvolvimento (ou resgate da ‘economia’), não hesitaremos em sacrificar a democracia.” (STAVRIDES, 2016, p. 153).

Seguindo todos esses princípios, o Estado se utilizará de um dos seus braços, o ordenamento jurídico, para desenvolver a exceção. O direito sendo um dos instrumentos para isso, por trazer um verniz de racionalidade e por dar um sentido lógico qualquer, criando uma narrativa falsa de legitimidade ao processo (PIRES, 2021, p. 27). Nele observa-se um enfraquecimento das normas legais devido a sua modificação contínua e o fato de que a sua formulação não se encontra mais no parlamento (JESSOP, 2009). Formulação realizada nas salas fechadas do executivo ou em outros locais em que não há ou há pouca participação popular. Exceção que é operacionalizada por meio da suspensão temporária (ou não) da ordem legal vigente em benefício de uma que se adequa melhor a situação daquele momento, o que possibilita que as medidas excepcionais e provisórias possam se transformar no *modus operandi* do Estado (VAINER, 2016). Medidas que simultaneamente se encontram e não se encontram no direito e trazem que o Estado de exceção tem a forma legal daquilo que não poderia ter a forma legal, mesmo que o Estado ainda busque se incluir na legalidade (AGAMBEN, 2004 [2003]). O que cria certa nebulosidade na fronteira entre o que seria a lei e o que seria a transgressão da lei, indeterminando a lei e a não-lei (TELLES, 2010), trazendo a situação de que o significado jurídico que se busca, na realidade, se encontra no campo extrajurídico (AGAMBEN, 2004 [2003]). Refletindo que a exceção não se faz propriamente no terreno jurídico-constitucional, sim, no terreno do político (OLIVEIRA; VAINER, 2014). A partir disso, entende-se que “A lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra.” (VAINER, 2011, p. 7), em que se suspende a lei para garantir a lei (AGAMBEN, 2004 [2003]).

Isso posto, a lei se torna cada vez mais labiríntica e tortuosa, na qual o sintagma “força de lei” é a expressão mais clara. Na questão da “força de lei”, de um lado, teríamos leis - que ainda que não sejam formalmente e normalmente “leis” -, possuem a força legitimada para serem aplicadas, do outro, leis – que seguem o procedimento “normal” e formal devido a sua formulação e votação no parlamento, por exemplo -, que não se aplicam por não terem a força exigida para se fazerem valer, de modo que a potência e o ato estão separados (AGAMBEN, 2004 [2003]). Então, tem-se uma contradição, na qual há normas que foram fundadas na força e se praticam (leis que não são leis, mas tem força-de-lei), e há normas que foram constituídas dentro da norma e não se aplicam (leis que são leis, mas não tem força-de-lei), de modo que o Estado de exceção acaba por definir a sua própria anomia, a ausência de norma (OLIVEIRA; VAINER, 2014).



Todo esse processo faz com que o Estado de exceção seja um espaço vazio de direito, uma zona anômica, em que é impossível justificá-lo dentro do direito, levando em consideração as doutrinas que trazem a exceção enquanto um direito do Estado à própria defesa, nem dentro do contexto jurídico, tendo em mente as doutrinas que dividem entre as normas de direito e as normas de realização do direito (AGAMBEN, 2004 [2003]). Não obstante ainda seja necessária uma relação entre a anomia e a norma, pois, cabe ao Estado de exceção manter esses dois aspectos de alguma maneira juntos e conectados para assegurar sua permanência e sua legitimidade (AGAMBEN, 2004 [2003]).

Nesse momento cabe entender a política encriptada na legislação e na constituição. No Estado de exceção, as últimas acabariam sendo violadas para salvar o regime, ainda que o ordenamento jurídico busque enquadrá-las como excepcionais para que elas não virem regra, embora, na realidade, isso não caiba a ele, pois, tudo que se desenvolve ali necessita de respaldo político para ditar o que seria e o que não seria válido (BERCOVICI, 2014).

Isso nos faz aprofundar o entendimento que se tem perante o direito, pois, ele sai da esfera técnica, por vezes visto como neutro e fonte de resolução de conflitos, para ingressar na esfera política (FERNANDES, 2008), sendo o mesmo processo que acontece com o Estado de exceção, não sendo algo técnico, mas, sim, político. Compreendendo o direito como uma relação social que busca se estabelecer enquanto justa e com credibilidade, ainda que se incline a garantir a reprodução capitalista de maneira injusta e apoiada na supremacia da classe dominante. Assim, entre outros poderes, o Estado se utiliza do direito para encriptar e para ocultar mensagens e comunicações por meio de modelos invisíveis e intocáveis para que certos agentes tenham dificuldade ou até mesmo sejam incapazes de entendê-las e assimilá-las, tendo como objetivo beneficiar certos grupos em detrimento de outros (SANÍN-RESTREPO; ARAÚJO, 2020). Observando-se atentamente, a encriptação certificaria o domínio e a exploração de uma classe sobre a outra, em que os agentes que não têm espaço suficiente para a compreenderem o que acontece sejam aqueles mais prejudicados. Sendo eles, a classe dominada. Então, na contemporaneidade, o direito acaba se tornando um dos instrumentos da exceção enquanto produtor e garantidor de direitos, sejam eles civis, urbanos, dentre outros, mas, também, enquanto negador e proibidor de tais.

Portanto, a exceção seria o mecanismo que possibilita que a lógica de mercado se reproduza em maior intensidade e em campos antes inexplorados, fazendo com que a exceção

não seja vista sob a ótica de algo externo e estranho ao capitalismo, mas como algo que se constitui enquanto um dos tipos de Estado no capitalismo, ou seja, uma forma permanente, normal (VAINER, 2011). Em suma, não o Estado na exceção ou de exceção, sim, o Estado-exceção.

Perante o que já argumentamos podemos afirmar que, na contemporaneidade, a exceção pode se constituir para além da ditadura ou do bonapartismo, encrustando-se no que é entendido enquanto “normalidade”. Desse modo, não é apenas por meio da colocação de um grupo militar ou um ditador que pode se constituir a exceção, é também por meio de certo respeito a determinados graus de normalidade dentro do Estado burguês que ela pode se constituir, no qual podemos ter a presença desse tipo de controle por meio das altas cúpulas do poder executivo, por exemplo (JESSOP, 2009). Onde já não há mais o princípio democrático da divisão dos poderes, entre executivo, legislativo e judiciário, tomando em conta que os poderes do executivo são ampliados, absorvendo partes do poder legislativo, tendo em vista a propagação de medidas provisórias e excepcionais (AGAMBEN, 2004 [2003]). De modo que o “Parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo.” (AGAMBEN, 2004 [2003], p. 32). Assim, o executivo seria quem legislaria, o que nos faz pensar: qual é o papel do legislativo na exceção? Ser somente um ratificador dela?

Isso faz com que já não haja, dentre outros pontos, a garantia de algo que é essencial nos marcos republicanos, a participação popular nas decisões, no qual se torna corriqueira a invisibilização nos processos decisórios, em que “não se sabe onde, como, quem e quando se tomam as decisões” (VAINER, 2016, p. 43). O que aprofunda a desqualificação da política (VAINER, 2016), que seria entendida como um entrave para a aprovação de medidas e ações que dizem favorecer o bem comum, ainda que potencializem o bem privado. Descrédito ligado a visão de que a exceção se realizaria de modo técnico e jurídico, não obstante, seja propriamente político. Tomando em conta que qualquer ação, ainda que travestida de neutralidade, tenha por trás um interesse, um capital e uma consequência política. Outrossim, vale entender que a questão da participação também é encriptada, pois, os meios para se chegar a ela e fazê-la valer são propositalmente confusos, inacessíveis e pouco possíveis. Portanto, vemos a substituição da política pela negociação e pelo caso a caso, das normas rígidas pelas soluções *ad hoc*, invisibilizando os processos decisórios (VAINER, 2016). Tendo

consequências nefastas para a democracia, já que esses acordos se dão sem a participação popular e por meio de decisões centralizadas (MACHADO, 2017).

Para isso, o suposto “Estado democrático de direito” com todo o seu sistema convencional não é retirado, porém, é remoldado, onde as estruturas antigas ainda são utilizadas, mas, agora, com caráter excepcional e autoritário tendo o intuito de continuar atendendo aos interesses da classe dominante (VANCONCELOS; POLLI; VARGAS DE FARIA, 2014). Aqui um ponto fica claro, o papel do Estado em garantir a reprodução do modo de produção capitalista e a acumulação ampliada de capital para as classes dominantes, que se utilizaram/ão do que for preciso para manter o seu poder e a sua permanência.

A invisibilização, a centralização nas decisões e a encriptação sendo algumas das faces do Estado de exceção, contudo, talvez, a mais perversa seja a eliminação da classe dominada enquanto agente e sujeito nele, em que adversários políticos, cidadãos que não sejam integráveis ao sistema, aqueles que devem morrer segundo ele, são executados em série (AGAMBEN, 2004 [2003]; MBEMBE, 2016).

A execução daqueles que a sua participação e a sua vida são negadas tem uma diferenciação quando observamos a divisão internacional do trabalho. A partir do que trouxe Mbembe (2016), vemos a maneira pela qual tais situações são ainda mais intensas em países que previamente foram colônias. Neles, desde a sua concepção, a exceção é inerente, sendo “o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (MBEMBE, 2016, p. 133), baseando-se em elementos como a escravidão e o tráfico negreiro, que são reconhecidos legalmente (MORALEIDA, 2018). Ou seja, a exceção aqui não é somente permanente ou regra, como pode ser hoje para os países centrais, ela é intrínseca a forma de Estado em que se formaram as antigas colônias, sendo reproduzida desde o momento da invasão europeia até os dias atuais. Aqui, as atribuições do Estado seriam gerir sujeitos por meio dos dispositivos de exceção que se instituem militarmente, seja por meio de câmeras, das informações pessoais, até da vigilância armada patrocinada pelos grupos militares internacionais, onde ocorre há a eliminação permanente contra as formas de vida que não se adéquem àquelas defendidas pelo capital (MORALEIDA, 2018). O que tomaria a forma da necropolítica, onde “subjugam a vida ao poder da morte” e “armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’” (MBEMBE,

2016, p. 146). Esse ponto é muito interessante para a nossa discussão por termos na análise dois países ex-colônias, Brasil e África do Sul, o que desde já auxilia no traçar dos padrões em relação as práticas socioespaciais de reprodução dos megaeventos esportivos. Ademais, quando observamos a presença de dois Estados considerados altamente autoritários, Rússia e China, no qual a contestação popular é praticamente anulada.

Além disso, compreendendo que a “civilização”, na citação de Mbembe (2016), pode ser entendida de maneira mais ampla. Deste modo, civilização pode ser entendida enquanto a reprodução capitalista, cabendo ao Estado de exceção atuar para garanti-la, ou enquanto a dominação da classe dominante, cabendo ao Estado de exceção atuar em benefício da manutenção dela no poder, ou enquanto a garantia do poder do FMI (Fundo Monetário Internacional), cabendo ao Estado de exceção afiançar as práticas legais/não-legais para que a dívida legal/não-legal seja paga, ou enquanto a guerra as drogas, cabendo ao Estado de exceção assassinar aqueles que se encontram nas periferias urbanas e são vistos como “inimigos”, ou, no nosso caso, enquanto os megaeventos, cabendo ao Estado exceção realizar o que for preciso para que eles ocorram nas datas previstas e que se adéquem as práticas requisitadas pelos agentes transnacionais como a FIFA e o COI.

**SEDE**

#### **4. As semelhanças transescalares nas práticas socioespaciais perante a reprodução dos megaeventos nos BRCS**

Para o último capítulo desse trabalho debateremos as práticas socioespaciais desenvolvidas no entorno da reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS. Na primeira sessão faremos uma breve digressão sobre a abordagem que acreditamos ser a mais interessante para o desenvolvimento de qualquer trabalho, a abordagem transescalar. Na seguinte sessão enfocaremos o processo de produção do espaço a partir dos megaeventos, buscando analisar como se deu essa reprodução. Tendo em vista a abordagem que discutimos seria improdutivo dividir em outras sessões algo se constitui de modo difuso.

##### *Dialogando caminhos para a transescalaridade*

Para compreender mais e melhor a reprodução dos megaeventos nos BRCS, necessita-se a discutir uma abordagem que consiga lidar com a amplitude dessas práticas. Para nós, seria a abordagem transescalar, pois, adotar uma estratégia argumentativa uniescalar faria que uma série de pontos fossem ainda mais esquecidos e pouco trabalhados. Ademais, seria desconexo com argumentos que desenvolvemos anteriormente, como o de entender o neoliberalismo enquanto um processo híbrido e multifacetado. Sem contar o fato de que estudamos países que se inserem em contextos e geo-histórias bastante diversas, no qual assumir perspectivas unas iria contra o nosso próprio objeto. Desde já salientamos que não trabalharemos da maneira clássica como alguns estudos comparados trabalham, estudando país por país para chegar a uma conclusão. Acreditamos que falar de Brasil, para depois tratarmos de Rússia, posteriormente de China e por último África do Sul, ou em qualquer outra ordem, reproduziria essa lógica una e separatória. Portanto, buscaremos trabalhar os BR(D)CS em conjunto a partir das práticas socioespaciais que eles compartilham em relação ao processo de reprodução dos megaeventos.

Assim, ressalta-se a importância de se adotar uma abordagem transescalar (VAINER, 2002), pois, “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002, p. 25). Por isso, não basta trabalhar somente o internacional ou o local, sim, adentrar numa ótica que busque ser sincrônica em relação a uma maior gama de escalas, sejam elas a escala local, regional, nacional e global. De maneira a aprofundar e trazer para o debate os diversos interesses, agentes e conflitos envolvidos na reprodução dos megaeventos nos BRCS, no qual a nossa pretensão é ir além de e questionar “a relação binária

local-global, simplista e simplificadora, como dada e objetivamente inescapável” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 84). Tendo em vista que, “o poder, mais do que nunca, não está nem no local nem no regional, nem no nacional nem no global... mas na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar.” (VAINER, 2016, p. 28). Ou seja, para compreendermos com maior profundidade as práticas desenvolvidas nos megaeventos, o desenvolvimento da pesquisa deve ser transescalar. A partir disso, deixamos o questionamento: “haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?” (VAINER, 2002, p. 24). Acreditamos que não.

Todavia, analisar de modo transescalar não é apenas trabalhar uma escala, após outra e outra. Analisar os processos simplesmente trabalhando a escala local, para posteriormente ir-se para a regional, nacional, assim em diante, reproduz a fragmentação do entendimento sobre os processos e seria aquilo que Vainer (2006) trata enquanto escalaridade *babuchska*. Escalaridade que não adentra na questão relacional, ponto nevrálgico para a perspectiva transescalar. De modo que, a escalaridade *babuchska* teria o sentido das clássicas bonecas russas, em que uma estava dentro da outra, que estava dentro da outra, repetidamente, encaixando cada uma delas dentro de outra. Para além das bonecas, fazendo a analogia com a escala, seria como que “cada escala está contida na escala superior e contém a escala inferior.” (VAINER, 2006, p. 15). Então, trabalhar com as escalas como as bonecas russas seria reproduzir uma análise fragmentária e a importância em adotar a visão transescalar se faz, justamente, em “abrir espaço para a compreensão de como relações e processos de escala global dependem de e atravessam, de uma forma ou de outra, relações e processos que acontecem em escalas não-globais – nacional, subnacional ou regional.” (VELOSO, 2016, p. 74). Por conseguinte, uma visão relacional e processual.

Tendo isso em mente, almeja-se prosseguir na compreensão de que as escalas não são objetos que estão inseridos uns dentro de outros, hierarquizados e sumariamente delimitados, trancafiando as ações dos agentes, mas, sim, são campos de fluxos e de relações. Tampouco entendendo que os agentes impõem ou determinam escalas, pois, a sua ação se constitui por “processos contraditórios, conflituosos, determinados ou condicionados igualmente por embates em torno da legitimação e imposição (simbólica e política, econômica, cultural) de escalas dominantes.” (VAINER, 2006, p. 17). Embates “entre diferentes agentes que propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem” (VAINER, 2006, p. 17) perante as

diferentes confrontações e situações que se constituirão no processo de se produzir, perceber e vivenciar o espaço.

A articulação desses agentes em múltiplas escalas com múltiplos interesses nos leva a argumentar que as escalas são socialmente construídas e estão em constante disputa (VAINER, 2006), cabendo aos agentes lutar pelos seus espaços, conquistando, debatendo e, por vezes, perdendo espaços de reprodução, seja ela capitalista, seja ela não-capitalista. As escalas sendo entendidas enquanto “arena do confronto, onde se estabelecem, mediam e regulam os conflitos e onde os compromissos são selados.” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 84). Lembrando-nos que as práticas socioespaciais de reprodução da vida cotidiana se fazem na concretude da vida não-global, de maneira fluída e híbrida em relação aos processos macros que, apesar de buscarem homogeneizar espaço, constituem-se, justamente, de modo transescalar.

Portanto, adotar uma postura transescalar é adotar uma postura processual. Ultrapassando a questão fetichista e ingressando nas relações de poder dos processos. De modo a entender a reprodução dos megaeventos enquanto “resultantes de múltiplas interações de sujeitos individuais e coletivos atuantes em diferentes escalas ao longo da história.” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 84). Abordagem sendo necessária “tanto para abordagens analíticas (escalas de análise), quanto para a construção de estratégias políticas, isto é, de sujeitos e projetos políticos.” (VAINER, 2002, p. 25). De modo a abrir caminhos para compreender não apenas os agentes locais, regionais, nacionais ou internacionais, mas como se desenvolvem as relações entre eles.

Para nós, a questão relacional fica muito clara quando notamos as resistências em relação aos projetos dos órgãos internacionais que se fazem de modo local, embora, tenham consequências e articulações, regionais, nacionais e, por vezes, internacionais. Para além das resistências, a união de capitais transescalares buscando auferir lucro e renda na reprodução dos megaeventos. De modo que, “a transescalaridade não se mostra atributo apenas do capital, mas também da(s) contestação(ões).” (OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 111).

E no meio de todo esse processo o espaço se destaca. Ele não sendo apenas um receptáculo em relação aos fenômenos que ocorrem nele, tampouco neutro ou nulo, sim, político e dialético, em que se compreende que os fenômenos podem até buscar ser aplainadores ou homogeneizadores, apesar de não conseguirem se constituir desse modo, pois, a geo-história de cada espaço interfere de maneira múltipla e dialética nos processos de produção do espaço



(MAGALHÃES, 2015), sendo impossível considerar as relações socioespaciais somente a partir da visão de uma só escala.

Ponto interessante se observamos algumas considerações sobre o espaço de Lefebvre. Tais ações macro e internacionais, quando buscam se constituir, podem ser entendidas enquanto tentativas de constituir aquilo que Lefebvre *et al* (2009) trabalha enquanto espaço abstrato. No sentido de que

O capitalismo e o neo-capitalismo produziram um espaço abstrato que é um reflexo do mundo dos negócios em nível nacional e internacional, bem como do poder do dinheiro e da política do Estado. Esse espaço abstrato depende de vastas redes de bancos, empresas e grandes centros de produção. Há também a intervenção espacial de rodovias, aeroportos e redes de informação. Nesse espaço, o berço da acumulação, o lugar da riqueza, o sujeito da história, o centro do espaço histórico - em outras palavras, a cidade - explodiu. O espaço como um todo entra no modo modernizado de produção capitalista: é utilizado para produzir mais-valia.<sup>91</sup> (p. 187)

Esse espaço seria, justamente, aquele fragmentado, homogeneizado e hierarquizado, tendo em vista o seu tratamento enquanto mercadoria, mecanizada e vulgar, alimentando a segregação e a desigualdade, enraizando ainda mais a luta de classes e tentando impor as ordens macro no espaço social, ou seja, ele seria o espaço onde a expansão do valor de troca guia a ação e é o objetivo. Expansão que se faz perante a dominação e a exploração, negando as diferenças. Logo, negando outras relações socioespaciais e outras configurações transescalares que se fazem no espaço. Ainda que nada se constitua sem haver contradições. Assim, provavelmente, ele nunca se constituirá plenamente devido as disputas entre os diversos valores de uso que o espaço possibilita e as múltiplas apropriações que a vida cotidiana diversa reproduz do/no espaço. Portanto, se trabalhássemos apenas em uma escala, focando na questão internacional, por exemplo, estaríamos reproduzindo uma lógica de análise que se preocupa mormente pelo espaço abstrato, ou seja, uma análise uniescalar.

Esse não é o nosso objetivo, acreditamos que o espaço abstrato deve ser sim trabalhado, mas não apenas ele. É mister trazeremos uma perspectiva que abrace os outros espaços, nisso, as outras escalas. Ou seja, ter em mente o espaço percebido – aquele perceptível por meio dos

---

<sup>91</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Capitalism and neo-capitalism have produced an abstract space that is a reflection of the world of business on both a national and international level, as well as the power of money and the politique of the state. This abstract space depends on vast networks of banks, businesses, and great centers of production. There also is the spatial intervention of highways, airports, and information networks. In this space, the cradle of accumulation, the place of richness, the subject of history, the center of historical space—in other words, the city—has exploded.Space as a whole enters into the modernized mode of capitalist production: it is utilized to produce surplus value.(LEFEBVRE *et al*, 2009, p. 187)

sentidos, dos elementos sensoriais que constituem o espaço - e o espaço vivido (ou vivenciado) – a apropriação do espaço, aquilo experimentado e usado pelos seres humanos na vida cotidiana (SCHMID, 2012). De modo que, trazendo-os para a análise nos possibilitaria visualizar a produção do espaço em uma maior profundidade. O que nos levaria, em certa medida, a transescalaridade por ela abrir-se a produção do espaço de maneira múltipla, considerando o contínuo movimento (re)produtivo em todas as escalas.

Vale dizer que neste trabalho buscamos adotar uma abordagem transescalar, contudo não prometemos que ela será realizada em sua completude. A sessão atual serve como um pontapé inicial de uma discussão muito mais ampla e complexa que deve ser fomentada na Geografia Urbana e expandida para outros campos. Não cabe a esse trabalho ditar o que é transescalaridade, nem o que não é, sim, discutir a sua importância e relevância e almejar que ele consiga lançar luz sobre como se pode (ou não) se desenvolver essa abordagem como linha-guia na pesquisa acadêmica. Ademais, quando notamos que partir da abordagem transescalar é considerar sujeitos que por muitas vezes foram negados de serem sujeitos, pois, se ela dá voz e faz dialogar, relacionar e trabalhar as mais diversas escalas, teremos que os BRICS enquanto grupo de países cujos sujeitos se encontram subalternizados poderá se constituir ativamente na pesquisa ao sair desse local de objeto. Logo, buscar a transescalaridade é um caminho para traçar redes entre aqueles em que o direito à vida foi negado.

Perante a pandemia e a confecção desta dissertação, como bem argumentamos na *Introdução*, acreditamos que seja possível a realização do trabalho, tendo em vista que existem outras maneiras de tratar sobre o vivido. Para entendermos melhor essas práticas destacamos que em nossa metodologia utilizará de uma série de instrumentos e meios para aglutinar e analisar os dados. Ademais, cabe discutir uma questão que Vainer, Oliveira e Novais (2012) trazem: a temporalidade. Nesse trabalho adotaremos uma temporalidade que vai da eleição da cidade ou país como sede de megaevento até a realização do megaevento. Claro que seria muito enriquecedor trabalhar os processos anteriores e posteriores a realização e a produção, ainda que um pouco dos anteriores acabem por serem discutidos. Porém, já adianto que não trabalharemos o que houve após os megaeventos, pois, haveria uma necessidade de um aprofundamento que não é possível de ser realizado no momento de construção dessa pesquisa. Salientamos e encorajamos que outros possam realizar esse tipo de construção no futuro.

### *Megaeventos: a consolidação do espetáculo por meio da exceção*

Para o desenvolvimento do trabalho escolhemos algumas cidades em específico, salientando que a decisão metodológica se dá devido a amplitude de contextos dentro de cada país e a necessidade de realizar um recorte do recorte. Ademais, pela necessidade de estudos comparados que tragam perspectivas amplas e do Sul Global, pela urgência de conectar autores e argumentos que se encontram espalhados pelo mundo, mas que tem muitas similaridades e que deveriam se conectar, e, tendo em vista o que já foi trabalhado, “pela necessária identificação de conexões, sobreamentos, agentes comuns e ganhos locais.” (FREITAS, 2016, p. 26) na reprodução dos megaeventos nos BRCS.

Pensando na primeira letra do acrônimo, o B de Brasil, enfocaremos em duas cidades, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A primeira pelo fato de ser local de vida e residência do autor, ademais por trazer a própria experiência dele enquanto sujeito no processo de produção do conhecimento. A segunda por ter sido a principal cidade brasileira no que tange aos megaeventos. Isso, pois, além de ter sido sede e local da final da Copa do Mundo de 2014, foi a cidade-sede das Olimpíadas de Verão de 2016, ou seja, sede de megaeventos duas vezes, o que demonstra a sua relevância no desenvolvimento do trabalho.

No R de Rússia, a cidade escolhida é Sochi. A razão da sua escolha é muito simples, assim como o Rio foi sede de megaevento duas vezes, Sochi também foi, a única diferença seria que ela foi de Olimpíadas de Inverno, não de Verão, no ano de 2014. Além de sede da Copa do Mundo de 2018. Para a China, Pequim será aquela que trabalharemos, por ter sido sede das Olimpíadas de Verão de 2008 (iniciando o ciclo de reprodução dos megaeventos nos BR(I)CS) e sede das Olimpíadas de Inverno de 2022 (encerrando o ciclo). Já para o S, relativo a África do Sul, trabalharemos com a Cidade do Cabo. A cidade foi sede da Copa do Mundo de 2010 e a sua escolha baseia-se no fato da sua importância em relação ao país, tanto historicamente quanto economicamente. Ademais, perante a construção da pesquisa, de ter sido ela a que nos poderia oferecer a maior quantidade de dados.

Nisso, buscando compreender de modo transescalar a reprodução dos megaeventos esportivos, partiremos do micro em direção ao macro no desenvolvimento do argumento. Assim, em um primeiro momento traremos a reprodução dos megaeventos nos estádios e parques olímpicos, posteriormente nos encaminhando para a cidade, passando por considerações nacionais até chegarmos às conexões entre os BRCS. Essa linha de argumentação

não significa que trabalharemos de maneira babushka, apenas será um modo de organizar o pensamento, além de que durante a sessão as semelhanças transescalares nas práticas socioespaciais também estarão presentes.

Para começar, temos a cidade de Belo Horizonte. A cidade é capital do estado de Minas Gerais na região Sudeste do Brasil. Ela foi sede da Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 com o Estádio Governador Magalhães Pinto. O Estádio é comumente conhecido como Mineirão, foi fundado em 1965 na regional Pampulha da cidade e está muito próximo a Lagoa da Pampulha, sítio turístico mais conhecido da cidade e Patrimônio Mundial da Unesco, local onde está a famosa Igreja São Francisco de Assis, comumente conhecida como Igrejinha da Pampulha, projetada por Oscar Niemeyer e com painéis externos de Cândido Portinari, famosos internacionalmente.

O estádio Mineirão é entendido enquanto templo do futebol mineiro e brasileiro onde diversos momentos marcantes da história futebolística brasileira aconteceram, porém, ele, no período da eleição do Brasil enquanto país sede, não cumpria os padrões impostos pela FIFA sobre o que um estádio deveria possuir para poder receber as partidas do mundial (FREITAS, 2016). Padrões, que na realidade, são aquilo que o capital internacional entende sobre o que seria a imagem de estádio de futebol mais facilmente vendível e que responderia a imagem espetacular desenvolvida sobre o que ele é, ainda que isso não respeitasse a própria história do lugar. Nesse contexto, uma grande e custosa reforma foi vendida como necessária para que o estádio atingisse tais padrões. Assim, em 2010, iniciou-se a reforma do estádio, que se concluiu no ano de 2012, com ele sendo reinaugurado. Na Figura 2 podemos visualizar o estádio antes da reforma, em 2009 (à esquerda), durante a reforma, em 2011 (no meio), e após a sua conclusão e reinauguração, em 2014 (à direita).

Figura 2 – Estádio Mineirão antes, durante e após a reforma para a Copa de 2014

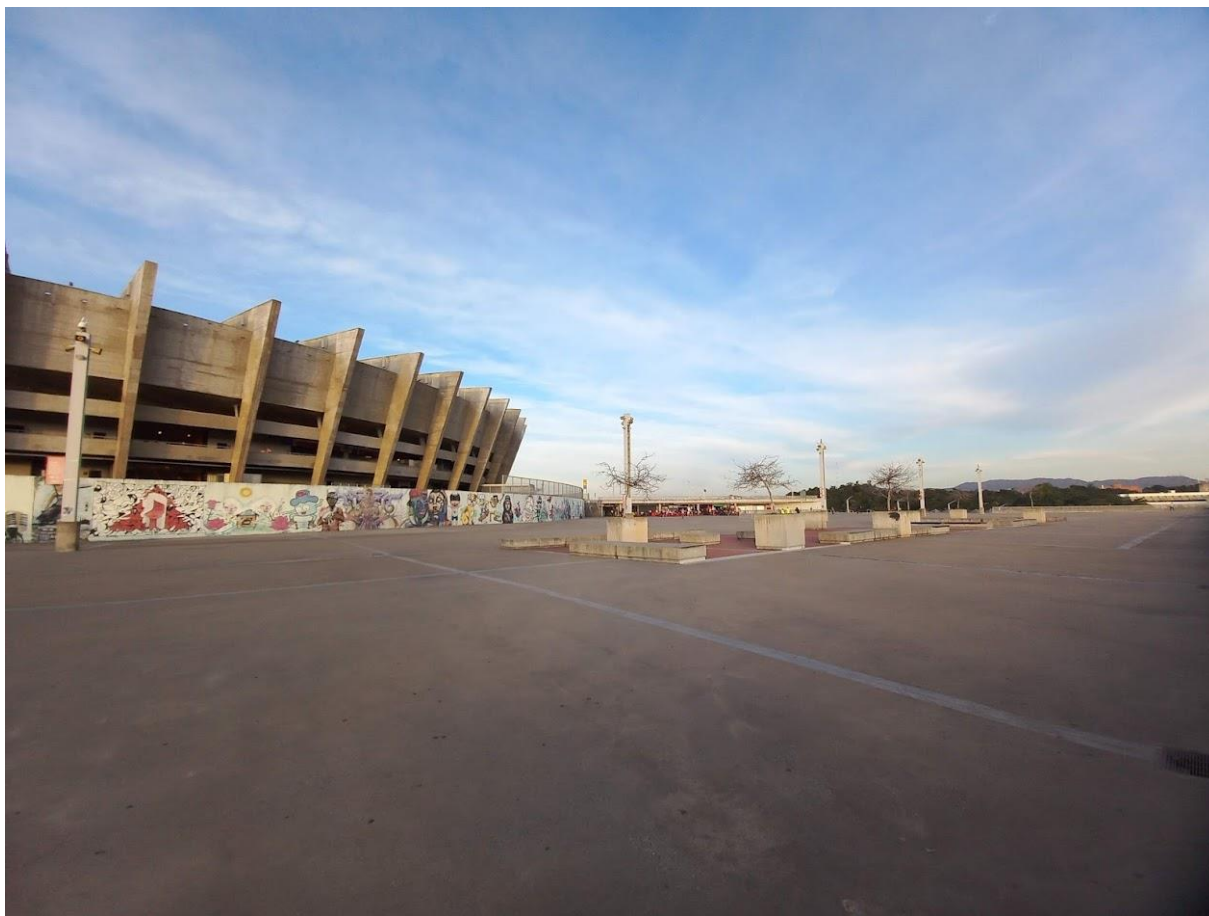


Fonte: Google Earth

Desde já é notável a mudança em relação à cobertura arbórea, ela sendo quase totalmente eliminada se compararmos o Mineirão antes e depois da reforma e substituída por um chão de concreto<sup>92</sup>. Há de se comentar que a questão do chão de concreto é um dos pontos que gera mais incômodo aos frequentadores da “Esplanada”, como é conhecida a área no entorno do estádio (Figura 3). Isso, pois, o chão esquenta muito ao longo do dia, especialmente na parte da tarde (CAMPOS, 2016), o que dificulta a utilização desse espaço nesse período. Ponto que nos faz refletir sobre a questão ambiental, além de trazer um dos supostos legados deixados a cidade, a Esplanada.

<sup>92</sup> Chão de concreto que serve como teto para o estacionamento coberto que foi construído para o Mineirão, vale ressaltar, exigência da FIFA (FREITAS, 2016), ou seja, imposição global sobre o espaço local.

Figura 3 - Esplanada do Mineirão, região próxima ao portão Amarelo



Fonte: arquivo pessoal

No processo de reforma e de gestão, já dentro da visão neoliberal de produção do espaço, foi desenvolvida uma PPP (Parceria Público-Privada), em que o consórcio BCMF Arq foi selecionado para a construção, já para o gerenciamento, também com uma PPP, foi dada a concessão para a Concessionária Minas Arena S.A. (composta pelas empresas Construcap, Egesa e HAP engenharia e sendo uma Sociedade de Propósito Específico) em 2010, concessão que tem prazo de vigência até 2037, passível de prorrogação até 2045 (TONUCCI; SCOTTI; MOTTA, 2014). Vale dizer que anteriormente o estádio era administrado pela ADEMG (Administração de Estádios de Minas Gerais), órgão público e estatal, extinta em 2013. Logo, podemos observar a transformação de uma gestão pública para uma privada voltada ao lucro. O que demonstra a consolidação da lógica neoliberal na reforma e na gestão do estádio ao colocá-lo sob o controle de entes privados.

Mesmo que possa soar que o investimento em relação à reforma do estádio tenha sido majoritariamente privado devido à concessão para entes privados, quando observada

atentamente nota-se que o financiamento é público, mormente federal, com grande participação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que proveu empréstimo de R\$ 400 milhões dos R\$ 695 milhões utilizados na reforma do estádio (valor total que é completado por recursos municipais) (TONUCCI; SCOTTI; MOTTA, 2014). Ou seja, há uma clara transferência de dinheiro público para o capital privado para que ele realize a reforma e, posteriormente, tenha controle sobre esse espaço e seus potenciais lucros e usos.

Todavia, não ficamos apenas no ponto do financiamento, a questão da propriedade da terra também é vital. A área onde foi construído o Mineirão, na realidade, pertencia a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), localizada do outro lado das avenidas circundantes, e foi cedida ao governo estadual para a construção, sem embargo, em contrapartida, os estudantes poderiam utilizar das instalações do estádio e do centro esportivo ao lado (CAMPOS; AMARAL, 2013, p. 45). Isto é, não apenas o financiamento foi público, como o terreno também era público e, agora, serve para o ganho privado da Minas Arena.

Como se os dois fatos acima já não servissem de exemplo, a situação se aprofunda quando notamos que no contrato de concessão há uma garantia de que o Estado deveria salvaguardar uma taxa de lucro mínimo a concessão (COSTA; TONUCCI, 2017, p. 30), de modo que, caso o estádio desse prejuízo a concessionária, o Estado deveria bancar o lucro mínimo desta. Portanto, uma total subserviência do Estado ao mercado, garantindo o seu lucro.

Além disso, observamos como que as práticas socioespaciais de reprodução dos megaeventos estão majoritariamente direcionadas a enclaves de consumo espetaculares, como o Mineirão, quando se constata que o enfoque financeiro das reformas para a Copa do Mundo em Belo Horizonte seria no estádio, que concentrou 27% dos investimentos totais da cidade (TONUCCI; SCOTTI; MOTTA, 2014). Tal fato demonstra como o espaço espetacularizado é central nos megaeventos, pois, devemos pensar que esses recursos financeiros poderiam servir para a possível resolução de uma série de conflitos socioespaciais, todavia, enfoca-se naquilo que será mais visto pelo público internacional, o estádio, um espaço a ser consumido e que possui um valor de troca que busca ser aumentado. Sendo tal produção realizada dentro dos moldes neoliberais de ampliação da lógica de mercado, em que o Estado tem o papel de facilitador e de garantidor do desenvolvimento do mercado.

Ademais, respondendo aos interesses dos capitais transescalares quando observamos “as modificações dos espaços internos, a inserção de novos usos, a redução da capacidade e a

maximização dos lucros que o contrato privado condiciona levam a um potencial enobrecimento da Arena Multiuso” (FREITAS, 2016, p. 202). Enobrecimento que fica mais claro de ser visualizado com o fim da geral, setor historicamente apropriado pelas classes populares no estádio por ser o local onde os ingressos eram os mais baratos (MARINHO, 2021). O fim da geral representando essa modernidade excludente e elitista que segue os padrões internacionais de “arenas”, mudança de nome que traz essa nova visão de mundo (MASCARENHAS, 2014, p. 72), e que oprime, esconde e omite a história daquele local, escolhendo a imagem a ser divulgada, comunicada e vendida, mediando as relações sociais. Processo ampliado quando observamos o aumento no preço do ingresso no período pós-reforma. Queiroz (2019) traz que é possível “constatar que houve uma mudança no padrão do custo no período de 2013, 2014, 2015. Nesses anos, o valor real dos ingressos superou o valor calculado de acordo com a inflação anual. Nos outros períodos foi observado o comportamento oposto.” (QUEIROZ, 2019, p. 97), sendo que o preço médio em 2010, ano em que se iniciou a reforma, era perto de 20 reais e em 2013, ano de reinauguração, mais de 50 reais. Queiroz (2019) também traz que após 2016 o preço volta aos padrões de se alinhar a inflação anteriores a reforma, contudo, o autor não considera um ponto importante que seria o aumento no número de sócios torcedores, que garante maior facilidade na compra de ingressos por meio do pagamento de uma mensalidade e que em grande parte dos jogos são aqueles que compram e frequentam o estádio, no qual para ser sócio é necessário adicionar mais um custo para poder acessar o estádio. Também caberia questionar se aqueles expulsos após a reforma que aumentou enormemente o preço, voltaram ou não ao Mineirão.

A questão do preço do ingresso faz com que o público no estádio tenha mudado enormemente. Como bem traz Campos (2016) em sua tese, há um comentário geral dos prestadores de serviço do estádio que denota que a mudança no preço fez com que hoje o estádio seja frequentado por pessoas “de nível”, não havendo mais “pivetes”. Comentários que demonstram o processo de higienização e segregação em curso no estádio, estetizando um espaço comumente conhecido pela pluralidade e pela diversidade. Ademais, se tornando um local repressor em que seguranças fiscalizam aqueles que podem ou não o frequentar, isso acontecendo até na Esplanada fora dos momentos em que há uma partida (CAMPOS, 2016).

Para finalizar o importante debate sobre a questão do ingresso temos que entender a importância dele em relação às receitas dos clubes brasileiros que participam da série A do campeonato brasileiro. A partir do relatório anual realizado pela Ernst & Young (2021) sobre



as receitas, observa-se que o *matchday*, sendo “as receitas com bilheteria nos jogos e dos programas de sócio torcedor dos clubes. Além disso, consta o faturamento com camarotes, cadeiras cativas, alimentação & bebida e outras receitas em dias de jogo.” (E&Y, 2021, p. 3), foi responsável, em média, por 15% da receita dos clubes nos últimos 10 anos, receita muito abaixo em comparação aos direitos de transmissão e premiações que ultrapassam os 35%, em média (E&Y, 2021). Portanto, nota-se que o valor nominal do ingresso não possui uma influência tão grande na receita do clube, ainda mais se pensarmos que o *matchday* inclui camarotes e cadeiras cativas, ambos de preço muito elevado, e que camarote e cadeira cativa representam muito bem a questão da elitização do estádio, pois, tem-se o fim da geral e a emergência do camarote. Em outras palavras, a aceleração da mudança no perfil do estádio, passando do torcedor fanático para o torcedor consumidor, ou melhor, de torcedor para cliente, e demonstrando a consolidação da passividade do sujeito perante o espetáculo. Espetáculo que também se consolidada por meio das receitas que estão diretamente ligadas a televisão, enfim, as imagens transmitidas mediando as relações entre torcida e clube. Imagens que possuem um valor de troca de extrema importância.

Já no breve entorno do Mineirão, outro ponto nos chama atenção, a dos barraqueiros do entorno. Os barraqueiros são trabalhadores que vendem comida de rua no entorno do estádio e em outros locais e eventos na cidade. Alguns deles trabalhavam no estádio desde a sua inauguração em 1965, vendendo para os trabalhadores que construíram o estádio e, depois, para os diversos torcedores que frequentavam o estádio, tendo o seu trabalho reconhecido pela sua extrema relevância social,

o que pode se observar em documento do governo do Estado (da Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria), datado de 21 de outubro de 2014, no qual se afirma que o grupo é ‘parte integrante da realidade social do Estádio, pois eles se estabeleceram no entorno do Mineirão primeiramente para servir aos funcionários que o construíam, tendo passado depois a compor o folclore do futebol, servindo típica comida mineira, conhecida como ‘tropeirão’, dentre outras’.(TRIGUEIRO, 2018, p. 26)

Consequentemente, sujeitos que tem uma grande importância na construção cultural e imagética do que seria o estádio Mineirão historicamente, ainda que, em 2010, com o início da reforma do estádio, esses trabalhadores viram toda essa importante história se desmanchar no ar. O total de 96 barraqueiros ficaram impossibilitados de exercer o seu trabalho na área externa do estádio durante a reforma. Mesmo após a conclusão da reforma e a reinauguração do estádio, os barraqueiros continuaram impossibilitados de trabalhar no entorno, independentemente de

que no licenciamento da obra havia a promessa de “ações de articulação para a inclusão dos comerciantes que utilizavam o espaço externo do Mineirão em programas de formação e capacitação para o comércio formal e/ou economia solidária.” (TRIGUEIRO, 2018, p. 96) e que a prefeitura tivesse feito o compromisso para com a volta e a reinserção dos barraqueiros (G1 MG, 2015b). Após muita luta, principalmente da ABAEM (Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão), que ocupou a calçada em frente à prefeitura de Belo Horizonte, foi aberto um processo de licitação em 2016 para a volta destes ao estádio (G1 MG, 2015a). Isto significa, mais de 6 anos após o início da reforma do estádio e com muitos desses trabalhadores ficando sem renda por um período muito longo havia uma perspectiva de volta.

Todavia, o processo de licitação não foi como os históricos barraqueiros esperavam. Tendo em vista a sua condição enquanto patrimônio imaterial do estádio e o convênio e o licenciamento feito a partir 1991 com a ADEMG que regularizava o seu trabalho, com o pagamento de taxas para a utilização por meio da DAE (Documento de Arrecadação que dava a licença) desde 2001 (TRIGUEIRO, 2018, p. 85-105), esperava-se que eles tivessem tratamento diferenciado na licitação, o que não ocorreu. A licitação se deu de maneira totalmente aberta, desconsiderando esses trabalhadores históricos e fazendo com que eles competissem com outras pessoas para fazer o seu trabalho (G1 MG, 2015a). O desrespeito com esse compromisso histórico fez com que a Defensoria Pública de Minas Gerais entrasse com pedido de liminar para suspender o processo de licitação (G1 MG, 2015b), embora, sem sucesso. Vale entender que a ABAEM se colocou, também, contra o processo licitatório, justamente, por ele não cumprir com esse compromisso histórico (G1 MG, 2015a).

Esse ponto nos demonstra dois aspectos importantes. O primeiro seria a consolidação da exceção, pois, apesar do compromisso do Estado em garantir a volta desses trabalhadores ele não foi exercido, enfim, um total desrespeito à lei. Além de a exceção haver continuado mesmo após o fim do megaevento, ou seja, exceção tendo efeitos para mais do megaevento. O segundo seria a ampliação da racionalidade neoliberal da competitividade enquanto linha guia na contemporaneidade, pois, agora, não importa a questão histórica dos barraqueiros, já que eles seriam “sujeitos livres”, logo, que sejam colocados a competir pelo acesso ao seu trabalho. Processo excludente, tendo em vista que a licitação seria por “maior oferta”, quem oferta o maior lance obteria o direito a trabalhar (TRIGUEIRO, 2018, p. 98), no qual muitos dos históricos barraqueiros não conseguiram participar, pois, não tem recursos suficientes para pagar a mensalidade da licitação, para mais quando constatamos que muitos deles vivem em

um contexto de vulnerabilidade social, além do fato de que por mais de seis anos ficaram sem a renda que eles tinham com o trabalho no Mineirão (TRIGUEIRO, 2018).

Outro ponto também merece destaque. Anteriormente os barraqueiros se localizam na frente do estádio, de frente aos portões de entrada e bilheterias. Na parte onde podemos visualizar as primeiras árvores no entorno do Mineirão na Figura 2 e assim como pode ser visualizado na Figura 4. O processo licitatório aberto não foi para que os barraqueiros retornassem para aquele local histórico, mas, sim, para a área externa do estádio, não para a área externa que pode ser vista na parte cinza de concreto no entorno do estádio na Figura 2 e 3, na Esplanada, sim, nas ruas e avenidas do entorno, locais muito longe dos portões e bilheterias do estádio (G1 MG, 2015a). O que faz com que o movimento de consumidores para os barraqueiros se altere, pois, para entrar no estádio é necessário passar por uma revista que se localiza nos portões que dão acesso ao estádio, vale dizer, totalmente cercado<sup>93</sup>, ou seja, não sendo possível consumir em momentos justamente anteriores a partida na Esplanada. Nisso, a localização sendo fora da Esplanada, pois, a concessionária Minas Arena, que tem o controle dela, não se manifestou perante a situação dos barraqueiros e argumentou que a presença deles na área contrariaria o contrato de PPP estabelecido com o estado de Minas Gerais (G1 MG, 2015a). Vale dizer que a licitação foi feita pela Prefeitura de Belo Horizonte, logo, havendo um conflito entre estado e município.

Esse último ponto demonstra três processos. O primeiro sendo a unilateralidade e o controle sobre o espetáculo, pois, é a Minas Arena quem define o que acontece na área do estádio. É esse ente privado quem decide e seleciona o que pode ser visto ou não, demonstrando o controle que eles têm sob o espaço que anteriormente era público, reconfigurando o espaço para usos enfocados no valor de troca e no espetáculo<sup>94</sup>. O segundo sendo como todo o processo é encenado para o público internacional (agora, não apenas para ele, mas para qualquer público que venha a frequentar o estádio), pois, não há a intenção de demonstrar a diversidade local através dos históricos barraqueiros, sobrando apenas aquilo que é padronizado. Espetáculo

---

<sup>93</sup> A questão da cerca também nos faz visualizar um maior afastamento e isolamento do estádio com o tecido urbano (FREITAS, 2016, p. 202), pois, se em momentos anteriores não havia barreiras entre o estádio e a cidade, agora, temos cerca e portões de controle de acesso.

<sup>94</sup> É interessante notar que a questão do controle é mister no “Novo Mineirão”, o Mineirão pós-reforma. Isso, pois, até mesmo a Esplanada se encaixa nessa lógica por focar o seu uso na possibilidade de ganhos econômicos, ademais, ser um local totalmente vigiado com a forte presença de câmeras e de seguranças que possibilitam a ampliação do processo de higienização. Processo focado na sensação de segurança que tais equipamentos reproduzem (CAMPOS, 2016).

encenado para torcedores e frequentadores, de modo a consolidar a exclusão de sujeitos históricos do Mineirão de participar da sua história e garantir a sua reprodução cotidiana, ocultando-os. Por último, a potencialização da exceção, ela sendo estabelecida para a Copa, mas se alongando para muito além dela.

Figura 4 – Barraca em frente ao Portão 9 do Estádio Mineirão anteriormente a reforma



Fonte: Siqueira (2015)

Enquanto isso na capital carioca, Rio de Janeiro, o histórico Estádio Jornalista Mário Filho, mundialmente conhecido como Maracanã, também sofria uma série de mudanças relacionadas a Copa do Mundo de 2014. O Maracanã teve a sua construção finalizada em 1950, nos preparativos para a Copa do Mundo de 1950 na qual o Brasil foi sede, sendo o palco da final. Ao longo dos anos o estádio foi ganhando certa misticidade e se tornando um dos maiores palcos do futebol mundial, levando ao seu tombamento em 2000 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), fato que proibiria a demolição ou mutilamento do estádio (BIENENSTEIN *et al*, 2014). Apesar de que no ano anterior ao tombamento o estádio sofreria com a sua primeira grande reforma que tinha como objetivo cumprir com as exigências da FIFA para a realização do Mundial de Clubes.

Após essa, o estádio sofre uma segunda grande reforma em 2005 com objetivo de sediar os Jogos Panamericanos de 2007. Nesse momento sinais de processos que viriam a se aprofundar no futuro já aparecem, o ponto central sendo o fim da geral. Enquanto no Mineirão isso só vem com a Copa, o Maracanã já sofria com o processo de elitização já em 2005, mostrando que os megaeventos somente aceleram fenômenos que já estavam em andamento. Isso confirma o processo de elitização que ocorre também no Maracanã, que terá o preço dos seus ingressos cada vez maiores, para mais no pós-Copa (BIENENSTEIN; NIN; SANTOS, 2016).

Ambas as duas primeiras reformas são fáceis de visualizar na Figura 5 e 6, de setembro de 2002 e junho de 2009, respectivamente. Na Figura 6, já pode ser vista a substituição da geral por uma arquibancada com cadeiras azuis. Vale mencionar o custo da segunda reforma foi de R\$ 304 milhões de reais (BIENENSTEIN; NIN; SANTOS, 2016).

Figura 5 – Estádio Maracanã pós-reforma para o mundial de clubes em setembro de 2002



Fonte: Google Earth

Figura 6 – Estádio Maracanã pós-reforma para os Panamericanos em junho de 2009



Fonte: Google Earth

Mas o processo mais intenso ainda estava por vir. O Brasil sendo eleito sede da Copa do Mundo de 2014, o histórico Maracanã teria que ser sede, aliás, sede da grande final. Assim, em 2010 iniciam-se as obras de renovação, agora, para se adequar aos comandos da FIFA sobre como deveriam ser os estádios sede, como se a adequação para o Mundial de Clubes e para o Pan não bastassem. Nesse processo, observa-se a descaracterização do estádio, principalmente com a membrana que cobriria todo o teto, como podemos visualizar na Figura 7. O que fez com que uma série de polêmicas se dessem com o IPHAN, ainda que nenhuma grande medida fosse tomada e a construção seguisse normalmente.

Figura 7 – Estádio Maracanã pós-reforma para a Copa em janeiro de 2020



Fonte: Google Earth

É válido comentar que a descaracterização também passa para a região logo no entorno do estádio, mormente com a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros (nas Figura 5 e 6 localizado a esquerda do estádio) para a construção de um estacionamento (a zona cinza a esquerda do estádio na Figura 7). O que nos faz questionar os usos preferenciais que são dados a espaços históricos no estádio e seu entorno. Processo também visto com a tentativa de remoção do Museu do Índio/Aldeia Maracanã e da Escola Municipal Friedenreich localizadas nas proximidades, porém, que resistiram ao processo por meio da mobilização popular (BIENENSTEIN *et al*, 2014). Demonstrando que a luta popular pode enfrentar os interesses dos atores hegemônicas transescalares e obter êxito em sua demanda, de modo que, o espaço abstrato não se impõe sem conflitos e de maneira absoluta e o vivido tem potência para se fazer ouvir, se constituir e lutar pelas suas demandas e direitos.

Perante a obra, ela foi realizada por um consórcio entre as construtoras Odebrecht e Delta, nas quais receberam um financiamento de 1.05 bilhão de reais, sendo 38% vindos da

federação por meio do BNDES e 62% vindos do governo estadual (OLIVEIRA *et al*, 2017), assim como ocorreu com o Mineirão em que o financiamento foi público, ou seja, uma semelhança nas práticas socioespaciais de financiamento entre os estádios brasileiros trabalhados. Embora, haja uma divergência entre eles, pois, o Maracanã ainda tem problemas em relação ao seu gerenciamento, em um primeiro momento foi aprovado o consórcio para o Complexo Maracanã Entretenimento (composto majoritariamente pela Odebrecht<sup>95</sup>), porém, ele foi rompido em 2019, voltando o estádio para administração um tanto quando complexa, pois, ela se baseia em acordos temporários de gestão que vem sendo renovados anualmente entre dois grandes clubes cariocas, o Flamengo e o Fluminense, e que abre um novo processo de licitação no ano de 2022 (NEDER, 2022).

Assim, desde já, cabe destacar algumas semelhanças nas práticas socioespaciais na produção dos dois estádios brasileiros analisados. A primeira semelhança que podemos destacar é a imposição do espetáculo, pois, ambos deveriam se adequar ao que a FIFA impõe enquanto necessário haver em um estádio de futebol. Sendo que a imposição do órgão internacional amplia a exclusão, principalmente em relação a elitização do público, no qual se vê cada vez mais constrangido com preços de ingressos exorbitantes e com a extinção de locais históricos como a geral, situação que ocorre ainda antes no Rio de Janeiro. Outra semelhança sendo a questão do financiamento que demonstra a lógica neoliberal, pois, apesar de ser majoritariamente público, o uso e os ganhos acabam sendo privados, principalmente no Mineirão que já tem a PPP Minas Arena e no Maracanã em que há uma intensa busca por uma concessão privada que gerencie o estádio. Por último, destacamos a exceção estando presente enquanto prática socioespacial em ambos, no Mineirão na questão dos Barraqueiros e no Maracanã no desrespeito às normas do IPHAN. Tudo isso demonstrando os interesses e as ações dos agentes transescalares como a FIFA, representando o internacional, o Estado com o financiamento, por exemplo, o nacional, o estadual e o municipal, e o local, nas lutas dos Barraqueiros e dos envolvidos com a Aldeia Maracanã e com a Escola Friedenreich. Contudo, no Rio o processo de reprodução dos megaeventos é ainda mais emblemático e aprofundado pelo fato da cidade ter sido sede, também, das Olimpíadas de Verão de 2016, o que torna essencial analisarmos o que se passou ali.

---

<sup>95</sup> Devidos aos casos de corrupção envolvendo a empresa no que tange a Operação Lava Jato, hoje ela mudou de razão social para Novonor.



Para as Olimpíadas, foram produzidos e reformados quatro “clusters olímpicos”, vulgo polos de concentração de atividades olímpicas. Um deles seria o próprio Maracanã, que conjuntamente com o Estádio Engenhão, o Maracanãzinho e o sambódromo, receberam uma série de modalidades, outro seria o complexo de Deodoro, localizado na Zona Norte do Rio, que é composto de instalações do Exército brasileiro e do Parque Radical de Deodoro (construído para as Olimpíadas e que recebeu as provas de canoagem, BMX e mountain bike, por exemplo), além do cluster Copacabana que abrangia a Lagoa Rodrigo de Freitas, a baía de Guanabara e as areias da praia de Copacabana. Por último, o maior e mais importante cluster olímpico e o grande polo que recebeu a grande maioria das modalidades, o Barra da Tijuca que trazia a Vila Olímpica, o centro de mídia, o Parque dos Atletas, o campo de golfe, as instalações do Riocentro, o Parque Olímpico que recebeu a grande maioria das modalidades, além do Parque Aquático Maria Lenk e do ginásio que abrigou as competições de ginástica, os últimos sendo legados dos Panamericanos de 2007, ademais ao Engenhão um legado também de 2007 (JAENISCH; ALMEIDA; MACHADO, 2017, p. 117).

Apesar do Parque Olímpico se localizar no bairro de Jacarepaguá, quase sempre foi circulado que ele estaria na Barra da Tijuca, bairro de maior prestígio em comparação ao primeiro citado, a razão dessa preferência se encontra no fato do Parque se localizar em uma zona de expansão da Barra da Tijuca, ou “Nova Barra” (MEDEIROS, 2016) ou até mesmo a nascente ideia pós eleição do Rio como sede de “Barra Olímpica” (O’DONNELL; SAMPAIO; CAVALCANTI, 2020, p. 133). Esse “prestígio” da Barra da Tijuca se constrói pelo fato da região ter se consolidado, desde a década de 1970, como área de alta renda na capital carioca devido a grande quantidade de condomínios fechados de luxo que se encontram ali, sendo que nesse processo se destacam dois grandes incorporadores, Carlos Carvalho<sup>96</sup> da Carvalho Hoskem<sup>97</sup>, que possui grandes glebas de terrenos muito próximos ao Parque (como podemos ver em vermelho na Figura 8) e Pasquale Mauro<sup>98</sup>, ligado a empresa RJZ Cyrela que também

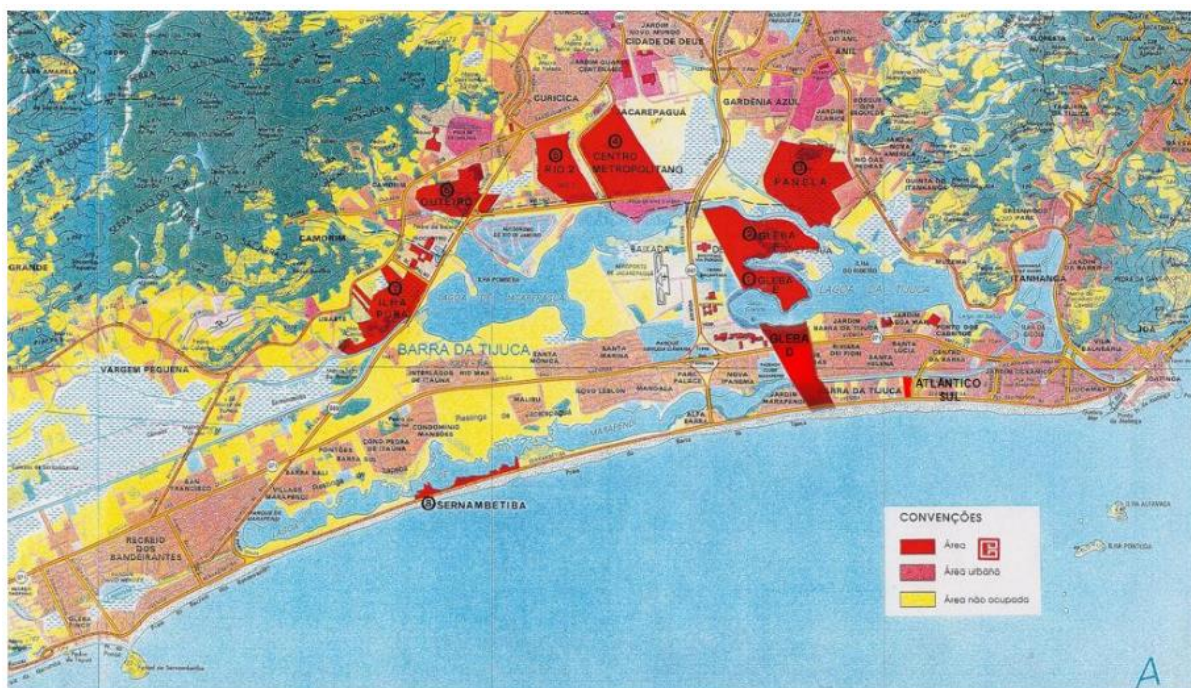
<sup>96</sup> “Suas terras e seus empreendimentos se encontram principalmente na zona de Av. Abelardo Bueno – também chamado eixo Olímpico – e nas avenidas que cortam, limite entre Barra da Tijuca e Jacarepaguá, onde se efetivaram as principais intervenções urbanas para o Rio 2016 e se ergueu o Parque Olímpico.” (ROVEDER, 2019, p. 29), ademais, “estima-se que a Olimpíada tenha sido um negócio de 1 bilhão de dólares para o empresário.” (MONTEIRO; CONSENTINO, 2017, p. 40)

<sup>97</sup> A empresa acabou sendo conhecida por construir condomínios fechados, ou “mini-bairros” no qual os condôminos não necessitam sair para realizar quase nada, na ideia debatida por Teresa Caldeira de enclaves fortificados. A Carvalhos Hoskem sendo responsável pela construção de condomínios como Rio 2, Península e Ilha Pura (COSENTINO, 2015, p. 114). O último sendo a antiga Vila Olímpica.

<sup>98</sup> “Proprietário de terra beneficiado pela expansão da cidade em direção à região da Barra da Tijuca. O Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens de 2009 e as obras de infraestrutura realizadas no primeiro mandato de Eduardo Paes garantiam a ele uma sobrevalorização dos terrenos do Grupo Rio Mar, localizadas nessa região da Baixada de Jacarepaguá.” (ROVEDER, 2019, p. 29)

possui muitos empreendimentos na região. Ambos possuindo ligações diretas com o prefeito Eduardo Paes desde a década de 1990, mandatário na época da eleição e da realização dos Jogos na cidade (MONTEIRO; COSENTINO, 2017).

Figura 8 – Glebas de terras da incorporadora Carvalho Hoskem



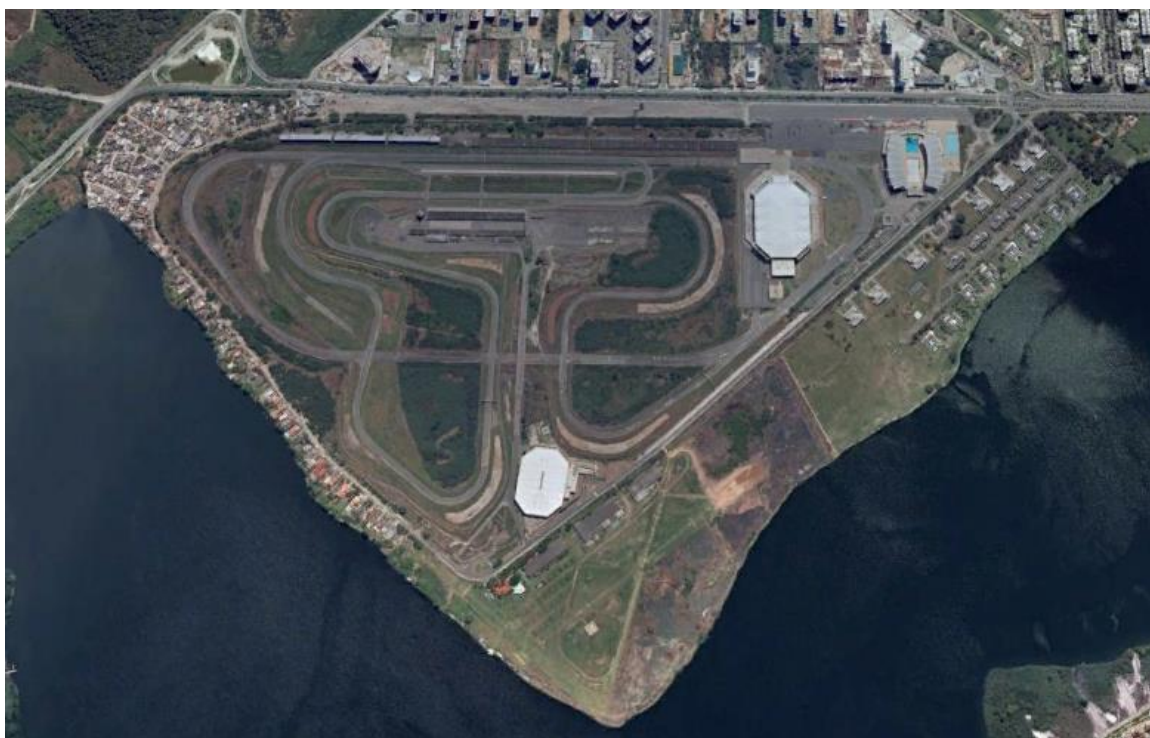
Fonte: Menezes (2012)

Além disso, cabe salientar que a Barra foi “o bairro recebeu mais de 80% dos recursos do orçamento olímpico, mas abriga apenas 5% da população da cidade.” (MONTEIRO; COSENTINO, 2017, p. 40), ou seja, um claro enfoque no bairro ainda que a sua importância populacional seja diminuta. A questão da Barra da Tijuca é importante para demonstrarmos quais seriam os interesses presentes no desenvolvimento das Olimpíadas e que eles se guiavam pelos interesses privados, pois, na candidatura que o Rio teve para os Jogos de 2004, feita em 1996, o projeto se espalhava por regiões em que se encontram segmentos sociais de baixa renda, como a Ilha do Fundão (bairro localizado na Ilha do Governador), de modo que “ainda se encarava então, a realização dos Jogos como oportunidade para dinamizar áreas deprimidas, redistribuir equipamentos de uso coletivo e, de um modo geral, tornar a cidade um pouco menos perversa em sua geografia social.” (SÁNCHEZ *et al*, 2012, p. 254)

O Parque Olímpico, Figuras 10 e 11, foi construído em um local que anteriormente abrigava o Autódromo Internacional Nelson Piquet (Autódromo de Jacarepaguá) e que se

localiza as margens da Lagoa de Jacarepaguá (Figura 9). Ademais, sendo a sua produção a principal razão pela qual uma série de famílias foram removidas, destacando-se aquelas da Vila Autódromo, localizada a esquerda do Autódromo. Há de se notar que no período dos Jogos uma série de estruturas temporárias também se fizeram presentes e posteriormente retiradas, como podemos visualizar com as quadras de tênis (Figura 10), e, hoje, o Parque se encontra em um estado de semi-abandono.

Figura 9 – Região do Parque Olímpico anteriormente a reforma com o Autódromo de Jacarepaguá – Agosto de 2009



Fonte: Google Earth

Figura 10 - Região do Parque Olímpico no período das Olimpíadas de 2016 em Junho de 2016



Fonte: Google Earth

Figura 11 - Região do Parque Olímpico pós-Olimpíadas de 2016 em Março de 2021



Fonte: Google Earth

O primeiro ponto a se destacar em relação ao Parque Olímpico se dá na ampliação da exceção em sua produção, pois, para ela não foi realizado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), ainda que ele seja obrigatório para qualquer empreendimento, o Parque se localiza em Área de Preservação Permanente (APP), que não poderia ser desmatada/modificada como foi, além dele não possuir Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), tampouco terem sido realizadas audiências públicas para discutir a sua execução, pontos que demonstram o descumprimento de leis federais e estaduais (MEDEIROS, 2016, p. 193-194).

Isso demonstra a ampliação da exceção, além da sua produção fazer o oposto ao que estava dito no dossiê de candidatura, pois, nela foi exaltada a vocação e importância que o Rio tem à frente da questão ambiental, principalmente quando observamos que a cidade foi sede da Eco-92 (uma das, para não dizer a mais importante Conferência sobre o Meio Ambiente por originar a Agenda 21). A grande ideia que carregaria esse encargo ambiental seria a adoção do Plano de Gestão e Sustentabilidade (PGS), que tem três grandes focos: as pessoas (perante a necessidade de ganhos sociais para a população local), a prosperidade (perante a transparência e a boa gestão dos jogos) e o planeta (perante o compromisso ambiental numa visão global de sustentabilidade), tudo isso diante da visão “Jogos Verdes para um Planeta Azul” (DOSSIÊ, 2009). Dentre os aspectos que mais saltam aos olhos ao ler o Dossiê destacamos três trechos:

Utilização total das instalações existentes e planejamento detalhado da construção de novas instalações de acordo com especificações de sustentabilidade irão garantir um impacto mínimo da infraestrutura dos Jogos Rio 2016 no meio ambiente. Um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é exigido pela legislação existente para a execução de qualquer projeto que possa ter impacto sobre o meio ambiente. Para as instalações existentes nenhuma avaliação de impacto no meio ambiente é exigida, entretanto serão conduzidos estudos retroativos apresentando novos parâmetros de construção sustentável. (DOSSIÊ, 2009, p. 100)

Dada a importância da participação ativa da sociedade civil, do setor privado, das associações comerciais, e também do meio acadêmico na realização dos objetivos do PGS e na garantia de entrega do legado, a negociação das parcerias já está sendo feita com ONGs conhecidas, empresas privadas e universidades nacionais e internacionais. (DOSSIÊ, 2009, p. 94)

O Comitê Organizador Rio 2016 criará produtos dentro do programa de licenciamento, com uma parte das receitas sendo revertida para o Fundo de Conservação da Mata Atlântica. (DOSSIÊ, 2009, p. 106)

A transgressão aos ideais do Dossiê estão presentes no Parque Olímpico, mas, também, em outro local na Barra, o novo Campo de Golfe. A sua construção tinha como justificativa principal o fato de que ele estaria mais próximo à Vila Olímpica, teria as dimensões compatíveis com as modalidades e haveria a possibilidade de utilização de PPP's (LUZ; LEITE, 2015).

Último ponto sendo interessante, pois, traz a clara intencionalidade do Estado em se remodelar segundo os preceitos neoliberais.

A polêmica reside no fato de já existirem dois campos de golfe profissional na cidade, o da Gávea e o de Itanhangá, que facilmente poderiam ser utilizados durante as Olimpíadas e carregariam a ideia de reutilização de instalações pré-existentes. Todavia, em uma história controversa em que os administradores dos campos de golfe diziam que sequer haviam sido procurados, o prefeito Eduardo Paes que dizia que não era sua vontade e o presidente do COI afirmando que o prefeito pressionou pela construção do novo campo, no final, quem ganhou a disputa foram as construtoras e o prefeito ao construírem o novo campo (LUZ; LEITE, 2015). Aqui fica claro o não cumprimento do primeiro trecho que trouxemos do Dossiê, pois, apesar da existência de instalações que poderiam receber os jogos, preferiu-se construir uma nova, salientando as diferenças entre o discurso e as práticas socioespaciais.

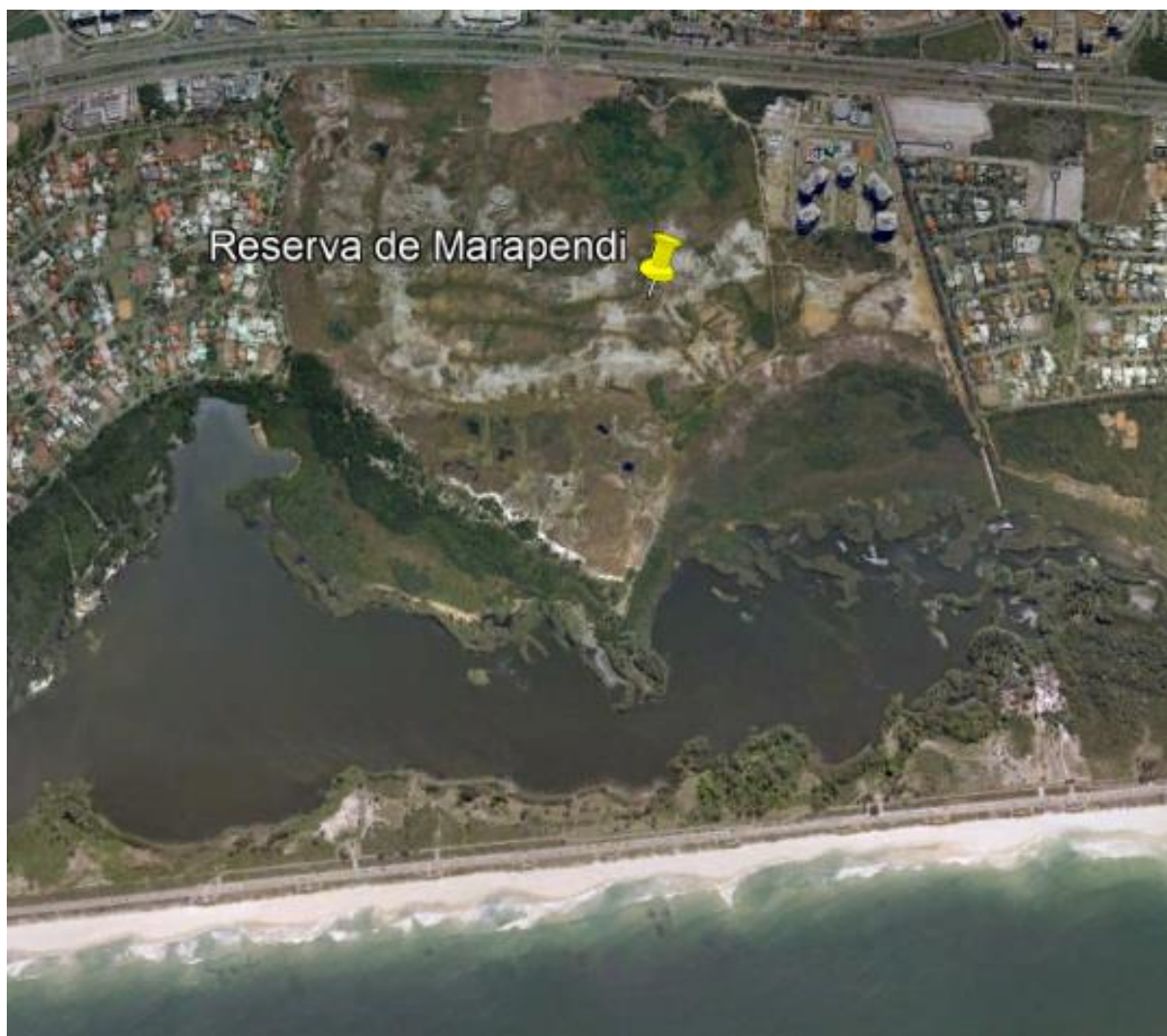
Porém o debate vai além. O novo campo se localiza dentro do limite da Área de Preservação Ambiental do Parque Natural Municipal da Reserva de Marapendi, estabelecida em 1959, um dos últimos redutos de Mata Atlântica na região e casa para diversas espécies em extinção (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). Para isso, foi necessária uma mudança legal para que o proprietário do lote vizinho pudesse incorporar parte da Área de Preservação Ambiental (APA) e realizar tal obra. Assim, duas grandes medidas foram tomadas: o prefeito facilitou um projeto imobiliário que possibilitaria ao desenvolvedor a construção de 140 apartamentos de luxo caso contribuísse com os custos de construção do campo (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016) e a aprovação no apagar das luzes da Lei Complementar Municipal (LCM) n. 125/2013 que viabilizava o projeto (LUZ; LEITE, 2015). É interessante notar que o projeto imobiliário acima faz parte do empreendimento de luxo de Pasquale Mauro, chamado “Riserva Golf Vista Mare Residenziale”, onde a reserva que se tornou o campo de golfe faria parte do condomínio, ou seja, podemos ver claramente a mudança de algo que tem valor de uso coletivo para algo de valor de troca privado, no qual somente aqueles que fazem parte do luxuoso condomínio podem utilizar. Lembramos, também, do terceiro trecho do Dossiê, que fica, no mínimo, contraditório, pois, está se desmatando zona de Mata Atlântica para criar receitas para conservar a Mata Atlântica.

Ressaltamos que há evidências de inconstitucionalidade na LCM, onde o Ministério Público do Rio Janeiro

propôs Ação Civil Pública [ACP], processo n. 0273069- 88.2014.8.19.0001, em face do Município do Rio de Janeiro e da sociedade Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsável pela construção do campo, fluente pela 7ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro. O argumento central da ACP firma-se no fato de que “o rebaixamento da proteção não foi antecedido dos devidos estudos técnicos”, situando-se como agravantes a ausência do estudo e do relatório de impacto ambiental – EIA/RIMA, previstos no § 2º, do art. 6º, da Lei Federal n. 7.661/1988. Agrega-se, ainda, aos argumentos do Parquet o princípio de não regressão, inserido como princípio geral nas normas de Direito Ambiental, pois confronta em sua essência o próprio conceito de dignidade da pessoa humana, fundamento da República, a teor do inciso III, do art. 1º, da Constituição de 1988. Isso porque a vedação ao retrocesso ambiental encontra sua carga axiológica implícita nos próprios direitos humanos (LUZ; LEITE, 2015, p. 100)

Apesar de tais demandas judiciais através do Ministério Público, a construção deu seguimento por meio da concessão dada pela prefeitura da Licença Municipal de Instalação (LMI), licença que possibilitou que a obra não realizasse inventários de fauna e flora, estudos de manejo, mapeamento da área, ou seja, sem os devidos procedimentos ambientais legais, salientando a ausência de audiências públicas e de consultas aos órgãos de proteção ambiental (LUZ; LEITE, 2015). Portanto, sendo um projeto que se encaixa totalmente no mecanismo da exceção. Ainda que não podemos esquecer das resistências ao projeto que foram duramente reprimidas pelo governo, em que podemos destacar os coletivos do “Ocupa Golfe” e do “Golfe para quem?”, que trouxeram diversos ativistas ambientalistas para tentar barrar a construção que acabou acontecendo (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016). Destacamos, então, o primeiro e o segundo trecho que trouxemos do Dossiê, devido ao fato de que perante a produção do megaevento esportivo no Rio de Janeiro os EIA’s não foram executados, demonstrando um desrespeito com o meio ambiente e com a legislação ambiental, ademais, a baixa ou nula participação popular, que ao invés de ser ouvida acabou sendo reprimida. Para visualizar melhor a questão traremos duas imagens de satélite. Na Figura 12, de janeiro de 2010, vemos a área da Reserva de Marapendi. Já na Figura 13, de março de 2021, vemos a transformação da área da Reserva em campo de golfe, além da construção do condomínio Riserva Golf.

Figura 12 – Área destinada à construção do campo de golfe na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Janeiro de 2010



Fonte: Google Earth Pro



Figura 13 – Campo de Golfe Olímpico e condomínio Reserva Golf na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, março de 2021



Fonte: Google Earth Pro

A questão do Campo de Golfe e do Parque Olímpico perante a questão ambiental já serviriam de ótimos exemplos da atuação pró-mercado, todavia, isso vai além quando analisamos o que se passou na Vila Autódromo.

A Vila Autódromo (Figura 9 – à esquerda do Autódromo) tem a sua ocupação datada na década de 1960 quando alguns pescadores se instalaram ali e quando ainda não havia grande interesse corporativo na ocupação daquele espaço, sendo toda a região da Barra considerada ainda de pouco prestígio, muito longe e de difícil acesso em relação às regiões centrais da cidade (SEMINÁRIO LEGADO OLÍMPICO, 2021; OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016). Vale mencionar que até o Estado reconhecia a Vila, de certa forma, pois, ela recebeu reassentamentos feitos pela Secretaria de Habitação, sendo um de moradores da favela removida de Cardoso Fontes e outro de moradores da Cidade de Deus (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2022). Já na década de 1990 a Barra foi mais valorizada, principalmente devido à construção do Elevado do Joá e da autoestrada Lagoa-Barra que facilitaram enormemente o acesso (SEMINÁRIO LEGADO OLÍMPICO, 2021). Assim, naquele momento já se dava início

as tentativas de remoção da Vila, vale dizer, encabeçada por Eduardo Paes que era subprefeito da Barra da Tijuca (OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016). Em 2002 a Vila passa por uma nova tentativa de remoção, agora, a justificativa sendo os Panamericanos de 2007, remoção que consegue ser impedida devido à pressão popular (OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016).

Contudo, em 2009 a pressão exercida pela prefeitura se torna muito maior, pois, o Rio de Janeiro, e mais especificamente a região do Autódromo, iria receber os Jogos Olímpicos de 2016 e seria de grande interesse por ser o local da construção do Parque Olímpico. Portanto, a remoção se tornando algo que se dizia crucial para o pleno desenvolvimento das obras, que tinham como justificativas: “poluição paisagística, ameaça à segurança dos atletas alojados na Vila Pan-Americana, poluição da lagoa de Jacarepaguá, incompatibilidade com a implantação do Parque Olímpico. [por último a justificativa de que a] Vila deve ser removida para dar passagem a uma via expressa.” (VAINER *et al*, 2013, p. 3). Embora, fique claro o real motivo pela remoção através das falas do incorporador Carlos Carvalho que dizia que o Rio seria a “cidade da elite, do bom gosto”, no qual o Ilha Pura<sup>99</sup> “precisava ser moradia nobre, e não moradia para os pobres”, ainda que “A cidade está aberta para eles. Nós dependemos muito do jardineiro, do pedreiro, e mantemos escolas para formação desse pessoal.”, além de demonstrar a sua relação com Eduardo Paes, pois, “Quem está dando o tom é o prefeito, e nós naturalmente estamos juntos, e achamos que as providências são adequadas. É uma opinião técnica, e não política.” e deixa o questionamento “Como é que você vai botar o pobre ali? [no Ilha Pura] Ele tem que morar perto porque presta serviço e ganha dinheiro com quem pode, mas você só deve botar ali quem pode, senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora. Há muitos bairros que agasalham pessoas com poder aquisitivo mais modesto.” (PUFF, 2015).

Todavia, a remoção da Vila Autódromo não ocorre sem resistências e nesse processo se constrói o Plano Popular da Vila Autódromo no qual professores, estudantes e pesquisadores da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e da UFF (Universidade Federal Fluminense) o produzem conjuntamente com os moradores, sendo que a ideia do plano era

---

<sup>99</sup> Ressaltamos que o Ilha Pura foi a Vila dos Atletas durante as Olimpíadas. Contudo, hoje, se encontra com apenas um terço de ocupação total, com os valores de seus apartamentos variando de 650 mil a 2,5 milhões de reais (LOUREIRO, 2021). O que demonstra o ponto de que outros usos poderiam ter sido dados ao empreendimento, como moradias populares, ou até mesmo o reassentamento daqueles que foram removidos, como os moradores da Vila Autódromo, todavia, a escolha foi pelo lucro e pela espera de que um dia o Ilha Pura possa ser habitado pelas classes mais altas. Demonstrando que o megaevento não busca solucionar conflitos socioespaciais históricos, talvez, acabando por ampliá-los.

demonstrar a viabilidade da permanência e as medidas necessárias para a urbanização do local (OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016), no qual a questão da técnica, mencionada por Carlos Carvalho, cai por terra, pois,

Se as justificativas de remoção da Prefeitura se apoiam em uma argumentação ‘técnica’, especialmente com relação às necessidades de preservação ambiental e à inviabilidade de um projeto de urbanização, era necessária uma autoridade com reconhecimento social no campo científico e ‘técnico’ – a universidade – que, ao contrário, referendasse a possibilidade e as condições de viabilidade de permanência da comunidade. (VAINER *et al*, 2013, p. 11)

Há de se mencionar que o plano venceu o prêmio *Urban Age Award*, premiação do *Deutsche Bank* (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2022) e que foi a luta dos moradores que possibilitou que a Vila não fosse totalmente removida, sendo que

Em 2016, após diversas situações de constrangimento a poucos meses do evento, o Prefeito Eduardo Paes anunciou a urbanização da comunidade através da construção de 20 novas casas e demolindo as remanescentes. Apesar das novas construções representarem apenas 3% do que já foi a Vila Autódromo, é imprescindível ratificar a importância dessa conquista, tendo em vista que esta comunidade conseguiu permanecer em seu território diante das repetidas tentativas de remoção – principalmente após um megaevento como as Olimpíadas 2016. (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2022).

A conquista demonstra, novamente, a importância das resistências locais em fazer com que os projetos hegemônicos não sejam feitos de maneira ílesa, trazendo que apenas a luta dos corpos na vida cotidiana pode trazer mudanças reais e significativas. Apesar da conquista não podemos esquecer que todo o processo foi marcado por uma série de ações autoritárias, no qual moradores foram assediados, perseguidos e ameaçados, em que a negociação sempre se dava individualmente, não respeitando a luta coletiva, e as indenizações sendo de baixíssimo valor fazendo com que grande parte dos moradores se deslocassem para áreas mais longínquas, principalmente na Zona Oeste, onde o emprego e a renda se encontram cada vez mais longes, de modo a aprofundar a segregação socioespacial (OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016). O comportamento truculento dos órgãos públicos demonstra a maneira pela qual as populações mais vulneráveis são tratadas e a colaboração entre o Estado e o capital, ainda mais quando destacamos que os moradores da Vila Autódromo possuíam duas concessões de uso e o local onde habitavam era destinado à construção de moradias populares (SEMINÁRIO LEGADO OLÍMPICO, 2021), logo, podendo ser demonstrado o caráter excepcional novamente. Ademais, lembrando que uma série de promessas até agora não foram cumpridas, como a construção de uma quadra poliesportiva e da associação de moradores (SEMINÁRIO

LEGADO OLÍMPICO, 2021), ou seja, quando é para o Estado garantir o que é prometido, ele não cumpre, apenas cumpre o que serve ao capital.

Todo esse processo para a construção de um espaço que hoje se encontra semi-abandonado, ou melhor, sem um legado olímpico como havia sido prometido, mas, sim, um “largado olímpico” (LOUREIRO, 2021). Em uma visita de campo realizada em janeiro de 2022 conseguimos trazer algumas reflexões sobre o uso atual do Parque Olímpico. Primeiramente, há de se notar que a gestão do Parque se divide entre o município e a união, sendo a Arena do Futuro e a Arena Carioca 3 geridas pelo primeiro e todo o resto pelo segundo.

A Arena do Futuro, que recebeu as partidas de handebol, é uma das que mais se destacam em relação ao abandono, Figura 14 e 15, sendo inutilizada desde o encerramento dos jogos (LOUREIRO, 2021). Ela serviria como base para a construção de quatro escolas, porém, esse processo se iniciou apenas em março de 2022, seis anos após o fim das Olimpíadas, quando o processo de licitação se consolidou, tendo um custo de 78 milhões de reais aos cofres públicos (G1 RIO, 2022), em outros termos, um total despreparo em relação ao quesito legado.

Figura 14 – Arena do Futuro vista por fora



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 15 – Portões Arena do Futuro



Fonte: Arquivo pessoal

Já a Arena Carioca 3 vem sendo utilizada para uma série de projetos, principalmente ofertando cerca de 20 modalidades esportivas de terça-feira a sexta-feira para uma estimativa de mil crianças e jovens, Figura 16, sendo que tais atividades tiveram início, também, apenas em 2022. O que ressalta a demora dos entes públicos em dar um uso ao espaço. Apesar do número de crianças e jovens que participam do projeto parecer interessante e animador, em conversa com um dos gestores foi comentado que a grande maioria deles moram nos condomínios de luxo ao redor e são de classes socioeconômicas mais altas, o que nos faz questionar se o parque fosse localizado em zonas periféricas se o seu uso poderia significar uma mudança ainda maior para essas zonas. Ademais, por incrementar desigualdades socioespaciais por oferecer infraestrutura a zonas que já possuem uma boa infraestrutura.

Figura 16 - Arena Carioca 3 vista de dentro



Fonte: Arquivo pessoal

Já as outras instalações do Parque Olímpico, a Arena Carioca 1 e 2, o Centro Olímpico de Tênis, o Velódromo e a Rua Olímpica (todos na Figura 17), seguem em desuso, até mesmo o Estádio Aquático Olímpico (Figura 18) que seria transferido segue em desuso (G1 RIO, 2021). Na nossa visita de campo podemos perceber como que todo o espaço é praticamente inutilizado e inóspito, pois, assim como no Mineirão, toda a Rua Olímpica é constituída de concreto, o que faz com que todo o espaço seja extremamente quente, ainda mais se pensarmos no clima do Rio de Janeiro. A utilização do Parque, então, acaba sendo para grandes shows e eventos, como o festival *Rock In Rio*, o que demonstra um processo de reconfiguração do espaço para o uso privado que usualmente tem ingressos a preços muito altos. Na Figura 19 podemos visualizar à esquerda um dos espaços utilizados para shows e à direita o Centro Olímpico de Tênis. O mesmo processo também ocorre na Esplanada do Mineirão, que serve muitas vezes ao uso de shows e festivais, novamente, impondo o valor de troca ao espaço, ou seja, uma semelhança entre ambos os espaços. Na nossa visita observamos esse processo mais claramente com parte do Parque sendo utilizada para o show da cantora Anitta (Figura 20 e 21). Evento que proibiu que visitássemos o mirante que possibilitaria visualizar a Lagoa de Jacarepaguá.

Figura 17 – Complexo de Tênis (à esquerda) e Velódromo e Arenas Carioca (à direita) e Rua Olímpica (ao centro)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 18 – Estádio Aquático Olímpico



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 19 – Espaço para shows (à esquerda) e Centro Olímpico de Tênis (à direita)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 20 – Espaço do show da cantora Anitta



Fonte: arquivo pessoal



Figura 21 – Saída do espaço do show da cantora Anitta com a Estádio Aquático ao fundo



Fonte: Arquivo pessoal

Merece destaque alguns pontos em relação ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca e ao Campo de Golfe. O primeiro deles sendo a produção de um espaço espetacularizado que ocorre por meio de medidas excepcionais, principalmente no que tange a legislação ambiental. Ademais, desrespeitando as populações locais que tinham reconhecimento do Estado, embora, continuassem sendo forçadamente removidas. Outro ponto seria a consolidação dos interesses privados, mormente quando notamos o dos incorporadores Carlos Carvalho e Pasquale Mauro que se aproveitam dos Jogos para ampliar os seus empreendimentos e ter um ganho privado dos investimentos público, o que fica mais claro com o Ilha Pura e com o Reserva Golf. Portanto, os capitais locais que se aproveitam do megaevento para catalisar seus desejos.

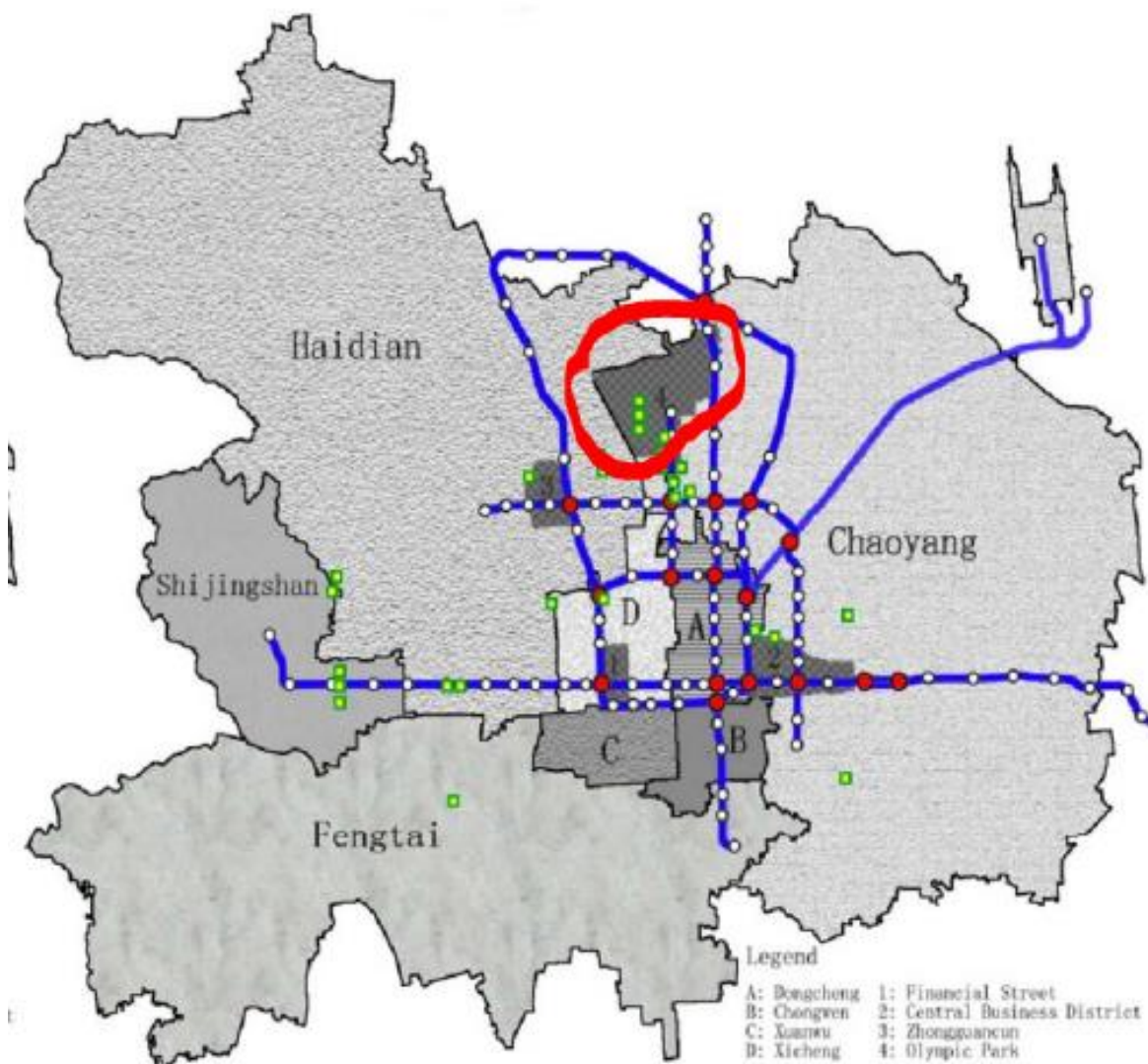
Outra cidade que recebeu os Jogos Olímpicos de Verão foi Pequim, na China, em 2008, e ela também passou por processos interessantes em relação ao seu Parque Olímpico. O Parque

Olímpico de Pequim, apelidado de Olympic Green (ou Parque Verde) se localiza na região norte da cidade, mais especificamente entre os distritos de Chaoyang e Haidian (Figura 22), dois dos 16 distritos da cidade (WANG; BAO, 2008) e cobre uma área de mais de 1200 hectares. A escolha pela região se dá pelo fato de ali, apesar de haver distritos comerciais, também é um local com terras, anteriormente, rurais cujo preço era barato e disponíveis para a construção, como podemos visualizar na Figura 23 à esquerda. Ademais, o planejamento urbano da capital chinesa ao realizar o projeto já tinha uma clara intenção de valorizar ainda mais uma área já valorizada (ZHAO *et al*, 2016, p. 6), ampliando as desigualdades socioespaciais (REN, 2008, p. 179). Assim como ocorreu com o Parque Olímpico no Rio de Janeiro, ampliando o valor de troca em áreas já valorizadas. Ao observar a Figura 23 comparando à esquerda (imagem de 2002) e à direita (imagem de 2010) notamos uma clara conversão do espaço, de áreas rurais para urbanas, além da remoção de 31 empresas estatais, 721 coletivos e 5700 residências que se iniciou em agosto de 2002 e foi finalizada em apenas quatro meses<sup>100</sup>, embora em meio a uma série de protestos, de modo que os corpos que constituíam o espaço vivido na região findaram por ir para regiões longínquas e com pouca infraestrutura urbana (REN, 2008, p. 188), da mesma maneira que aconteceu com alguns moradores na Vila Autódromo no Rio de Janeiro.

---

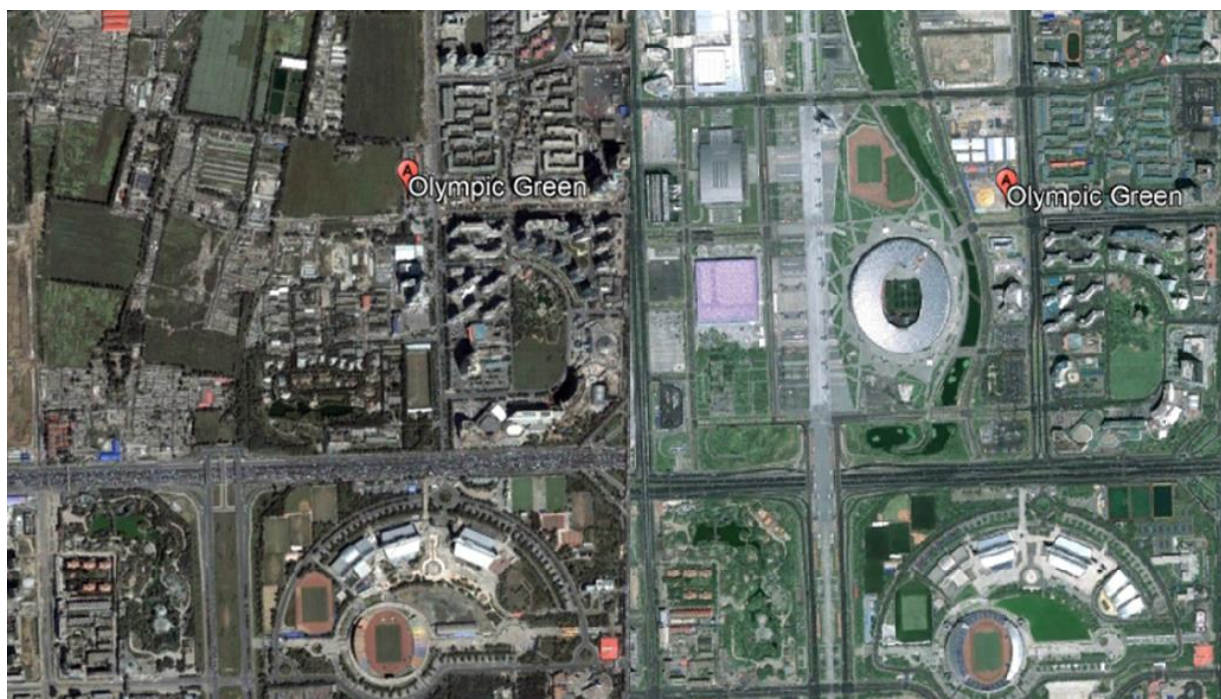
<sup>100</sup> Não foi possível encontrar informações mais precisas sobre como exatamente ocorreu o processo de remoção no Parque Olímpico de Pequim, embora, em outras remoções pela capital chinesa encontramos relatos de abusos, autoritarismo e violência, como trataremos a seguir no capítulo.

Figura 22 – Distritos centrais de Pequim – Parque Olímpico circulado em Vermelho



Fonte: Wang e Bao (2008, p. 4)

Figura 23 –Parque Olímpico de Pequim pré-construção (à esquerda no ano de 2002) e pós-construção (à direita no ano de 2010)



Fonte: Google Earth

Devemos salientar um ponto importante em relação aos equipamentos esportivos localizados no complexo, muitos deles acabaram sendo reutilizados para as Olimpíadas de Inverno de 2022, sendo construídos apenas dois novos equipamentos: o Ginásio Nacional Oval (National Speed Skating Oval), localizado no complexo, e o Big Air Shougang, localizado no distrito de Shijigshan na antiga área industrial de Shaoguan ao leste. Então, pode-se até comentar que há certo legado, ainda que utilização entre Olimpíadas tenha sido muito baixa.

Dentre as instalações no Parque Olímpico destacamos o Estádio Nacional de Pequim (Bird's Nest ou Ninho do Pássaro), que desde 2008 vinha sendo utilizado apenas para algumas competições esportivas e eventos de entretenimento, ainda que ele seja a segunda maior atração turística da China, além do Centro Aquático (Water Cube), que garante uma larga visitação anual (MASCARENHAS, 2014, p. 61-62), do Estádio Nacional Indoor e da Vila Olímpica (PRIGEON, 2022). Além de outras instalações que se espalham pela cidade que foram utilizadas em ambos os jogos e de novas instalações especialmente para os Jogos de Inverno, algumas em Zhangjiakou localizado a 180 quilômetros da capital chinesa com o Genting Parque de Esqui e o Campo de Esqui e em Yanqing localizado a 74 quilômetros a noroeste de Pequim que foi sede das competições de esqui alpino e bobsled/skeleton (GU, 2017). Vale notar que as

instalações mais utilizadas pós-2008 são justamente as de média escala e os administrados por unidades e entes privados, não os grandes equipamentos que são administrados pelos entes públicos (MANZENREITER, 2014, p. 125). Talvez o ponto em relação à administração e ao uso se encontre no fato de que as grandes instalações são justamente aquelas administradas pelo Estado por serem as que apresentam os maiores custos, logo, sendo desinteressante para os entes privados administrá-las, pois, eles poderiam ter prejuízo. Isso fica mais claro perante o que ocorreu com o Ninho de Pássaro, pois, como traz Zhao *et al* (2016, p. 21), inicialmente a gestão do estádio deveria ser desenvolvida por meio de uma PPP que duraria 30 anos a partir de 2008, posteriormente, indo para o governo municipal de Pequim, todavia, já em 2009 o governo municipal voltou a operar o estádio devido a incapacidade financeira do grupo privado CITIC<sup>101</sup>. Enfim, o Estado custeando a administração.

Perante as instalações devemos compreender como elas respondem à sociedade espetáculo, pois, a maioria delas tiveram o seu projeto arquitetônico realizado por arquitetos internacionais, *starchitects*, que ganharam os concursos que selecionaram os projetos, sendo

Os vencedores, Jacques Herzog e Pierre de Meuron, que também projetaram o estádio de futebol Allianz Arena em Munique, o Tate Modern em Londres e o The Forum Building em Barcelona, geraram o estádio olímpico mais distinto desde as “tendas revestidas de teflon de Munique”. Além do estádio ‘Ninho de Pássaro’, próximo ao Parque Olímpico, estava o Centro Aquático Nacional (ou ‘Cubo de Água’), projetado pelo escritório de arquitetura australiano PTW, e o Digital Beijing, o centro de dados e controle de informações para os Jogos. (HORNE; MANZENREITER, 2012, p. 109)<sup>102</sup>

Portanto, vê-se como a questão da imagem é importante nos jogos da capital chinesa, além de ressaltar que essa imagem deve estar inclinada ao que é considerado belo e atraente internacionalmente, transmitindo uma imagem que demonstra uma relação social que se inclina a aquilo que seria de mais fácil consumo globalmente (REN, 2008) e ampliando o *city marketing*, fato demonstrado quando visualizamos que a maioria dos arquitetos e das firmas selecionadas foram internacionais, não locais. Embora, todo esse processo não tenha ocorrido sem resistência pela comunidade de arquitetos locais, por exemplo (REN, 2008).

---

<sup>101</sup> Perante a questão do financiamento destacamos que o grupo CITIC (vale dizer, transnacional) foi responsável por 42% do total e o estado por 58%, todavia, ao final da PPP em 2009 o estado teve que pagar o investimento feito pelo grupo (ZHAO *et al*, 2016, p. 21)

<sup>102</sup> Tradução nossa. Fragmento original: The winners, Jacques Herzog and Pierre de Meuron, who also designed the Allianz Arena football stadium in Munich, the Tate Modern in London and The Forum Building in Barcelona, generated the most distinctive Olympic stadium since ‘Munich’s Teflon-coated tents’. In addition to the ‘Bird’s Nest’ stadium, nearby on the Olympic Park was the National Aquatics Centre (or ‘Water Cube’), designed by Australian architectural firm PTW, and Digital Beijing, the information control and data centre for the Games. (HORNE; MANZENREITER, 2012, p. 109)

Perante a capital chinesa no que tange o Parque Olímpico podemos traçar algumas semelhanças com as cidades brasileiras. A primeira semelhança sendo a questão do espetáculo, pois, todas buscam se adequar aquilo que é vendível internacional, ainda que Pequim se alinhe ainda mais aos interesses globais do que seria atraente e com uma imagem internacional. O que demonstra como se dá a presença dos capitais internacionais na produção do espaço em cada local. A segunda, a reconversão de espaços em que havia predomínio da natureza ou do meio rural para locais onde há o domínio do meio urbano voltado ao valor de troca, além das remoções.

Outra cidade dos BRCS que também recebeu as Olimpíadas de Inverno, seria a cidade russa de Sochi, sede em 2014. A cidade se localiza na costa do Mar Negro próxima à fronteira de uma das regiões mais instáveis do mundo, a região do Cáucaso. Para a reprodução dos megaeventos em Sochi foram produzidos dois clusters olímpicos, um na região montanhosa de Krasnaya Polyana outro na região da costa de Imeretinskaya Bay. Cada um dos clusters, longes um do outro por 48 km e conectados por uma nova ferrovia e uma nova rodovia, foi construído para abrigar determinadas modalidades, na montanha temos as instalações e os resorts para as práticas esqui e de trenó e na costa, no distrito de Adler, o Parque Olímpico, com o Estádio Olímpico Fisht (que também recebeu a Copa do Mundo de 2018), a Vila Olímpica, o Centro Principal de Imprensa, o Centro de Transmissão e outros cinco estádios/arenas (GOLUBCHIKOV; SLEPUKHINA, 2014; AZZALI, 2017).

Perante as instalações olímpicas nota-se que elas, assim como em Pequim, respondem aos anseios internacionais sobre a imagem na qual se deveria transmitir, pois, os projetos foram pensados por empresas internacionais, tendo em vista que “Drees und Sommer de Stuttgart são os gerentes de projeto para o Parque Olímpico, o estúdio de arquitetos Populous projetou o Estádio Olímpico Fisht, as empresas de engenharia alemãs Gurgel + Partner e Kohlbecker projetaram a pista de bobsleigh e os saltos de esqui.”<sup>103</sup> (MÜLLER, 2014, p. 3).

Na região de Imeretinskaya Bay, onde está um dos clusters olímpicos, se destaca por se localizar em uma região de pântanos com flora e fauna única, além de ser um ponto importante para pássaros em migração (PETERSSON; VAMLING, 2016). Por ser uma região mais baixa

---

<sup>103</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Drees und Sommer from Stuttgart are project managers for the Olympic Park, the Populous architects' studio designed the Fisht Olympic Stadium, the German engineering firms Gurgel + Partner and Kohlbecker designed the bobsleigh run and the ski jumps. (MÜLLER, 2014, p. 3)

ela sofre com a questão do alagamento, exemplo disso foi em 2010, quando as construções já haviam começado, e ocorreu uma tempestade que o inundou completamente, sendo que tal situação poderia ocorrer novamente (AZZALI, 2017). O que demonstra a fragilidade ambiental do local.

Ademais, é nevrálgico compreendermos que onde o Parque foi construído havia uma série de moradores, principalmente pequenos agricultores que acabaram sendo removidos. Fato que se assemelha tanto com que aconteceu no Rio e em Pequim no que tange as remoções, todavia ainda mais em relação com a capital chinesa, pois, há uma clara reconversão de um espaço com práticas agrárias para um espaço urbano que possa ser vendido. A remoção na baía de Sochi gerou a expropriação de cerca de 1800 terrenos, 262 casas e mais de 3000 famílias deslocadas (GOLUBCHIKOV; SLEPUKHINA, 2014).

No documentário “*Constructing Sochi*” de Steffi Wurster podemos captar mais informações e analisar melhor como se desenvolveu o processo de remoção. Primeiramente, destacamos a fala do prefeito de Sochi a época, Anatoly Pakhomov que ficou no cargo de 2009 a 2019, declarando que a região não era desenvolvida e que seria uma folha em branco para a construção do Parque (CONSTRUCTING, 2014). O comentário do prefeito demonstra a visão hegemônica perante o espaço em que os agentes hegemônicos buscam se reproduzir, fazendo alusão a ideia de espaço abstrato de Lefebvre, desconsiderando o espaço vivido em que uma série de corpos desenvolvem a sua vida cotidiana. Embora, pouco se atenta o prefeito a realidade, pois, a região vem sendo ocupada pelo menos desde 1960, em que agricultores se assentaram e começaram a desenvolver a agricultura, plantando pepinos, por exemplo. O desenvolvimento da agricultura ali sendo muito importante devido ao fato de que os terrenos são extremamente férteis por serem de pântano.

A questão da fertilidade do solo sendo interessante de ser notada, pois, moradores e até mesmo outras pessoas acabaram ensacando e levando grandes quantias da terra para suas novas casas (Figura 24), ou até mesmo vendendo-as pela região (CONSTRUCTING, 2014). A partir disso visualizamos como que há uma destruição do meio ambiente local em prol de um desenvolvimento que pouco atinge os habitantes locais, transformando um sítio de fertilidade única em instalação olímpica e área hoteleira, o que nos deixa pensando sobre as mudanças entre os valores de uso que a terra tinha para os seus habitantes e o valor de troca que agora ela tem no mercado internacional de cidades, passando de um local indesejado para o capital para

um muito desejado (CONSTRUCTING, 2014). Vale comentar que todo o processo de remoção se assemelha bastante em todas as cidades já citadas, pois, em Sochi também houve uso de força policial excessiva, além de coerção e assédio, e mudanças legais excepcionais que findaram por confundir os processos legais que os moradores deveriam tomar, acusando-os de ocupação ilegal, ainda que eles tivessem toda a documentação (CONSTRUCTING, 2014).

Figura 24 – Morador ensacando terras da Imeretinsky Bay



Fonte: Constructing (2014)

Apesar de todo o processo de remoção muitos moradores conseguiram se reestabelecer em novas moradias, porém, sem a compensação financeira adequada (a promessa de compensação sendo reduzida em dois terços em comparação ao que foi originalmente prometido) (WURSTER, 2013, p. 211), em moradias longe da região da baía, em lotes e casas muito menores, onde é difícil conseguir outro trabalho e que impossibilita a agricultura (práticas que lhes garantia renda previamente) (GOLUBCHIKOV; SLEPUKHINA, 2014) e moradias com custos muito maiores, o que fez com que muitos moradores não conseguissem pagar, logo, obrigando-os a se mover novamente (CONSTRUCTING, 2014). Despejo na remoção.

É interessante a fala de uma das moradoras entrevistadas em denunciar como eles acabaram sendo tratados pelo governo russo: “Quando somos ‘realocados’ nos deixarão sem um flat, sem um endereço registrado, seremos sem-teto. Em outras palavras, se eles oferecem 42 m<sup>2</sup>, temos que aceitar. Onde nós vamos viver não interessa a qualquer um.” (CONSTRUCTING, 2014).



Para melhor visualização da reconversão de um espaço de uso focado na agricultura para um espaço focado no valor utilizamos de duas imagens de satélite. Na Figura 25, de abril de 2005, antes de Sochi ter sido eleita sede olímpica, podemos ver a área com uma grande quantidade áreas agriculturáveis e pequenas propriedades, e na Figura 26, de abril de 2020, pós jogos, vemos o Parque Olímpico e outras construções de maior porte, majoritariamente hotéis. Hotéis que respondem as cadeias internacionais, como Radisson, Hyatt, Swissôtel e Mercure (MÜLLER, 2014, p. 3) e demonstram, por meio das imagens, quais relações devem ser valorizadas e quais são escondidas e negadas.

Figura 25 – Região de Imeretinskaya Bay em Sochi – 11 de Abril de 2005



Fonte: Fonte: Google Earth Pro

Figura 26 - Região de Imeretinskaya Bay em Sochi – 18 de Abril de 2020



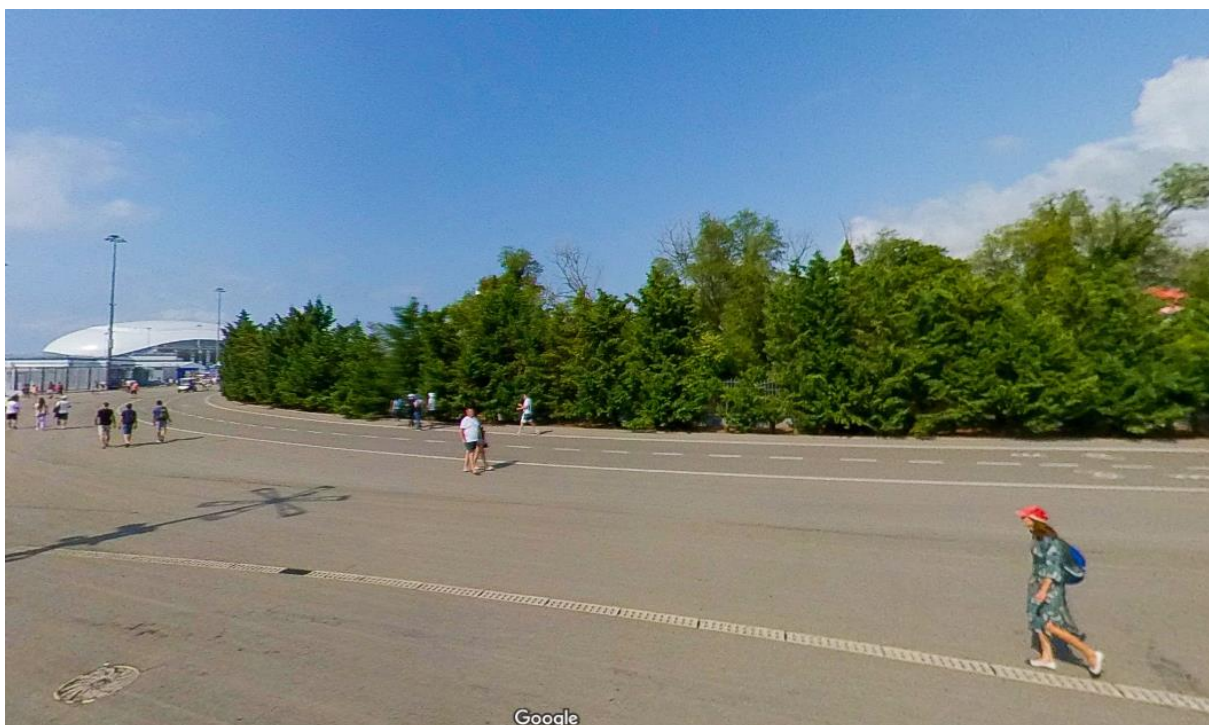
Fonte: Google Earth Pro

Construção de estádios e hotéis que também está envolvida em polêmicas, pois, surgiram uma série de denúncias em que trabalhadores imigrantes tinham seus direitos violados constantemente durante a construção, direitos como salários não pagos, sete dias por semana de trabalho, sem pagamentos por horas-extras e condições de moradia insalubres, entre outros, (HUMAN, 2017; ZIMBALIST, 2016), sendo que essa mão-de-obra era majoritariamente de não-locais, sim, migrantes de outras regiões do Cáucaso como a Chechênia e de países como Uzbequistão e Tadjiquistão (CONSTRUCTING, 2014), ou seja, o megaevento não gerou empregos para os moradores locais, como por muitas vezes é dito como um dos lados positivos de ser sede. Tendo em vista as condições de trabalho degradantes e a questão legal que autorizou tais práticas de autoritárias, uma série de denúncias foram feitas. Com o conflito instaurado e as denúncias em relação aos trabalhadores imigrantes, o governo russo tomou como medida a deportação em massa destes, tomando em conta que deveria ser feita uma “limpeza” em Sochi no que tange tais trabalhadores, processo de deportações que se constituiu por meio de ações autoritárias e violentas (ZHEMUKHOV, 2014, p. 11).

Ademais, é interessante notar como se deu (ou não) a preservação da memória local. Na região do Parque havia um cemitério histórico que acabou não sendo destruído (HOMES, 2014), porém, ao invés de preservar a memória do local e pensar em maneiras de integrá-lo ao

Parque Olímpico a solução que surge é o encobrimento. Inicialmente colocando uma cerca em volta do cemitério, de modo que impedisse a sua visualização pelos frequentadores do parque, posteriormente com o plantio de uma cerca de árvores para também impedir a visualização (Figura 27), em que há uma ocultação dos processos que passaram ali, logo, fetichizando o Parque Olímpico.

Figura 27 – Cerva viva ao redor do cemitério em Imerenstjaya Bay



Fonte: Google Street View

Apesar do que se passou na baía já nos trazer um bom panorama sobre a reprodução dos megaeventos em Sochi e nos BRCS não podemos deixar de trabalhar o que aconteceu no outro cluster olímpico em Krasnaya Polyana. A região da montanhosa de Krasnaya Polyana, que abriga o Parque Nacional de Sochi, estabelecido em 1983 como um dos primeiros parques nacionais da Federação Russa, e a Reserva da Biosfera do Cáucaso, Patrimônio Mundial da UNESCO concebido em 1999 devido a diversidade de plantas, além de ser a única montanha da Europa que não havia sofrido tantos impactos e ser quase intocada (PETERSSON; VAMLING, 2016) foi onde se construiu o outro cluster olímpico. Para a construção das instalações ali, o governo nacional alterou as fronteiras de ambas as reservas, diminuindo o seu tamanho e permitindo que a construção seguisse, ademais, não realizou Estudos de Impacto Ambiental e nem seguiu outros procedimentos mandatórios da lei russa na maioria das

instalações construídas na região (ALEKSEYEVA, 2016; ZIMBALIST, 2016). Novamente trazendo as mudanças do valor de uso coletivo para se tornar valor de troca privado, pois, temos a conversão de áreas de reserva ambiental para instalações de esqui e de resorts, além da adoção de medidas excepcionais para a produção do megaevento. Processo muito semelhante ao que aconteceu em relação ao Campo de Golfe no Rio de Janeiro.

O cluster na montanha traz outro exemplo de como é memória foi tratada no megaevento. Os Circassianos, povo étnico que habitava a região do Norte do Cáucaso sofreu um processo de etnocídio ao final da Guerra do Cáucaso, que terminou em 1864. A polêmica reside no fato de que o local onde tropas russas haviam comemorado a vitória sobre a minoria étnica ser, justamente, a montanha de Krasnaya Polyana, onde se realizaram os Jogos, sítio em que ainda há valas de circassianos mortos no conflito, que pode ter levado a mais de 600 mil mortos e a longa diáspora desse povo, além da Olimpíada ter sido na data dos 150 anos do etnocídio (PERSSON; PETERSSON, 2014). Isto é, o desrespeito aos processos históricos que se passam na região.

Perante Sochi destacamos algumas semelhanças com os estádios e os parques que vimos previamente. A semelhança entre Sochi e Pequim por se utilizarem de arquitetos internacionais para projetarem as instalações olímpicas e reconverterem espaços em que havia o predomínio da agricultura para a construção das instalações e de hotéis, ampliando o valor de troca. Trazendo os interesses dos capitais internacionais em produzirem uma imagem que satisfaça aos seus desejos e aos desejos locais. E Entre Sochi e Rio por transformar reservas ambientais em locais com instalações olímpicas, de modo a se adequar aos interesses privados, seja por conta do condomínio no caso do Rio, seja, dos resorts em Sochi. Além de Sochi, Pequim e Rio terem realizado uma série de remoções para a produção do megaevento.

Para finalizar a nossa argumentação sobre a reprodução dos megaeventos esportivos no quesito estádios e parques olímpicos, trabalharemos, agora, o que aconteceu na Cidade do Cabo na África do Sul. A cidade sul-africana foi sede da Copa do Mundo de 2010 e se destacou por deixar ainda mais claro a intervenção internacional na produção do espaço para os megaeventos esportivos e como ela está diretamente ligada ao mecanismo do espetáculo.

Quando se oficializou que a Cidade do Cabo seria sede da Copa do Mundo a proposta seria de que o Estádio Newlands seria aquele que receberia as partidas, contudo, uma polêmica

se instaurou ao notar-se que havia mais duas opções, a do Estádio Athlone ou até mesmo a construção de um novo estádio na região de Green Point.

O Estádio em Newlands que tem a capacidade 52 mil espectadores, inicialmente, era a opção da Associação Sul-Africana de Futebol (SAFA em inglês) e estava no livro de candidatura. Ele se localiza em um bairro majoritariamente branco e com taxas de desemprego e pobreza muito baixas, além de ser um estádio para rúgbi, não futebol (SCHOONBEE; BRUMMER, 2010, p. 134) e sede do Western Province (equipe de rúgbi). Porém, em 2005, houve uma mudança no governo local, de modo que a proposta não seria mais o Estádio de Newlands, sim, o Estádio Athlone (ALEGI, 2007, p. 319; WOODS, 2019, p. 438-439), com capacidade 34 mil espectadores. O estádio se localiza em uma região majoritariamente colorida<sup>104</sup> com taxas de desemprego e pobreza muito maiores que em Newlands e com uma orgulhosa história antiapartheid, sendo a proposta do governo da Cidade do Cabo e da província do Cabo Ocidental. A reforma desse estádio foi umas das mais defendidas, pois, poderia gerar investimentos numa área desfavorecida e segregada, deixando um legado real para a população local e promovendo o seu desenvolvimento (SCHOONBEE; BRUMMER, 2010, p. 134). Já o Estádio de Green Point, que acabou sendo o que foi construído, sede dos jogos da Copa e com capacidade inicial de 64 mil e atual de 55 mil, se localiza perto do centro da Cidade do Cabo, em um bairro branco, considerado “cosmopolita”, e que apresenta taxas de desemprego e pobreza pouco piores que Newlands, apesar de muito melhores que Athlone (SWART; BOB, 2009, p. 119; SCHOONBEE; BRUMMER, 2010, p. 134). Na Figura 28 podemos visualizar onde cada um dos estádios se localiza e desde já podemos destacar como que Green Point possui uma localização privilegiada tanto por estar muito próximo ao centro da cidade quanto por estar muito próximo ao oceano.

---

<sup>104</sup> O termo “colorido” faz referência a uma comunidade multirracial, com ancestrais de mais de uma raça, sendo difícil de encaixá-los como simplesmente negros ou brancos. Para os termos brasileiros talvez ele esteja mais próximo do que entendemos enquanto pardo.

Figura 28 – Localização dos estádios propostos para a Cidade do Cabo na Copa de 2010

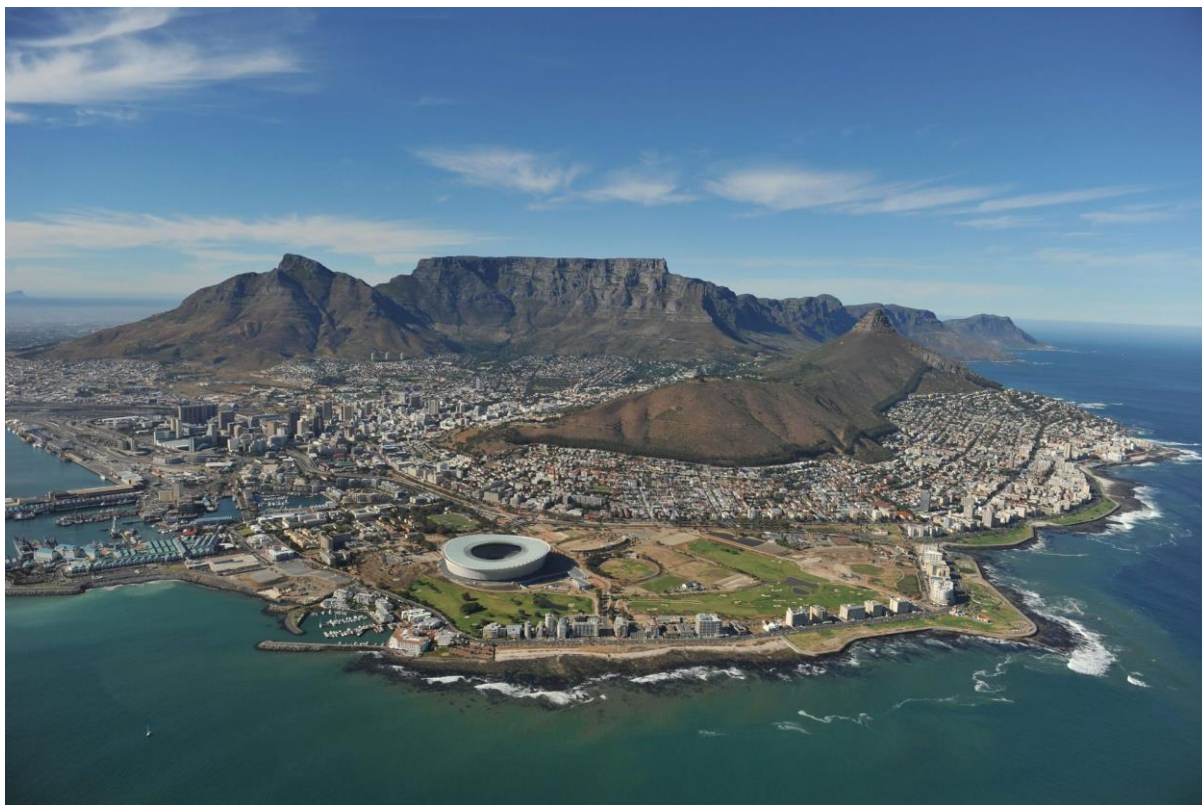


Fonte: Swart e Bob (2009, p. 115)

A mudança de Athlone para Green Point se inicia em outubro de 2005 quando uma comissão da FIFA vai inspecionar o que estaria acontecendo na preparação da África do Sul para a Copa, todavia, ao realizar a visita os inspetores se opuseram a utilização de Athlone, sendo dito por um dos inspetores a seguinte frase: “Os bilhões de telespectadores não querem ver favelas e pobreza pela televisão”<sup>105</sup> (M&G, 2007). Isso, pois, a região onde se localiza Green Point é majoritariamente branca e possui uma beleza natural impressionante por se localizar alinhada ao Signall Hill, Lion’s Head e grande Table Mountain, além de Robben Island e Table Bay (ALEGI, 2007, p. 320), o que proporcionaria uma imagem televisiva muito impressionante (Figura 29), já a região de Athlone sendo de classes socioeconômicas mais baixas. Portanto, ao final da visita dos inspetores já havia uma pressão da FIFA na alteração da localização do estádio, e que a pressão já encontrava apoio do comitê de organização local pelo fato de que se Green Point fosse escolhido, devido ao fato de que fosse ele o escolhido, a cidade receberia a semifinal da Copa (ALEGI, 2007), ou seja, combinando forças internacionais e nacionais para mudanças locais.

<sup>105</sup> Tradução nossa. Fragmento original: A billion television viewers don’t want to see shack and poverty on this scale (M&G, 2007)

Figura 29 – Região do Estádio Green Point



Fonte: GMP (2022)

Assim, em fevereiro de 2006, Green Point seria anunciado como estádio da Copa na Cidade do Cabo, embora, ainda envolvido em controvérsias, pois, o governo municipal ainda fazia estudos sobre a viabilidade de sua construção ou não, demonstrando os conflitos transescalares em relação ao projeto e como que há a imposição do espaço abstrato no espaço vivido em que os entes internacionais acabam tendo mais poder que até mesmo os governos locais. Conflitos entre escalas que acabaram sendo solapados tendo a construção do estádio Green Point aprovada (SWART; BOB, 2009, p. 121). Desde já podemos visualizar o caráter espetacular que Green Point carrega, ao ser escolhido não pelos possíveis usos que poderia ter, sim, pela imagem que ele proporcionaria da Cidade do Cabo, selecionando aquilo que poderia e aquilo que não poderia ser visto, espetáculo para quem vive e assiste. Ademais, quando constatamos que a empresa que fez o projeto do estádio é uma empresa alemã, Gerkan, Marg und Partner (GMP) (GMP, 2020). Situação que nos faz traçar paralelos entre China, Rússia e África do Sul, pois, ambos se apoiaram no espetáculo para o desenvolvimento de suas infraestruturas para os megaeventos e se utilizando de projetos de arquitetos internacionais, espetáculo ocorrendo por meio da exceção, tendo em vista que o processo na Cidade do Cabo demonstra que a decisão de

construir um estádio monumental da Copa do Mundo na Cidade do Cabo foi profundamente política. O interesse material da FIFA superou as agendas locais. O apoio vigoroso e voluntário do LOC, das autoridades governamentais e da Associação Sul-Africana de Futebol também desempenhou um papel crítico. A decisão de construir o novo estádio em Green Point prenuncia a contínua marginalização do futebol para além do nível de elite.<sup>106</sup> (ALEGI, 2007, p. 322)

Vale mencionar que o estádio por muito tempo se tornou um grande elefante branco, recebendo partidas apenas da equipe de futebol local, o Ajax Cape Town, que tem uma média de público entre 6 mil e 9 mil nos últimos anos (TRANSFERMARKT, 2022), ou seja, muito abaixo da capacidade do estádio. Sendo que a sua administração privada, que deveria ter sido feita por meio de um consórcio, acabou ruindo devido aos custos e à baixa possibilidade lucro, deixando ao município o custo de manutenção (CITY..., 2010). Embora, em 2022, ocorre uma mudança, pois, o time de rúgbi Western Province começa a mandar seus jogos no, agora, Estádio Cape Town, e o gerencia, de modo que põe a venda o Newlands (SOMDYALA, 2022). A partir disso visualizamos um ponto importante, além da reconversão do investimento público para a administração privada, a questão do tempo em relação aos investimentos do capital, pois, os movimentos do capital podem parecer mais lentos do que eles realmente são, tendo em vista que mais de 10 anos depois o estádio serve ao propósito de possibilitar o aumento nos valores de troca e que enquanto ele não se tornava “lucrativo” o Estado foi quem bancou seus prejuízos.

Vale comentar que nos arredores do estádio um processo muito semelhante ao que aconteceu em Belo Horizonte também ocorre ali. A proibição da venda de produtos pelos vendedores de comida de rua sul-africanos, na qual cerca de 300 trabalhadores se viram impedidos de trabalhar vendendo comida nos arredores do estádio (COTTLE, 2010), de modo a estetizar aquilo que é visto, mas, também, aquilo que é consumido.

Ao longo do que expusemos sobre a questão dos estádios e parques olímpicos fica claro alguns pontos. O primeiro seria como que o mecanismo do espetáculo se faz presente na produção dos megaeventos esportivos por meio de estádios e parques olímpicos que devem obedecer aos padrões internacionais do que seria e deveria ser comunicado, o que podemos reparar nas semelhanças nos processos na Cidade do Cabo, em Sochi e em Pequim. Mas,

---

<sup>106</sup> Tradução nossa. Fragmento original: to build a monumental World Cup stadium in Cape Town was profoundly political. FIFA's material self-interest trumped local agendas. The vigorous and voluntary support of the LOC, government authorities, and the South African Football Association played a critical role as well. The decision to construct the new stadium at Green Point presages the continued marginalisation of football beyond the elite level. (ALEGI, 2007, p. 322)



também, em Belo Horizonte e no Rio que apesar de não ter os seus projetos pensados por arquitetos internacionais buscam produzir uma imagem adequada ao que supostamente seria o mais facilmente vendível. O segundo seria que a construção deles acaba gerando uma série de remoções no entorno imediato, seja na questão da moradia como visualizamos no Rio, em Pequim e em Sochi, seja na questão dos trabalhadores como em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo. Pontos anteriores que nos fazem lembrar de outro mecanismo essencial para o desenvolvimento dos megaeventos, a exceção, pois, majoritariamente foram adotadas medidas excepcionais, nos lembrando da questão ambiental presente no Rio, Pequim e Sochi, por exemplo. Destarte, é por meio da exceção que o espetáculo se constitui, pois, para que o espetáculo esportivo ocorra a exceção é acionada. Ademais, o fato da exclusão das classes populares do acesso ao estádio, semelhança entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Por último, as construções dos estádios e parques privilegiarem locais que já possuíam uma boa infraestrutura e que se davam em locais de classes sociais mais altas, semelhança entre Cidade do Cabo, Pequim e Rio de Janeiro, ampliando as desigualdades socioespaciais.

Portanto, “os estádios falam, e na África do Sul [ou outros BRCS] revelaram uma ampla narrativa sobre o projeto de modernização, a necessidade de alcançar o Ocidente e os custos humanos envolvidos.” (MAHARAJ; DESAI, 2016, p. 295). Contudo, o que se passou nos estádios e parques são apenas um pequeno deslumbre e olhar sobre as semelhanças das práticas socioespaciais nos processos de reprodução dos megaeventos. A seguir aprofundaremos nessas semelhanças, tratando do que se passou nas cidades trabalhadas.

Isso, pois, a reprodução dos megaeventos não se fecha aos estádios e parques olímpicos, sim, se faz em toda a cidade e em todo o país. Observando o que se passou em relação ao Green Point Stadium podemos traçar semelhanças perante o que ocorreu na própria Cidade do Cabo. O espetáculo não se fecha ao estádio, mas se amplia na cidade. Tal constatação se dá ao observamos o que se passou com a comunidade de Joe Slovo na *township*<sup>107</sup> de Langa, a mais antiga *township* da Cidade do Cabo (ABAHLALI, 2010), localizada ao longo da N2 Gateway (rodovia que, basicamente, liga o aeroporto ao centro da cidade) e com ocupação datada pelo menos desde 1994 (DE VOS, 2008). Com a justificativa de que a comunidade deixava a vista entre o aeroporto e a cidade “feia”, haveria, então, a necessidade de embelezamento, pois, os

---

<sup>107</sup> Basicamente, *townships* eram bairros designados as populações negras durante o apartheid sul-africano, embora, hoje, possam ser mais bem compreendidos para o leitor brasileiro enquanto favelas ou assentamentos informais. Logo, locais que relembram o processo de apartheid que viveu a sociedade sul-africana que deixa marcas até a contemporaneidade.

turistas não poderiam ver as favelas sul-africanas. Portanto, novamente, a Copa serviu como meio de justificativa para uma série de processos que fomentam o espetáculo, ao negar determinadas partes da cidade de serem vistas, criando enclaves de consumo para os turistas. Ainda vale notar que o projeto de remoção já existia anteriormente, o megaevento sendo utilizado como meio para acelerar tal processo (HAFERBURG, 2011, p. 337), ponto que relaciona diretamente com o que trabalhamos anteriormente de que o megaevento muitas vezes não inaugura nada, de modo a acelerar e catalisar projetos anteriores.

Assim, quando a África do Sul foi eleita sede da Copa muitos moradores da *township* se animaram e tinham esperança de uma grande mudança, pois, no discurso havia a promessa de reurbanização da comunidade na qual eles poderiam sair do aluguel ao obterem moradia subsidiada pelo governo, tomando em conta que os moradores se encontram numa faixa social na qual não seriam pobres o suficiente para obter moradia subsidiada, tampouco ricos o suficiente para conseguir um empréstimo, todavia, as esperanças dos moradores não se concretizaram (NEWTON, 2009, p. 101).

As esperanças sendo frustradas, pois, para a construção do megaevento, em relação a Joe Slovo, cerca de 20 mil moradores foram forçadamente removidos da comunidade para uma outra, Delft, que se localiza a 15 km de Langa, ainda mais longe do centro da cidade, logo, longe das oportunidades de emprego e com custos de transporte ainda maiores (NEWTON, 2009). Remoção que acabou por desrespeitar algumas determinações da Corte Constitucional sul-africana (DE VOS, 2008), remontando todo o processo a época do apartheid, demonstrando a impossibilidade de mudanças reais em relação a raça e a classe sem que haja uma mudança no modo de produção em que nos encontramos e lançando luz sob à utilização da exceção enquanto mecanismo para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade de espetáculo na semiperiferia.

Como se isso já não bastasse, muitos deles findaram em Temporary Relocation Areas<sup>108</sup> (TRA's) em Delft, que como o próprio nome diz deveriam ser locais de moradia temporária, embora, se tornando moradia permanente na qual sujeitos acabam ficando de cinco a trinta anos ali. TRA's que, na realidade, são casas feitas de quatro paredes de painéis de aço e que não possuem eletricidade nem banheiros privados, apenas comunitários (NEWTON, 2009). Contudo, para aqueles que conseguiram continuar em Joe Slovo a situação não seria tão melhor,

---

<sup>108</sup> Área de Realocação Temporária, em tradução literal.

pois, os apartamentos que foram construídos são muito apertados e possuem apenas dois cômodos (cômodos, não quartos), um servindo como cozinha e/ou sala e outro como quarto (NEWTON, 2009). Processo, também, que não ocorre sem ações de resistência, como bem destaca Miraftab (2009) comentando sobre os espaços de construção popular e insurgente em Joe Slovo perante o planejamento hegemônico. O que se assemelha ao que se passou na Vila Autódromo no Rio.

Vale dizer que a esperança em relação ao megaevento que a população sul-africana tinha se constitui como algo importante por servir a um circuito de afetos que traz uma ligação entre os sujeitos que veem uma possibilidade de melhora em sua vida cotidiana. Melhora ligada a Copa de 2010 que colocaria a África do Sul em destaque internacional e faria com que determinadas situações de opressão se resolvessem, ainda que a resolução não se tornasse realidade. Na África do Sul, a esperança se alinhava com a ideia de que a Copa ali não apenas representava a nação sul-africana, mas, sim, todo o continente africano, indo para muito além dos limites nacionais e conectando todo um continente, de modo a fomentar um ideal panafricanista, que seria “uma ideologia que enfatiza a unidade de todo o continente e de todos os afrodescendentes residentes fora da África”<sup>109</sup> (NDLOVU-GATSHENI, 2011, p. 405). Processo que alimentava a ideia de renascimento africano<sup>110</sup> propagada pelo ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki que trazia que o megaevento marcará e transformará o futuro africano (CZEGLEDY, 2009, p. 293), se alinhando a construção nacionalista sul-africana, em que a “Bafana Bafana”<sup>111</sup> imediatamente assumiu o status de símbolo nacional e se tornou um poderoso significante com forte efeito populista<sup>112</sup> (NDLOVU-GATSHENI, 2011, p. 403). Então, a esperança servindo como linha-guia perante a possibilidade de uma nova África, embora, a novidade seja velha por se constituir por meio da repressão e da exploração de populações que não se encaixam no ideal de modernidade capitalista almejado, e deixando claro

<sup>109</sup> Tradução nossa. Fragmento original: ideology that emphasises the unity of the continent and all people of African descent resident outside Africa. (NDLOVU-GATSHENI, 2011, p. 405).

<sup>110</sup> A ideia de renascimento africano reverbera a crença na globalização e na modernidade como maneiras para renovar a autoestima e o futuro africano (JONES, 2014), ou seja, o capitalismo que por séculos explorou e escravizou milhões de pessoas no continente e que se baseava num sistema que brancos seriam melhores que os negros, solidificando o racismo estrutural, acaba sendo entendido enquanto necessário para que as mudanças que melhorariam a vida cotidiana no continente africano ocorram. Discurso tanto quanto hipócrita, para dizer o mínimo.

<sup>111</sup> Bafana Bafana é o apelido dado a seleção masculina de futebol sul-africano, que em Zulu significa “os garotos”.

<sup>112</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Bafana Bafana immediately assumed the status of a national symbol and became a powerful signifier with a strong populist effect.” (NDLOVU-GATSHENI, 2011, p. 403)

as ligações transescalares, pois, o processo de despejos e remoções no local se fazem possíveis por meio de discursos continentais e internacionais espetaculares que afetam a vida cotidiana.

O mecanismo da exceção ficando mais claro quando observamos uma série de leis que foram aprovadas para salvaguardar a FIFA e seus patrocinadores, por exemplo. Os dois *Special Measures Act*<sup>113</sup> aprovados em 2006 e as duas emendas relacionadas a eles (DAVIES, 2009, p. 39) que firmavam uma série de compromissos do governo sul-africano com a FIFA. Entre as mudanças legais que eles provocaram destacamos: a garantia da propriedade intelectual do evento para FIFA, buscando prevenir o marketing de emboscada, de modo que tal “designação sobre eventos especiais potencialmente faz ataques a alguns dos direitos consagrados na Constituição sul-africana: liberdade de expressão comercial (seção 16) e liberdade de comércio de empresas (seção 22).”<sup>114</sup> (DAVIES, 2009, p. 51), a isenção de certas taxas e impostos à FIFA, a facilitação de importação e exportação de moeda estrangeira (DAVIES, 2009, p. 39), a criação de zonas de exclusão em que apenas produtos com a anuência da FIFA poderiam ser vendidos/divulgados e a criação de cortes rápidas da Copa para julgar pequenos crimes (CORNELISSEN, 2011). Basicamente, as medidas demonstravam que a FIFA e seus parceiros teriam as suas demandas atendidas, ainda que elas ultrapassassem a suposta normalidade legal sul-africana, de modo a consolidar a exceção como constituinte do megaevento e revelando “a legitimidade e o reconhecimento adquirido pelas entidades privadas internacionais que lideram a produção desse espetáculo.” (OLIVEIRA, 2012, p. 146).

Ademais, ao longo da duração do megaevento em terras sul-africanas ficaram proibidos protestos, somente aqueles com permissão das autoridades locais ou da polícia nacional seriam autorizados e muitos ativistas acabaram reclamando que o poder publicou coibiu ativamente os protestos, por meio do atraso de procedimentos, por exemplo, embora, ocorressem alguns protestos cujo tema central seria a exclusão das populações pobres do megaevento e que o dinheiro despendido poderia ter sido mais bem investido em necessidades mais latentes das populações pobres tenham ocorrido (CORNELISSEN, 2011). A partir disso, constatamos que o Estado sul-africano agiu para salvaguardar os interesses privados utilizando-se de quaisquer meios para tal.

---

<sup>113</sup> Atos de Medidas Especiais, em tradução literal.

<sup>114</sup> Tradução nossa. Fragmento original: that this special events designation potentially makes inroads into some of the rights enshrined in the South African Constitution: free commercial speech (section 16) and the freedom of trade of companies (section 22). (DAVIES, 2009, p. 51)

Perante o ponto da legislação, o que se passou na África do Sul se assemelha muito ao que aconteceu na Rússia. Em relação as Olimpíadas de Inverno de Sochi foi aprovado o decreto federal 310-FZ em 2007. Nele foi instituído: uma série de restrições (como propagandas, transporte e consumo de bebidas) durante a realização das Olimpíadas, a extinção de audiências públicas e a dispensa de documentação técnica em relação as obras do megaevento, a não exigência dos registros sobre as mudanças em relação a propriedade das terras pelas entidades do Estado, o não pagamento de impostos (até 2015, pós-Olimpíada), a liberação de vistos para Comitê Olímpico Internacional e seus funcionários (GROSKAYA; MAKARYCHEV, 2014) e a criação de zonas de exclusão (COAFFE, 2017, p. 8). Leis que se assimilam muito, para não dizer que são iguais, as que do Special Measures Act de 2006 na África do Sul.

Além dessas medidas, é importante notar que o 310-FZ vai contra a legislação do Estado russo, pois, ele iria financiar projetos sem sustentabilidade financeira, fato proibido (MAKARYCHEV; YATSYK, 2017, p. 480). Outro ponto do decreto seria a criação de uma empresa *ad hoc* para gerenciar o andamento da Olimpíada, a Olimpstroy criada em 2007. *Ad hoc*, pois, usualmente, há um comitê local que auxilia no desenvolvimento, supervisionando as empresas que realizam as obras, porém, a Olimpstroy não faz isso, ela é quem realiza tais obras (ORTTUNG; ZHEMUKHOV, 2014, p. 183).

Para mais, protestos haviam sido proibidos durante a realização das Olimpíadas, embora, liberados algumas semanas anteriores a realização do megaevento, apesar de poderem ocorrer somente em locais especialmente definidos, locais estando a 12 km do cluster olímpico mais próximo, sob segurança forte e com limite de pessoas (COAFFE, 2014, p. 8). Logo, dificultando muito qualquer tipo de protesto e se assemelhando a proibição que foi feita para a Copa na África do Sul.

No que tange a Copa de 2018, foi aprovada uma nova lei federal em 2013, a 108-FZ. Ademais, a algumas medidas que foram tomadas na 310-FZ, como não pagamento de impostos, a liberação dos vistos, a criação de zonas de exclusão, o regime de segurança restrito, o pagamento pelo Estado do que for necessário para cumprir as demandas da FIFA (WOLFE, 2019, p. 72) e o confisco de terras e ausência de audiências públicas, a 108-FZ trouxe pontos como a liberação do corte de árvores (mesmo indo contra o código florestal) (MAKARYCHEV; YATSYK, 2015, p. 146) e a ampliação de vistos que se estendem para qualquer trabalhador envolvido na preparação para os Jogos, o que possibilitou que a contratação de imigrantes sem

qualquer garantia legal (ANDREYEV; BOLSHEVA; GERASIMOVA, 2015, p. 3). Processo que comentamos anteriormente em relação aos trabalhadores imigrantes dos países vizinhos a Rússia.

A questão da legislação na Rússia demonstra claramente como que para a produção dos megaeventos a exceção se torna nevrálgica, de modo a atender não apenas os interesses das organizações internacionais, mas, também, os interesses nacionais e locais, e fazendo com que uma série de leis que estavam consolidadas fossem transpostas, gerando uma situação em que há uma lei que respeita uma lei, mas que tem força-de-lei. Ademais, cabe notar a questão do silenciamento das vozes dissidentes, no qual se proíbe a manifestação política contra aquilo que está sendo adotado. O que faz concluir: megaevento e democracia não andam juntos, mas muito separados. Para mais das mudanças de legislação no âmbito nacional que possibilitaram que os organismos internacionais satisfizessem suas demandas, no âmbito municipal também ocorrem mudanças. Sochi não possuía Plano Diretor até 2009, ele sendo construído devido às pressões do COI e dividido em duas fases, a primeira etapa indo até 2014 (ano de realização da Olimpíada) e a segunda etapa até 2032. A primeira atende diretamente aos interesses as demandas e as exigências do COI (DOBROVOLSKAYA, 2009), ou seja, a construção do primeiro Plano Diretor da cidade não tem como base o que a população debateu sobre que seria mais interessante para buscar solucionar os conflitos socioespaciais da cidade, mas, sim, a sua construção se deu pelos desejos internacionais que devem ser materializados localmente por meio da legislação.

As demandas internacionais ficam ainda mais claras quando observamos que para o megaevento russo, houve um decreto que dava a ordem de que todas as casas deveriam ser pintadas de branco com o teto em vermelho, além de que foram construídas cercas para impedir que fossem visualizadas moradias fora dos padrões de beleza internacionais (TRUBINA, 2019, p. 400), invisibilizando determinadas populações. Tal imposição exacerba os mecanismos do espetáculo e da exceção e dos interesses transescalares, pois, algo é imposto pelo internacional ao local, sem que houvesse consulta ou até mesmo discussão sobre a necessidade, e isso acontecendo para que o espetáculo ocorresse seguindo uma suposição daquilo que seria belo ou feio, ou seja, determinando o que poderia e o que não poderia ser visualizado. Esse ponto se conecta diretamente com o que também aconteceu em Sochi em relação ao cemitério, além de tocar na questão do embelezamento de locais que os turistas transitam como aconteceu com a comunidade de Joe Slovo na Cidade do Cabo.

Então, a produção do megaevento se dá por meio da exceção sendo possível de ser estabelecida, assim como na África do Sul, devido à convocação de afetos que remontavam a ideia de que a Rússia deveria ser grande novamente, a potência que foi e que deveria continuar sendo. Isso se alinha ao conceito de *smuta*, como melhor explicando Persson e Petersson (2014) no trecho a seguir:

Os períodos de *smuta* são vistos como profundamente humilhantes quando duram, mas sua superação testemunha, segundo o mito, a resistência moral e a força do povo russo, constituindo uma das características essenciais que marcam a Rússia como uma grande potência legítima. Sendo necessário que um líder ousado e engenhoso apareça em cima da hora, consiga reunir as pessoas ao seu redor para tirar o país da crise, acabar com a influência estrangeira prejudicial e tornar a Rússia grande e respeitada novamente. Assim, em ambos os mitos políticos sobre a superação da *smuta* e o retorno da grande potência, o líder forte e o formidável poder inerente do povo (uma vez unido) emergem como ingredientes-chave.<sup>115</sup> (p. 196)

A *smuta* russa contemporânea podendo ser o fim da União Soviética e a humilhação que isso gerou e o renascimento ocorrendo por meio dos megaeventos que o país sediou, mostrando para o mundo a potência que deveria ser sempre, em que o seu líder seria o presidente Vladimir Putin. Putin que acaba ocupando um papel que os consultores catalães tratam sobre os prefeitos, ele sendo mais que o prefeito que lidera a cidade, mas o presidente que lidera o país. De modo que, apesar dos conflitos gerados pela produção do megaevento, a população russa deveria se unir, pois, a união faria com que a nação tenha a glória novamente ao provar ao Ocidente que pode organizar um megaevento de extrema qualidade. O que fica muito claro na fala do prefeito de Sochi, Anatoly Pakohmov, sobre a cidade, o megaevento, a Rússia e Putin:

A ida ao poder de Vladimir Putin em 2001 foi o momento definitivo para a Rússia voltar a ser uma grande potência novamente, para se desenvolver em um país de economia forte e estimular as grandes mudanças que acontecem em Sochi e por toda a Rússia hoje. Claro Putin foi o responsável por fazer a Olimpíada de 2014 possível. (CONSTRUCTING, 2014)

Enfim, “esses dois traços – a força endêmica do povo e a ousadia e sabedoria do líder emergente – servem para explicar, na narrativa mítica, por que a Rússia merece ser tratada como

---

<sup>115</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Periods of *smuta* are seen as deeply humiliating when they last, but their overcoming thus testify, according to the myth, to the moral stamina and strength of the Russian people, making up one of the essential characteristics marking Russia as a rightful great power. All that is needed is that a bold and resourceful leader appears in the nick of time, manages to gather the people around him to lead the country out of the crisis, end harmful foreign influence, and make Russia great and respected again. Thus, in both of the political myths about the overcoming of *smuta* and the return of the great power, the strong leader and the formidable inherent power of the people (once it has become united) emerge as key ingredients. (PERSSON; PETERSSON, 2014, p. 196)

uma grande potência.”<sup>116</sup> (PETERSSON, 2014, p. 33). Portanto, visualizamos como o megaevento acaba por unir o povo russo em torno da esperança da Rússia voltar a ser a grande potência que foi um dia, de modo que seria antipatriótico se opor ao megaevento, pois, nesse discurso, se opor a ele seria se opor ao desenvolvimento russo. Destarte, o nacionalismo russo sendo a maneira pela qual convencerá a população russa de que sacrifícios devem ser feitos em prol da volta ao palco internacional em grande estilo.

As táticas de invisibilização feitas em Sochi com as pinturas e as cercas também foram utilizadas em Pequim, em que quilômetros de muros cinzas foram construídos para coibir que das principais vias se visualizasse áreas mais pobres da paisagem urbana. Muros que carregam uma forte conotação negativa por não apenas impedir a visão, mas, também, por demonstrar a separação, o isolamento e a exclusão. Para além dos muros, mais de 20 mil prédios, casas e grafites foram pintados e cobertos, janelas quebradas foram trocadas e árvores e gramados foram plantados em terrenos degradados, para dar uma impressão de uma cidade mais “verde” (BROUDEXOUX, 2017, 2012). Ademais, 1800 edifícios das décadas de 1960 e 1970 tiveram seus telhados substituídos por telhados que se encaixam melhor na imagem (re)criada da cidade (BROUDEHOUX, 2012, p. 199). Encenando para os moradores e para os turistas o que seria o espaço vivido na capital chinesa, divulgando uma imagem selecionada do que poderia e do que não poderia ser visto.

Para essa encenação de melhorias ambientais e urbanas, as remoções se tornaram uma prática comum em Pequim. Principalmente daqueles que viviam nas “*chengzhongcun*”, entendidas como assentamentos informais marginais chineses localizados nas periferias urbanas e no centro, conhecidas como “*villages-in-the-city*”, vilas na cidade (VIC’s), em que a grande maioria dos habitantes são migrantes rurais (SHIN; LI, 2013), locais que se formos transpor para a lógica brasileira poderíamos entender como favelas. A origem das VIC’s está na China continental onde ex-fazendeiros adensavam as suas moradias para prover espaços extras que seriam alugados para os migrantes no intuito de obter uma maior renda por meio do aluguel (SHIN; LI, 2013).

Cerca de 230 locais como estes foram demolidos para os jogos, ainda que, sem planos de compensação ou realocação dos residentes (ZHANG; ZAO, 2009, p. 252). É importante

---

<sup>116</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Esses dois traços – a força endêmica do povo e a ousadia e sabedoria do líder emergente – servem para explicar, na narrativa mítica, por que a Rússia merece ser tratada como uma grande potência. (PETERSSON, 2014, p. 33).



entender que a demolição não gera problemas apenas para os inquilinos que perdem os poucos lugares onde eles têm acesso precário a moradia, mas, também, para os proprietários, que similarmente são indivíduos de baixa renda e dependem dos aluguéis para sobreviver. Processo que fez com que as populações marginais removidas se deslocassem para subúrbios mais longínquos onde a oferta de infraestrutura, serviços e empregos é precária (BROUDEHOUX, 2012; SHIN, 2009a). Como bem aconteceu em todas as cidades já citadas. Demolições que acontecem por meio de aviso-prévio de apenas um mês para a demolição e, como já dito, sem haver compensação total sobre a moradia demolida (BROUDEHOUX, 2017).

As táticas para as remoções lançam luz sobre o autoritarismo e a violência, pois, meios coercitivos foram utilizados, como deixando as moradias que se recusavam a ser demolidas sem água, causando danos nas infraestruturas que deixava a moradia inabitável, sem contar as agressões físicas e morais e as batidas de demolição no meio da noite (BROUDEHOUX, 2007). Nesse contexto uma situação dramática deve ser comentada, em que alguns moradores que se encontravam em processo de remoção ateavam fogo no próprio corpo como uma maneira de protestar contra esses abusos, havendo caso em que uma família teve a sua casa demolida com seus pertencentes dentro (LIM, 2003).

A resistência contra as remoções fica mais clara com a emergência das “*nailhouses*” (*dingzihu*), na qual moradores se negavam a ter suas casas demolidas, ainda que todo o seu redor tenha sido demolido, vivendo em volta de ruínas (SHIN, 2009a, p. 135). Um caso em Qianmen salta aos olhos, onde uma família deveria ser removida, todavia, recusava o despejo, de modo a criar uma *nailhouse* (Figura 30). Esse caso tem destaque, pois, Qianmen era um bairro popular agitado, sendo o berço da Ópera de Pequim e localizado próximo a um dos sítios turísticos mais visitados da cidade a Praça da Paz Celestial, embora, para as Olimpíadas, o bairro foi totalmente reformulado a partir uma grande quantidade de obras e uma série de despejos para se tornar um polo de atração para o turismo internacional, reconstruído de modo a lembrar a ideia de uma China Town, perdendo a diversidade que lhe era característica (BROUDEHOUX, 2017, p. 70). Ou seja, adequando-se aos padrões internacionais e se transformando no distrito que mais foi valorizado pós-Jogos (YARDLEY, 2007). Um comentário da moradora que resistia a remoção demonstra como que os processos amplificados pelo megaevento são excludentes e promovem uma mudança no padrão dos moradores no bairro, tendo em vista que na reportagem de Yardley (2007), ela comenta: “Não importa o que

eles ofereçam, eu não serei capaz de arcar com um apartamento aqui’, ela disse. ‘Eu quero poder morar aqui’”.

Figura 30 – *Nailhouse* em Qianmen, Pequim



Fonte: Yardley (2007)

A última fala demonstra um processo delicado que ocorreu em Pequim, o aumento substancial nos valores dos imóveis (da renda da terra<sup>117</sup>) que ampliou a segregação socioespacial. A capital chinesa viveu um boom imobiliário no período de preparação para as Olimpíadas, sendo que em janeiro de 2007 em comparação ao mesmo mês em 2006 houve um aumento no preço médio de propriedade em 9,9%, o que amplia a dificuldade do acesso a moradia pelas populações socioeconomicamente mais vulneráveis, ademais, quando nota-se que nesse mesmo período a área útil para a construção de moradias a baixo custo caiu cerca de 57% (THE ECONOMIST, 2007). Ou seja, aumento no preço da moradia sem política pública que garanta moradia digna as classes socioeconômicas mais baixas.

Ao longo desse processo de exclusão socioespacial demonstrado pelas *nailhouses*, o COHRE (Centro de Direitos à Habitação e Despejos) (2007) fez uma estimativa que cerca de

<sup>117</sup> Um ponto que pode causar estranhamento é o fato de que a terra na China é de propriedade do Estado, todavia, algumas leis modificaram um pouco o processo. Como bem traz Shin (2009b, p. 2820): This legislation dictated that landownership still lay with the state, but the right to use would be detached from the bundle of property rights and become subject to transaction through tender, auction or negotiation. The municipalities' endeavour to attract and increase investment resulted in the strengthening of urban place-making, re-imaging and intense transformation of urban land uses through property (re)development. Ou seja, ainda que a terra seja estatal, o seu uso se torna privado, possibilitando a ampliação do valor de troca em relação a ela.

1,5 milhão de pessoas foram despejadas em Pequim entre 2000 e 2008, fase de preparação para as Olimpíadas. Número impressionante e 2,3 vezes maior que a média de despejos entre 1991 e 1999. Ou seja, as remoções já aconteciam, entretanto, foram ampliadas com o megaevento. Contudo, a situação se amplifica, pois, esse número representa apenas os números oficiais, sem contar com os migrantes, logo, podendo ser muito maior, pois, eles eram 27,4% da população de Pequim na época dos jogos (SHIN; LI, 2013, p. 562).

Tal ponto nos faz aprofundar na questão dos migrantes, pois, além de terem que se mudar para buscar melhores condições, eles tem acesso limitado aos serviços sociais urbanos, como as moradias públicas, por possuírem a sua cidadania cerceada devido a sua origem na qual eles deveriam ter um visto de residência (*hukou*) para poder morar no urbano, embora, a grande maioria não o possuía, visto que as autoridades chinesas pouco se preocupavam com o *hukou* por muitos anos e que estes migrantes foram aqueles que serviram de mão-de-obra para a construção das instalações olímpicas e das infraestruturas para o desenvolvimento das Olimpíadas, trabalhando sete dias na semana, por vezes sem receber pagamento, e até mesmo em casos de lesões e machucados não recebendo qualquer compensação trabalhista, em que até mesmo “o governo chinês avaliou que os salários não pagos dos migrantes, somente em 2003, seria de extraordinários 12,1 bilhões de dólares”<sup>118</sup> (BROUDEHOX, 2007, p. 390). Além da superexploração do trabalho, no período justamente pré-jogos os migrantes

foram submetidos a diversas formas de assédio, incluindo verificações de identificação em massa, confisco das ferramentas de trabalho e a destruição de escolas e casas ilegais. Aqueles encontrados sem autorização de residência em Pequim foram multados, expulsos à força da cidade ou enviados para centros de detenção e campos de trabalho de reeducação. As varreduras policiais recolheram [além dos migrantes] mendigos, crianças de rua, sem-teto e outros indigentes conspícuos em estações de trem, passagens subterrâneas de pedestres, pontes ferroviárias e outros esconderijos, para serem colocados em centros de assistência nos arredores da cidade, ou em campos de custódia e repatriação, antes de serem exilados para sua cidade natal.<sup>119</sup> (BROUDEHOX, 2017, p. 103)

As ações truculentas contra as populações marginalizadas se constituindo por meio da prefeitura de Pequim que “promulgou mais de 70 leis e decretos locais que permitem remover

<sup>118</sup> Tradução nossa. Fragmento original: The Chinese government has evaluated unpaid migrant wages for 2003 alone at an extraordinary US\$12.1 billion. (BROUDEHOX, 2007, p. 390)

<sup>119</sup> Tradução nossa. Fragmento original: were subjected to diverse forms of harassment, including mass identification checks, confiscation of the tools of their trade and the destruction of illegal schools and homes. Those found without Beijing residence permits were fined, forcibly expelled from the city or sent to detention centres and re-education work camps. Police sweeps picked up beggars, street children, the homeless and other conspicuous indigents at train stations, pedestrian underpasses, railway bridges and other hideouts, to be placed in relief centres on the city’s outskirts, or in custody and repatriation camps, before being exiled to their hometown. (BROUDEHOX, 2017, p. 103)

mendigos, vagabundos e pessoas com doenças mentais da cidade.”<sup>120</sup> (SMITH; HIMMELFARB, 2007, p. 551). Ademais a elas, praticamente as mesmas medidas de proteção a marca olímpica e seus patrocinadores que vimos anteriormente na África do Sul e na Rússia também foram adotadas na China, além de uma legislação que “autorizava o Governo Municipal a estipular regras temporárias, regulamentares e ordens administrativas para manter a ordem pública antes e durante os Jogos Olímpicos de Pequim.” (OLIVEIRA, 2012, p. 144). Portanto, a normalização da exceção por meio do megaevento enquanto maneira de fazer com que a segregação socioespacial e a exclusão se tornem operantes na cidade para a consolidação do espetáculo, de modo que são eliminadas as populações indesejadas para que a imagem criada se faça plenamente.

Mas cabe o questionamento: como todo esse processo de exceção que amplia as desigualdades socioespaciais ocorre sem grandes manifestações populares? Quais são as reações perante tudo isso? A possível resposta perpassa, novamente, os circuitos de afetos mobilizados e a campanha civilizatória difundida pelo governo chinês na preparação para as Olimpíadas. Campanha civilizatória que se baseava em três estratégias:

a primeira era principalmente ideológica, e consistia na orquestração de um discurso oficial em torno das Olimpíadas de Pequim, por meio da doutrinação de uma visão cultural que promovia a submissão voluntária e o auto-sacrifício. A segunda abordagem implementou a reforma social por meio de práticas corporificadas, usando participação ativa e práticas miméticas para ensinar as pessoas um novo comportamento e transformá-las em cidadãos modernos ideais. A terceira abordagem era coercitiva e se concentrava em meios mais tradicionais de controle social, como o reforço dos sistemas de policiamento e de vigilância e controle de mobilidade e de acesso.<sup>121</sup> (BROUDEHOUX, 2017, p. 99)

Perante a primeira estratégia, o governo chinês buscou conectar as Olimpíadas ao patriotismo, de modo que abraçar e apoiar o megaevento seria um gesto patriótico de extrema importância, reforçando a importância simbólica do megaevento (BROUDEHOUX, 2017). Portanto, os sacrifícios seriam essenciais e se justificavam perante o megaevento, na qual

---

<sup>120</sup> Tradução nossa. Fragmento original: Beijing municipal government has enacted more than 70 local laws and decrees that enable it to remove beggars, vagrants, and those with mental illnesses from the city. (SMITH; HIMMELFARB, 2007, p. 551)

<sup>121</sup> Tradução nossa. Fragmento original: the first was mainly ideological and consisted of the orchestration of an official discourse surrounding the Beijing Olympics, through the indoctrination of a cultural vision that promoted wilful compliance and self-sacrifice. The second approach implemented social reform through embodied practices, using active participation and mimetic practices to teach people new behaviour and to reshape them into ideal modern citizens. The third approach was coercive, and focused on more traditional means of social control, such as the tightening of policing and surveillance systems and controlling mobility and access. (Broudehoux, 2017, p. 99)

aqueles se opunham as Olimpíadas, como os migrantes que perdiam seus empregos e eram assediados ou moradores que eram despejados, eram vistos como antipatrióticos e desmereciam fazer parte da grande nação chinesa (BROUDEHOUX, 2017). Civilidade que se alinhava aos preceitos neo-confucionistas sobre o que seria ser evoluído (BROUDEHOUX, 2012, p. 50) e ser evoluído seria apoiar incondicionalmente as Olimpíadas e a nação. Já na segunda estratégia, foram espalhados por toda a cidade manuais de etiqueta com o título “Eu participo, eu contribuo e eu gosto - melhorar modos e buscar novas atitudes”<sup>122</sup>, incentivando a adequação dos modos dos habitantes da cidade para modos que se alinhassem e se adequassem as expectativas do Ocidente sobre o que seria uma sociedade civilizada (MANZENREITER, 2014, p. 127). A última estratégia consistindo em uma perseguição política por meio dos mecanismos jurídicos excepcionais daqueles eram considerados “sem cultura”, majoritariamente corpos que não se adequavam ao ideal de modernidade que o governo chinês buscava alcançar, ocasionando os processos que comentamos anteriormente de perseguição, principalmente, de migrantes, moradores de rua e vendedores de rua, em que até mesmo riquixás foram proibidos, ainda que logo após o fim dos jogos já estavam nas ruas novamente (Figura 31) (SHIN; LI, 2013, p. 569). O que demonstra como as imagens a serem criadas devem ser adequar aos interesses dos capitais internacionais e que a partir do momento que esses interesses não se fazem mais presentes, pode haver uma volta a certa normalidade, ainda que as consequências do processo sejam amplas.

---

<sup>122</sup> “I Participate, I Contribute, and I enjoy – Improve Manners and Foster New Attitudes” em inglês.

Figura 31 – Riquixá em frente ao Ninho de Pássaro



Fonte: Shin e Li (2013, p. 569)

Desse modo, nota-se a exclusão de determinadas parcelas da sociedade chinesa de serem ativas politicamente e de serem vistas, de modo que se cria a noção do que seria o ideal de modernidade, ideal que se alinha aquilo imposto internacionalmente, em que desejos internacionais se transformavam em práticas locais de coerção, assédio e violência. Sendo que o processo acaba encontrando justificativa nos afetos mobilizados pelo governo que criava a ideia de que um grupo de pessoas que não merecia fazer parte da sociedade, não se encaixando na nova China que surgia, logo, merecia sofrer as consequências por serem transgressores da modernidade necessária e da pátria que se consolidava internacionalmente por meio da esperança. Tal ponto se liga e se assemelha com o que comentamos sobre a Rússia ser uma grande potência, ademais, Rússia, China e África do Sul também carregam o medo na sua construção nacionalista, pois, todos acabam tendo medo do julgamento internacional caso não se adequem as normas estabelecidas mundialmente, medo de não fazer em parte do grupo de países modernos. Além disso, podemos traçar semelhanças perante as remoções que acontecem de modo violento e autoritário e com uma série de medidas excepcionais sendo convocadas em todas as cidades que trabalhamos até agora.

No Brasil, acaba que essa construção nacionalista em prol do megaevento acabou não se constituindo tão fortemente, o que visualizamos mais claramente nas Jornadas de Junho de 2013 quando as ruas das grandes capitais brasileiras se viram entupidas de indignação e de demandas, de modo que não se havia visto em muitos anos, em que as populações exigiam, para além dos estádios, escolas, creches e hospitais “padrão FIFA”. Exigências que se faziam em meio a um contexto em que as garantias sociais não se aplicavam, em que brasileiros e brasileiras estavam sendo expulsos de suas casas e se encontrando cada vez mais excluídos dos processos sociopolíticos que produziam o megaevento no país. Vale dizer que o discurso nacionalista por muitas vezes foi lançado, todavia, não teve contundência em arrefecer os conflitos que surgiam. Não cabe a nós aprofundar nesse tema, contudo, pelo fato do Brasil ser minimamente menos autoritário que os outros BRCS, talvez isso faça diferença nesse ponto. Porém, os protestos não foram suficientes para que uma série de ações fossem tomadas para ampliar tanto a exceção quanto o espetáculo. Primeiramente, podemos observar a ampliação da exceção por meio da legislação aprovada para a Copa e as Olimpíadas no país.

Assim como o Special Measures Act na África do Sul, o 108-FZ na Rússia e os decretos na China, o Brasil também aprovou um conjunto de leis muito semelhantes. No país sul-americano foi promulgada a Lei Geral da Copa (Lei 12663/2012) que, também, dava exclusividade e proteção a marca FIFA com isenção de tributos, facilitava os vistos, responsabilizava a União perante qualquer prejuízo a FIFA, criava de zonas de exclusão, permitia a venda casada, além da criação de novos tipos penais (OLIVEIRA, 2012, p. 227; OLIVEIRA; VAINER, 2014, p. 101). Deste modo, a FIFA acaba impondo aos países medidas que a favoreçam, colocando os interesses transnacionais em primeiro lugar, fazendo com que a união aceite e construa a legislação necessária para que tais interesses sejam atendidos, afetando diretamente as populações locais que se veem obrigadas a conviver com essas demandas. Nisso, percebemos como que tais peças legais quase se tornam um “copia e cola” do que a FIFA e o COI quer mudar e garantir na legislação de cada país, ainda que tais medidas também carreguem os interesses dos capitais nacionais e locais.

Desejos dos outros capitais transescalares que fica mais claro com a aprovação, em 5 de agosto de 2011, do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), por meio da Lei 12.462, fruto da Medida Provisória N. 527/2011 (ROSSET *et al*, 2014). Inicialmente o RDC tinha sua aplicação restrita às obras para a realização das Olimpíadas de 2016, Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014, além de infraestruturas de aeroportos (OLIVEIRA, 2012),

o que já o tornava muito ampla, pois, assim como disse Eduardo Paes, “A Olimpíada é sensacional porque você pode usar como desculpa para tudo” (MONTEIRO; COSENTINO, 2017, p. 30). Contudo, em 2012, já não era mais necessário utilizar dos megaeventos como desculpa, pois, a lei foi estendida para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), obras no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS) e aquelas no sistema público de ensino. Em 2015, o RDC se tornou ainda mais abrangente podendo ser aplicado em obras e serviços em estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo e no âmbito da Segurança Pública (ROSSET *et al*, 2017). Assim, abriu-se uma gama de possibilidades para o uso do RDC para muito além das obras relacionadas aos megaeventos, praticamente, para qualquer tipo de obra.

O RDC baseia-se no princípio da eficiência (ROSSET *et al*, 2017), pilar do discurso neoliberal, tendo como justificativa a morosidade no processo de licitação para obras no território brasileiro. Então, ele seria aplicado por meio de uma série de processos, sendo os mais polêmicos “a delegação ao Executivo acerca da escolha do regime jurídico aplicável; o sigilo do orçamento; a contratação integrada; a remuneração variável aos contratos de desempenho; a dispensa de publicação dos atos praticados; e a pré-qualificação permanente.” (ROSSET *et al*, 2017, p. 139).

Destaca-se a contratação integrada, que a empresa seria responsável por todas as fases do projeto, desde o próprio projeto a sua execução, por concentrar atividades que seriam de executores diversos, afrontando o princípio da competitividade, ferindo a isonomia (ROSSET *et al*, 2017) e transferindo para o mercado privado atribuições públicas, com a desculpa da ineficiência estatal (NOGUEIRA, 2017). A questão do orçamento sigiloso também causa polêmica por ir contra o princípio da publicidade dos gastos públicos (ROSSET *et al*, 2017). Outrossim, a remuneração variável, que seria a possibilidade de ser acrescido valores ao pagamento dos executores de acordo com a superação da expectativa, ou seja, um bônus (NOGUEIRA, 2017). Isso possibilita uma elevação do pagamento ao fornecedor, causando danos aos cofres públicos, e que caso o objetivo não seja cumprido não propõe a aplicação de sanções ou multas (NOGUEIRA, 2017), ou seja, uma situação dupla positiva para as empresas. Portanto, tal exemplo demonstra como a exceção vai para muito além dos pontos relativos ao megaevento, fazendo valer interesses transescalares que não se alinhavam anteriormente, mas que agora tem uma ótima “desculpa” como diria Eduardo Paes, transformando a exceção em cotidiano.



Além do RDC, destacamos o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), Lei 12.348/2010. Segundo essa lei, seriam concedidos uma série de benefícios para as empresas contratadas para as obras dos estádios da Copa, que tornava “praticamente nula a arrecadação de tributos referentes a dinâmica econômica decorrente da preparação e organização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.” (OLIVEIRA, 2012, p. 228). Desse modo, a possibilidade de ganhos por meio de impostos para a união praticamente inexistente, novamente, ressaltando como os interesses transnacionais têm prioridade.

Para além de tais legislações, no âmbito federal, tivemos a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), que não se subordinaria nem a um ministério tampouco a presidência, tendo uma forma paralela de poder e sendo um consórcio público formado pela União, pelo estado do Rio de Janeiro e pelo município do Rio, e que teria o papel principal de coordenar a preparação para as Olimpíadas seguindo os interesses do COI. Vale trazer que a criação da APO foi um compromisso que já estava no dossiê de candidatura olímpica, ou seja, uma garantia que o Estado deveria dar ao COI, demonstrando sua subordinação. Contudo, devido as disputas de poder, a APO teve o seu papel minimizado ao longo do tempo, de modo que a gestão das obras das Olimpíadas “estão sendo conduzidas de maneira quase autocrática pela Prefeitura do Rio de Janeiro.” (OLIVEIRA, 2012, p. 223). Vale dizer que a APO teria seu fim em 2017, contudo, sendo substituída pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo), fundada em 2019, e que se tornou Escritório de Governança do Legado Olímpico (Eglo) em 2020, todas também tendo seu poder diminuído devido, também, às disputas de poder, ainda que se visualizasse que o principal objetivo delas seja a privatização do Parque Olímpico (VECCHIOLLI, 2020).

Ademais, destacamos uma lei que foi aprovada na cidade de Belo Horizonte. Em 2010, a Prefeitura de BH publicou a lei 9952/2010 que dava incentivos a rede hoteleira belorizontina, principalmente por permitir a construção de hotéis de porte maiores que o Plano Diretor permitia (MORENO, 2016). A questão hoteleira tendo destaque, pois, segundo a FIFA a cidade tinha uma baixa oferta de hotéis, que deveria aumentar, o que dava justificativa para a lei. Pare receber tais benefícios, a lei colocava que os hotéis deveriam ser construídos e começar a operar até fevereiro de 2014 (meses antes da Copa) e previa que aqueles que não cumprissem tal prazo receberiam uma multa (REVISTA HOTÉIS, 2016). Dos 74 projetos beneficiados 41 deles conseguiram cumprir as exigências, embora, aqueles que não cumpriram não tiveram que pagar

integralmente a multa imposta, pois, em 2016, foi aprovada a lei 10911/2016 que dava 50% de desconto na multa prevista (REVISTA HOTÉIS, 2016). Então, se num primeiro momento observamos a exceção ao haver a liberação da construção de hotéis, necessários segundo a FIFA, fora dos padrões impostos pela cidade por meio de incentivos, num segundo momento vemos a ampliação dela ao fazer com que aqueles que não cumpriram tais exigências paguem metade da multa prevista, demonstrando a impunidade aos grandes setores do capital.

Vale dizer que os donos de hotéis não se encontram felizes com as medidas devido à oferta de hotéis na cidade ter aumentado muito, logo, deixando muitos quartos desocupados e gerando uma crise hoteleira, e ao fato de que alguns empresários se utilizaram do caráter especulativo apenas para se beneficiarem (REVISTA HOTÉIS, 2016). De modo que a pressão transnacional acaba por impor a produção de espaços desnecessários para local, gerando prejuízos tanto para aqueles que eram os supostos beneficiados quanto para os contribuintes que pagam por políticas que não lhes toca.

Assim, visualizamos como a exceção faz possível a produção de enclaves de consumo e as maneiras pelas quais esses enclaves serão produzidos. A produção deles que causa remoções não apenas no entorno imediato dos estádios e parques olímpicos, mas, também, em outras partes da cidade como trouxemos em relação a Qianmen, por exemplo. Em Belo Horizonte, destacamos o que aconteceu com a Vila Recanto UFMG, o primeiro caso de comunidade inteiramente removida no que tange a produção da Copa do Mundo em Belo Horizonte (BARBOSA, 2011, p. 15).

A Vila Recanto UFMG, como o próprio nome diz, se encontrava próxima a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na Avenida Antônio Carlos, aproximadamente no número 7070. A ocupação pelos primeiros moradores se iniciou em 1995, em um terreno abandonado por uma concessionária de veículos. A empresa registrou em Boletim de Ocorrência em 1999 sob a ocupação do terreno e desde 2004 buscava a remoção da comunidade com a participação da Prefeitura desde essa data, mas, tal processo pouco teve impacto até que em 2009 a vida dos moradores da Vila Recanto UFMG se transforma (BARBOSA, 2011). Em 2009, foi julgada a Ação de Reintegração de Posse para que o terreno fosse utilizado para uma obra viária, a construção de um viaduto que ligaria a Avenida Antônio Carlos a Avenida Abraão Caram, a segunda sendo a que dá acesso ao Mineirão. Vale mencionar que o viaduto era um projeto antigo da Prefeitura, sendo apenas alavancado com a Copa (BARBOSA, 2011, p. 42).

Aqui destacamos como que o megaevento catalisa projetos que podem estar parados por muitos anos, ele servindo como força para que tal projeto aconteça, novamente, servindo como catalisador dos interesses das classes hegemônicas. A partir da Figura 32 visualizamos a localização da Vila em relação ao Mineirão (à esquerda), já na Figura 33 a sua ocupação anteriormente a remoção e o local após remoção, já com o viaduto.

Figura 32 – Localização da antiga Vila Recanto UFMG em relação a região ao entorno



Fonte: Google Earth

Figura 33 – Vila Recanto UFMG pré-remoção em junho de 2009 (à esquerda) e Viadutos e vias onde previamente se encontrava a Vila em março de 2021 (à direita)



Fonte: Google Earth

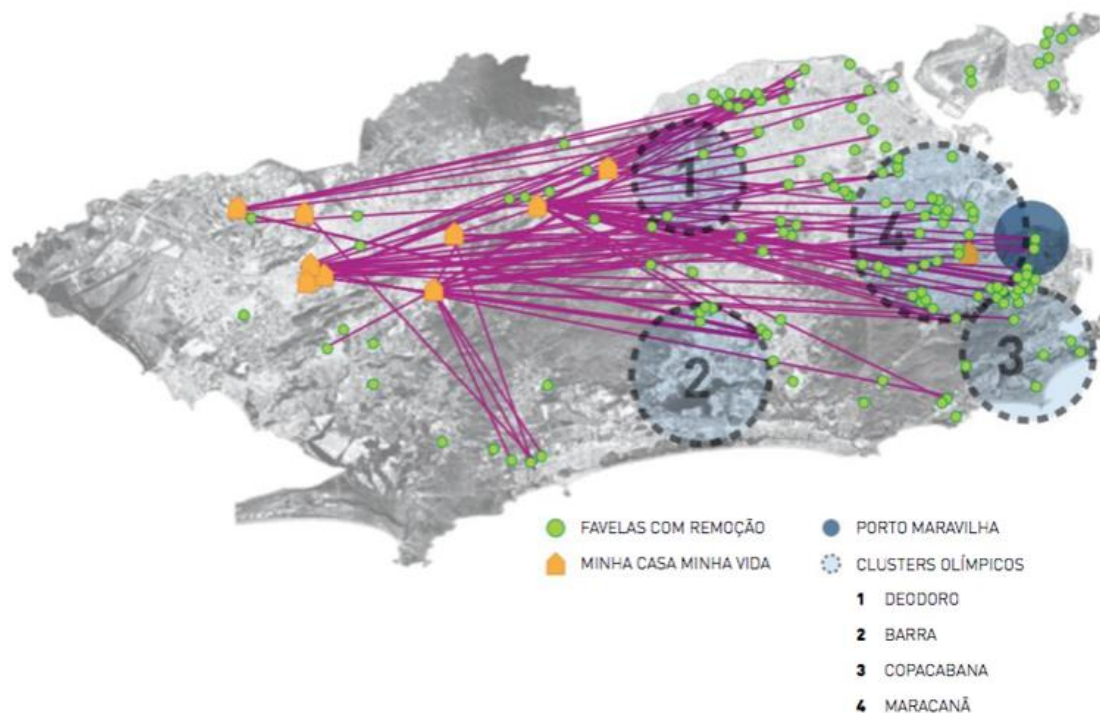
Moradores que acabaram perdendo as suas moradias e seu senso comunidade, ao serem realocados para as periferias da cidade, longe dos serviços e da renda que a localização que tinham anteriormente lhe possibilitava e longe uns dos outros, pois, cada um teve um destino diferente. Enfim, as remoções causando o fim de relações sociais e laços de comunidade, em que o destino poderia ser apartamentos ofertados pela prefeitura que seriam muito menores que as casas que viviam na Vila ou indenização irrisória por desconsiderar a localização e tomar em conta apenas as benfeitorias das moradias<sup>123</sup> que os impossibilitava comprar casas na mesma região em que moravam (BARBOSA, 2011). Questões que se assimilam a da *nailhouse* que comentamos ao tratar sobre Pequim, o que nos faz concluir que o processo segregacionista que o megaevento amplia é uma prática socioespacial semelhante em quase todas por onde ele se reproduz.

No Rio de Janeiro isso fica ainda mais claro, principalmente quando observamos a Figura 35 a seguir. Ela traz, com os pontos em verde, as favelas em que ocorreram remoções durante o período pré-Copa e Olimpíadas, no qual podemos observar que elas ocorrem, majoritariamente, em regiões próximas aos clusters olímpicos (círculos em azul), demonstrando a importância destes em promover os processos de exclusão e de despejo na cidade, além dessa distribuição acontecer “nas áreas mais valorizadas da cidade ou com potencial para valorização após a realização das intervenções.” (NACIF; FAULHABER, 2014, p. 142). Logo, constata-se que as remoções têm ligação direta com os anseios em estetizar e elitizar as regiões de interesses dos capitais transescalares. Ademais, nota-se que o destino de muitas das pessoas em situação de remoção na capital carioca (as casas em laranja) é, mormente, empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, que estão a oeste na capital carioca. Seguindo as linhas roxas observamos que as favelas em que há remoções estão em regiões mais centrais (à leste) e os locais de destino sendo as regiões mais periféricas da cidade, em que predomina a ação da milícia (à oeste). De modo que, os processos de remoção no Rio de Janeiro ampliam a segregação socioespacial ao limitar o acesso à renda, ao transporte e ao direito a cidade, por deslocarem os sujeitos de locais de maior pujança econômica e mobilidade urbana para locais de maior violência e desemprego.

---

<sup>123</sup> Vale comentar que essa política acaba transpassando a questão local, pois, na mesma situação no Rio tal processo acontece. Como bem trazem Nacif e Faulhaber (2014): “Por tratar-se em sua grande maioria de casas em assentamentos precários vulneráveis à situação de risco, ocupado por uma população com baixo poder aquisitivo, é natural que os revestimentos destes imóveis não sejam de grande valor. A localização, fator mais importante na composição do preço de um imóvel, é praticamente ignorada, sendo colocada à margem da negociação.” (p. 145).

Figura 35 – Favelas com remoções e empreendimentos Minha Casa, Minha vida que receberam moradores



Fonte: Faulhaber e Azevedo (2015, p. 67)

O processo de remoções no Rio sendo marcado por pontos preocupantes como trazem Santos Júnior e Santos (2012):

Completa ausência, ou precariedade, de informação por parte das comunidades, acompanhada de procedimentos de pressão e coação, forçando os moradores a aceitar as ofertas realizadas pela prefeitura do Rio. Cabe frisar que as comunidades visitadas, sem exceção, não tiveram qualquer acesso aos projetos de urbanização envolvendo suas áreas de moradia. (ii) Completa ausência, ou precariedade, de envolvimento das comunidades na discussão dos projetos de reurbanização promovidos pela prefeitura, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções. (iii) Deslegitimação das organizações comunitárias e processos de negociação sempre individualizados com as famílias, nitidamente buscando enfraquecer sua capacidade de negociação com o poder público. Nessa mesma perspectiva, cabe registrar que as negociações, em geral, são arbitrárias e sem critérios claros de negociação, inclusive no que se refere aos valores das indenizações. (iv) A utilização da Justiça como um instrumento contra o cidadão. Tendo como principal instrumento as ações judiciais promovidas pela Procuradoria do município, o poder público municipal vinha atuando como uma máquina irresponsável de despejos, sem qualquer compromisso com a saúde e a vida das pessoas. A prática da Procuradoria do município parecia ser a de penalizar todos os cidadãos que recorriam à Justiça para proteger os seus direitos, tendo em vista que todas as liminares derrubadas na Justiça foram acompanhadas da imediata remoção, determinada pela Procuradoria, sistematicamente realizadas em situações de terror e violação dos direitos humanos. Os seres humanos – homens, mulheres, idosos e crianças – estavam sendo gravemente desrespeitados através de práticas tais como a

remoção em 24 horas – antes sequer de receber as indenizações – ou da sujeição das famílias a condições de vida degradantes, obrigando-as a viver entre os escombros das demolições. (v) Desrespeito à cidadania. O padrão de relacionamento dos agentes públicos era desrespeitoso com a população de baixa renda, tratada como cidadãos de segunda classe, como se os moradores não fossem portadores de direitos, lembrando o fim do século XIX, onde a propriedade era base de todos os demais direitos, ou seja, como eram moradores sem propriedades, esses não teriam direitos. (p. 306-307)

Nisso, destacamos a questão da justiça, pois, ela demonstra como que a lei, na realidade, serve aos poderosos por fazer seus interesses fazerem valer e não respeitaram outros corpos que não sejam os seus e os de seus interesses, fazendo com que o processo se torne ainda mais violento e demonstrando o alinhamento do Estado ao capital, de modo a reafirmar que a democracia realmente existente é a democracia direta do capital, principalmente, realizada por meio da exceção.

Exceção que também se reproduz por meio da violência, pois, em muitas favelas que não chegaram a ser removidas, a exceção se fez pelas políticas de pacificação que tinham em seu discurso a ideia de que as favelas estavam dominadas por poderes paralelos, logo, deveriam ter o seu controle retomado pelo Estado, principalmente, por meio das UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora), que tinham como o norte a ocupação militar estatal (CARRICONDE, 2020), de modo a aumentar o controle social das favelas (CAVALCANTI, 2013). As UPP's que criaram um “cinturão olímpico”, porque se encontravam, mormente, próximas a zonas em que havia algum cluster olímpico ou zonas que receberiam uma grande quantidade de turistas, como a Zona Sul do Rio (CAVALCANTI, 2013), demonstrando que o objetivo não era necessariamente acabar com a criminalidade, sim, fazer com que ela não apareça para o público internacional, tendo em vista que simultaneamente as milícias aumentavam o seu poder na Zona Oeste, por exemplo (CARRICONDE, 2020). Mesma zona que tinha muitos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, que recebiam populações que haviam sido removidas. Cabe mencionar que o surgimento das UPP's se deu em 2008, um ano antes que o Rio fosse eleito sede das Olimpíadas, o que nos faz imaginar que a política de pacificação foi algo vendido internacionalmente como aquilo que resolveria a crise da violência na cidade, fazendo com que elas ganhassem destaque por promover a “paz” em suas favelas.

Além dela outra política violenta também atuou na cidade, a política de ordem urbana, por meio das Operações do Choque de Ordem, operando pela repressão que buscava civilizar os considerados corpos inumanos, principalmente moradores de ruas e pessoas sem-teto, buscando retomar espaços de pobreza espalhados pela cidade por meio coerção, mas,

principalmente, pelo terror (o medo e o controle sem ser físico) (CARRICONDE, 2020). Choque de Ordem que alimentava a volta daqueles que, segundo o município, não pertenciam a cidade do Rio, sendo “executado de forma compulsória: todos aqueles que, estando nas ruas ou em abrigos, eram identificados como de fora, uma vez comprovada a existência de ‘vínculos familiares’ na cidade de origem, deveriam voltar para sua ‘terra natal’.” (CARRICONDE, 2020, p. 95). Processo brutal que muito se assemelha com o que passou em Pequim com os migrantes.

Todavia, não apenas por meio de processos extremamente violentos que a cidade exclui os mais vulneráveis, sim, pela invisibilização. Já comentamos anteriormente que Pequim e Sochi construíram cercas para impedir que os visitantes internacionais visualizassem zonas que não se adequavam aos parâmetros internacionais. Isso também ocorre no Rio, onde se constrói, na Linha Vermelha, caminho entre o aeroporto internacional e o centro da cidade, uma “barreira acústica” que bloqueia a visão para dentro do complexo da Maré, por exemplo, (CAVALCANTI, 2013, p. 204), como podemos visualizar na Figura 36. Barreira visual que não foi construído na Cidade do Cabo, ainda que as remoções que ocorreram ali tenham a mesma desculpa.

Figura 36 – Barreira acústica entre a Linha Vermelha e o Complexo da Maré



Fonte: Arquivo pessoal

Perpassando todo esse processo destacamos a ampliação dos preços dos imóveis em toda a cidade que chegaram a subir, entre 2001 e 2010, os residenciais 400% e os comerciais 700% (NACIF; FAULHABER, 2014, p. 139), especialmente na região da Barra da Tijuca. A ampliação do valor dos imóveis que também ocorre na capital chinesa, de modo que o megaevento acaba por servir os interesses dos grandes proprietários e excluir as populações periféricas.

Perante as questões já debatidas merece destacar um último ponto, muito trabalhado pelos estudiosos dos Grandes Projetos Urbanos e já comentado, brevemente, em capítulos anteriores, o Porto Maravilha. A região portuária do Rio de Janeiro diz muito sobre a geohistória brasileira, pois, foi por ali que milhões de pessoas escravizadas traficadas ingressaram no território brasileiro, logo, saber sobre isso é conhecer o que aconteceu no país, a região sendo local que abriga fortificações militares, propriedades de ordem religiosa, casas coloniais e outros símbolos importantes para a formação brasileira, sendo ela, o berço daquela que é considerada a primeira favela do Brasil, o Morro da Providência, e de uns dos gêneros brasileiros de música mais aclamado, o samba. Embora, a região portuária tenha vivenciado um processo de declínio enquanto zona pulsante devido à transferência da capital nacional do Rio para Brasília, o que gerou um abandono gerou dos prédios institucionais, a construção do aterro do Flamengo e a ocupação da zona Sul, que deslocou grande parte da cadeia produtiva, e a construção do elevador perimetral na década de 1960 (implodido em 2014 para o projeto do Porto Maravilha) (SEMINÁRIO LEGADO OLÍMPICO, 2021).

Apesar de ser considerada uma zona em declínio, desde 1980 uma série de projetos buscaram se firmar ali como o SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), junção de nomes bairros que compõem a região portuária, que realizou a patrimonialização e o tombamento de vários edifícios da região. Porém, o impulso para a requalificação toma corpo com a gestão César Maia, prefeito do Rio de 1993 a 1997 e com outros mandatos de 2001 a 2009, sendo sucedido, nesse último, por Eduardo Paes. Maia foi o responsável por impulsionar o planejamento estratégico no Brasil, sendo responsável pelo primeiro plano estratégico do país, dialogando e contratando consultores catalães renomados (SEMINÁRIO LEGADO OLÍMPICO, 2021). As gestões de Maia vinham sinalizando que a região seria problemática, onde, supostamente, haveria uma grande desordem urbana, cabendo uma “revitalização” para encaixotar a região dentro do reordenamento global perante o empreendedorismo urbano. Foi



com ele que se iniciou o projeto que tomaria corpo e somente seria lançado em junho de 2009, o Porto Maravilha.

A ideia com o Porto Maravilha era criar uma “imagem-síntese” do suposto *ethos* carioca como meio de atrair os visitantes internacionais devido à oferta cultural que ele proporcionaria, apresentando uma parcialidade enquanto totalidade, remetendo ao mito da “Cidade Maravilhosa” e promovendo o consenso da necessidade de revitalização (SÁNCHEZ *et al*, 2012, p. 445; SÁNCHEZ; GUTERMAN, 2016, p. 226). Vale comentar que o Porto Maravilha dialoga diretamente com outras regiões portuárias que passaram por processos semelhantes, como Buenos Aires, Baltimore e Barcelona, demonstrando as ligações internacionais que ele busca fazer e enaltecendo o papel de tais regiões em serem aquelas que mais podem atrair os turistas, pois, as cidades litorâneas necessitariam de um *waterfront* global (COSENTINO, 2015). A ideia de um polo de atração de turista e criação de um *ethos* sendo semelhante ao que ocorre em Qianmen, Pequim.

Assim, a região portuária se torna um grande canteiro de obras, em que se constroem dois grandes museus para satisfazer o público internacional, o Museu do Amanhã (Figura 37) e o Museu de Arte do Rio (MAR) (Figura 38), inaugurado em 2013 (COSENTINO, 2015), projetos âncoras que serviriam como iscas culturais, tomando como referência o Guggenheim em Bilbao, que Maia até tentou trazer uma franquía para o Rio para ser construído exatamente onde está o Museu do Amanhã, embora, tenha fracassado (O’DONNEL; SAMPAIO; CAVALCANTI, 2020, p. 131). O Museu do Amanhã ganhando destaque por ser um projeto do *starchitect* Santiago Calatrava, demonstrando o interesse do projeto em se alinhar aos anseios internacionais. Ponto interessante por se assemelhar, de certo modo, ao que se passou em Pequim e em Sochi em relação à contratação desse tipo de arquiteto, que até agora não se faziam presente nos estádios brasileiro, todavia, se faça no maior projeto de revitalização do país.

Figura 37 – Região do Porto Maravilha com o Museu do Amanhã ao fundo



Fonte: arquivo pessoal

Figura 38 – Museu de Arte do Rio (MAR)



Fonte: arquivo pessoal

Além disso, para que o Porto Maravilha fosse produzido uma série de medidas foi tomada, uma das que mais se destaca seria que o projeto se encaixaria numa Operação Urbana Consorciada (OUC), como melhor explicam Bienenstein, Bienenstein e Souza (2015), em que há

a captação de recursos a partir da taxação da construção acima de um coeficiente básico preestabelecido e até o limite definido pela legislação urbanística, permitindo assim, recuperar e revitalizar parcelas da cidade reconhecidas como degradadas. Os recursos são gerados por meio de títulos imobiliários, os ‘Certificados de Potencial Adicional de Construção’ (Cepacs), vendidos na Bolsa de Valores, abrindo uma conexão entre o mercado imobiliário e o capitalismo financeiro. A ideia é que, conforme a renovação da área é implantada, os Cepacs são vendidos para financiar as obras necessárias. Supostamente, isto garantiria uma espécie de controle do investimento e conseqüentemente, o sucesso da iniciativa. (p. 4)

Perante a OUC percebemos a ampliação do capitalismo financeiro na cidade, fazendo com que a terra amplie o caráter mercadológico. Ainda que, ao olhar atentamente, o único comprador dos Cepacs da OUC Porto Maravilha, a primeira do Rio e a maior do Brasil, foi a Caixa Econômica Federal, um banco público, que realizou a compra por meio do Fundo de Garantia de Tempos de Serviço (FGTS), fundo público (COSENTINO, 2015), de modo que, não há uma participação privada direta no projeto, apenas pública, logo, no que tange os riscos, estes são delegados ao Estado. Ponto que dialoga com o neoliberalismo ao fazer com que o Estado intervenha para que o mercado possa agir e obter os lucros necessários, não os riscos, quase nunca os prejuízos. Ademais, quando se nota que os terrenos utilizados são públicos, majoritariamente da União, (ROVEDER, 2019), desse modo, o público sendo utilizado para o ganho privado.

Porto Maravilha que não deixaria de ser marcado pelo processo de remoções, dentre elas destacamos as que ocorreram no Morro Providência seja pela abertura de novos espaços, seja para a construção do teleférico, e as que ocorrem em antigos casarões que foram ocupados ao longo dos vários anos de abandonado, mas que, agora, por servirem ao interesse do Estado e do capital, deverão ter seus moradores removidos (ROVEDER, 2019).

Capital que também se faz presente por meio do AquaRio (Aquário Marinho do Rio) e da Yup Star Rio (roda-gigante construída por uma empresa coreana). Ademais, a esses destacamos alguns prédios comerciais, dentre eles, o Edifício Vista Guanabara, o edifício que abriga a sede da L’Oréal Brasil (Figura 39) e o Edifício Aqwa (Figura 40). Perante eles trataremos apenas de forma breve sobre o último. O Aqwa é um empreendimento da empresa Tishman Speyer, empresa americana que conta com projetos avaliados em 81 bilhões de dólares

e foi uma das primeiras a construírem na região, em 2013, ainda que a Caixa tenha sido quem aportou com o terreno e com os Cepacs, ou seja, aquela apenas tendo o custo do investimento para viabilização do projeto (CONSENTINO, 2015, p. 92). É intrigante observar como se deu o processo de produção do edifício, que foi projetado pela empresa Foster+Partners de origem inglesa que tem como sócio o *starchitect* Norman Foster, novamente trazendo os interesses internacionais para a escala local, transformando o espaço. Intrigante, pois, apesar do edifício ter ficado pronto em 2015, foi apenas em 2019 que ele começou a ser ocupado (apenas 5 andares de 21), vulgo, muito tempo após o fim do megaevento, sendo totalmente ocupado apenas em 2022. O que demonstra que os movimentos do capital não acontecem no tempo necessário ligado à sua justificativa, nesse caso o megaevento, logo, demonstrando que as consequências dele vão para muito além da sua data de realização, sendo que a Tishman Speyer planeja expandir o complexo e construir mais uma torre. A questão do tempo de circulação que dialoga com o Estádio Green Point, que apenas 12 anos depois do fim da Copa na África do Sul tem a sua gestão privada.

Figura 39 – Edifício Vista Guanabara à direita e Sede da L’Oreal Brasil à esquerda



Fonte: arquivo pessoal

Figura 40 – Edifício Aqwa



Fonte: Nelson Kon (2018)

Portanto, a partir do que argumentamos ao longo do capítulo, percebe-se os movimentos que os capitais transescalares fazem perante a reprodução dos megaeventos esportivos, em grande parte das vezes satisfazendo os seus desejos, embora, não na maioria, tendo em vista que a resistência local acaba por frustrar determinados planos e até mesmo consegue mudá-los. Ademais, nesse capítulo, podemos confirmar a nossa hipótese de que há uma série de semelhanças nas práticas socioespaciais em relação a reprodução dos megaeventos esportivos nos BRCS. Semelhanças que se constituem por meio dos dois mecanismos que tratamos neste trabalho, o espetáculo e a exceção, sendo que para que o espetáculo se consolide na contemporaneidade a exceção, por muitas vezes, é convocada e utilizada, porém, vale compreender que tanto o espetáculo quanto a exceção não surgem durante a preparação para o megaevento, esses mecanismos já estão presentes nas cidades e nos países, eles, apenas, são acelerados, potencializados e catalisados perante o megaevento. O megaevento não inaugurando nada. Perante quais são as semelhanças e as diferenças faremos tal compilação nas *Considerações Finais*.

### **Considerações finais: por teorias do Sul Global**

A ideia da realização dessa pesquisa se iniciou muito antes do autor até mesmo ingressar na graduação em Geografia. Desde criança sempre fui muito alucinado com esportes, não necessariamente sendo bom em algum, mas sempre tentando praticar todos ao meu alcance. Nessa toada joguei futebol, pratiquei um pouco de basquete e de natação, fui da equipe de vôlei do colégio e até mesmo beisebol e futebol americano eu pratiquei durante alguns anos. O porte físico não me ajudava muito, tampouco a estatura. Talvez, por isso, eu gostava ainda mais de assistir as partidas. O espetáculo esportivo sempre me chamou atenção, graças a TV a cabo, o interesse pela ampla variedade de esportes foi aumentando. Logo, essa relação social mediada pela imagem da televisão me atravessa bastante.

Assim, ao longo dos anos, acompanhando as Copas e as Olimpíadas, eu ficava pensando que no mínimo seria muita coincidência que quatro países dos BRICS teriam sido sede de megaeventos, ainda mais em um tão curto período. Esse questionamento continuou ao longo de toda a graduação, mas, por diversas questões, não consegui desenvolver a ideia em uma pesquisa mais ampla, muito menos para um TCC, que também já tinha sido pensado muito antes da graduação.

Por meio desse lado do amor ao esporte, que me atravessa enquanto sujeito, a pesquisa foi se desenvolvendo na minha cabeça e a minha trajetória na graduação em Geografia possibilitou que aquele breve questionamento fosse sendo alimentado por outros questionamentos e fosse se aprofundando na questão da produção do espaço, levando a construção do trabalho que agora está se abrindo, abrindo por não achar que ele seja o fim, todavia, um começo e uma maneira de fazer que outros se achessem pelo tema, além de servir de auxílio para aqueles que querem compreender mais e melhor os megaeventos esportivos e a reprodução deles nos países dos BRCS. Desse modo, acreditamos fortemente que essa pesquisa possa servir de inspiração para outros que se toquem em relação ao tema central do trabalho e aos temas subjacentes.

Portanto, podemos afirmar, após os últimos capítulos, que há sim semelhanças na reprodução dos megaeventos esportivos nos BR(I)CS. Nisso, cabe retomar e sintetizar quais são essas semelhanças e, também, as diferenças. Delineamento que fomenta uma outra discussão muito interessante feita por Jennifer Robinson sobre teorias urbanas e o Sul Global. Vale comentar que a dissertação não trabalhou efetivamente a questão do Sul Global, embora

os países do BRICS componham esse conceito<sup>124</sup>. A digressão a seguir, em conjunto com a conclusão sobre as semelhanças e as diferenças, deve ser lida atentamente para que não seja feita a conclusão, errônea, de que os BRICS são uma representação total do que seria o Sul Global, sim, devemos entender que eles trazem pontos importantes para discutirmos e analisarmos o que o Sul Global pode ser e onde se encontra.

Desse modo, para traçar essas semelhanças e diferenças entre os BRICS, devemos entender que elas podem abrir caminhos em relação à produção de conhecimento sobre, para e no próprio grupo e para o Sul Global, sendo a citação de Robinson (2016a) muito bem-vinda:

A diversidade de contextos urbanos com pesquisadores locais e estrangeiros ansiosos para interpretar e para examinar seus significados e as rápidas mudanças na estrutura da urbanização global significam que qualquer teorização sobre o urbano para o século XXI deve estar aberta a críticas, contestações, extensões, estendendo-se - realmente, estendendo-se até o ponto de ruptura em que fica claro que algo novo é necessário. (p. 193)<sup>125</sup>

Entender que há uma grande diversidade de contextos urbanos e pesquisas é essencial para sairmos de teorias que tem como ponto de partida (e de chegada) o Norte Global e para buscarmos as nossas bases em contextos mais amplos e múltiplos. Assim, para podermos pensar em teorias que sejam sobre/do/no/para o Sul e para chegarmos a teorias de qualquer lugar deve-se romper com a ideia de que as teorias não são passíveis de contestação e de mudanças. O gesto comparativo que fazemos aqui e que almeja novas teorias sai e deverá sair do circuito Estados Unidos-Europa, ocidental e ocidentalizado, e visualizar outras conexões e circulações, especialmente as do Sul Global, como buscamos fazer nesse trabalho, de maneira que o processo de teorizar se tornará mais frágil, incerto e fluído (ROBINSON, 2010), simultaneamente, mais completo, mais diverso e, de fato, global. De maneira que, “a construção de teorias dentro de uma abordagem mais internacional para os estudos urbanos precisaria ser, significativamente, mais experimental e incerta do que na atualidade, uma vez que atrai diferentes contextos para a conversa.”<sup>126</sup> (ROBINSON, 2010, p. 19). Enfim, para construir

---

<sup>124</sup> Pode-se discutir se China e Rússia fariam parte do Global East (Leste Global), não do Sul Global. Porém, nesta dissertação, entendendo a condição de subalternidade que ambos se encontram, os aglomeramos no Sul Global.

<sup>125</sup> Tradução nossa. Fragmento original: The diversity of urban contexts with local and visiting scholars eager to interpret and probe their meaning, and the rapidly changing structure of global urbanization, mean that any theorization of the urban for the twenty-first century has to be open to criticism, contestation, extension, stretching—and indeed, stretching to the breaking point at which it is clear something new is required. (ROBINSON, 2016a, p. 193)

<sup>126</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “theory building within a more international approach to urban studies would need to be significantly more tentative and uncertain than at present, as it draws different contexts into conversation.” (ROBINSON, 2010, p. 19)

novas teorias urbanas, haverá de se aceitar a diversidade e a multiplicidade de fenômenos, para, assim, poder se experimentar construções que transformam sujeitos, antes objetificados, em sujeitos-sujeitos, plenos do seu direito de comunicar e de teorizar e que considere os corpos como essenciais nesse processo.

Nessa diversidade e multiplicidade fenômenos, destaca-se as desse trabalho, no qual a primeira semelhança que constatamos se encontra no ambiente construído, mais especificamente em relação aos estádios e aos parques olímpicos. Eles foram construídos por meio do mecanismo do espetáculo, exaltando uma relação social por meio da imagem de serem modernos e atraentes para o público internacional, no qual a FIFA e o COI impuseram como deveriam ser tais espaços. Semelhança que se aprofunda entre Pequim, Sochi e Cidade do Cabo, pois, nessas cidades foram utilizados grupos de arquitetos de renome internacional (*starchitects*) para a produção do projeto da instalação esportiva, o que demonstra que o espetáculo deve estar ligado aos ideais de modernidade que tem como base o Norte Global. Ainda que no Rio de Janeiro, para o Maracanã, o projeto seja de arquitetos locais, o projeto relativo ao Porto Maravilha, o Museu do Amanhã, especificamente, é de um *starchitects*. O que demonstra que a colonialidade se faz muito presente na produção do espaço voltada ao mercado internacional nos BRICS. Apesar de Belo Horizonte ser um pouco diferente, pois, o projeto do Mineirão foi feito por arquitetos locais. Ainda nesse quesito, nas cidades brasileiras podemos traçar uma semelhança no ponto do acesso ao estádio, pois, em ambas houve um aumento exorbitante no preço do ingresso. Ponto que não conseguimos encontrar nas outras cidades estudadas.

Essas semelhanças demonstram a hegemonia social, cultural, econômica e acadêmica dos países centrais que provoca que “muitas cidades ao redor do mundo foram ignoradas, ainda que as conclusões mais amplas sobre a urbanidade contemporânea estejam sendo tiradas”<sup>127</sup> (ROBINSON, 2010, p. 2) e que os projetos sejam desenvolvidos tendo como base o que se passa nesses países, não nos locais em que são produzidos. Além destes países imporem sobre o mundo quais são os caminhos que as cidades devem seguir, não dialogando com o que se passa entre e nas cidades. De modo que, urge uma conversa entre os diferentes contextos. Ou seja, não será partindo de apenas um ponto que chegaremos a conclusões, mas, sim, por meio

---

<sup>127</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “many cities around the world have been ignored even as the broadest conclusions about contemporary urbanity are being drawn.” (ROBINSON, 2010, p.2)



da análise do que é produzido extensivamente que pode se pensar em conclusões mais amplas. Por isso a nossa busca de conectar autores e processos espalhados pelo globo e a tentativa de demonstrar que apesar dos autores, por vezes, não terem lidos uns aos outros, seus argumentos e suas conclusões são próximos e apesar dos locais serem tão distantes, muitas vezes, estão muito próximos em relação a produção do espaço.

Assim, as possibilidades de pesquisa ganham uma amplitude muito maior, tomando em conta que não sairão de um só lugar, mas de vários, com o intuito de ir e chegar a vários outros. Portanto, é mister que haja uma revitalização e um recalibre dos circuitos de produção de conhecimento (ROBINSON, 2010), a partir da contestação da soberania que certos núcleos de pesquisa impõem e da concordância de que todas as cidades podem trazer questões que possibilitam a geração de teorias verdadeiramente globais. Duplo movimento conflituoso, tendo em vista que ao ser realizado pode proporcionar uma oposição dos grandes circuitos, pois, pode haver certo medo e receio de sua parte devido à maior exposição a interrogatórios mais numerosos e amplos (ROBINSON, 2010). Cabe entender que, se esse processo tomar mais corpo e mais força, terá potencial de alterar tremendamente o *status quo* da academia global. Para que ele seja efetivo não bastará que o seu giro seja teórico, mas, sim, que o seu giro alcance campos como o ramo dos periódicos e das revistas acadêmicas internacionais que se fecham por meio da adoção da língua inglesa extremamente formal e métricas muitas vezes inalcançáveis, o editorial que majoritariamente valoriza pesquisadores já conhecidos e renega os novos que surgem e o das grandes universidades que lideram os rankings mundiais e não querem perder o seu poder e o seu prestígio. Ademais, se se quer uma mudança real, haverá de se ter muito cuidado para que o processo não seja cooptado por esses circuitos de poder e siga se reafirmando de onde veio, tendo em vista que o seu objetivo deve ser muito maior que apenas o aceite dos agentes hegemônicos.

Seguindo nas semelhanças, em todas as cidades trabalhadas o financiamento de estádios e parques foi mormente público, embora, o uso e o aproveitamento tenham sido dados aos entes privados, como em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo e continuado público em locais onde o lucro ainda não foi possível, sendo um ponto em Sochi, Pequim e Rio de Janeiro. Porém, Rio e Belo Horizonte se assemelham, pois, utilizam desses espaços para shows e eventos, trazendo a possibilidade de aumento do valor de troca neles.

Processos, em relação aos estádios e aos parques, que se constituem por meio da exceção, em todas as cidades. Exceção seja em relação à legislação ambiental, semelhança entre Rio de Janeiro e Sochi, com o campo de golfe e o Parque Olímpico e as instalações em Krasnaya Polyana, respectivamente, seja, ao trabalho com a utilização de mão-de-obra migrante, que não tem seus direitos trabalhistas respeitados, semelhança em Sochi e em Pequim, seja, às remoções, semelhança entre Pequim, Rio e Sochi, e seja, ao trabalho dos vendedores de rua, como em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo. O que afirma que o espetáculo se faz possível por meio da exceção. Tais pontos também demonstram as relações transescalares, pois, por vezes, as exigências eram da FIFA e do COI, como dos vendedores de rua, se uniam a outras, como dos capitais locais, ainda que para satisfazer os internacionais.

Perante a exceção para a reprodução do megaevento, ela segue ocorrendo em todos os países e cidades-sede perante a legislação. Todos os países alteraram as suas legislações para atender as demandas autoritárias impostas pela FIFA e/ou pelo COI. No Brasil tivemos a Lei Geral da Copa, na Rússia, os decretos 310-FZ e 108-FZ, na China, uma série de decretos e na África do Sul, os Special Measures Act. De diferença podemos trazer que alguns países ampliaram os pontos que tangenciam as legislações, favorecendo aos interesses nacionais, como no Brasil com a RDC e a Recopa, e havendo cidades que criaram leis para buscar beneficiar não apenas os capitais internacionais e nacionais, mas, os locais, como em Belo Horizonte com as leis para os hotéis. Vale mencionar que essas legislações fortalecem a exceção nesses países, principalmente por não respeitar os processos democráticos de decisão, sendo que essas legislações têm força-de-lei ainda que não passem pelo processo normal de se tornar lei.

Exceção que faz possível o espetáculo, ainda mais quando notamos as remoções. Todas as cidades que trabalhamos tiveram remoções forçadas por meio de ações autoritárias, violentas e truculentas que não respeitavam a legislação vigente, ou que a legislação vigente não foi clamada de modo verdadeiro para ser respeitada e utilizada. Remoções que, em todas as cidades, ampliaram a segregação socioespacial ao realocar as populações marginalizadas em locais mais longes dos centros econômicos e com infraestrutura urbana precária. Embora, possamos traçar diferenças, pois, houve resistências importantes, principalmente no Rio de Janeiro com a Vila Autódromo e as instalações no entorno do Maracanã e na Cidade do Cabo em Joe Slovo com o planejamento insurgente. Outras resistências ocorreram em Belo Horizonte, Sochi e Pequim, todavia, sem o impacto que as duas supracitadas tiveram.

Diante dos processos de exclusão, também podemos traçar semelhanças entre Rio de Janeiro, Sochi, Pequim e Cidade do Cabo no que tange a invisibilização com a estetização do espaço e até mesmo com a criação de barreiras visuais para que as populações periféricas não fossem vistas. O que demonstra ações voltadas para o embelezamento urbano, não para a resolução de uma série de conflitos urbanos. Processos que objetivavam, e por vezes conseguiam, ampliar a renda da terra, como ocorreu em Pequim e no Rio. Ademais, as duas cidades sendo aquelas que passaram por processos de revitalização de áreas importantes com o intuito de atração de turistas, como em Qianmen e no Porto Maravilha, em Pequim e no Rio, respectivamente. O que difere das outras cidades que não tiveram esse tipo de Grande Projeto Urbano.

Uma outra semelhança que destacamos é a de construção do nacionalismo, na China, na Rússia e na África do Sul, países que alimentaram fortemente essa ideia por meio do circuito de afetos. Isso demonstra que as consequências do megaevento não estão apenas nas cidades que o recebem, mas, sim, nacionalmente. Logo, demonstrando o diálogo transescalar que os megaeventos possuem. Fato que não ocorreu tão intensamente no Brasil. Isso, pois, o país sul-americano conviveu com uma série de protestos de grande impacto, como as Jornadas de Junho de 2013. Protestos que foram duramente reprimidos por meio de medidas excepcionais na China, na Rússia e na África do Sul, outra semelhança.

Há de se notar que as semelhanças na reprodução dos megaeventos se deram em regimes político-econômicos muito distintos. Ou seja, mesmo em contextos tão diferentes o espetáculo e a exceção se fazem presente e se catalisam a partir do megaevento, não importando se é socialismo de mercado, patrimonialismo, democracia liberal ou sociedade pós-apartheid os mecanismos estão presentes e as populações marginalizadas serão as que mais sofrerão as consequências.

Contudo, podemos traçar algumas diferenças e pontos específicos de cada um dos casos, como a reutilização de determinadas instalações, como no Rio e em Pequim, ainda que houvesse abandono delas no Rio, o descaso com a memória em Sochi, as campanhas civilizatórias em Pequim e a violência presente no Rio, com as UPP's e o Choque de Ordem. Processos que ocorreram para atender demandas dos capitais de cada local e nação.

Todo o processo tendo como linha guia o neoliberalismo, de modo a ampliar a lógica de mercado, na produção do espaço, na gestão e na vida cotidiana, no qual a individualidade e

a competitividade se afirmam enquanto perversidade que atomiza e reduz os corpos a meros números, no qual a história não importa e o que basta é a mercadoria. Assim, a partir do que conseguimos concluir, trazemos que as semelhanças entre os países afirmam que o espetáculo se dá por meio da exceção, sendo imprescindível para a primeira a existência da segunda.

E se tratamos da questão do Sul Global, partindo dos BRICS, é importante fazermos a diferenciação em relação ao Norte Global. Para nós, a grande diferença se dá na maneira pela qual a produção do espaço se desenvolve nos BRICS, por exemplo. Constatamos que ela se faz por meio de uma violência estrutural, em quase desrespeito aos direitos humanos, exacerbando as medidas excepcionais, ademais, ela traz um mais-valor muito maior, pois, a quantidade de capital variável e a superexploração do trabalho nesses países é muito maior. Ou seja, o capital ganha duas vezes mais nos BRICS, ao ter mais taxas de mais-valor e as obtendo sem grandes entraves (entendidos enquanto garantia de direitos sociais).

Tais semelhanças e diferenças que podem ser traçadas e encontradas no trabalho demonstra que para criarmos Teorias do/no/para o Sul Global, através das experiências que ocorreram nos BRICS, só será possível se pesquisadores locais e globais ambicionarem que as suas proposições teóricas possam e devam ser testadas e mudadas muito mais vezes, de modo a desenvolver ainda mais conversas com diversos agentes espalhados pelo mundo, em suma, somente por meio da junção de estudos comparados entre vários contextos e de teorias para além do caso único que isso será possível (ROBINSON, 2016a). Acreditamos que tal processo, de certa maneira, ocorreu no nosso trabalho, pois, no contexto da produção dos megaeventos nos BRCS não se pode cair na especificidade da localidade tampouco na totalidade de uma globalidade, também, específica. Assim como Robinson (2016b), pensamos que o pensar comparativo talvez seja o meio mais interessante de alcançarmos novas teorias, tomando em conta que ao realizá-lo lança-se luz sobre processos que podem ser distintos e/ou compartilhados devido a multiplicidade de contextos urbanos e essa luz permite que saíamos do padrão ocidental de pesquisar, desconstruindo preceitos (e preconceitos). Multiplicidade, todavia, interconectada, pois, resultados urbanos, muitas vezes, são, ao mesmo tempo, repetidos e distintos (ROBINSON, 2016b). Como bem tentamos trazer, pois, muitas vezes encontramos muitas semelhanças, quase idênticas, e outras grandes diferenças.

Tão só essa possibilidade existirá se os agentes estiverem “comprometidos com a revisibilidade, com o pensar através de diversidade de resultados urbanos e com estarem abertos

para começar a teorizar de qualquer lugar.”<sup>128</sup> (ROBINSON, 2016a, p. 194). Além disso, é necessário compreendermos:

a relação entre uma instância e muitas (talvez repetidas) instâncias de fenômenos; a aquisição mais ampla dos conceitos gerados em relação àquela instância e o status desses conceitos (até onde eles se estendem, até que ponto podemos confiar/usar/revisá-los?); e as táticas metodológicas e as convenções filosóficas que permitem a navegação entre diferentes instâncias no processo de construção da compreensão conceitual.<sup>129</sup> (ROBINSON, 2016b, p. 4)

Por isso, há de se navegar em mares que poucos navegaram, com todas as suas adversidades (já conhecidas ou não), em busca de uma terra prometida que já estava ali, não gritando para ser apoderada, mas, sim, para poder contar as suas próprias histórias e visualizar como que elas se assemelham ou não com aquelas de outros lugares, também prometidos, pertos na geo-história e longes na produção de conhecimento mútuo. Robinson (2016a) destaca como que o giro decolonial tem uma grande potencialidade ao focar nessa diversidade. Por conseguinte, devemos entender como que consolidar e reafirmar esse giro será importante para construir teorias urbanas sobre/do/no/para o Sul. Assim, há de se entender o papel que a colonialidade tem em reproduzir lógicas ainda, intimamente, ligadas ao colonialismo. Entende-se que a persistência da colonialidade na vida cotidiana e na pesquisa traz consigo uma série de relações de poder que em sua grande maioria são excludentes, opressoras, exploradoras e dominadoras, negando espaços para que outras formas de conhecimento possam emergir e enraizar. Então, como nesse trabalho, buscamos trazer uma luz para que romper com a colonialidade e caminhar para Teorias do/no/para o Sul Global.

---

<sup>128</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “committed to revisability, to thinking through a diversity of urban outcomes and to being open to starting to theorize from anywhere.” (ROBINSON, 2016, p. 194)

<sup>129</sup> Tradução nossa. Fragmento original: “the relationship between one instance and many (perhaps repeated) instances of phenomena; the wider purchase of the concepts generated in relation to that instance, and the status of those concepts (how far do they stretch, how far can we trust/use/revise them?); and the methodological tactics and philosophical conventions which allow navigation amongst different instances in the process of building conceptual understanding.”(ROBINSON, 2016b, p. 4)

## Referências

- AB AHLALI. Socialist Worker: South Africa's World Cup stadium of slums. **AB AHLALI**, [S. l.], p. ., 11 fev. 2010. Disponível em: <http://abahlali.org/node/6257/>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- AGAMBEN, Giorgio. 2004 [2003]. **Estado de exceção: homo sacer**, II. São Paulo: Boitempo.
- ALEGI, Peter. The political economy of mega-stadiums and the underdevelopment of grassroots football in South Africa. **Politikon**, v. 34, n. 3, p. 315-331, 2007.
- ALEKSEYEVA, Anna. Sochi 2014 and the rhetoric of a new Russia: Image construction through mega-events. **East European Politics**, v. 30, n. 2, p. 158-174, 2014.
- ANDREYEV, Vasyly; BOLSHEVA, Anna; GERASIMOVA, Elena. EURO 2012 and World Cup 2018: Threats to Labour Rights and Trade Union Strategies. **Building and Wood Worker's International Portal**, 2015.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, v. 1, p. 11-74, 2000.
- ARMUJO, Leslie Elliott. The BRICs countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: mirage or insight?. **Asian perspective**, p. 7-42, 2007.
- AZZALI, Simona. The legacies of Sochi 2014 Winter Olympics: an evaluation of the Adler Olympic Park. **Urban Research & Practice**, v. 10, n. 3, p. 329-349, 2017.
- BAADE, Robert A.; MATHESON, Victor A. Going for the gold: The economics of the Olympics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 30, n. 2, p. 201-218, 2016.
- BALLONG, Stéphane. **The cost of a World Cup**. 07 de julho de 2010. Disponível em <https://www.theafricareport.com/9087/the-cost-of-a-world-cup/> Acesso em 20 de abril de 2021.
- BARBOSA, Thiago. **A Copa, a Cidade e a Vila: Um estudo de caso sobre a Vila Recanto UFMG. 2011**. Monografia de graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.
- BARRETO, Matheus Teixeira. Subimperialismo, IIRSA e o aprofundamento das desigualdades socioambientais. **Indisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 428-451, 2020.
- BASTOS, Camila et al. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Rev. Bras. Estudos Urbanos Regionais**, ANPUR: Recife, v.19, n.2, p.251-266, Maio-ago. 2017.
- BERCOVICI, Gilberto. A expansão do estado de exceção: da garantia da constituição à garantia do capitalismo. **Boletim de Ciências Económicas** LVII/I, p. 737-754, 2014.
- BERCOVICI, Gilberto. O Estado de exceção econômico e a periferia do capitalismo. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, v. 11, p. 95-99, 2006.
- BIENENSTEIN, G. ; BIENENSTEIN, R. ; SOUSA, D. M. M. . A cidade nos Negócios e os Negócios na Cidade - notas sobre as operações urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. XVI ENANPUR, 2015, BELO HORIZONTE. . **Anais do XVI Enanpur**, 2015.
- BIENENSTEIN, G.; MESENTIER, L. ; GUTERMAN, B. ; TEIXEIRA, V. H. . A Batalha pela preservação da alma do Maracanã: disputas simbólicas, lutas sociais, cidade e arquitetura. In: Fernanda Sánchez; Glauco Bienenstein; Fabricio Leal de Oliveira; Pedro Novais. (Org.). **A**

**Copa do Mundo e As Cidades: Políticas, Projetos e Resistências.** 1ed.Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, EdUFF, 2014, v. 1, p. 175-204

BIENENSTEIN, G.; NIN, Felipe. ; SANTOS, Rosane. Nem Pão, Nem Circo: crônicas sobre a reforma do Maracanã no Rio de Janeiro. In: Carlos Vainer; Anne Marie Broudehoux; Fernanda Sánchez; Fabricio Leal de Oliveira. (Org.). **Os Megaeventos e a Cidade - perspectivas críticas.** 1ªed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 301-333.

BLACK, David. The symbolic politics of sport mega-events: 2010 in comparative perspective. **Politikon**, v. 34, n. 3, p. 261-276, 2007.

BM - BANCO MUNDIAL. **DataBank:** world development indicators. World Development Indicators. 2021. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/>. Acesso em: 13 jan. 2021

BOCAYUVA, Pedro. O bloco BRICS é uma metáfora da globalização. In:BARROS, J. (Org.) ; GUTTERRES, A. S. (Org.) ; SILVA, E. B. (Org.) . **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais** (caderno de debates 4). 4. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2015. v. 4. 119p

BOND, Patrick; GARCIA, Ana. Perspectivas Críticas sobre os BRICS. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 15-28, 2014.

BOND, Patrick. Sub-imperialism as lubricant of neoliberalism: South African ‘deputy sheriff’ duty within BRICS. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 251-270, 2013.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n 1 e 2, 1997, p. 207-231.

BOYKOFF, Jules; MASCARENHAS, Gilmar. The Olympics, sustainability, and greenwashing: The Rio 2016 summer games. *Capitalism nature socialism*, v. 27, n. 2, p. 1-11, 2016.

BRANDÃO, Marcelo. **TCU contabiliza R\$25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo.** 03 de dezembro de 2014. Disponível em [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo#:~:text=A%20conta%20final%20da%20Copa,est%C3%A1%20custaram%20R%24%20996%20milh%C3%B5es](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo#:~:text=A%20conta%20final%20da%20Copa,est%C3%A1%20custaram%20R%24%20996%20milh%C3%B5es.). Acesso em 20 de abril de 2021.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização?. **Cadernos Metrópole.**, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Cities and the geographies of “actually existing neoliberalism”. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002.

BRICS INFORMATION CENTRE. **About...** Disponível em <http://www.brics.utoronto.ca/> Acesso em 20 de janeiro de 2021

BROUDEHOUX, Anne-Marie. **Mega-events and urban image construction: Beijing and Rio de Janeiro.** Taylor & Francis, 2017.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Megaeventos, revanchismo e a cidade de exceção neoliberal. Notas sobre o Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos. In:Vainer, Carlos; Broudehoux, Anne Marie; Sánchez, Fernanda; Oliveira, Fabrício Leal. (Org.). **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas.** 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. , p. 360-388

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Civilizing Beijing: Social beautification, civility and citizenship at the 2008 Olympics. In: HAYES, G.; KARAMICHAS, J. (org.) **Olympic Games, mega-events and civil societies**. Palgrave Macmillan, London, 2012. p. 46-67.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Images of power: Architectures of the integrated spectacle at the Beijing Olympics. **Journal of Architectural Education**, v. 63, n. 2, p. 52-62, 2010.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an Olympic metropolis. **Journal of urban affairs**, v. 29, n. 4, p. 383-399, 2007.

BRÜHWILER, Claudia Franziska. Looking at the BRICs and Building Bridges Beyond Acronyms. In: SÁNCHEZ, Yvette; BRÜHWILER, Claudia Franziska (Ed.). **Transculturalism and Business in the BRIC States: A Handbook**. Ashgate Publishing, Ltd. 2015, p. 1-10

BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. El protagonismo brasileño en el siglo XXI: ¿subimperialismo o semiperiferia?. *Rebela*, v. 2, n. 2, 2012.

CAMPOS, P. A. F. **As formas de uso e apropriação do estádio Mineirão após a reforma**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: [sn], 2016.

CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. A Copa do Mundo de Futebol de 2014 e o (novo) Mineirão. **Rua**, v. 19, n. 1, p. 41-55, 2013.

CARRICONDE, Raquel. Refugiados urbanos em trânsito permanente: efeitos menos visíveis da produção de uma cidade olímpica. **Historia y sociedad**, n. 39, p. 82-104, 2020.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos** no 45, São Paulo, 1996. p. 152-166

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 2, p. 191-228, 2013.

CITY OF CAPE TOWN. Sail Stade France walks away from Cape Town stadium deal. **Politicsweb**, [S. l.], p. ., 6 out. 2010. Disponível em: <https://www.politicsweb.co.za/documents/sail-stadefrance-walks-away-from-cape-town-stadium>. Acesso em: 6 jun. 2022.

COAFFEE, Jon. The uneven geographies of the Olympic carceral: From exceptionalism to normalisation. **The Geographical Journal**, v. 181, n. 3, p. 1-13, 2014.

COHRE (Centre on Housing Rights and Eviction). **Fair Play for Housing Rights: Mega-Events**. 2007. Geneva: COHRE.

COI – Comitê Olímpico Internacional. **CELEBRATING THE LEGACY OF JUAN ANTONIO SAMARANCH**. 16 de Julho de 2020. Disponível em <https://www.olympic.org/news/celebrating-the-legacy-of-juan-antonio-samaranch> Acesso em 12 de março de 2021

COMPTON, James. Mega-events, media, and the integrated world of global spectacle. In: GRUNEAU, Richard; HORNE, John. (ed.) **Mega-Events and Globalization**. Routledge, p. 48-64. 2016.

CONSTRUCTING Sochi. Direção: **Steffi Wurster**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/163169503>. Acesso em: 12 maio 2020.



CORNELISSEN, Scarlett. Mega event securitisation in a Third World setting: glocal processes and ramifications during the 2010 FIFA World Cup. **Urban Studies**, v. 48, n. 15, p. 3221-3240, 2011.

CORNELISSEN, Scarlett. The geopolitics of global aspiration: Sport mega-events and emerging powers. **The international journal of the history of sport**, v. 27, n. 16-18, p. 3008-3025, 2010.

CORRARINO, Megan. Law Exclusion Zones: Mega-Events as Sites of Procedural and Substantive Human Rights Violations. **Yale Hum. Rts. & Dev. LJ**, v. 17, p. 180, 2014.

COSENTINO, Renato. **Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, p. 153. 2015

COSTA, Heloísa; TONUCCI, João Bosco. Belo Horizonte: The Urban Impact and Contested Legacy of a Mega-Event. In.: NOBRE, Eduardo Alberto Cusce (Ed.). **Sports mega-events and urban legacies: the 2014 FIFA World Cup**, Brazil. Springer, 2017.

COTTLE, E. A Preliminary Evaluation of the Impact of the 2010 FIFA World Cup. South Africa: Labour Research Service. 2010.

COTTLE, Eddie. **Copa do Mundo da África do Sul – Um legado para quem?** Florianópolis: Insular, 2014

CZEGLÉDY, André. Urban dreams: The 2010 Football World Cup and expectations of benefit in Johannesburg. In: Pillay, Udes; Tomlinson, Richard; Bass, Orli (Eds.), **Development and dreams: The urban legacy of the 2010 Football World Cup**. Cape Town: HSRC Press, 2009.

DAVIES, Glynn. Managing the alchemy of the 2010 Football World Cup. In: Pillay, Udes; Tomlinson, Richard; Bass, Orli (Eds.), **Development and dreams: The urban legacy of the 2010 Football World Cup**. Cape Town: HSRC Press, 2009.

DE VOS, Pierre. No compassion for people who do not drive a Porsche?. **Abahlali**, [S. l.], p. .., 11 mar. 2008. Disponível em: <http://abahlali.org/node/3407/>. Acesso em: 6 jun. 2022.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Edições Antipáticas. 2005 [1967].

DENISOVA-SCHMIDT, Elena; MÜLLER, Martin; SCHMID, Ulrich. Russia. In: SÁNCHEZ, Yvette; BRÜHWILER, Claudia Franziska (Ed.). **Transculturalism and Business in the BRIC States: A Handbook**. Ashgate Publishing, Ltd. 2015

DOBROVOLSKAYA, Alla. 2009. Ne vse doleteli Rossiiskaya Gazeta, 28 de Julho de 2009. Disponível em <http://www.rg.ru/2009/07/28/sochi.html> Acesso em 14 de 2022.

DOSSIÊ de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. **Rio2016**. Janeiro de 2009.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasilia: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, 2020.

E&Y - ERNST & YOUNG. Levantamento Financeiro dos Clubes Brasileiros 2020. **Ernst & Young**, [S. l.], p. 1-44, 1 maio 2021. Disponível em: [https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt\\_br/topics/media-and-entertainment/ey-sports-levantamento-financas-clubes-2020.pdf](https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_br/topics/media-and-entertainment/ey-sports-levantamento-financas-clubes-2020.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Fotógrafo Luiz Baltar. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Bruno Siqueira. **A influência da filosofia de Friedrich Nietzsche na obra de Henri Lefebvre: da crítica da vida cotidiana à teoria da produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 272. 2021.

FERNANDES, Edesio. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. *In*. COSTA, G.M. e MENDONÇA, J. **Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008. p.121-133.

FILIPO, Leonardo. **Custo dos Jogos Olímpicos do Rio é atualizado e chega a R\$ 41 bilhões**. 14 de junho de 2017. Disponível em <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/custo-dos-jogos-olimpicos-do-rio-e-atualizado-e-chega-a-r-41-bilhoes.ghtml> Acesso em 20 de abril de 2021.

FOURCADE, Marion. The material and symbolic construction of the BRICs: Reflections inspired by the RIPE Special Issue. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 2, p. 256-267, 2013.

FREITAS, Daniel Medeiros de. **Desvelando o campo de poder dos grandes projetos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Escola de Arquitetura da UFMG, 2016.

G1 MG. Prefeitura de BH abre inscrições para licitação de feira ao redor do Mineirão. **G1**, 17 de agosto de 2015a. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/08/prefeitura-de-bh-abre-inscricoes-para-licitacao-de-feira-ao-redor-do-mineirao.html> Acesso em 01/09/2021

G1 MG. Defensoria quer suspender licitação de feira no entorno do Mineirão. **G1**, 25 de agosto de 2015b. Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/08/defensoria-quer-suspender-licitacao-de-feira-no-entorno-do-mineirao.html> Acesso em 01/09/2021

GMP. Cape Town Stadium. *In*: **Cape Town Stadium**. [S. l.], 13 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gmp.de/en/projects/501/cape-town-stadium>. Acesso em: 13 jun. 2022.

GOLUBCHIKOV, Oleg; SLEPUKHINA, Irina. Russia–Showcasing a ‘Re-Emerging’ State?. *In*: GRIX, J. (ed.) **Leveraging legacies from sports mega-events: Concepts and cases**. Palgrave Pivot, London, 2014. p. 166-177.

GRIX, Jonathan; BRANNAGAN, Paul Michael; LEE, Donna. **Entering the Global Arena: emerging states, soft power strategies and sports mega-events - Emerging States, Soft Power Strategies and Sports Mega-Events**. Palgrave Macmillan, ., v. 1, n. 1, p.1- 124, 2019. Springer Singapore. <http://dx.doi.org/10.1007/978-981-13-7952-9>.

GRIX, Jonathan; KRAMAREVA, Nina. The Sochi Winter Olympics and Russia’s unique soft power strategy. **Sport in Society**, v. 20, n. 4, p. 461-475, 2017.

GRIX, Jonathan; LEE, Donna. Soft power, sports mega-events and emerging states: The lure of the politics of attraction. **Global society**, v. 27, n. 4, p. 521-536, 2013.

GRONSKAYA, Natalia; MAKARYCHEV, Andrey. The 2014 Sochi Olympics and" Sovereign Power" A Political Linguistic Perspective. **Problems of Post-Communism**, v. 61, n. 1, p. 41-51, 2014.

GRUNEAU, Richard; HORNE, John. **Mega-events and Globalization: capital and spectacle in a changing world order**. Londres: Routledge, 2016.

GU, Haoyan. **The Development of Winter Games in China: The Case of the Beijing 2022 Winter Olympics**. Master of Education in Human Movement, Sport, and Leisure Studies Graduate Projects. v. 58. 2017.

HAFERBURG, Christoph. South Africa under FIFA's reign: The World Cup's contribution to urban development. **Development Southern Africa**, v. 28, n. 3, p. 333-348, 2011.

HALL, C. Michael. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. **The sociological review**, v. 54, n. 2\_suppl, p. 59-70, 2006.

HARVEY, David. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In.: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2006 (2a edição) p. 163-190.

HARVEY, David. **O Novo imperialismo**. Edições Loyola, 2004.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque; MEDEIROS, Jimmy. De "país do futebol" a "país dos megaeventos": Um balanço da modernização dos estádios brasileiros sob a ótica das torcidas organizadas da cidade de São Paulo. **Recorde**, v. 12, n. 1, p. 1-28, 2019.

HOMES for games. Direção: **Steffi Wurster**. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/266859020> Acesso em 20 de maio de 2020

HORNE, John. A construção dos BRICs por meio da construção de estádios: reflexões preliminares sobre os recentes e futuros megaeventos esportivos em quatro economias emergentes. In. Sánchez, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 35-44. Niterói: Editora da UFF, 2014

HORNE, John. Sports mega-events—three sites of contemporary political contestation. **Sport in society**, v. 20, n. 3, p. 328-340, 2017.

HORNE, John. Assessing the sociology of sport: On sports mega-events and capitalist modernity. **International review for the sociology of sport**, v. 50, n. 4-5, p. 466-471, 2015.

HORNE, John. The four 'Cs' of sports mega-events: Capitalism, connections, citizenship and contradictions. In. HAYES, G.; KARAMICHAS, J. (org.) **Olympic Games, Mega-Events and Civil Societies**. Palgrave Macmillan, London, 2012. p. 31-45.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. An introduction to the sociology of sports mega-events. **The sociological review**, v. 54, n. 21, p. 1-24, 2006.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. Olympic tales from the east: Tokyo 1964, Seoul 1988 and Beijing 2008. In: LENSKYJ, H.; WAGG, S. (org.) **The palgrave handbook of Olympic studies**. Palgrave Macmillan, London, 2012. p. 103-119.

HUMAN rights watch. Red Card: Exploitation of Construction Workers on World Cup Sites in Russia. **Human Rights Watch**, [S. l.], p. 1, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2017/06/14/red-card/exploitation-construction-workers-worldcup-sites-russia>. Acesso em: 9 nov. 2020

ITAMARATY. **BRICS 2019**. 2021. Página inicial. Disponível em <http://brics2019.itamaraty.gov.br/>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

JAENISCH, S. T.; ALMEIDA, L. G. B. ; MACHADO, B. A. . Imaginado, vendido, transformado: produções e reproduções no Rio de Janeiro olímpico. In: Lia Calabre, Eula Dantas Taveira Cabral, Maurício Siqueira. (Org.). **Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares**, 2. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. , p. 111-126

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de sociologia e política**, v. 17, n. 33, p. 131-144, 2009.

JONES, Luke. To the Cape and Back: Football Tourism, Narratives of South Africa and the FIFA 2010 World Cup. In.: CHARI, Tendai; MHIRIPIRI, Nhamo A. **African football, identity politics and global media narratives: The legacy of the FIFA 2010 World Cup**. Springer, 2014.

LANCE!. **Veja o número de participantes e jogos de todas as 20 Copas do Mundo**. 09 de janeiro de 2017. Disponível em <https://www.lance.com.br/copa-do-mundo/veja-numero-participantes-jogos-todas-copas-mundo.html> Acesso em 20 de março de 2021.

LEFEBVRE, Henri. Critique of Everyday Life: The One-Volume Edition. London, Verso, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. (1970)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. (1968)

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (1970)

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford, UK: Cambridge, USA: BBlackwell, 1991 [1974].

LEFEBVRE, Henri; ELDEN, S.; BRENNER, N.; MOORE, G.. **State, Space, World: Selected Essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LI, Xiaoyun; CAREY, Richard. The BRICS and the international development system: Challenge and convergence?. **IDS**, 2014.

LIM, Louisa. China detains demolition gang. **BBC**, [S. l.], p. ., 31 out. 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/asia-pacific/3229583.stm>. Acesso em: 6 jun. 2022

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e debates**, v. 25, p. 12-29, 1988.

LOUREIRO, Claudía. Cinco anos depois, legado da Rio 2016 tem obras inacabadas, projeções fracassadas e projetos no papel. **G1**, [S. l.], p. ., 18 jul. 2021. Disponível em: Cinco anos depois, legado da Rio 2016 tem obras inacabadas, projeções fracassadas e projetos no papel. Acesso em: 10 jun. 2022.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. **Tensões mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014.

LUZ, Cícero Krupp da; LEITE, Robson Soares. O estado de exceção nos Jogos Olímpicos Rio-2016: a violação de direitos ambientais no caso do campo de golfe. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 4, n. 2, p. 88-112, 2015.

M&G - MAIL & GUARDIAN. Green Point gamble. *Mail & Guardian*, [S. l.], 12 jan. 2007. ., p. . Disponível em: <https://mg.co.za/article/2007-01-12-green-point-gamble/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MACHADO, B. A.. Da Vila Autódromo aos Jardins do Rei: pobreza, mercado e habitação no Rio de Janeiro Olímpico. In:Lia Calabre; Eula Dantas Taveira Cabral; Maurício Siqueira. (Org.). **Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares**, 2. 1ed.Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. 1, p. 100-110.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. *GEOgraphia*, v. 18, n. 37, p. 35-60, 2016.

MAGALHÃES, Felipe. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes de economia política da urbanização contemporânea** (Tese). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. (2015).

MAHARAJ, Brij; DESAI, Ashwin. Viabilidade da infraestrutura da FIFA 2010 na África do Sul: o caso estádio Moses Mabhida em Durban. In: Vainer; Broudehoux, Sánchez, Oliveira. (Org.). Os Mega-eventos e a cidade, Perspectivas críticas. 1a.ed.Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 219-244

MAKARYCHEV, Andrey; YATSYK, Alexandra. From Sochi–2014 to FIFA–2018: a fading sovereignty?. *Sport in society*, v. 20, n. 4, p. 476-488, 2017.

MAKARYCHEV, Andrey; YATSYK, Alexandra. Brands, cities and (post-) politics: A comparative analysis of urban strategies for the Universiade 2013 and the World Football Cup 2018 in Russia. *European Urban and Regional Studies*, v. 22, n. 2, p. 143-160, 2015.

MANZENREITER, Wolfram. Magical Thought and the Legacy Discourse of the 2008 Beijing Games. In:GRIX, J. (ed.) **Leveraging Legacies from Sports Mega-Events: Concepts and Cases**. Palgrave Pivot, London, 2014. p. 119-129.

MARINHO, Luiz Carlos. **Mineirão para quem? Perspectivas sobre um território antidemocrático**. Monografia de graduação em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

MARINHO, Matheus; CORNELSEN, Elcio. **João Havelange: a vida do cartola mais poderoso e polêmico do futebol brasileiro**. 26 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.ludopedio.com.br/arquivancada/joao-havelange-a-vida-do-cartola-mais-poderoso-e-polemico-do-futebol-brasileiro/> Acesso em 12 de março de 2021

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México, Siglo XXI, 1974. 5 Edição corrigida y ampliada.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2011.

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 1, p. 52-68, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial:

Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. **CRISE OLÍMPICA, CRISE AMBIENTAL. Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p.122-151, dez. 2016.

MEDEIROS, Mariana. Parque Olímpico 2016: irregularidades no processo de concessão administrativa. In: Carlos Vainer ... [et al.]. (Org.). **Megaeventos e Cidades: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 186, 2016.

MEENA, Krishnendra. BRICS: an explanation in critical geography. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 2, p. 565-593, 2013.

MENEZES, Gleison. **A questão ambiental na Barra da Tijuca - RJ: do Plano Piloto de Lúcio Costa (1969) às transformações recentes da cidade contemporânea**. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. **Planning Theory**. V. 8 (1), 2009.

MONTEIRO, Poliana; COSENTINO, Renato. **Projeto, orçamento e (des)legados olímpicos**. Poliana Monteiro, Renato Cosentino. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 43p. 2017.

MONTE-MÓR, R.L; RAY, Sumanta. Post\*.ism and the Third World: A theoretical reassessment & fragments from Brazil and India. **Nova Economia**, v.5, n.1, ago. p.177- 208, 1995.

MORALEIDA, João Pedro. **Variações sobre o tema: vida e exceção**. 2018. 82p. Instituto de Geociências - UFMG, Belo Horizonte-MG. 2018.

MORENO, Bruno. Hotéis da Copa ignoram lei que daria desconto a multa. **Hoje em Dia**, [S. l.], p. ., 27 maio 2016. Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/hot%C3%A9is-da-copa-ignoram-lei-que-daria-desconto-a-multa-1.387399>. Acesso em: 7 jun. 2022.

MOTHIANE, Matshaba. South Africa. In.SÁNCHEZ, Yvette; BRÜHWILER, Claudia Franziska (Ed.). **Transculturalism and Business in the BRIC States: A Handbook**. Ashgate Publishing, Ltd. 2015

MRE – Ministério das Relações Exteriores. 2014. **VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza – 15 de julho de 2014**. Disponível em [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014) Acesso em 20 de janeiro de 2021

MRE – Ministério das Relações Exteriores. 2015. **V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini**. Disponível em [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini) Acesso em 20 de janeiro de 2021

MÜLLER, Martin. How mega-events capture their hosts: event seizure and the World Cup 2018 in Russia. **Urban Geography**, v. 38, n. 8, p. 1113-1132, 2017.

MÜLLER, Martin. How Brazil, Russia, India, and China view BRIC. *In*. SÁNCHEZ, Yvette; BRÜHWILER, Claudia Franziska (Ed.). **Transculturalism and Business in the BRIC States: A Handbook**. Ashgate Publishing, Ltd. 2015a, p. 301-308.

MÜLLER, Martin. The mega-event syndrome: Why so much goes wrong in mega-event planning and what to do about it. **Journal of the American Planning Association**, v. 81, n. 1, p. 6-17, 2015b.

MÜLLER, Martin. After Sochi 2014: costs and impacts of Russia's Olympic Games. **Eurasian geography and economics**, v. 55, n. 6, p. 628-655, 2014.

MÜLLER, Martin. Popular perception of urban transformation through megaevents: understanding support for the 2014 Winter Olympics in Sochi. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 30, n. 4, p. 693-711, 2012.

MÜLLER, Martin; PERNET, Corrine. BRIC Foundations: New Kids on the Block and the Implications for Transcultural Communication. *In*. SÁNCHEZ, Yvette; BRÜHWILER, Claudia Franziska (Ed.). **Transculturalism and Business in the BRIC States: A Handbook**. Ashgate Publishing, Ltd. 2015

MUSEU DAS REMOÇÕES. : .. *In*: **Museu das Remoções**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://musedasremoco.es.com/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NACIF, C. L; FAULHABER, L . Desapropriações e remoções para tornar o Rio de Janeiro "competitivo". *In*: Sánchez, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 139-157 . Niterói: Editora da UFF, 2014.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. Pan-Africanism and the 2010 FIFA world cup in South Africa. **Development Southern Africa**, v. 28, n. 3, p. 401-413, 2011.

NEDER, Vinicius. Governo do Rio de Janeiro prevê leilão de concessão do Maracanã em julho. **CNN**, **CNN**, p. ., 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/governo-do-rio-promete-leilao-de-concessao-do-maracana-em-julho/#:~:text=Desde%20ent%C3%A3o%2C%20o%20Maracan%C3%A3%20vem,at%C3%A9%20junho%20pr%C3%B3ximo%2C%20segundo%20Miccione>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NEWTON, Caroline. The reverse side of the medal: About the 2010 FIFA World Cup and the beautification of the N2 in Cape Town. *In*: **Urban Forum**. Springer Netherlands, 2009. p. 93.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Genealogia da Moral**. Coleção grandes obras do pensamento universal. Editora Escala, 2º Edição, São Paulo, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. On the truth and lies in a nonmoral sense. *In*: Friedrich Nietzsche, **Philosophy and truth: Selections from the Nietzsche's Notebooks of the early 1870's**. Londres: Humanities Press International. 1992

NOGUEIRA, Nathália Juncal. **Regime diferenciado de contratações públicas: um estudo crítico sobre a compreensão dos entes interessados**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Niterói. p. 133. 2017.

NOVAIS, P.. Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos. *In*. Carlos Vainer ... [et al.]. (Org.). **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 47-99.

NOVAIS, P.. Efeitos de teoria: o debate acadêmico sobre os projetos urbanos e a legitimação de novas formas de produção do território. In: Fabricio Leal de Oliveira; Aduino Lucio Cardoso; Heloisa Soares de Moura Costa e Carlos Bernardo Vainer. (Org.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v. , p. 24-45

NYE, Joseph S. Get smart: Combining hard and soft power. **Foreign affairs**, p. 160-163, 2009.

O'DONNELL, Julia; SAMPAIO, Lilian Amaral de; CAVALCANTI, Mariana. Entre futuros e ruínas: Os caminhos da Barra Olímpica. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, n. 1, p. 119-146, 2020.

O'NEILL, J. Building better global economic BRICs. **Global Economics Paper**, v. 66, p. 1-15, 2011

OLIVEIRA, Alberto. A economia dos megaeventos: impactos setoriais e regionais. **Revista paranaense de desenvolvimento**, n. 120, p. 257-275, 2011.

OLIVEIRA, F. L. ; TANAKA, G. M. M. ; BIENENSTEIN, R. . A batalha da Vila Autódromo: 'negociação' e resistência à remoção. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne-Marie; Sánchez, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio L.. (Org.). **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 483-512.

OLIVEIRA, Fabricio *et al.* Mega-events, legacies and impacts: notes on 2016 Rio de Janeiro Olympics. **International Journal of Urban Sustainable Development**, p. 1-14, 2019.

OLIVEIRA, Fabrício; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; TANAKA, Giselle. Rio de Janeiro: Social and Urban Impacts of the Maracanã Stadium Renovation. In.: NOBRE, Eduardo Alberto Cusce (Ed.). **Sports mega-events and urban legacies: the 2014 FIFA World Cup, Brazil**. Springer, 2017.

OLIVEIRA, Hélio; FREITAS, Daniel; TONUCCI, João. **Belo Horizonte: os impactos da Copa do Mundo 2014**. Belo Horizonte: Del Rey; Observatório das Metrôpoles, 2014.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão; VAINER, Carlos. Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção. *In*. Sánchez, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 81-118 . Niterói: Editora da UFF, 2014

OLIVEIRA, Nelma. Os megaeventos esportivos e a retórica do legado: uma operação contábil que converte em discurso. *In*. Carlos Vainer ... [et al.]. (Org.). **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 100-127

OLIVEIRA, Nelma. **O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo**. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

ORTTUNG, Robert W.; ZHEMUKHOV, Sufian. The 2014 Sochi Olympic mega-project and Russia's political economy. *East European Politics*, v. 30, n. 2, p. 175-191, 2014.

PECK, Jamie. Austerity urbanism: American cities under extreme economy. **City**, v. 16, n. 6, p. 626- 655, 2012.



PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Neoliberalizing space. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 380-404, 2002.

PERSOON, Emil; PETERSSON, Bo. Political mythmaking and the 2014 Winter Olympics in Sochi: Olympism and the Russian great power myth. **East European Politics**, v. 30, n. 2, p. 192-209, 2014.

PETERSSON, Bo. Still Embodying the Myth? Russia's Recognition as a Great Power and the Sochi Winter Games. **Problems of Post-Communism**, v. 61, n. 1, p. 30-40, 2014.

PETERSSON, Bo; VAMLING, Karina. Vanished in the Haze: White Elephants, Environmental Degradation and Circassian Marginalization in Post-Olympics Sochi. In: MAKARYCHEV, A; YATSYK, A. (org.) **Mega Events in Post-Soviet Eurasia**. Palgrave Macmillan, New York, 2016. p. 59-76.

PINHEIRO, Patrícia; BARCELLOS, Sérgio. A cooperação internacional na África e os BRICS em questão. In: BARROS, J. (Org.) ; GUTTERRES, A. S. (Org.) ; SILVA, E. B. (Org.) . **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais** (caderno de debates 4). 4. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2015. v. 4. 119p .

PIRES, Luis Manuel Fonseca. **Estados de exceção: a usurpação da soberania popular**. São Paulo: Contracorrente, 2021. 183 p.

PRIGEON, Jermell. How Will Beijing Use Their Olympic Venues After the 2022 Winter Games?. **NBC New York**, NBC New York, p. ., 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.nbcnewyork.com/news/national-international/how-will-beijing-use-their-olympic-venues-after-the-2022-winter-games/3554707/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PRONI, Marcelo Weishaupt; ARAÚJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L. C.. **Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados**. Texto para Discussão n. 1356. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2008.

PUFF, Jefferson. 'Como é que você vai botar o pobre ali', diz bilionário 'dono da Barra'. **UOL**, [S. l.], 11 ago. 2015. Esporte, p. .. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/bbc/2015/08/11/como-e-que-voce-vai-botar-o-pobre-ali-diz-bilionario-dono-da-barra.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

QUEIROZ, Felipe Pereira de. **O preço da emoção: as transformações no custo do lazer futebolístico no estádio Mineirão entre 1994 e 2018**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Programa de PósGraduação em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019

RAMOS, Leonardo César Souza *et al.* Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS. **Carta Internacional**, v. 13, n. 3, 2018.

RAPOZA, Kenneth. Bringing FIFA To Brazil Equal To Roughly 61% Of Education Budget. **Frobes**, Forbes, p., 11 jun. 2014. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2014/06/11/bringing-fifa-to-brazil-equal-to-roughly-61-of-education-budget/?sh=2bb84536d62e>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REN, Xuefei. Architecture and nation building in the age of globalization: Construction of the national stadium of Beijing for the 2008 Olympics. **Journal of Urban Affairs**, v. 30, n. 2, p. 175-190, 2008.

REUTERS. RIO 2016 price tag rises to \$13.2 billion. **Reuters**, Reuters, p. ., 14 jun. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-olympics-brazil-cost-idUSKBN19539C>. Acesso em: 10 jun. 2022.

REVISTA HOTÉIS. Lei complica cenário hoteleiro em Belo Horizonte (MG). **REVISTA HOTÉIS**, [S. l.], p. ., 11 abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistahoteis.com.br/lei-complica-cenario-hoteleiro-em-belo-horizonte-mg/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20entidade,torno%20de%202013%20mil%20UH's>. Acesso em: 7 jun. 2022

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. De BRIC a BRICS: Como a África do Sul Ingressou em um Clube de Gigantes. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 255, 2015.

urban. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 1, p. 187-199, 2016a.

ROBINSON, Jennifer. Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in human geography**, v. 40, n. 1, p. 3-29, 2016b.

ROBINSON, Jennifer. Cities in a World of Cities: the comparative gesture. **International Journal Of Urban And Regional Research**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 1- 23, 16 dez. 2010.

ROBINSON, Jennifer. Comparative urbanism: new geographies and cultures of theorizing the

ROBINSON, William I. The transnational state and the BRICS: a global capitalism perspective. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 1-21, 2015.

ROCHE, Maurice. **Megaevents and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture**. Routledge, 2000.

ROSSET, Andrea Cecilia Soares et al. O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ANÁLISE DA NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DO GOVERNO LICITAÇÃO DO GOVERNO. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 17, n. 32, p. 127-145, 2017.

ROVEDER, Wagner. **Jogos da exclusão: Rio 2016 e o militarismo urbano de uma cidade global de vitrine**. 2019.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 358 p.

SÁNCHEZ, F.; GUTERMAN, B.. Disputas simbólicas na Cidade Maravilhosa: atores, instrumentos e gramática territorial. In: Vainer; Broudehoux, Sánchez, Oliveira. (Org.). **Os Mega-eventos e a cidade, Perspectivas críticas**. 1a.ed.Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 219-244.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, G.; MASCARENHAS, Gilmar ; OLIVEIRA, Alberto . Megaeventos e Metrôpoles: Insumos do Pan-2007 e as perspeyivas para as Olimpíadas de 2016. In.Fabrcio Leal, Adauto Lucio Cardoso, Heloisa Soares de Moura Costa, Carlos Bernardo Vainer. (Org.). **Grandes Projetos Metropolitanos Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. 1ªed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v. 1, p. 232- 264.

SÁNCHEZ, Fernanda *et al.* Cidade (in) visível: cenas e cenários para o espetáculo no Rio de Janeiro Olímpicos. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, v. 17, n. 3, p. 115-131, 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda *et al.* Produção de sentido e produção de espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 39-56, 2004.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de sociologia e política**, n. 16, p. 31-49, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. N. 1, maio 1999. p. 115-132.

SANÍN-RESTREPO, R.; ARAÚJO, M. M. A Teoria da encriptação do poder: itinerário de uma ideia. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 23, n. 45, 2020, p.1-17

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; SANTOS, M. R. M. Megaeventos e o Direito à Moradia: questões e reflexões a partir do contexto do Rio de Janeiro. *In.*Fabrizio Leal de Oliveira; Adauto Lucio Cardoso; Heloisa Soares de Moura Costa; Carlos Bernardo Vainer. (Org.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v., p. 287-313.

SANTOS JUNIOR, Orlando; GAFFNEY, Christoffer; RIBEIRO, Luiz. **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Observatorio das Metropoles, 2015.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

SCHOONBEE, Karen; BRUMMER, Stefaans. Public loss, FIFA's gain: How Cape Town got its 'white elephant' *In.*: HERZENBERG, Collette (Ed.). **Player and referee: Conflicting interests and the 2010 FIFA World Cup**.Institute for Security Studies Monographs, v. 2010, n. 169, p. 236, 2010.

SEMINÁRIO LEGADO OLÍMPICO, 2021, Rio de Janeiro. . [...]. [S. l.]: **Urbano - Laboratório de Estudos da Cidade**, 2021. IFCS - UFRJ.

SHIN, Hyun Bang. Unequal cities of spectacle and mega-events in China. **City**, v. 16, n. 6, p. 728- 744, 2012.

SHIN, Hyun Bang. Life in the shadow of mega-events: Beijing Summer Olympiad and its impact on housing. **Journal of Asian Public Policy**, v. 2, n. 2, p. 122-141, 2009a.

SHIN, Hyun Bang. Residential redevelopment and the entrepreneurial local state: The implications of Beijing's shifting emphasis on urban redevelopment policies. **Urban Studies**, v. 46, n. 13, p. 2815- 2839, 2009b.

SHIN, Hyun Bang; LI, Bingqin. Whose games? The costs of being "Olympic citizens" in Beijing. **Environment and Urbanization**, v. 25, n. 2, p. 559-576, 2013.

SILK, Michael. Neoliberalism and sports mega-events. *In.*Grix, J. (ed.) **Leveraging Legacies from Sports Mega-Events: Concepts and Cases**. Palgrave Pivot, London, 2014. p. 50-60.

SIQUEIRA, Leonardo. PBH sugere, e Minas Arena estuda volta de barraqueiros. **Conlicitação Portal**. 13 de maio de 2015. Disponível em <https://portal.conlicitacao.com.br/licitacao/noticias/48387/> Acesso em 01/09/2021

SMITH, Christopher J.; HIMMELFARB, Katie MG. Restructuring Beijing's social space: Observations on the Olympic Games in 2008. **Eurasian Geography and Economics**, v. 48, n. 5, p. 543-554, 2007.

SOMDYALA, KANVA. Newlands to go under the hammer as SA Rugby and WP push final sale. **News 24**, [S. l.], p., 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.news24.com/sport/rugby/newlands-to-go-under-the-hammer-as-sa-rugby-and-wp-push-final-sale-20220217>. Acesso em: 6 jun. 2022.

STAVRIDES, Stavros. Olimpíadas de Atenas 2004: um estado de exceção urbano que se transformou em regra. In: Carlos Vainer ... [et al.]. (Org.). **Megaeventos e Cidades: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 128-157, 2016.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes - resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SWART, Kamilla; BOB, Urmilla. Venue selection and the 2010 World Cup: A case study of Cape Town. In: Pillay, Udesh; Tomlinson, Richard; Bass, Orli (Eds.), **Development and dreams: The urban legacy of the 2010 Football World Cup**. Cape Town: HSRC Press, 2009.

SWYNGEDOUW, Erik. Post-democratic cities for whom and for what. In: **Regional Studies Association Annual Conference**. 2010.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. Neoliberal urbanization in Europe: large-scale urban development projects and the new urban policy. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 542-577, 2002.

TELLES, V. Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate. Entrevista à M. C. Yazbek e R. Raichelis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 773-793, out./dez. 2010.

THE ECONOMIST. Inflated by the Olympic spirit. **The Economist**, [S. l.], p. ., 1 mar. 2007. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2007/03/01/inflated-by-the-olympic-spirit>. Acesso em: 6 jun. 2022.

THE MOSCOW TIMES. **Russia's World Cup Costs to Exceed \$14Bln, Media Reports**. 08 de junho de 2018. Disponível em <https://www.themoscowtimes.com/2018/06/08/Russias-World-Cup-Costs-to-Exceed-Record-Setting-14Bln-a61732> Acesso em 20 de abril de 2021

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. Neoliberal urbanism: cities and the rule of markets. **The new Blackwell companion to the city**, v. 15-25, 2011.

TONUCCI, J. B.; SCOTTI, M.; MOTTA, E. Copa do Mundo-2014, Belo Horizonte: impactos socioeconômicos e neoliberalismo urbano. In: OLIVEIRA, Hélio; FREITAS, Daniel; TONUCCI, João (org.). **Belo Horizonte: os impactos da Copa do Mundo de**, p. 1-31, 2014.

TRANSFERMARKT. **Ajax Cape Town**. [S. l.], 13 jun. 2022. Disponível em: <https://www.transfermarkt.co.in/ajax-cape-town/besucherschahlenentwicklung/verein/2926>. Acesso em: 7 jun. 2022.

TRIGUEIRO, Karla. **Uma abordagem territorial dos megaeventos esportivos em Belo Horizonte/MG: análise e interpretação do processo de desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, UFMG, p. 367, Belo Horizonte, 2018.

TRUBINA, Elena. The urban commodity futures of the Olympics: Examining the multiscalar processes of the Games. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 51, n. 8, p. 1703-1719, 2019.

TUDOROIU, Theodor. Conceptualizing BRICS: OPEC as a Mirror. **Asian Journal of Political Science**, v. 20, n. 1, p. 23-45, 2012.

VAINER, C. B.; OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, P.. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In. OLIVEIRA, F. *et al* (Org.). **Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, v., p. 11-23.

VAINER, C. B; BIENENSTEIN, R.; TANAKA, G. et al. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: **XV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, Anais. Recife, 2013

VAINER, C. B. Megaeventos, Cidade de Exceção e Democracia Direta do Capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In. Vainer, Carlos *et al.* (Org.). **Os Megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, v. 1, p. 19-46

VAINER, C. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **XIV Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9, 2006.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. **Cadernos IPPUR**, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, v. 3, p. 75-103, 2000.

VASCONCELOS, F.; POLLI, S. A.; VARGAS DE FARIA, J.. Copa do Mundo 2014 em Curitiba: o jogo da exceção. In. Sánchez, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 81-118. Niterói: Editora da UFF, 2014.

VECCHIOLLI, Demétrio. Bolsonaro renova órgão do legado olímpico uma hora antes do seu fim. **UOL**, [S. l.], 30 jun. 2020. Esporte, p. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/olhar-olimpico/2020/06/30/bolsonaro-renova-orgao-do-legado-olimpico-uma-hora-antes-do-seu-fim.htm>. Acesso em: 6 jun. 2022.

VELOSO, Sérgio. **Da mundialização da maldição: um estudo sobre a realização espacial de megaeventos esportivos à luz dos debates sobre globalização**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Rio de Janeiro. p. 224. 2016

WANG, Mei; BAO, Helen XH. Mega-event effects on the housing market: Evidence from the Beijing 2008 Olympic Games. **Cities**, v. 72, p. 207-216, 2018.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. **Dreaming with BRICs: The path to 2050**. New York, NY: Goldman, Sachs & Company, 2003.

WOLFE, Sven Daniel. **“Fanatic Energy in the Wrong Places”: Potemkin Neoliberalism and Domestic Soft Power in the 2018 Men’s Football World Cup in Russia.** 2019. Tese de Doutorado. Université de Lausanne, Faculté des géosciences et de l’environnement.

WURSTER, Steffi. **Constructing Sochi.** Direção: Steffi Wurster. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/163169503>. Acesso em: 12 maio 2020.

XAVIER, Marcos. Lugar, Pluralidade da Existência e Democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.20, n.3, p. 506-521, set-dez/2018.

YARDLEY, JIM. Little building defies Beijing’s Olympic ambitions. **The New York Times**, [S. l.], p., 9 ago. 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/08/09/world/asia/09china.html>. Acesso em: 8 jun. 2022.

ZHANG, Li; ZHAO, Simon Xiaobin. City branding and the Olympic effect: A case study of Beijing. **Cities**, v. 26, n. 5, p. 245-254, 2009.

ZHAO, Simon Xiaobin et al. Playing games and leveraging on land: Unfolding the Beijing Olympics and China’s mega-event urbanization model. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 465- 487, 2016.

ZHEMUKHOV, Sufian. Migrant Workers and the Sochi Olympics. **Russian Analytical Digest**, n. 143, p. 8, 2014.

ZIMBALIST, Andrew. **Circus maximus: The economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup.** Brookings Institution Press, 2016.